

PORTVGALIA



ISSN 0871-4290

UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

# PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XXXI-XXXII



2010 - 2011



# O DÓLMEN 2 DE CHÃO REDONDO (SEVER DO VOUGA, AVEIRO): UM MONUMENTO COM ICONOGRAFIAS. RESULTADOS DOS TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO E RESTAURO

Filipe João Carvalho dos Santos \*  
João Miguel André Perpétuo \*\*  
André Tomás Santos \*\*\*  
Luís Filipe Coutinho Gomes \*\*

## RESUMO:

Apresentam-se os resultados da intervenção arqueológica levada a cabo pela firma ARQUEOHOJE no Monumento 2 de Chão Redondo (Sever do Vouga, Aveiro). Trata-se de um dólmen de características clássicas, com câmara e corredor de acesso diferenciados em planta e alçado, observando-se gravuras em alguns dos seus esteios. A importância da recente intervenção advém do facto de ter permitido definir convenientemente todo o processo e técnicas de construção envolvidas na edificação e posterior condenação deste túmulo, bem como a definição, na área fronteira do monumento, de zonas rituais e de acesso ao seu interior, assumindo estas um significado mais simbólico que propriamente funcional. Revêem-se ainda, à luz dos conhecimentos actuais e com base em novos levantamentos, as gravuras patentes nalguns dos esteios que compõem a câmara e corredor deste monumento.

**Palavras-chave:** Megalitismo, espaços simbólicos, arte, hermenêutica

## ABSTRACT:

We present the results concerning the archaeological work carried on on Monument 2, in Chão Redondo (Sever do Vouga, Aveiro, Portugal), by the responsibility of ARQUEOHOJE company. The foregoing mentioned dolmen, presents quite conventional (classical) characteristics, with chamber and hall way different in layout and hoist. Engravings can be seen on some of their orthostats. This recent intervention is quite important, firstly because it was possible to define, in a satisfactory way, the whole set of processes and techniques used for the erecting and subsequent sealing off of this tomb. Secondly, a frontier-limit of the monument was settled, with areas for the rituals and accesses to its interior, imbued with a symbolic meaning rather than a functional one. Concerning the most recent data and studies, the rock engravings on the orthostats, which are part of the chamber and hallway of the monument, are re-visited.

**Keywords:** Megalithism, symbolic spaces, art, hermeneutics

---

\* Arqueólogo (santos.philipe@gmail.com)

\*\* Arqueólogos dos quadros técnicos permanentes da ARQUEOHOJE (perpetuo.j@gmail.com; coutinho.arqueohoje@mail.telepac.pt)

\*\*\* Parque Arqueológico do Vale do Côa Igespar I. P. (a.t.santos@sapo.pt)

## 1. INTRODUÇÃO

A necrópole megalítica de Chão Redondo é composta por dois monumentos de corredor separados por sensivelmente meia centena de metros, tendo sido implantada numa pequena plataforma localizada a meia encosta da vertente sudeste da Serra das Talhadas (Figs. 1 e 2), serra esta que corresponde ao prolongamento para sudoeste do “pequeno *horst* marginal” das Cruzes (Ferreira, 1978, 214) ainda integrado no Caramulo. É delimitada a noroeste pelo Vouga e a sudeste pelo Alfusqueiro – afluente do rio Águeda – e a oeste pela Plataforma Litoral<sup>1</sup>.

Deve relevar-se o Monumento 2 de Chão Redondo, não só pelas suas dimensões, estado de conservação e valor patrimonial – necrópole classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1998 –, como também pelos painéis de gravuras rupestres patentes em alguns dos monólitos que compõem a estrutura interna megalítica.

Trata-se de um elemento patrimonial de invulgar interesse regional e nacional que se mantinha praticamente votado ao abandono e ignorado pelo público em geral, apresentando-se muito arruinado, envolto por uma latada com pilares graníticos fincados nas suas estruturas e completamente entulhado desde a escavação tida pelo geólogo Albuquerque e Castro na década de 50 do século XX (Castro, 1960) (Fig. 10).

Ciente da necessidade da reabilitação do seu passado histórico, o Município de Sever do Vouga solicitou à firma Arqueohoje (Viseu) a realização de trabalhos de escavação, restauro e valorização do Dólmen 2 de Chão Redondo<sup>2</sup>, os quais, aprovados no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio/LEADER II, sob gestão da ADRIMAG, se desenvolveram durante o primeiro semestre do ano de 2000<sup>3</sup>.

## 2. HISTÓRIA DAS PESQUISAS

A primeira intervenção digna de nota, por escavação arqueológica e publicação dos resultados obtidos, ocorreu nos finais da década de 50 do século passado pelas mãos de Luís de Albuquerque e Castro, Agente Técnico de Engenharia do Serviço de Fomento Mineiro. O mesmo haveria também de ser responsável pela única intervenção arqueológica ocorrida no monumento 1 de Chão Redondo (Castro, 1960)<sup>4</sup>.

Bastante activo nas lides arqueológicas, fruto, como o próprio refere, da sua própria vida profissional, é responsável pela identificação de um número considerável de monumentos megalíticos, destacando-se aqueles que, tal como os de Chão Redondo, se evidenciavam no concelho de Sever do Vouga (Castro *et alii*, 1957; Bettencourt, 1988/9).

Do que escreve sobre o Monumento 2 de Chão Redondo, dá-nos conta do seu grau de destruição, observando-se na primeira planta que apresenta a mutilação do montículo artificial no seu lado norte, bem como a falta de alguns dos esteios da câmara e corredor (Castro, 1960: 149, fig. 2).

<sup>1</sup> Uma série de observações topográficas levaram Brum Ferreira a concluir que um deslocamento tectónico é perceptível entre a Plataforma Litoral e o nível dos 450-500 m do Caramulo (Ferreira, 1978: 216).

<sup>2</sup> De salientar o particular empenho por parte do Presidente da Câmara, Dr. Manuel da Silva Soares, bem como da Dr<sup>a</sup> Graciela Figueiredo, técnica superiora do município.

<sup>3</sup> Superiormente autorizados pelo então denominado Instituto Português de Arqueologia (proc<sup>o</sup> 99/1(727), of<sup>o</sup> 04708, datado de 26.10.1999), sob responsabilidade científica de Luís Filipe Coutinho Gomes e Pedro Sobral de Carvalho. Para além dos autores do presente texto, articulando-se na orientação dos trabalhos de campo, os mesmos contaram ainda com a participação dos arqueólogos Artur Serra, Alexandre Valinho, Miguel Serra e António Pedro Batarda Fernandes.

<sup>4</sup> Pela descrição que fez, fica-nos o registo de que no espaço que originalmente compunha a câmara funerária preservava-se um esteio completo, ainda hoje aflorando à superfície e incorporado num muro de vedação de propriedade que o atravessa. Do corredor, aberto a Sudeste, conservavam-se ainda três esteios de cada lado, apresentando-se os do lado poente partidos e deslocados. Do espólio exumado, escasso, arcaico e exclusivamente proveniente da área menos perturbada do corredor, destaque para dois machados de pedra polida em anfibolito, um micrólito triangular e uma lâmina, ambos em sílex, diversos fragmentos cerâmicos lisos e vinte e um pequenos seixos rolados em quartzito branco. A mamoa, proeminente e com cerca de 1 metro de altura, é de forma ovóide, variando o diâmetro entre os 12 e os 15 metros.

São os resultados da exclusiva escavação do interior do monumento – câmara e corredor ortostático –, como era comum na altura, que o mesmo refere. Ainda assim, dos treze esteios subsistentes, Albuquerque e Castro apenas dá conta de doze, não tendo identificado o primeiro do lado esquerdo da câmara – esteio 5.

Particular destaque deve ser dado à divulgação das gravuras ainda preservadas em três monólitos da câmara, numa pedra encontrada dentro dela e num dos esteios do corredor, pese embora o generalismo dos registos.

Do espólio exumado, escasso e exclusivamente recolhido no interior do corredor, o autor dá conta de duas lâminas em sílex, um provável fragmento de machado em xisto anfibólico, um fragmento cerâmico liso, um percutor em granito, dez seixos rolados em quartzito, bem como “vários fragmentos de matéria corante”.

Até à data da presente intervenção, as referências a este monumento foram bastante sucintas, sendo de destacar o registo mais pormenorizado, com base nas fotografias de Albuquerque e Castro (Castro, 1960), das manifestações artísticas por parte de Vera Leisner (Leisner, 1997: 114, est. 82), bem como de E. Shee (Shee Twohig, 1981: 149-150, figs. 35-36).

A intervenção arqueológica de Albuquerque e Castro é, como tantas outras, um reflexo da arqueologia nacional da época. Procuramos também nós, aqui, ser um reflexo da arqueologia portuguesa actual, denotando-se, assim esperamos, as diferenças ao nível da metodologia, do conhecimento claro das estruturas e da interpretação que delas fazemos, assim como se renova o estudo das iconografias deste importante monumento.

### 3. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A necrópole de Chão Redondo enquadra-se num vasto conjunto de monumentos do género, excedendo as três dezenas na actual área administrativa do concelho de Sever do Vouga, agrupados ou isolados na paisagem montanhosa da bacia hidrográfica do rio Vouga, entre as Serras do Arestal e das Talhadas, sendo de destacar a necrópole da Cerqueira, composta por nove monumentos (Bettencourt, 1989), a de Souto do Coval e Santo Adrião, respectivamente com três e dois monumentos ainda preservados (Pêgo, 2002), bem como a de Portela do Carrazedo, surgindo a Anta da Capela dos Mouros como o mais importante de um conjunto de três ainda observáveis por Amorim Girão por princípios do século passado (Girão, 1921: 32; Castro, 1959: 235-241; Santos *et alii*: 2001)<sup>5</sup>.

Abundantes são também os vestígios de períodos subsequentes, com especial incidência para as gravuras rupestres do Forno dos Mouros (freguesia de Silva Escura) (Souto, 1932; 1938), os povoados pré e proto-históricos, o romano e o medieval (Bettencourt, 1988/9; Pêgo, 2002).

### 4. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Monumento 2 de Chão Redondo encontra-se implantado numa pequena plataforma localizada a meia encosta da vertente sul da Serra das Talhadas, a uma cota média de 430 metros, em terreno granítico colidindo o aproveitamento florestal (pinhal) com o agrícola e vinícola,

<sup>5</sup> Durante o segundo semestre do ano de 1999, a mesma equipa de arqueólogos procedeu igualmente à escavação, restauro e valorização da Anta da Capela dos Mouros, sendo de destacar as características pouco comuns ao nível do tipo de arquitectura que encerra: um monumento com câmara poligonal alargada tendencialmente subtrapezoidal, com pelo menos cinco esteios preservados no lado norte, e corredor de médias dimensões, talvez com sete esteios de cada lado, ligeiramente diferenciado em planta e com uma altura mais ou menos constante relativamente à câmara, já que o esteio de cabeceira se apresenta profundamente enterrado no solo de base. Possibilitou a recolha de um espólio arcaico e muito reduzido (micrólitos, lâminas, machados e fragmentos cerâmicos), semelhante aos da necrópole de Chão Redondo, presumivelmente indiciando uma cronologia em torno do último quartel do V milénio A.C (Santos, *et alii*, 2001).

apresentando-se destacado na paisagem circundante e desfrutando de uma boa visibilidade para com o seu congénere vizinho, a escassas dezenas de metros para nascente.

Administrativamente, integra-se na freguesia de Talhadas, concelho de Sever do Vouga, distrito de Aveiro, com as seguintes coordenadas geográficas (“Carta Militar de Portugal”, na escala de 1:25.000, folha 176, Oliveira de Frades, 3ª ed., 2001): 40° 39’50,’’2 Latitude Norte; 8° 18’48,’’2 Long. W. do meridiano internacional-WGS84; 475 m. de altitude.

## 5. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

### 5.1. Metodologia aplicada

Os trabalhos arqueológicos no dólmen de Chão Redondo 2 iniciaram-se pelo reconhecimento do monumento, tendo-se efectuado os primeiros registos fotográficos, os quais tiveram igualmente em conta o monumento 1 e a própria envolvente.

De seguida, procedeu-se à limpeza do terreno, traduzindo-se esta não só pelo corte da densa vegetação que cobria a área dos dois montículos artificiais, como também pela remoção de tudo quanto lhe era alheio. É de referir, a este propósito, que houve necessidade de desmantelar por completo uma estrutura – latada relacionada com o plantio de vinha – constituída por diversos pilares em granito fincados sobre o montículo artificial do monumento 2, descaracterizando-o por completo e impedindo qualquer tipo de visita minimamente aceitável.

Após a conclusão das limpezas superficiais, quadriculou-se todo o espaço correspondente ao *tumulus* alvo da nossa intervenção. Essa mesma quadriculagem, tendo por base um eixo orientador inicial que, passando sensivelmente a meio do corredor e da câmara do monumento, demarcava um espaço quadrangular com 20 metros de lado, subdividido por quadrículas com 2 m de lado, tendo-se atribuído ao eixo das abcissas (x) letras de A a J e ao eixo das ordenadas números de 1 a 10<sup>6</sup> (Fig. 3). Na prática, e como é comum neste tipo de intervenção, o quadrado correspondente à quadriculagem geral deu lugar, pela própria orientação da mesma – conjugando-se a própria orientação das estruturas internas do monumento –, a quatro distintos sectores.

O plano de trabalhos prosseguiu através do correspondente levantamento topográfico, tendo por base o topo do esteio de cabeceira (E7), ponto mais alto da envolvente, a que se atribuiu um valor de 0.00 m de cota convencional, estendeu-se por 80 m de comprimento e 40 m de largura, englobando assim o monumento 1 de Chão Redondo (cf. Fig. 2).

No que concerne à escavação propriamente dita, a metodologia utilizada foi a mesma a que normalmente se recorre para o estudo de monumentos similares, tendo-se conjugado a intervenção por amostragem, mediante a abertura de duas sanjas, e a escavação em área, incidindo esta no interior do sepulcro e espaço fronteiro. Os decalques dos esteios historiados foram realizados durante a noite com o auxílio de iluminação artificial; foi utilizado tela de polivinilo de espessura adequada, bem como canetas de acetato de diversas espessuras e cores (F e M vermelho para, respectivamente, fissuras e limites dos esteios; F e M negro para as gravuras); posteriormente as telas foram digitalizadas e os desenhos vectorializados em computador.

### 5.2. O MONUMENTO

O Dólmen 2 de Chão Redondo é um monumento megalítico de contornos arquitectónicos clássicos, cuja estrutura interna, orientada a Sudeste e imersa num montículo artificial, é com-

---

<sup>6</sup> A escavação da Sanja 1, localizada imediatamente atrás do esteio de cabeceira, acabaria por se desenvolver, ao final dos trabalhos, pela quadrícula F11, tendo-se desta apenas escavado uma área de 1,5 x 0,5 m.

posta por uma câmara bem diferenciada, em planta e alçado, do corredor de acesso. O comprimento total é de 4,50m, utilizando-se o granito como matéria-prima por excelência (Fig. 6).

A mamoa, relativamente bem preservada não obstante a acção dos agentes erosivos naturais e da mutilação parcial ocorrida sobre o seu lado norte devido à utilização do espaço envolvente com fins agrícolas, apresenta um contorno subcircular com cerca de 16m de diâmetro e uma altura máxima preservada de 1,36m junto ao esteio de cabeceira, o qual aflora acima desta em cerca de meio metro.

Originalmente, a câmara funerária, de planta poligonal alongada e presentemente espoliada de alguns dos seus monólitos, era muito provavelmente composta por sete esteios, medindo 2,30m de comprimento, 2,00m de largura e 2,30m de altura<sup>7</sup>. Destes apenas se preservaram cinco, apresentando-se completo o de cabeceira e os dois que o ladeiam.

O corredor, diferenciado da câmara tanto em altura (c. de 0,70m mais baixo) como em planta, é de curtas dimensões ostentando quatro esteios dispostos paralelamente em cada um dos lados, não sobrepostos mas simplesmente adossados, medindo 2,20m de comprimento, 0,80m de largura e cerca de 1,40m de altura máxima<sup>8</sup>. O espaço de circulação útil era feito, se atendermos a que o topo dos calços preservados estaria muito provavelmente coberto até à cota do piso de utilização, através de um corredor algo exíguo com cerca de 1,00m de altura (Fig. 6).

Estruturalmente, refira-se o posicionamento num plano quase horizontal da totalidade das bases dos monólitos que compõem a estrutura interna megalítica, sendo excepção a laje de cabeceira, fincada sensivelmente 0,42m mais abaixo<sup>9</sup>. Todos foram colocados em fossas previamente abertas no substrato de base e internamente “calçados” com pequenas pedras e lajes dispostas na vertical.

Quanto ao sistema de cobertura, apenas se preservaram completas duas lajes do corredor, as quais jaziam deslocadas e tombadas no interior do sepulcro.

A intervenção arqueológica tida neste monumento evidenciou todo um conjunto de estruturas funcionais ou de carácter essencialmente simbólico que, pela sua importância, merecem algumas considerações.

Dentro das ditas estruturas funcionais, comuns à grande maioria deste género de monumentos, refira-se a presença de um possante e bem elaborado contraforte parcialmente coberto por terras compactas, uma estrutura pétreia intermédia de reforço do montículo cobrindo os sedimentos que parcialmente se sobrepõem ao contraforte, uma couraça pétreia de revestimento superficial adensando na periferia e fechando a colina artificial através de uma autêntica “coroa” de blocos e lajes de maior porte – fecho do *tumulus* – posicionada obliquamente sobre uma nova camada de terras compactas da mamoa e apoiando-se directamente no substrato rochoso de base. Para além destas, refira-se ainda a presença de outras estruturas – corredor intratumular, átrio e fecho do átrio – que adquirem a sua importância enquanto espaços marcadamente simbólicos.

Com efeito, e na zona fronteira do monumento, após a escavação e remoção da estrutura de condenação, constituída essencialmente pela deposição algo caótica de pequenas e médias pedras em granito e quartzo, soltas e misturadas com alguma terra, foi possível observar a presença de dois outros espaços, a descoberto e bem diferenciados, conotados com áreas rituais e de acesso ao interior do monumento – corredor intratumular e átrio –, encontrando-se separados entre si por três blocos graníticos colocados transversalmente em relação ao eixo longitudinal do monumento. Mais que funcional, esta segmentação relacionar-se-á com a demarca-

<sup>7</sup> Pese embora seja este o comprimento máximo do esteio de cabeceira, deveremos ter em conta que o primitivo piso de utilização do sepulcro, infelizmente não preservado, deveria posicionar-se a cerca de 0,40 m acima da base deste, proporcionando um espaço de circulação com cerca de 1,90 m de altura.

<sup>8</sup> Tendo como referência o esteio 11, o qual se apresenta completo. Quanto aos restantes, surgem-nos parcialmente mutilados ao nível do topo.

<sup>9</sup> No interior da câmara, e até cerca de 1,20 metros de distância da laje de cabeceira, observou-se uma depressão no saibro de base que, quanto a nós, se deverá a remeximentos clandestinos ou o resultado da intervenção efectuada na década de 50 pelo geólogo Albuquerque e Castro (Castro, 1960).

ção simbólica destas duas áreas distintas, procurando-se diferenciá-las de forma propositada (Figs. 4 e 5).

Refira-se que o contraforte não se limitava a contornar a construção dolménica – que nesse caso findaria junto aos primeiros esteios do corredor – mas prolongava-se e descaía gradualmente para além deste ao longo de três metros, propiciando assim a definição destes novos espaços de acesso cujo piso de circulação se apresentava a uma cota mais elevada relativamente à da estrutura interna megalítica.

Assim, desde o início do corredor ortostático desenvolvia-se para o exterior uma outra passagem a descoberto, alongada e relativamente estreita – corredor intratumular –, de planta tendencialmente sub-rectangular com c. de 3,40m de comprimento e aproximadamente 1,20m de largura máxima<sup>10</sup>, caracterizando-se por possuir duas estruturas paralelas compostas por blocos e lajes de tamanho médio e grande, em granito, descaído gradualmente de altura (0,60/0,20m) até atingir o nível das terras originais do átrio; estes blocos e lajes encontravam-se parcialmente inclinadas para o exterior, contendo ao mesmo tempo o restante contraforte e acompanhando a sua curvatura (Figs. 13 e 14).

Nos limites mais exteriores desta nova passagem, foi possível identificar uma fiada de três blocos graníticos (0,30m de largura), algo inclinada para o exterior e disposta transversalmente em relação ao eixo longitudinal do monumento. Sem qualquer função de ordem técnica, poderá relacionar-se com a intenção dos construtores em demarcarem um espaço mais sagrado e restrito (Fig. 6).

Após a disposição destes diferentes elementos (estrutura dolménica, contraforte e corredor intratumular), ter-se-á procedido à construção do montículo artificial envolvente, cobrindo-os parcial ou totalmente. Contudo, e na área fronteira ao corredor intratumular, o revestimento e fecho pétreo da mamoa diminuía gradualmente e interrompia-se.

Através deste plano arquitectural, os construtores do megálito obtiveram uma nova área de circulação (átrio), de configuração tendencialmente ovalada com cerca de 2,70m de comprimento por 1,50m de largura, cujo acesso, a nascente, era condicionado por uma estrutura frontal disposta horizontalmente em arco (c. de 0,90m de largura) e interrompida lateralmente (c. de 0,90m de largura) – fecho do átrio (Figs. 6 e 14).

Foi precisamente nesta zona que se compulsou, num contexto deposicional preciso sob a estrutura de condenação, um dos dois machados em pedra polida recolhidos no decurso da presente intervenção (Fig. 21-2). A sua localização não será casual mas antes reforça as interpretações destes espaços como áreas rituais de excelência.

Em suma, o acesso ao interior do sepulcro, descentrado, a descoberto e com cerca de 5,20m de comprimento, far-se-ia através de dois espaços demarcados por uma fiada de blocos dispostos transversalmente – átrio e corredor intratumular. Um acesso feito mediante a passagem por espaços bem definidos e materializados no terreno pela construção de pequenas estruturas facilmente transponíveis, mas inseridas num circuito simbólico/ritual preciso e que provavelmente nem todos percorreriam (Fig. 6).

Parece haver, nesse percurso, toda uma série de constrangimentos, uns de ordem física como a própria altura dos esteios do corredor que obrigariam a que quem entrasse se baixasse e o transpusesse numa posição algo incómoda e muito flectida, outros simbólicos como o “murete” que fecha o átrio pelo exterior e a “separação” entre átrio e corredor intratumular através da disposição transversal de uma fiada de blocos. O mesmo é extensivo à diferença de cotas no terreno a que foram posicionadas as bases da estrutura dolménica relativamente às ditas estruturas simbólicas. Na verdade, e com base nos restos preservados do piso de circulação do corredor intratumular, é possível afirmar-se que a entrada no corredor ortostático se fazia através de um plano inclinado, atingindo um desnível com c. de 0,30m.

<sup>10</sup> Refira-se os remeximentos tidos neste espaço, distorcendo a ideia da configuração original do corredor intratumular.

Um dos últimos momentos deste circuito estaria obrigatoriamente relacionado com o periódico arredar da porta de acesso ao interior da câmara. Esta – a avaliar por outros exemplos conhecidos – consistiria numa laje delgada disposta numa posição próxima da vertical; entretanto já desaparecida, estaria colocada a tapar a entrada do corredor ortostático, impedindo o acesso directo ao interior. Seria provavelmente este o último momento de todo um caminho que, reservado apenas a alguns elementos da(s) comunidade(s) construtora(s), culminaria na chegada à câmara funerária, repleta de uma complexa iconografia de cariz mágico-religiosa<sup>11</sup>.

Do ponto de vista temporal, e tendo em conta o cariz marcadamente arcaizante dos escassos materiais exumados (Fig. 21) bem como o que se conhece do megalitismo do Noroeste peninsular e Beiras<sup>12</sup>, poder-se-á afirmar que o Dólmen 2 de Chão Redondo terá tido um curto período de utilização e uma única fase de ocupação ocorrida entre o último quartel do V milénio A.C. e a primeira metade do milénio seguinte.

### 5.3. O PROJECTO CONSTRUTIVO

Um projecto construtivo com características tão precisas como o de Chão Redondo 2, envolvendo noções muito exactas de simetria e de equilíbrio na disposição dos monólitos constituintes da câmara e corredor, no desenvolvimento do contraforte, propiciando a definição de novos espaços a descoberto, e do próprio *tumulus*, exigia um plano prévio pensado de raiz por parte de quem o construía. Daí que monumentos do género tenham chegado até aos dias de hoje em tão bom estado de conservação. E era a partir desse mesmo plano que o monumento se construía de dentro para fora.

Os esteios poderão ter sido simplesmente extraídos de pedreiras existentes nas imediações reduzindo, comparativamente a outros cujos monólitos terão sido recolhidos a uma significativa distância do local de edificação, o número de pessoas e o esforço dispendido no já exigente transporte dos mesmos.

O esteio de cabeceira, pedra basilar de toda a construção, pesando c. de quatro toneladas, terá sido o primeiro elemento a ser colocado. Ao contrário dos restantes monólitos que compõem o espaço da câmara, este foi o único disposto em posição subvertical suportando, num processo de descarga de peso, grande parte da força exercida pelos congéneres laterais, sobrepostos, de menores dimensões e mais inclinados para o interior. Num primeiro momento, e antes da construção do *tumulus*, os elementos constitutivos da câmara estariam unicamente estabilizados pelas fossas de implantação previamente abertas no substrato de base, por calços internos e externos, provavelmente por troncos de madeira que posteriormente seriam removidos e, acima de tudo, pela acção que os esteios exerciam uns sobre os outros (Fig. 6).

O corredor ortostático, com esteios significativamente de menores dimensões, simplesmente adossados e com um peso médio inferior a uma tonelada, seria o segundo elemento a ser construído, utilizando-se a mesma técnica de estabilidade (Fig. 6).

Dentro desta genealogia do monumento, será de relevar o facto das gravuras aí presentes, com grande probabilidade e por motivos que à frente apresentaremos, terem sido realizadas num momento prévio à colocação dos esteios *in situ*.

Concluída a disposição da estrutura ortostática, e pelo seu exterior, ter-se-á iniciado a construção de um poderoso contraforte, cuidadosamente elaborado com lajes de médias e grandes dimensões, perfeitamente imbricadas entre si, arrancando directamente do afloramento rochoso ou do pequeno nível de solo antigo conservado. Esta estrutura não se limitou a contornar a cons-

<sup>11</sup> Sobre este e outros aspectos importantes relativos à arte megalítica, veja-se a análise em artigo de fundo publicado recentemente por Maria de Jesus Sanches com base no estudo dos dólmenes do Noroeste Peninsular (Sanches, 2008/9).

<sup>12</sup> Sobre a cronologia do megalitismo da região, remetemos o leitor para Cruz, 1995; 1997.

trução dolménica, terminando junto aos primeiros esteios do corredor, mas desenvolveu-se para Nascente propiciando a definição dos contornos do corredor intratumular (Fig. 15).

O passo seguinte, quiçá de maior investimento em termos de tempo e de recursos humanos necessários à procura, selecção, transporte e disposição cuidada dos elementos em causa, terá consistido na ampliação gradual do montículo artificial: colocação de terras recobrando parte do contraforte, disposição de uma estrutura pétreia intermédia, nova camada de terra e, por fim, uma outra estrutura pétreia, bem elaborada e mais possante, contendo e fechando o montículo – fecho do *tumulus* (Fig. 15). O contorno mamilar do *tumulus* é apenas interrompido na área fronteira do monumento, definindo um novo espaço de acesso – o átrio. Seguidamente terá sido construído o anel de fecho do átrio, unindo-se lateralmente ao fecho do *tumulus* (Fig. 14).

Numa fase final, e muito provavelmente depois da mamoa ter sido devidamente acondicionada com terra, terão sido arrastadas e colocadas as lajes de cobertura da câmara e do corredor. Os acabamentos terão talvez consistido no revestimento pétreo da mamoa e, presumivelmente, na colocação do piso térreo de circulação e/ou deposição dos diversos espaços de acesso.

O monumento, após o seu tempo de utilização, não muito longo, terá sido encerrado através da “condenação” dos diversos espaços de acesso a descoberto, patentes na área fronteira do mesmo. Um processo ritualizado, por vezes acompanhado pela deposição de oferendas e prática de fogueiras, culminando na colocação algo caótica mas intencional, de terra e pedras fechando toda a área do corredor intratumular e átrio. O acesso ao monumento é como que “disfarçado” e a colina artificial passa definitivamente a ostentar uma forma mamilar.

#### **5.4. A ESTRATIGRAFIA**

A escavação do Monumento 2 de Chão Redondo proporcionou a análise de três perfis estratigráficos, dos quais resultou um melhor entendimento da forma como o dólmen foi construído, assim como das diferentes características estruturais evidenciadas.

Os perfis analisados abarcam as principais áreas intervencionadas, facultando o registo de todos os níveis estratigráficos identificados e estruturas associadas.

Os perfis 1 e 2 correspondem a leituras longitudinais do monumento, englobando o Quadrante e.ne e a Sanja o.so. Encerram em si níveis estratigráficos e estruturas correspondentes a cinco realidades distintas: átrio, corredor intratumular, corredor, câmara e mamoa.

O perfil 3 propiciou uma visão parcelar da zona de passagem do espaço da câmara para o corredor. Este registo, não muito habitual para este tipo de monumentos, só foi obtido devido à espoliação dos dois primeiros esteios laterais da câmara. Este facto permitiu observar os contrafortes e subsequentes níveis estratigráficos preservados no lado externo dos dois últimos esteios do corredor (Fig. 7).

##### **5.4.1. Quadrante sudeste e Sanja noroeste, perfil e.ne.-o.so., lado n.no. (G1 a G11)**

Com uma extensão de 20 m, este perfil corresponde a uma leitura longitudinal de todo o monumento, feita a partir do anel do fecho do átrio (quadrados G1 e G2), até ao fecho do *tumulus* (G10), incorporando duas áreas distintas. Uma funcional, correspondente ao desenvolvimento, para sudeste, do eixo do monumento a partir do esteio de cabeceira, nomeadamente através da vista, em alçado, dos esteios do corredor e da câmara, o prolongamento do contraforte definindo o espaço do corredor intratumular, a estrutura de condenação e o fecho do átrio. A outra, meramente estrutural, traduz-se, no lado oposto, pela vista seccionada do interior do montículo, onde se destaca o possante contraforte e a estrutura de fecho do *tumulus*.

Convencionalmente identificado com o nº 1, tal perfil afigurou-se como imprescindível para uma melhor compreensão das estruturas e níveis estratigráficos ainda preservados no interior do

sepulcro, bem como na área fronteira ao corredor, nomeadamente no que concerne à sua estrutura de acesso e subsequente encerramento definitivo (Fig. 7-1).

Assim, e para além da vista, em projecção, dos esteios do dólmen, foi possível identificar as seguintes estruturas:

- **Estrutura de fecho do átrio**, observável na quadrícula G2, coberta pela camada 3. Trata-se de uma estrutura pétreo, composta por elementos de dimensões médias, muito bem imbricados, sobrepostos em duas fiadas. Em planta adquire uma forma arqueada, disposta ao longo das quadrículas F2 e G2.
- **Estrutura de condenação**, patente nas quadrículas G2, G3 e G4. Estrutura edificada na fase terminal de utilização do sepulcro. Formada por terras (c.3) e pedras colocadas de forma desorganizada e pouco estruturada. Encontrava-se parcialmente destruída pelos trabalhos de escavação levados a cabo por Albuquerque e Castro e/ou por violações anteriores, na área de confluência com a entrada do corredor. Iniciando-se e/ou misturando-se com a estrutura de selagem do corredor intratumular, esta desenvolvia-se até à estrutura de fecho do átrio, cobrindo-a parcialmente. Encerrava as diferentes etapas de acesso – átrio e corredor intratumular –, consumando e ampliando o aspecto mamilar do *tumulus*.
- **Estrutura de selagem do corredor intratumular**, localizada na quadrícula G4. Composta por elementos pétreos de dimensões médias, dispostos de forma organizada em fiadas. À semelhança da estrutura de condenação, também esta foi fortemente truncada no espaço fronteiro, a descoberto, do corredor ortostático. Estrutura construída na fase de encerramento do monumento, obliterando o corredor intratumular e impedindo o acesso ao interior do sepulcro, encostando e selando a “porta” que, originalmente, estaria disposta transversalmente à entrada do corredor.
- **Prolongamento do contraforte**, observável nas quadrículas G2 e G3. Estrutura composta por robustas lajes graníticas dispostas obliquamente e imbricadas entre si, muito bem elaborada e possante, vincando os contornos do corredor intratumular e do átrio. Encontrava-se parcialmente coberto pela estrutura de condenação, assim como pelas terras compactas do *tumulus* (c.5).
- **Alçado sudoeste dos esteios da câmara e do corredor**, diferenciados em altura. Relativamente ao corredor, refira-se que o primeiro esteio é ligeiramente mais baixo do que os restantes, observando-se fenómeno idêntico no alçado oposto. Julgamos que este facto estará intimamente relacionado com os constrangimentos corporais impostos aos utilizadores, obrigando a curvarem-se no momento em que entravam no interior do sepulcro.
- **Couraça ou revestimento pétreo superficial do tumulus**, observável nas quadrículas G7 a G9. Trata-se de uma fiada de lajes graníticas dispostas obliquamente, revestindo a superfície da mamoa, já um pouco deteriorada, observando-se alguns elementos afastados da sua posição original.
- **Contraforte dos esteios**, patenteado nas quadrículas G7 e G8. Trata-se de uma poderosa estrutura pétreo, cuidadosamente construída e adossada exteriormente aos esteios da estrutura megalítica, sendo composta por lajes de médias e grandes dimensões, imbricadas entre si e com algumas bolsas de terra entremeando as diferentes camadas. Na área encostada aos esteios, assume-se como um autêntico “cairn”, adquirindo uma forma mais compacta, com poucos espaços entre os elementos pétreos.
- **Estrutura intermédia de reforço do tumulus**, observável na quadrícula G8 e G9. Construída a meio das terras *in situ* do *tumulus*, desenvolve-se a partir do substrato rochoso. É composta por lajes de médias e grandes dimensões dispostas obliquamente. Relacionar-se-ia primitivamente com o revestimento pétreo superficial.
- **Fecho do tumulus**, registado nas quadrículas G9 e G10. Anel pétreo composto por lajes de

dimensões consideráveis, dispostas obliquamente, assumindo a função de contenção do contraforte e das terras compactas do *tumulus*. Julgamos que esta estrutura formava inicialmente um círculo perfeito em torno de toda a mamoa, encontrando-se em consonância com o fecho do átrio, que o completava na área fronteira do monumento.

- **Anel pétreo externo**, visível nas quadrículas G10 e G11. Trata-se de um aglomerado de pedras de dimensões reduzidas, colocadas de forma caótica na área externa do fecho do *tumulus*. Esta estrutura foi igualmente observada na Sanja s.se. Inicialmente julgámos tratar-se de uma acumulação de material pétreo proveniente da couraça de revestimento da mamoa. No entanto, esta estrutura encontra-se coberta pelas mesmas terras que revestiam o topo do *tumulus* evidenciando dessa forma que foram colocadas na mesma altura.

A intervenção nesta parte do monumento, além de possibilitar a identificação de todo um conjunto de estruturas com funções claramente distintas, permitiu ainda a seguinte leitura estratigráfica:

- Camada 1** – Terra humosa superficial de tonalidade castanha clara, com muitas raízes, médias e finas, e elementos pétreos grosseiros; compacticidade reduzida e granulidade média. Artefactualmente estéril.
- Camada 2** – Bolsa de terras húmidas de tonalidade cinzenta, com muitas raízes, médias e finas; compacticidade reduzida e grão fino. Localizava-se exclusivamente na área do átrio, sobre a estrutura de fecho do mesmo, pautando-se pela inexistência de espólio.
- Camada 3** – Terra escura com algumas manchas cinzentas, muito compacta e fina, distribuindo-se por toda a área do átrio e do corredor intratumular. Encontra-se intimamente relacionada com a estrutura de condenação do monumento. Sob esta, e na forma de pequenas bolsas que preenchiam pequenas depressões da rocha de base, identificou-se uma fina camada relacionada com o piso de utilização primário que, na sua larga maioria, deveria ser feito ao nível do substrato rochoso.
- Camada 4** – Terras castanhas claras, arenosas, soltas, artefactualmente estéreis. Correspondem a terras colocadas por Albuquerque e Castro no interior da câmara e corredor do monumento, depois de terminada a sua intervenção.
- Camada 5a** – Terra de tonalidade cinzenta, com algumas raízes de calibre médio/fino; grão fino, apresentando-se relativamente compacta. Relacionar-se-á com o revestimento final do *tumulus*, depositado sobre o contraforte dos esteios e fecho da mamoa.
- Camada 6a** – Terras castanhas escuras de grão fino, muito compactas. Terras do *tumulus* conservadas *in situ*, dispostas sobre a forma de bolsas entre a couraça de revestimento e os maciços do contraforte.

#### **5.4.2. Quadrante sudeste e Sanja noroeste, perfil o.so.-e.ne, lado s.se (G1-G7 e F7-F11)**

O corte estratigráfico 2, igualmente com 20 m de extensão e distando apenas 1,50 m para Sul do anterior, apresenta características bastante semelhantes, permitindo reforçar algumas particularidades (Fig.7-2).

Assim sendo, e principiando a leitura de forma inversa ao corte anterior, é perfeitamente visível o fecho do *tumulus* nas quadrículas F10 e F9, representado por duas lajes de dimensões consideráveis, dispostas obliquamente, sustentando a pressão efectuado pelas toneladas de terra e pedras colocadas sobre o exterior da estrutura megalítica.

É igualmente observável a estrutura intermédia de reforço do *tumulus* e o contraforte, expresso neste perfil pela presença de elementos de grande porte, pesando alguns centenas de

quilos (quadrículas F9 a F7). Refira-se a forma como o contraforte encosta ao esteio de cabeceira, exercendo uma pressão em sentido contrário.

Ambas as estruturas se encontram cobertas pela couraça de revestimento pétreo.

Dos esteios do dólmen, destaque para espessura da cabeceira (E7), colocado a maior profundidade relativamente aos restantes, encontrando-se a sua base a cerca de um metro abaixo do piso de circulação do átrio.

Na área fronteira observa-se a estrutura de selagem, representada na totalidade da extensão registada em planta (G4), o limite do corredor intratumular, definido pelo prolongamento do contraforte para sudeste (G3 e G2), o fecho do átrio, expressado neste corte por mais elementos (G2 e G1), assim como a estrutura de condenação selando definitivamente todo o espaço (G3 a G1).

Estratigraficamente, as camadas apresentam as mesmas características das registadas no corte contíguo.

#### **5.4.3. Quadrante sudeste, perfil n.no.-s.se., lado o.so (G6-F6)**

O corte estratigráfico 3, com 1,50 m de extensão, secciona transversalmente a zona de passagem do espaço da câmara para o corredor, tendo sido propiciado devido à espoliação dos dois primeiros esteios laterais da câmara, possibilitando a observação das seguintes estruturas (Fig. 7-3).

- **Contraforte externo do esteio 10** (quadrícula G6). Poderosa estrutura pétreo, construída e adossada exteriormente ao esteio. Formada por lajes de médias e grandes dimensões, imbricadas entre si. Construção tipo “cairn”, muito compacta, patenteando poucos espaços entre os elementos pétreos. A forma como os elementos estão dispostos, tendencialmente oblíquos ao esteio, permite desempenhar a função pretendida sem exercer pressão sobre o monólito.
- **Esteio 10 em secção** (quadrícula G6). Observa-se a forma subvertical como o esteio, *in situ*, se dispõe. Atente-se a um calço colocado sob a base, conferindo estabilidade ao subsolo.
- **Esteio 4 em secção** (quadrícula F6). Esteio ligeiramente deslocado da sua posição original. A base foi desviada obliquamente da primitiva posição, provocando, ao nível do topo, uma acentuada inclinação para o interior do corredor. Esta acção deve estar relacionada com o momento em que foi removido o esteio da câmara contíguo. Ainda dentro do mesmo contexto, o contraforte externo sofre uma série de alterações estruturais, colocando em risco a sua primitiva função.
- **Contraforte externo do esteio 4** (quadrícula F6). Em tudo idêntico ao observado no contraforte do esteio 10, pese embora as alterações estruturais sofridas no seguimento das acções destrutivas.

Estratigraficamente, distinguem-se duas novas realidades:

**Camada 5b** – Terra castanha escura de granulidade média/fina, apresentando-se relativamente compacta, relacionando-se com o revestimento final do contraforte. Assume uma relação directa com a camada 5a registada nos perfis anteriormente descritos, exercendo a mesma função e depositada no mesmo momento.

**Camada 6b** – Terras negras de grão fino, muito compactas. Terras do *tumulus* conservadas *in situ*, sob a base do contraforte. Também neste caso se pode estabelecer uma relação com a camada 6a.

## 6. AMOSTRAGEM DE SEDIMENTOS E RESTOS VEGETAIS CARBONIZADOS

Tendo em vista futuros estudos pedológicos e paleoambientais, visando um melhor conhecimento da cobertura vegetal, características e potencialidades agronómicas dos solos em tempos pré-históricos, procedeu-se à recolha de diversas amostragens de sedimentos em dois locais distintos do corte estratigráfico 2, mais concretamente na área referente ao montículo artificial envolvente.

Na verdade, a escavação deste tipo de monumentos, principalmente quando os *tumuli* se encontram em bom estado de preservação, permite a identificação, nomeadamente sobre as couças pétreas e os contrafortes, de níveis estratigráficos preservados contemporâneos ou anteriores à construção do monumento (terras da mamoa ou níveis de solos antigos preservados).

Assim sendo, e no caso concreto do Monumento 2 do Chão Redondo, observou-se, após o desmonte das estruturas pétreas da Sanja o.so, a presença de dois níveis estratigráficos (camadas 5 e 6) com potencial para o estudo em causa.

No âmbito da Palinologia, recolheram-se 20 amostras de terra sensivelmente em iguais quantidades, tendo sido efectuadas por duas colunas dispostas paralelamente no mesmo corte estratigráfico. A primeira localizou-se entre o contraforte e a estrutura intermédia de reforço do *tumulus*; a segunda entre esta e o fecho da mamoa.

Aproveitando as mesmas colunas, efectuaram-se posteriormente 9 amostras no âmbito da Pedologia (Fig. 8).

**Quadro I**

Nº	Localização	Observações
1	F8, 0 X 192 X 117; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Sob a couraça pétrea
2	F8, 0 X 188 X 111; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	idem
3	F8, 0 X 192 X 105; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
4	F8, 0 X 188 X 99; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
5	F8, 0 X 192 X 95; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
6	F8, 0 X 188 X 91; camada 5a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
7	F8, 0 X 192 X 87; camada 5a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	idem
8	F8, 0 X 188 X 70; camada 1	Topo da couraça pétrea
9	F8, 0 X 51 X 146; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Entre o contraforte e a estrutura intermédia de reforço
10	F8, 0 X 49 X 141; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	idem
11	F8, 0 X 51 X 136; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	idem
12	F8, 0 X 49 X 129; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
13	F8, 0 X 51 X 124; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
14	F8, 0 X 49 X 117; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
15	F8, 0 X 51 X 111; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
16	F8, 0 X 49 X 105; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
17	F8, 0 X 51 X 95; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Idem
18	F8, 0 X 49 X 89; camada 6a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	idem
19	F8, 0 X 59 X 61; camada 5a, terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i>	Topo da couraça
20	F8, 0 X 61 X 53; camada 1	–

Quadro II

Nº	Localização	Observações
I	F8, 0 X 195 X 117; camada 6a, terras <i>in situ</i> do tumulus	Sob a couraça pétreo
II	F8, 0 X 185 X 103; camada 6a, terras <i>in situ</i> do tumulus	idem
III	F8, 0 X 195 X 91; camada 5a, terras <i>in situ</i> do tumulus	idem
IV	F8, 0 X 185 X 70; camada 1	Topo da couraça
V	F8, 0 X 55 X 141; camada 6a, terras <i>in situ</i> do tumulus	Entre o contraforte e a estrutura intermédia de reforço
VI	F8, 0 X 45 X 124; camada 6a, terras <i>in situ</i> do tumulus	idem
VII	F8, 0 X 55 X 105; camada 6a, terras <i>in situ</i> do tumulus	idem
VIII	F8, 0 X 55 X 70; camada 5a, terras <i>in situ</i> do tumulus	Topo da couraça
IX	F8, 0 X 55 X 53; camada 1	–

Por último, com vista a futuras datações radiocarbónicas, foram recolhidas cinco amostras de restos vegetais carbonizados, passíveis de datar o momento de utilização e encerramento do monumento.

**Amostra 1** – Recolhida na camada 3, quadrícula G1 (179 x 186 x 135 cm), sobre o topo do afloramento rochoso, encostado ao anel pétreo de fecho do átrio.

**Amostra 2** – Recolhida na camada 3, quadrícula F2 (50 x 40 x 118 cm), entre as pedras da estrutura de condenação.

**Amostra 3** – Recolhida na camada 3, sobre o piso de circulação, quadrícula F2, correspondendo a vários fragmentos de material vegetal carbonizado compulsado na crivagem.

**Amostra 4** – Recolhida na camada 3, quadrícula F3 (185 x 136 x 130 cm), ao nível do piso de circulação do corredor intratumular.

**Amostra 5** – Recolhido na camada 3, quadrícula F3 (142 x 154 x 115 cm), entre as pedras da estrutura de condenação.

## 7. CULTURA MATERIAL

O material arqueológico recolhido no decurso dos presentes trabalhos é reduzido, correspondendo na sua maioria a um conjunto de oferendas individuais e/ou colectivas comuns a outros monumentos idênticos e de carácter marcadamente arcaizante (Fig. 21).

Este conjunto é composto por artefactos em pedra polida (dois machados e um polidor), em pedra lascada (três micrólitos geométricos e um fragmento da extremidade proximal de uma lâmina) e por dois fragmentos (moventes) de mós manuais.

Destes, dois micrólitos<sup>13</sup> e um machado<sup>14</sup>, recolhidos no interior da câmara, encontravam-se deslocados da sua posição original, tendo sido exumados na camada 4, nível estratigráfico relacionado com os sedimentos colocados no interior da câmara e corredor por Albuquerque e Castro no final da sua intervenção ocorrida na década de 50 do século passado.

A escavação da área fronteira do monumento propiciou a recolha *in situ* de um machado<sup>15</sup>, um

<sup>13</sup> Um deles corresponde a um trapézio aparentemente simétrico com truncaturas curtas oblíquas, ligeiramente fragmentado numa das pontas da base maior, em sílex, secção subtrapezoidal e retoques abruptos nas truncaturas, tendo sido recolhido no quadrado G7 (48 x 19 x 260 cm). Mede 3,3 cm de comprimento, 0,9 cm de largura e 0,25 cm de espessura (inv<sup>º</sup> CRED2.00.9). O outro, trata-se de um trapézio assimétrico com truncaturas muito oblíquas, em sílex, secção triangular, retoques abruptos nas truncaturas e semiabruptos na base maior, tendo sido recolhido no quadrado G7 (peneiração). Mede 2,5 cm de comprimento, 1,2 cm de largura e 0,35 cm de espessura (inv<sup>º</sup> CRED2.00.10).

<sup>14</sup> Recolhido no quadrado F6 (96 x 85 x 174 cm), em anfibolito, apresenta forma subtrapezoidal, perfil sub-rectilíneo-convexo, bordos rectilíneo-convexo, secção sub-rectangular, fio e perfil do gume convexo simétrico, talão arredondado, polimento total no gume com vestígios de uso. Mede 13,8 cm de comprimento, 5 cm de largura e 2,3 de espessura (inv<sup>º</sup> CRED2.00.7).

<sup>15</sup> Recolhido no quadrado F3 (106 x 14 x 125 cm), em anfibolito, apresenta forma sub-rectangular, perfil sub-rectilíneo-convexo, bordos rectilíneo-convexo, secção sub-rectangular, fio e perfil do gume respectivamente convexo assimétrico e simétrico, talão recto,

micrólito<sup>16</sup> e um polidor fragmentado, os quais se encontravam na camada 3 sob a estrutura de condenação, ao nível do piso de circulação primário. O machado apresentava-se encostado aos elementos pétreos da estrutura que separava o átrio do corredor intratumular. Esta deposição, presumivelmente de carácter votivo, poderá estar associada ao ritual de encerramento do monumento.

No corredor intratumular, sob a estrutura de selagem e ao nível do piso de circulação (camada 3), foi identificado *in situ* um fragmento de lâmina, em sílex<sup>17</sup>.

Os dois fragmentos de mós, em granito, foram recolhidos entre os elementos pétreos das estruturas que compunham o contraforte<sup>18</sup> e no revestimento superficial da mamoa<sup>19</sup>, ambos com a face polida virada para baixo. Neste caso concreto, não poderemos falar de uma deposição ritual, mas sim, eventualmente, de uma reutilização de material.

O pequeno conjunto de micrólitos geométricos é composto por dois trapézios simétricos com truncaturas oblíquas e um segmento de círculo, todos sobre lâmina. São em sílex, apresentando retoques abruptos e marginais.

A lâmina, fragmentada a nível proximal, apresentava uma secção trapezoidal e um perfil rectilíneo, com retoques semiabruptos descontínuos em ambos os lados.

Os machados, em pedra polida, apresentam tipologias distintas, expressas principalmente ao nível da forma, bordos, fio do gume e talão, não apresentando polimento total da peça.

Recorde-se que a anterior intervenção levada a cabo por Albuquerque e Castro havia já proporcionado a recolha, no interior do corredor, de duas lâminas em sílex branco de secção triangular, um fragmento de machado em xisto anfibólico, um fragmento cerâmico liso, um percutor esferoidal de granito, dez seixos rolados de quartzito, bem como “vários fragmentos de matéria corante” (Castro, 1960).

Os dois conjuntos artefactuais revelam uma coerência cronológica, traduzida por um carácter marcadamente arcaizante, permitindo-nos pressupor a existência de uma única fase deposicional funerária situada no último quartel do V<sup>o</sup>, inícios do IV milénio A.C., caracterizada pela quase ausência de cerâmica.

Em conformidade com o que se tem constatado para as fases mais antigas do megalitismo, nomeadamente na Beira Alta (Gomes, 1996; Gomes *et alii*, 1998; Carvalho, 2005; Cruz, 2001) e no Norte de Portugal (Cruz, 1992), poderemos aceitar que a ausência de cerâmica e de pontas de seta indicará um carácter arcaizante do mobiliário fúnebre de alguns dólmenes, incorporando estes numa fase inicial ou média do megalitismo.

O Monumento 1 de Chão Redondo, tipologicamente idêntico, bem como a vizinha Anta da Capela dos Mouros, de planta “barquiforme” alongada, evidenciam características muito semelhantes ao nível do enxoval fúnebre, revelando uma quase total ausência de cerâmica, indiciando igualmente uma cronologia semelhante.

## 8. A ICONOGRAFIA

Fotografias das lajes decoradas de Chão Redondo 2 foram publicadas por Albuquerque e Castro no seu trabalho monográfico (Castro, 1960). Desenhos efectuados a partir destas fotogra-

---

polimento total no gume com vestígios de uso, depressão longitudinal numa das faces. Mede 10,7 cm de comprimento, 3,1 cm de largura e 1 cm de espessura (inv<sup>o</sup> CRED2.00.8).

<sup>16</sup> Trata-se de um segmento assimétrico largo, em sílex, secção triangular e retoques abruptos nas truncaturas, tendo sido recolhido no quadrado F2 (peneiração). Mede 2 cm de comprimento, 0,9 cm de largura e 0,2 cm de espessura (inv<sup>o</sup> CRED2.00.11).

<sup>17</sup> Proveniente do quadrado G4 (79 x 90 x 139 cm), possui secção trapezoidal e perfil rectilíneo com retoques semiabruptos, marginais, directos, subparalelos, descontínuos em ambos os lados. Fragmentada ao nível proximal, mede 2,8 cm de comprimento, 1,2 cm de largura e 0,2 cm de espessura (inv<sup>o</sup> CRED2.00.12).

<sup>18</sup> De configuração subovóide (9 cm de comprimento x 7,5 cm de largura x 6,7 cm de espessura) foi recolhido no quadrado F8, camada 5 (131 x 125 x 86 cm) (inv<sup>o</sup> CRED2.00.2).

<sup>19</sup> De configuração sub-rectangular (9,4 cm de comprimento x 6,7 cm de largura x 3,5 cm de espessura), provém do quadrado F7, camada 1 (60 x 80 x 66 cm) (inv<sup>o</sup> CRED2.00.3).

fias foram posteriormente dados a conhecer por Elizabeth Shee na sua obra seminal (Shee Twohig, 1981: figs. 35 e 36). Correspondem, portanto, os desenhos que agora apresentamos aos primeiros decalques directos que se efectuaram neste monumento.

Passando à descrição dos esteios, comecemos por aquele cujas representações o tornam o centro do discurso figurativo presente no monumento. Referimo-nos ao esteio que analogamente é também o suporte máximo e fundamental da estrutura arquitectónica aqui erigida – o esteio de cabeceira (Figs. 9 e 18). Nele encontramos, ocupando praticamente dois terços do espaço operativo, um enorme arboriforme constituído por nove V abertos dispostos uns sobre os outros e rematados por um sulco vertical; adossado ao último V encontra-se o primeiro de uma sequência de quatro V's invertidos; abaixo do último destes, encontramos do lado esquerdo um conjunto de quatro / sendo que os dois do centro se encontram ligados pelas extremidades exteriores; frente a esta sequência encontramos três \, encontrando-se os dois do topo igualmente ligados; abaixo destes conjuntos foi gravado um outro V invertido duplo com as extremidades exteriores ligadas; finalmente, um V invertido separa o conjunto até agora referido de um outro conjunto com dois V's invertidos e quatro dispostos correctamente ligados entre si por um sulco vertical. O conjunto é ladeado a cada lado por um ziguezague sendo que o do lado esquerdo está reduzido a dois troços separados e o do lado oposto parece, na sua metade inferior, ter sido em determinados pontos, duplo. Todo o conjunto foi conseguido por picotagem, observando-se bem os negativos de contorno arredondado.

Este esteio é ladeado à direita por um outro também profusamente decorado, sendo o seu repertório figurativo estruturado por quatro ziguezagues dispostos na vertical, o segundo a contar da esquerda partido em dois e o terceiro duplo (Fig. 9). Entre o segundo e o terceiro, em cima, foi gravado um círculo, e entre os dois últimos outros dez dispostos, sete destes em sequência vertical; um dos restantes encontra-se à esquerda do intervalo entre o segundo e o terceiro a contar da base; os outros dois foram figurados um ao lado do outro à esquerda da base do último ziguezague. Será de referir ainda que o primeiro da sequência vertical é dotado de um ponto central e que o terceiro a contar da base da sequência se encontra ligado por um pequeno sulco ao ziguezague duplo. Tal como no caso de esteio anteriormente descrito, a técnica empregue na execução das figurações aqui presentes foi a picotagem.

Do esteio situado à esquerda do de cabeceira conhecemos referências a gravuras – três motivos em U, dois destes abertos para a direita e um aberto para a esquerda. Contudo, após cuidada observação chegámos à conclusão de que nos encontramos perante um caso de *ludus natura*.

O último esteio historiado do monumento encontra-se já no lado norte do corredor, correspondendo ao último antes de entrarmos na câmara. Neste observamos um meandro em cuja terminação inferior encontramos quatro sulcos, dois divergindo para a esquerda do meandro e outros dois para a direita; entre esta composição e o limite esquerdo do esteio reconhece-se ainda um sulco em S e uma figura subovóide aberta à esquerda constituída por um sulco recto a que se acrescentou uma linha curva (Fig. 9).

Não podemos terminar este périplo sem antes nos debruçarmos sobre uma laje exumada por Albuquerque e Castro que “estava atravessada na câmara” (Castro, 1960: 160). Pelo que se depreende da leitura daquele texto, a pedra encontrar-se-ia inclinada e não propriamente deitada, uma vez que a “cabeça e face” se encontravam para baixo e a “base e o verso para cima”. Que o autor admita que a causa de entrada na câmara terá sido a perda do apoio norte pressupõe que talvez, por subtis indícios, nos indique que interpretaria tal laje como de cobertura da câmara (situação cujas dimensões da pedra permitiriam – 1,70m x 0,70m x 0,55m). Estaríamos assim perante um discurso figurativo que se prolongaria pelo tecto da câmara, situação inédita no megalitismo peninsular. Contudo, é preciso ter em conta que até há bem pouco tempo, no Dólmen 1 do Carapito também se falava numa “Pedra-Altar” decorada quando afinal se estava

perante um fragmento de esteio (Cruz & Vilaça, 1990: 19), situação essa que não nos espantaria que aqui também viesse a suceder. Quanto às figurações presentes na laje, apenas nos podemos socorrer das imagens publicadas (Castro, 1960: Est. III. 2; Shee Twohig, 1981: fig. 35) uma vez que não houve oportunidade de estudarmos a peça. *Grosso modo*, o que se encontra publicado corresponde a uma composição estruturada em torno de figura sub-retangular disposta na horizontal e seccionada por cinco sulcos paralelos ao eixo menor; o sulco horizontal do topo termina numa curva exterior para baixo; por sua vez, a partir do canto superior esquerdo desenvolve-se figura de tendência oblonga com o lado maior de cima ligeiramente curvo e o de baixo levemente estrangulado; à esquerda desta foi adossado um motivo em U aberto em cima, motivo que se repete à sua direita, desta vez aberto para baixo; em cima à esquerda observa-se uma figura de tendência ancoriforme e à direita um sulco de onde partem dois traços perpendiculares ao anterior e subparalelos entre si. Toda a composição foi interpretada por Albuquerque e Castro como uma manada de bois com a cabeça virada para baixo (Castro, 1960: 164).

Do ponto de vista da genealogia do monumento, talvez seja de referir que provavelmente os esteios tenham sido gravados numa fase prévia à sua deposição enquanto elementos de uma arquitectura. Esta situação é particularmente evidente no caso do esteio à direita do de cabeceira, porquanto a localização das gravuras excessivamente perto deste último, se muito dificultou o seu decalque ainda mais teria dificultado, ou mesmo impossibilitado, a sua gravação.

Sendo, quanto a nós, impossível encontrar significados específicos para cada uma das representações, pensamos ser mais útil a abordagem de outros aspectos interpretativos. Assim, a primeira evidência que nos salta à vista é que, tal como ocorre na generalidade da arte megalítica do noroeste, o esteio de cabeceira é marcado pela existência de uma figura tutelar de contornos antropomórficos<sup>20</sup> (Jorge, 1997: 18-20). Contudo, a tónica relativa à maior diversidade de motivos, colocada no lado esquerdo dos monumentos por Vítor Oliveira Jorge (Jorge, 1997: 24) e Maria de Jesus Sanches (2008-2009: 17-18; 2010: 24) encontra-se aqui invertida. Na verdade, é no lado norte (tanto da câmara como do corredor) que encontramos as composições mais complexas. Julgamos, no entanto, que esta singularidade não nos deve impedir de aceitar como válida a ideia de uma estruturação da gramática figurativa presente no interior de um monumento. Queremos com isto dizer que o que devemos relevar é que parte importante da informação contida por estes grafismos se estende por um dos lados do monumento e não valorizar se é o direito ou o esquerdo.

Para além desta, outras singularidades do monumento são de valorizar. Assim, não deixa de ser pertinente que apenas um esteio apresente um “ar megalítico” – o esteio à direita da cabeceira, com claros paralelos, por exemplo, no esteio 2 da Mamoia de Braña (Carballo Arceo & Vazquez Varela, 1984: 253). Já o motivo principal presente no esteio de cabeceira, se bem que passível de ser integrado, tal como Elizabeth Shee fez, nas filas de V's (Shee Twohig, 1981: 25, Table 2) tão comuns na arte megalítica, pode encontrar os seus paralelos mais evidentes na arte esquemática pintada, nomeadamente entre os arboriformes simples (A. C. Osta, 1968: 124-126). Também o do corredor apresenta um repertório difícil de paralelizar com exemplos da arte megalítica. Contudo, e na arte ao ar livre, a Pedra do Lobo (Tondela, Viseu) (Silva, 1978: 168; Santos *et alii*, 2006: 155, fig. 16) corresponde a um razoável paralelo.

Se razão existe para o último parágrafo, essa prende-se com a seguinte ideia que pretendemos passar: mais fixa e sólida que as imagens presentes no interior de um monumento é a estrutura que lhe subjaz. Se é a verdade que talvez possamos criar grandes grupos mais ou menos homogêneos que partilhem determinadas características, sejam estes mais restritos [o grupo de Viseu (Shee Twohig, 1981: 35)] ou mais vastos [o grupo do Noroeste (Bello Dieguez,

<sup>20</sup> Vamos portanto, se bem que apenas em parte, ao encontro da interpretação de Albuquerque e Castro que aqui via a figuração de um indivíduo (CASTRO, 1960: 157). Quanto à sua ideia de aqui ver as costelas do personagem, não podemos deixar de referir que interpretação foi aventada para o repertório figurativo de alguns dólmen da Bretanha (Thomas & Tilley, 1993).

1994)], a verdade é que enquanto ficarmos à superfície das coisas (isto é, pela imagética) em vez de descermos às profundezas das mesmas (ou seja, à estrutura) encontraremos sempre um ou outro caso mais ou menos “anómalo”. Por outro lado, essa estrutura não se limitaria seguramente ao monumento e possivelmente nem sequer à necrópole, estendendo-se a um território mais vasto. Talvez assim se possa explicar porque existem monumentos decorados e outros que não o são sem cairmos na entretanto já envelhecida hipótese generalista de que todos o seriam originalmente. Mas quanto a esse assunto trataremos seguidamente.

## 9. CONSOLIDAÇÃO, RESTAURO E VALORIZAÇÃO

Os trabalhos de consolidação e restauro seguiram uma linha metodológica onde estiveram sempre presente os critérios da reversibilidade, da estabilidade e da compatibilidade dos materiais e tratamentos utilizados, factores fundamentais que devem sempre orientar qualquer intervenção desta natureza.

Os métodos utilizados foram definidos em função do estado de conservação do monumento, diagnóstico das patologias, assim como dos resultados obtidos com a escavação arqueológica.

Num primeiro momento iniciou-se a recuperação da câmara funerária. Esta encontrava-se desprovida de quatro dos seus esteios, encontrando-se outros dois (E.5 e E.9) fragmentos ao nível inferior e com a base deslocada da sua posição original. Na tentativa de conferir a este espaço a sua forma primitiva, iniciámos os trabalhos de recuperação pela recolocação destes dois fragmentos nas suas posições originais (Fig. 17).

Seguidamente, nunca descurando a forma poligonal da câmara, procedeu-se à reconstituição dos esteios em falta. Para tal recorreu-se à construção de muretes em pedra vã, colocados estrategicamente no interior da estrutura megalítica, com a mesma orientação que deveriam ter os esteios originais. A escavação arqueológica permitiu a identificação de duas das fossas de implantação destes esteios, que muito contribuíram para calcular as dimensões e forma como se dispunham na câmara.

Assim, no lado sudoeste foram colocados dois muretes: um entre os esteios 6 e 5 e outro entre este último, depois de recolocado, e o esteio 4. A altura dos muretes nunca excedeu o ponto mais alto conservado do *tumulus*. No lado oposto foram edificados dois muretes a preencher o espaço compreendido entre os esteios 9 e 10. Se por um lado estes pequenos muros conferiram ao espaço em causa uma forma idêntica à original, por outro lado consolidaram a estrutura de contrafortagem que se encontrava em risco de ruir.

No corredor recolocou-se o esteio 4 na sua posição primitiva, assim como duas das tampas que jaziam tombadas.

No interior da estrutura megalítica foi colocada uma sapata de blocos pétreos graníticos de médias e grandes dimensões com cerca de meio metro de altura, simplesmente preenchida com terra.

Após o fecho das valas que haviam sido intervencionadas, procedeu-se à valorização da mamoa através da deposição de várias toneladas de terra, alteando-a e prestando-lhe uma imagem próxima da original.

No final depositou-se uma camada de brita de cor branca no interior do monumento e átrio, cobrindo parcialmente e protegendo o anel de fecho do átrio (Fig. 19).

## 10. DISCUSSÃO

O monumento a que nos temos vindo a referir pode ser alvo de análises a diferentes escalas no que concerne à sua arquitectura e modos de estar por aquela condicionada.

Assim, ao nível do monumento *per se*, este não se distingue particularmente de outros estudados na Beira Alta, nomeadamente daqueles a que fizemos referência ao longo do texto. Como aqueles, apresenta diferenças arquitectónicas internas que seguramente condicionavam a diferentes níveis a experiência de percepção do monumento, seja ao nível do acesso seja ao nível da partilha dessa percepção com outras pessoas. Assim, é evidente que um espaço mais amplo como o átrio permitia aí a existência de um maior número de pessoas que na câmara. Por outro lado, tanto o acesso ao primeiro destes espaços como ao segundo só permitia a passagem de uma pessoa de cada vez (e esta atravessá-lo-ia seguramente curvada devido à altura do corredor) enquanto a entrada para o átrio embora de forma mais simbólica também a isso obriga. Outro aspecto em comum com os monumentos atrás referidos corresponde à diferenciação material de diversos espaços, diferenciação essa que se poderá relacionar com os diversos estádios de proximidade a um conhecimento que só se aproximará da totalidade no interior do monumento; que para se atingir essa aproximação à totalidade a arquitectura nos obrigue a seguir determinadas prescrições corporais como sejam o andar curvado durante os metros que são “cercados” pelo corredor não nos poderá espantar porquanto mesmo a postura comportamental deve ser ela própria entendida como englobada no conhecimento a que se pretende aceder; foi com base neste pressuposto que linhas atrás escrevemos a propósito de “um conhecimento que só se aproximará da totalidade”. Na verdade, parte dessa totalidade é bastante restrita no tempo e corresponde por um lado à construção e por outro ao encerramento do monumento. Como escrevemos atrás, o processo de construção da própria mamoa foi, ao nível da construção, a fase que mais esforço e pessoas terá exigido, porquanto podemos admitir o importante papel que este momento terá tido e o seu profundo impacto na memória colectiva das pessoas que tomaram parte neste processo; o mesmo poderá ser dito, se bem que em menor medida, do encerramento; no entanto, se tivermos em conta o esforço que esse momento terá exigido em outros monumentos como seja o Picoto do Vasco (Vila Nova de Paiva) (Abrunhosa *et alii*, 1995) poderemos avaliar em que medida terá sido um importante momento da vida destes monumentos.

Como já referimos, o centro do monumento é o depósito de conhecimento por excelência do mesmo na sua fase entre a construção e o encerramento. Não só se encontram aí a grande parte das deposições de corpos e materiais não humanos como o grosso da arte. Aqui encontramos figurações com paralelos noutras “tradições artísticas”. Por outro lado, se olharmos para os monumentos da região (Silva, 1997), verificamos que a arte megalítica não é generalizada, para além de ser dificilmente integrável em qualquer das “províncias artísticas” que a ladeiam – a Beira Alta ou a Galiza, para não falar da hipotética região do Noroeste. Isto, leva-nos a algumas questões interessantes, a primeira das quais se prende com a quase necessidade por parte de alguns investigadores de tudo pretenderem integrar numa ampla teoria unificadora. Na verdade, a região sobre a qual agora nos debruçamos é esclarecedora porquanto a arte megalítica aqui presente (e não só a do Chão Redondo) apresenta um carácter tão *sui generis* que dá a impressão que cada monumento é ainda mais único que os de outras regiões (que de resto, também são únicos mas não de forma tão evidente) dificultando quer a pressuposição de uma “província artística” quer a integração numa outra qualquer. Por outro lado, aqui parecem ser mais evidentes as influências que a arte megalítica local sofreu quer da arte tumular de norte e de leste, quer de outras “tradições” como sejam a arte esquemática e a arte gravada de ar livre.

Ainda outra questão que se pode levantar, e que também tem que ver com a fatalidade de tudo querer generalizar, prende-se com a assumpção de alguns autores de admitirem que na origem todos os monumentos conteriam arte. Na verdade, pensamos que tal como encontramos diferenças arquitectónicas razoáveis em monumentos da mesma necrópole que poderão ter sido sincrónicos (como é o caso desta mesma necrópole), também ao nível do conteúdo gráfico podemos distinguir entre os que o conteriam e os que não.

Ora, este aspecto leva-nos a referir outras escalas a que este monumento pode ser analisado – a da necrópole e a da região. Assim, ao nível da necrópole será de valorizar precisamente os aspectos que diferenciariam os monumentos, nomeadamente ao nível da arte. Será também de valorizar as relações entre os mesmos, mormente no que toca à sua relação espacial e às formas de caminhar entre eles, algumas destas impostas pela arquitectura, nomeadamente pelos corredores e estruturas de acesso de ambos os monumentos<sup>21</sup>. Seriam estes modos de andar mais uma forma deste *lugar ser lido*, *lugar* esse cujos significados a ele associados levaram a que fosse trabalhado de maneira a conter uma necrópole. Neste sentido ganha particular importância que os materiais utilizados na construção dos monumentos tenham sido aí colhidos. Nesta perspectiva em que não só olhamos para o monumento mas para a necrópole como um todo, será mais compreensível que a informação esteja dispersa, que por exemplo a arte se encontre num só monumento.

Ora, este tipo de raciocínio pode e deve ser aplicado no contexto de uma região mais ampla. Assim se explicam como em diversos pontos de um território encontramos diferentes arquitecturas e monumentos com arte e sem ela. Basta olharmos para as diferenças arquitectónicas entre estes monumentos e os outros escavados da região: a Mamoa 1 da Cerqueira (Betten-court, 1989), de maiores dimensões, sem os constrangimentos corporais a que nos obriga o Chão Redondo 2 ou a Anta da Capela dos Mouros, em que ao nível da planta não há distinção entre câmara e corredor e, ao nível do alçado apenas reparamos que a diferença se verifica ao nível do solo ao contrário do que é habitual (que seria ao nível do topo) – a percepção que se tem desde a entrada do monumento até ao centro é uma evidente descida que faz com que progressivamente o tecto se vá afastando das nossas cabeças. Lugares diferentes implicam arquitecturas diferentes e importantes disparidades ao nível das figurações artísticas [diferenças que poderão ir da completa ausência ao barroquismo mais arrojado como é o caso do monumento não muito distante de Antelas (Castro *et alii*, 1957)]. Não queremos com isto defender que existe uma ligação directa entre lugar e arquitectura/arte. Há ainda que ter em conta o agencialismo – ou se quisermos, o papel da negociação cultural intracomunitário de que nos dá conta Maria de Jesus Sanches em texto recente (2008-2009). Como bem refere aquela autora, o monumento na sua totalidade (arquitectura/arte/conteúdo material) é resultado de uma negociação que desemboca num resultado que acaba por misturar elementos comuns a uma possível “cosmogonia” de maior abrangência e outros de carácter mais específico. A esse nível, o monumento em apreço é um excelente exemplo; nele, e utilizando os critérios apresentados pela autora, encontramos alguns traços que são comuns a todo o noroeste, a saber – “(1) [a] organização decorativa geometrizar da maioria dos dolmenes, (2) [a] decoração mais rica da laje de cabeceira” (Sanches, 2008-2009, 27) a par de outros que ou são menos comuns (ênfase no lado direito) ou mesmo únicos – o motivo do esteio de cabeceira. Se tivermos em conta que os esteios foram decorados antes da sua erecção temos que admitir que não só o que está figurado como a sua disposição na câmara foi observado por todos e como tal, resultado ou de uma opção colectiva ou da aceitação de parte da comunidade das opções de alguns – importante observação já tida em conta por aquela autora (2008-2009, 9; 2010, 11). Seria através dos monumentos (aqui entendidos como resultado de uma negociação) espalhados pelos *lugares* de uma região e pelas actividades neles realizadas que as comunidades se entrosariam com essa mesma região, que a interpretariam e, no caminho, também a si próprias. O avanço da investigação ao nível do megalitismo está dependente do estudo destas escalas ao nível da necrópole e da região e, se à partida, parece que estamos a defender abordagens que excluam as escavações, o que referimos implica necessariamente muito mais escavação, nomeadamente nas áreas das necrópoles entre monumentos. Quem sabe que surpresas ainda nos esperam...

---

<sup>21</sup> Quanto a este aspecto, ver Sanches, 2006.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRUNHOSA, M. J.; GONÇALVES, A. A. H. e CRUZ, D. J. (1995) – “Ocorrência de rochas vitrificadas no dólmen do “Picoto do Vasco” (Vila Nova de Paiva, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, 3, Viseu, pp. 167-185.
- A. C. OSTA, P. (1968) – *La pintura rupestre esquemática en España*, Salamanca.
- BELLO DIÉGUEZ, J. M.<sup>a</sup> (1994) – “Grabados, pinturas e idolos en Dombate (Cabana, La Coruña). ¿Grupo de Viseu o grupo Noroccidental? Aspectos taxonomicos y cronológicos”, *A.C.tas do Seminário “O Megalitismo no Centro de Portugal (Mangualde, Nov. 1992)*, Viseu, CEPBA [Estudos Pré-históricos, 2], pp. 287-304.
- BETTENCOURT, A. M. S. (1989) – *Campanha de escavação e consolidação da Mamoa 1 da Cerqueira (Serra do Arestal, Sever do Vouga)*, “Arqueologia”, nº 19, Porto, pp. 85-113.
- BETTENCOURT, A. M. S. e REBELO, T. M. H. (1988/9) – *Monumentos Megalíticos da Serra do Arestal (Sever do Vouga – Vale de Cambra). Inventário preliminar*, “Portugália”, nova série, vol. IX-X, Porto, FLUP/IA, pp. 7-30, VIII ests.
- CARBALLO ARCEO, L. X. e VAZQUEZ VARELA, J. M. (1984) – *Nuevos hallazgos de arte megalítico en la provincia de Pontevedra: a mamoa de Braña*, “Gallaecia”, 7/8, Santiago de Compostela, 245-259.
- CARVALHO, P. S. (2006) – *A necrópole megalítica da Nossa Senhora do Monte (Penedono, Viseu), um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta*, “Estudos Pré-Históricos”, 11, Viseu, CEPBA.
- CASTRO, L. A. (1960) – *Monumentos megalíticos de Chão Redondo*, “Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro, XIV (1-2), Lisboa, Serviço de Fomento Mineiro, pp. 145-174, VII ests.
- \_\_\_\_\_ (1959) – *Monumento Megalítico de Capela dos Mouros*, (Arcas, Talhadas), Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, vol 1, Lisboa.
- CASTRO, L. A.; FERREIRA, O. V.; VIANA, A. (1957) – *O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades)*, “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal”, 38, Lisboa, DGMSG, pp. 325-346, XI ests.
- \_\_\_\_\_ (1957) – *Acerca dos monumentos dolmênicos da Bacia do Vouga*, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Coimbra.
- CRUZ, D. J. (1992) – *A Mamoa 1 de Chã de Carvalhal no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira, Coimbra*, “Conimbriga/anexos”, 1, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- \_\_\_\_\_ (1995) – *Cronologia de monumentos com tumulus do Noroeste Peninsular e da Beira Alta*, “Estudos Pré-históricos”, 3, Viseu, CEPBA, pp. 81-112, III ests.
- \_\_\_\_\_ (1998): *Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta (V – II milénios a. C.)*, “Actas do Colóquio “A Pré-história na Beira Interior” (Tondela, Nov. 1997)”, Viseu, CEPBA (Estudos Pré-históricos, 6), pp. 149-166.
- \_\_\_\_\_ (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*, Dissertação de doutoramento em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada.
- CRUZ, D. J. e VILAÇA, R. (1990) – *Trabalhos de escavação e restauro no dólmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira, distrito da Guarda). Resultados preliminares*, “Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa”, 45, Porto, Faculdade de Ciências.
- FERREIRA, A. B. (1978) – *Planaltos e montanhas do Norte da Beira – Estudos de Geomorfologia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos [Memórias do Centro de Estudos Geográficos, n.º 4].
- GOMES, L. F. C. (1996) – *A necrópole megalítica da Lameira de Cima (Penedono – Viseu)*, “Estudos Pré-Históricos”, 4, Viseu, CEPBA.
- GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. S.; PERPÉTUO, J. M. A. e MARRAFA, C. (1998) – *O Dólmen de Areita (S. João da Pesqueira, Viseu)*, “Estudos Pré – Históricos”, 6, Viseu, CEPBA, pp. 33-93.
- JORGE, V. O. (1997) – *Questões de interpretação de arte megalítica* [Trabalhos eventuais, 6], SPAE, Porto.

- LEISNER, V. (1997) – *Die megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, Instituto Arqueológico Alemão em Madrid, Berlin.
- PÊGO, M. C. C. (2002) – *Legados de Sever do Vouga – Roteiro do Megalitismo*, Câmara Municipal de Sever do Vouga.
- SANCHES, M. J. (2006) – *Passage-graves of northwestern Ibéria: setting and movements. An approach to the relationship between architecture and iconography*, in Jorge, V. O.; Cardoso, J. M.; Velho, G. L.; Pereira, L. S. (eds.), “Approaching “Prehistoric and Protohistoric Architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective””, Porto, ADECAP (Journal of Iberian Archaeology, 6), pp. 127-158.
- \_\_\_\_\_ (2008/2009) – *Arte dos dólmenes do noroeste da Península Ibérica: uma revisão analítica*, “Portugália”, nova série, vol. XXIX-XXX, Porto, pp. 5-42.
- \_\_\_\_\_ (2010) – *The Inner Scenography of Decorated Neolithic Dolmens in Northwestern Ibéria: An Interplay Between Broad Community Genealogies and More Localized Histories*, in Bettencourt, A. M. S.; Sanches, M. J.; Alves, L. B.; Fábregas Valcarce, R. (eds.), “Conceptualising Space and Place: On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe”, Oxford, Archaeopress (BAR International Series, 2058), pp. 7-26.
- SANTOS, A. T., CHENEY, A., Aveleira, A. (2006) – *A arte rupestre no concelho de Tondela: Uma perspectiva diacrónica*, Actas do II Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa [Coavisão], pp. 138-155.
- SANTOS, F. J. C.; GOMES, L. F. C.; Carvalho, P. S. (2001) – *Circuito Pré-histórico de Talhadas (Sever do Vouga)*, Viseu, Arqueohoje.
- SHEE TWOHIG, E. (1981) – *The megalithic art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press.
- SILVA, C. T. (1978) – *Gravuras rupestres inéditas da Beira Alta*, “Actas das III Jornadas Arqueológicas”, Lisboa, AAP, pp. 167-196.
- SOUTO, A. (1932) – “Arte rupestre em Portugal (Entre Douro e Vouga)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 5: 4, Porto: SPAE, pp. 285-300.
- \_\_\_\_\_ (1938) – “Arqueologia pré-histórica do distrito de Aveiro. Arte Rupestre”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 4, Aveiro: F. F. Alves, pp. 5-19.
- THOMAS, J. e TILLEY, C. (1993) – “The axe and the torso: Symbolic structures in the Neolithic of Brittany” in Tilley, C. (Ed.), *Interpretative Archaeology*, Providence/Oxford, Berg, pp. 225-325.



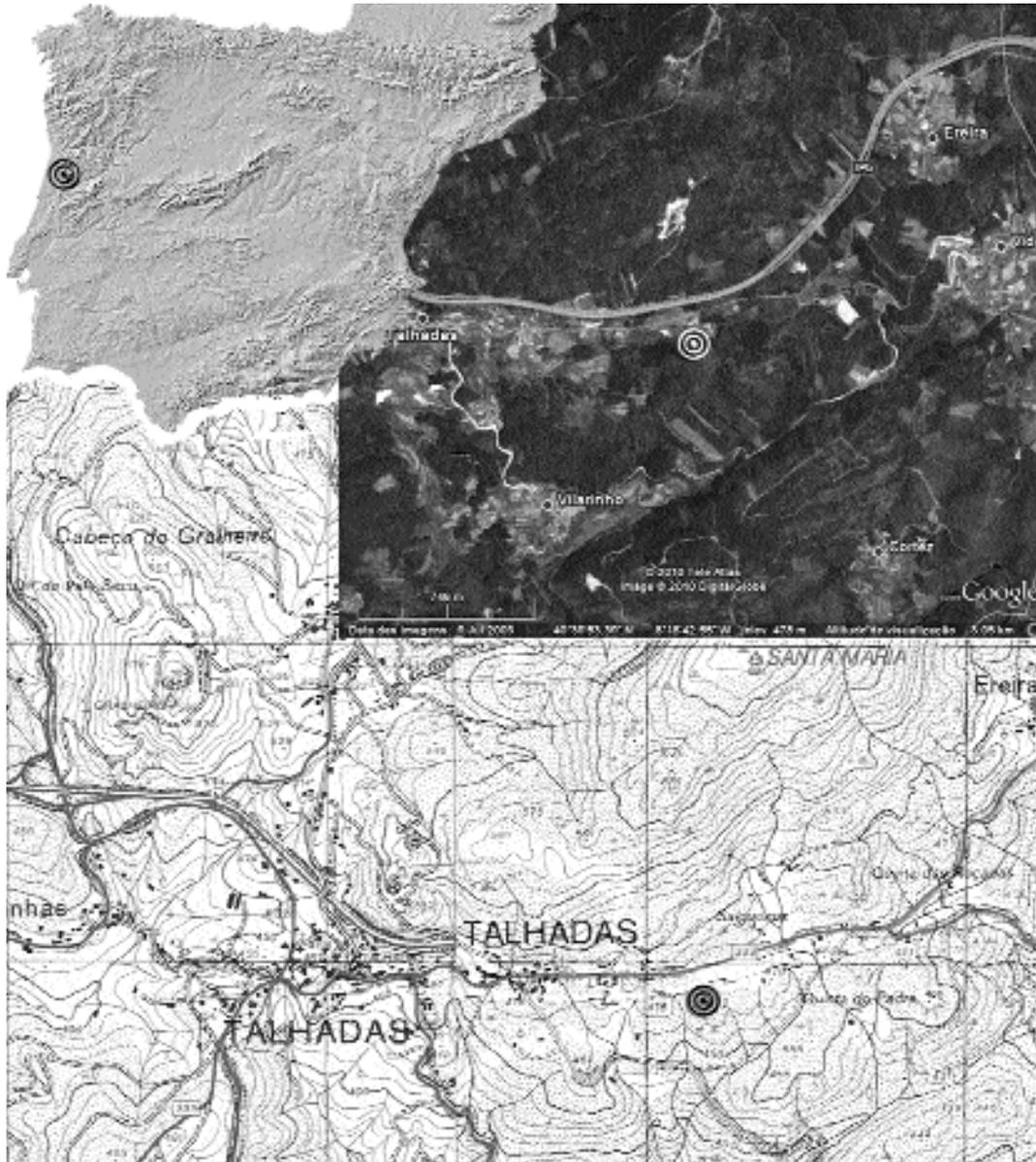
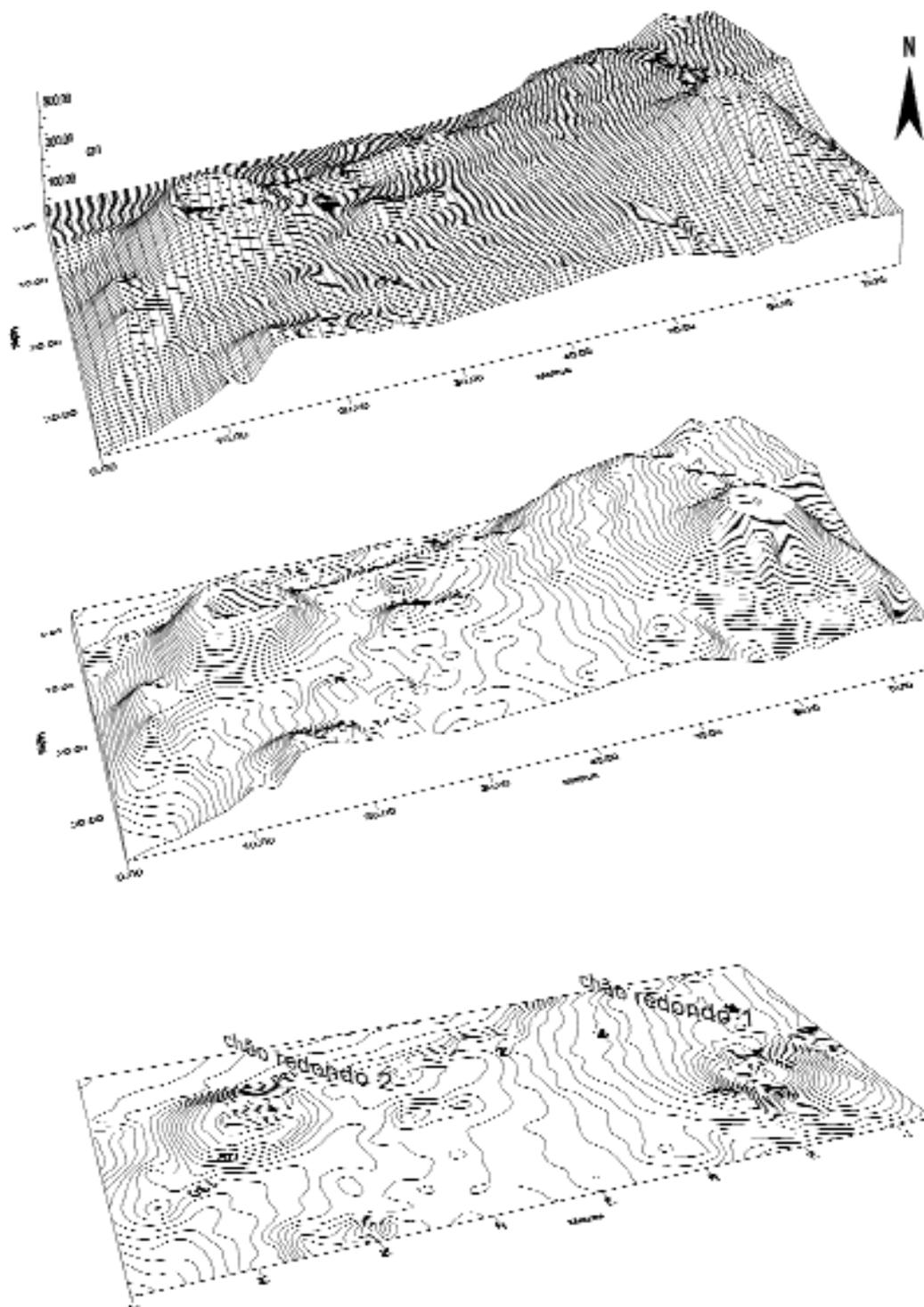


Fig. 1 – Localização do dólmen de Chão Redondo 2 no mapa da Península Ibérica, Googleearth e C.M.P. FI.175/6.



**Fig. 2** – Representação tridimensional dos Monumentos 1 e 2 de Chão Redondo e área envolvente.

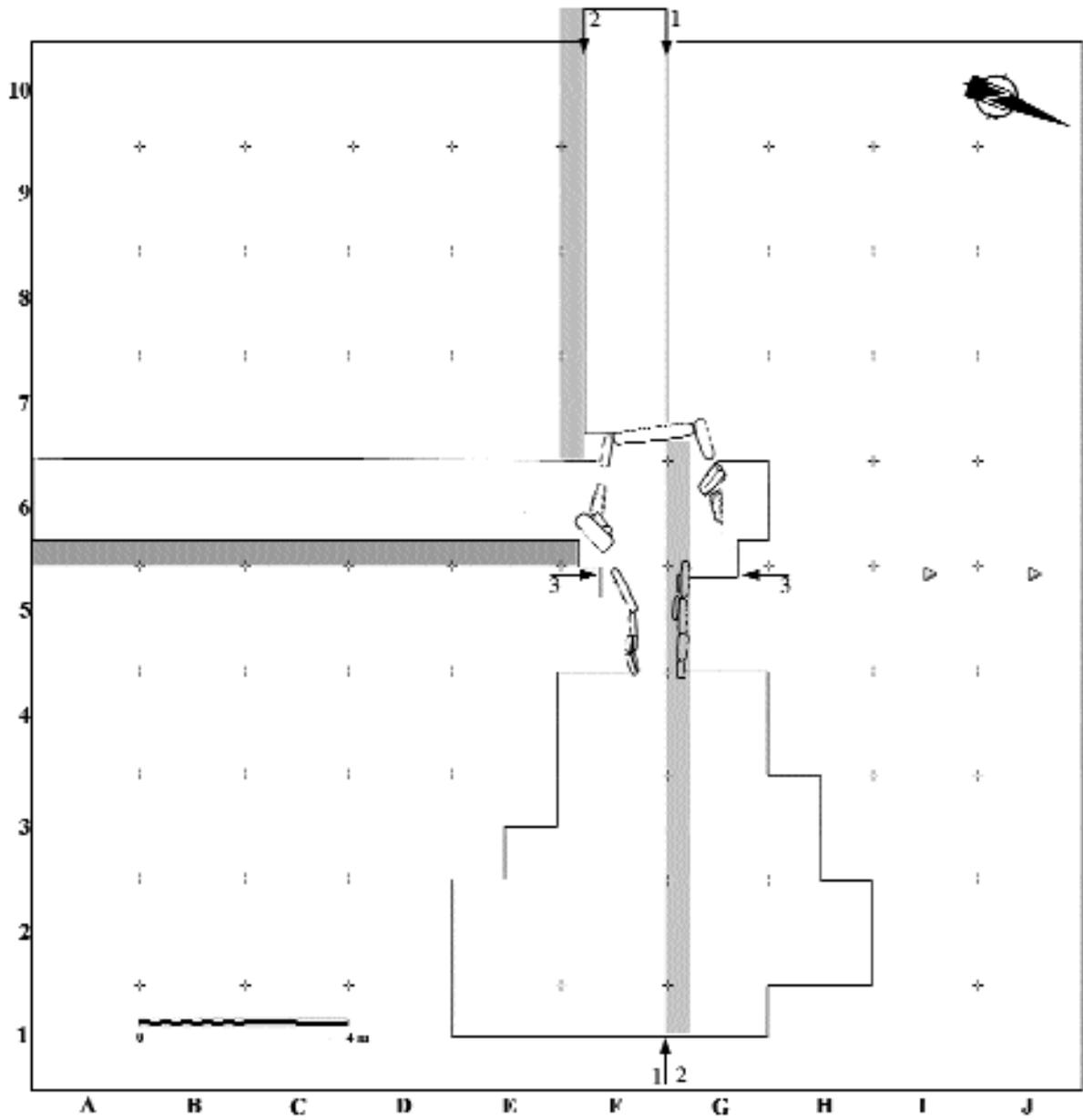
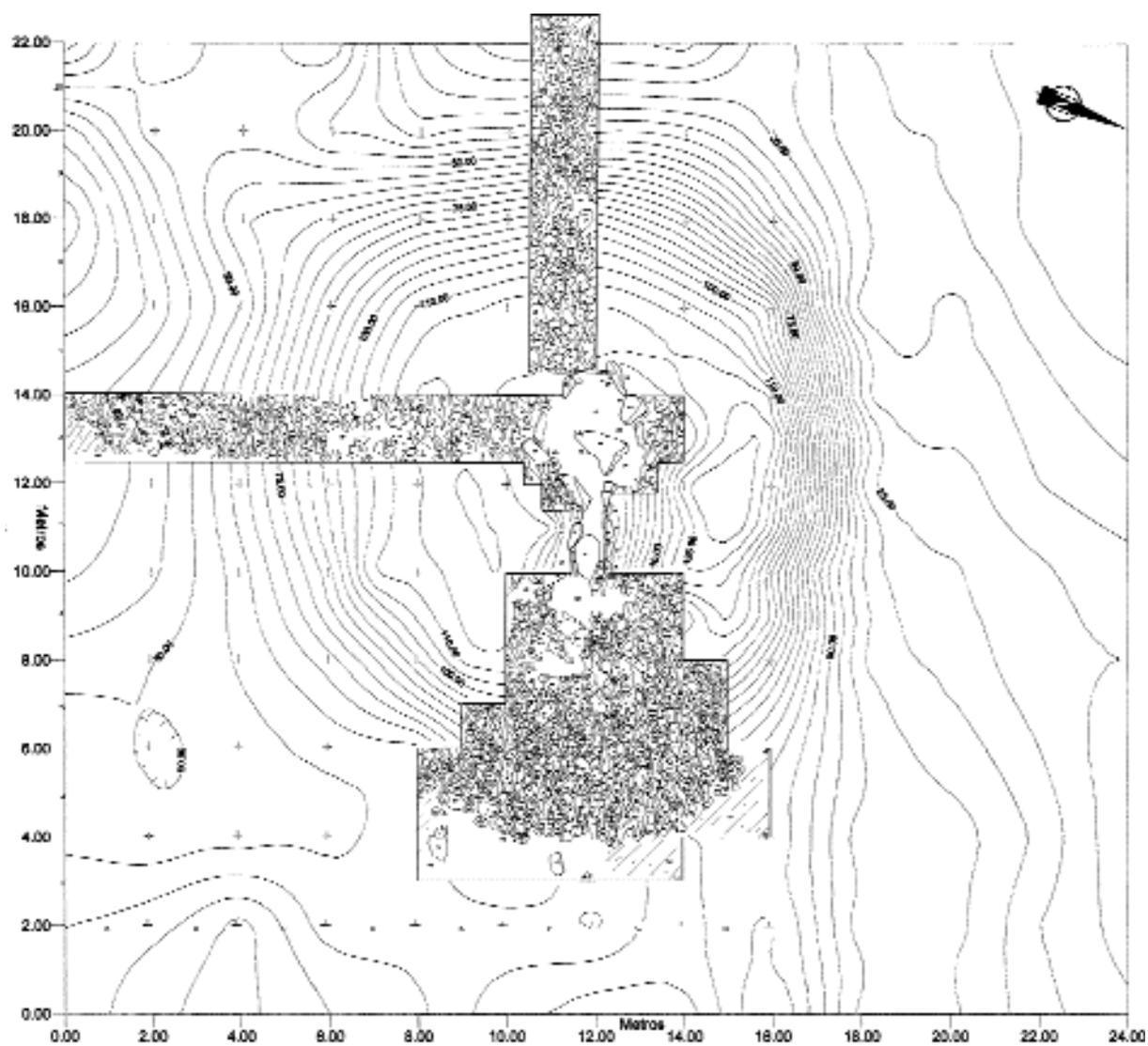
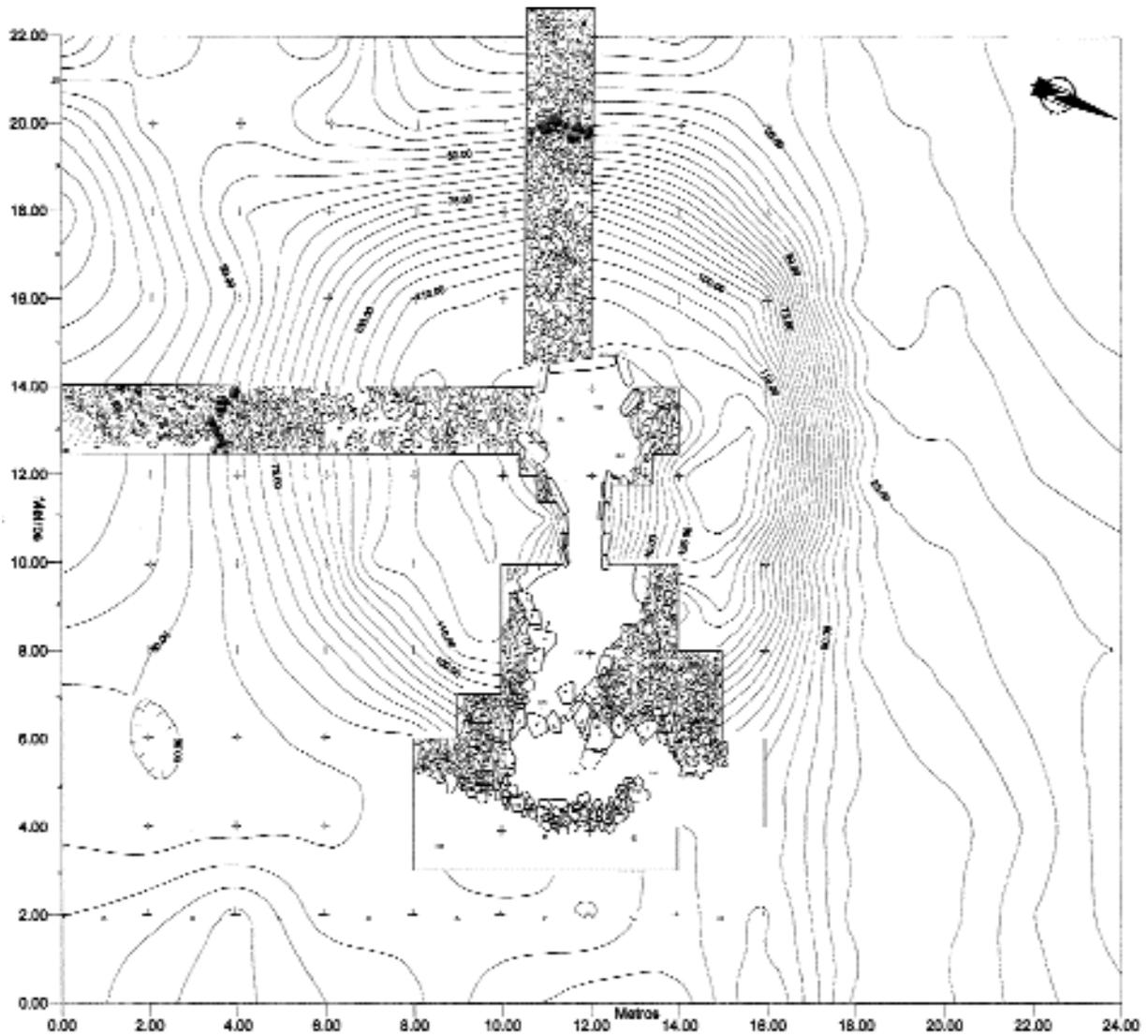


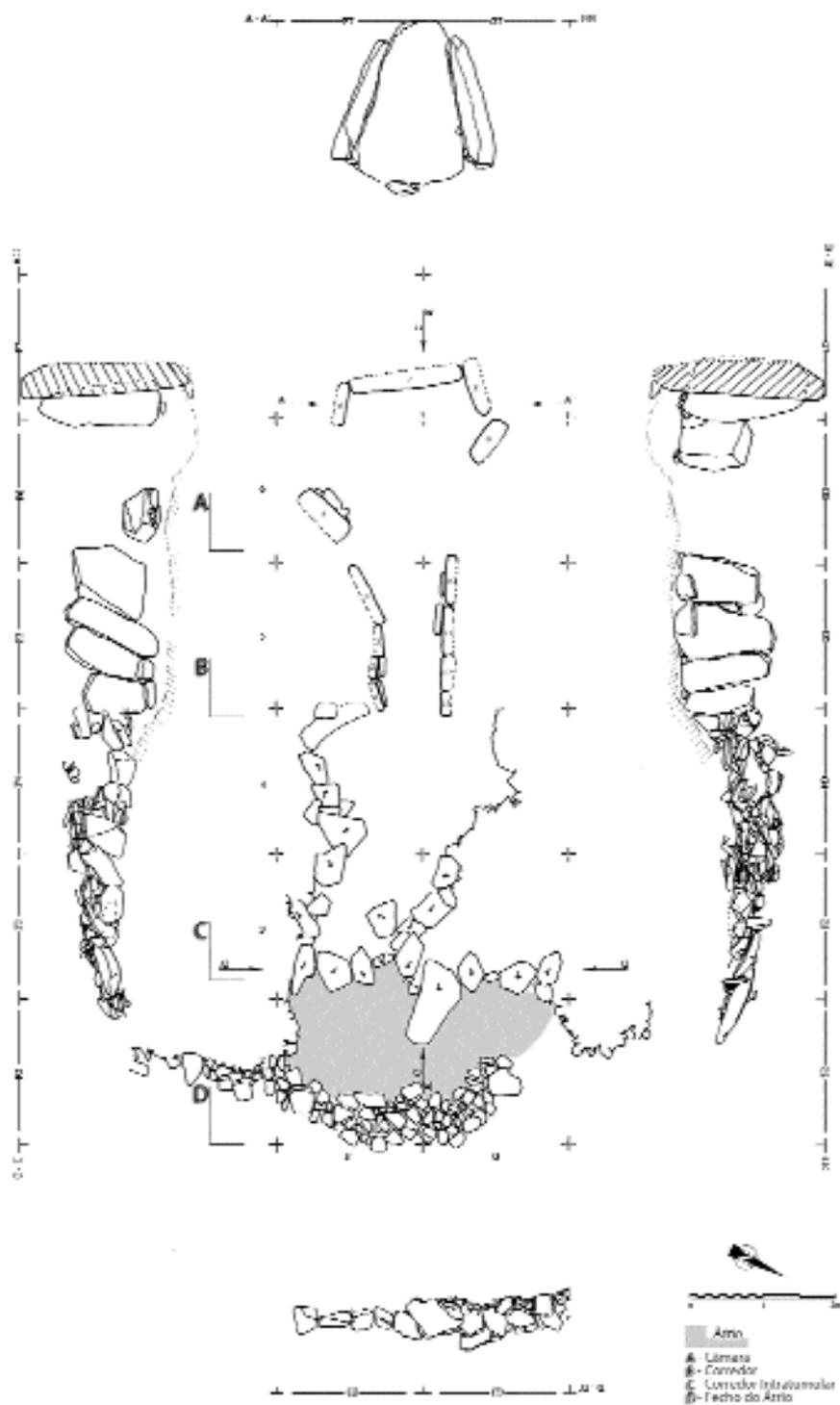
Fig. 3 – Dólmen de Chão Redondo 2. Plano de escavação.



**Fig. 4** – Dólmen 2 de Chão Redondo. Aspecto do monumento após a decapagem superficial (1ª fase), evidenciando-se a estrutura de condenação na área fronteira.



**Fig. 5** – Dólmen 2 de Chão Redondo. Aspecto do monumento após a remoção da estrutura de condenação na área fronteira do monumento, evidenciando-se o corredor intratumular e seu limite, o átrio e o anel de fecho do átrio (2ª fase). Destaca-se o aspecto final das sanjas 1 e 2 após as decapagens finais, dando-se destaque ao anel de fecho do *tumulus* – elementos pétreos representados tridimensionalmente e escurecidos.



**Fig. 6** – Dólmen 2 de Chão Redondo. Planta ao nível inferior e vistas em secção. Vista em secção do corredor intratumular e átrio.

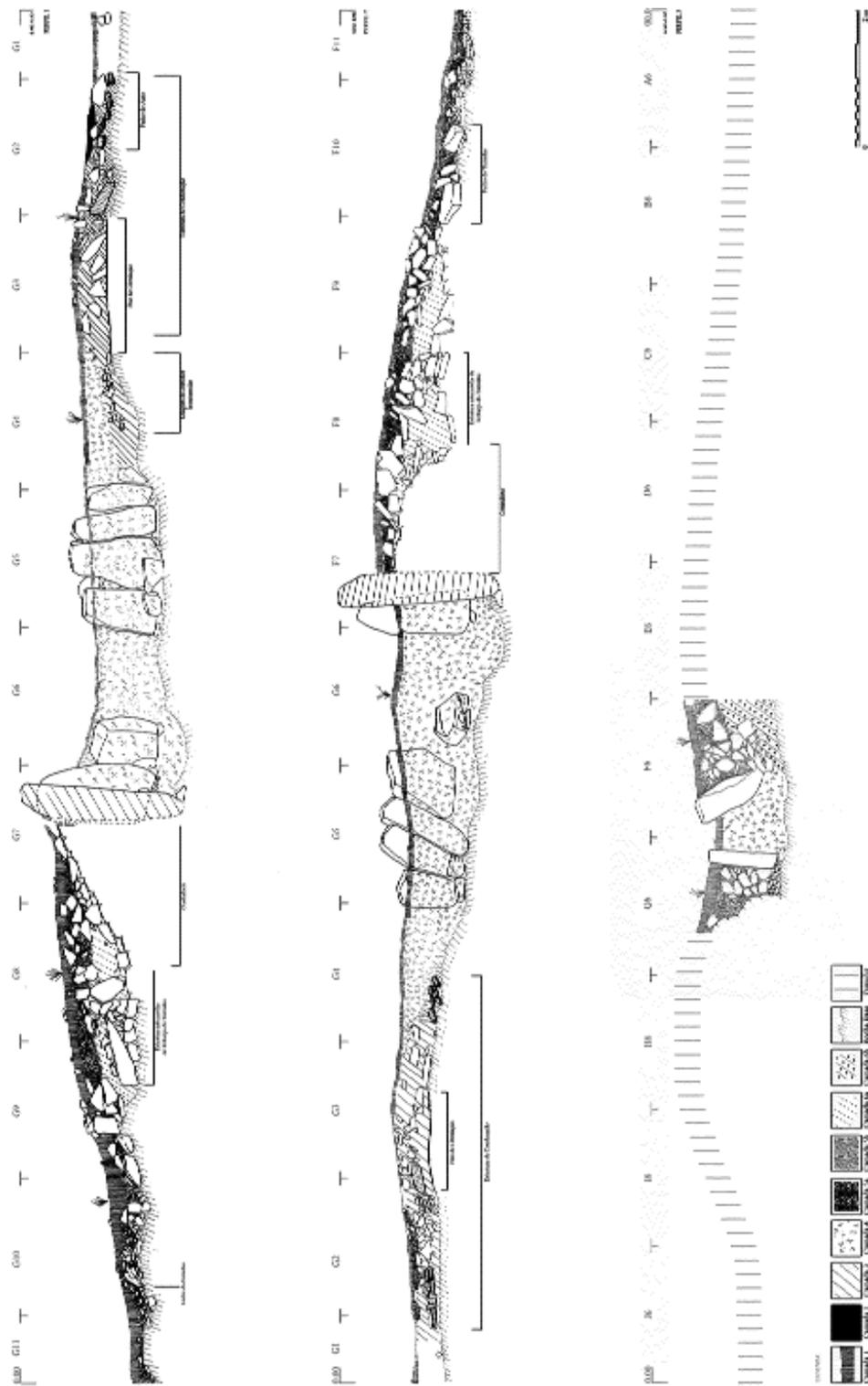
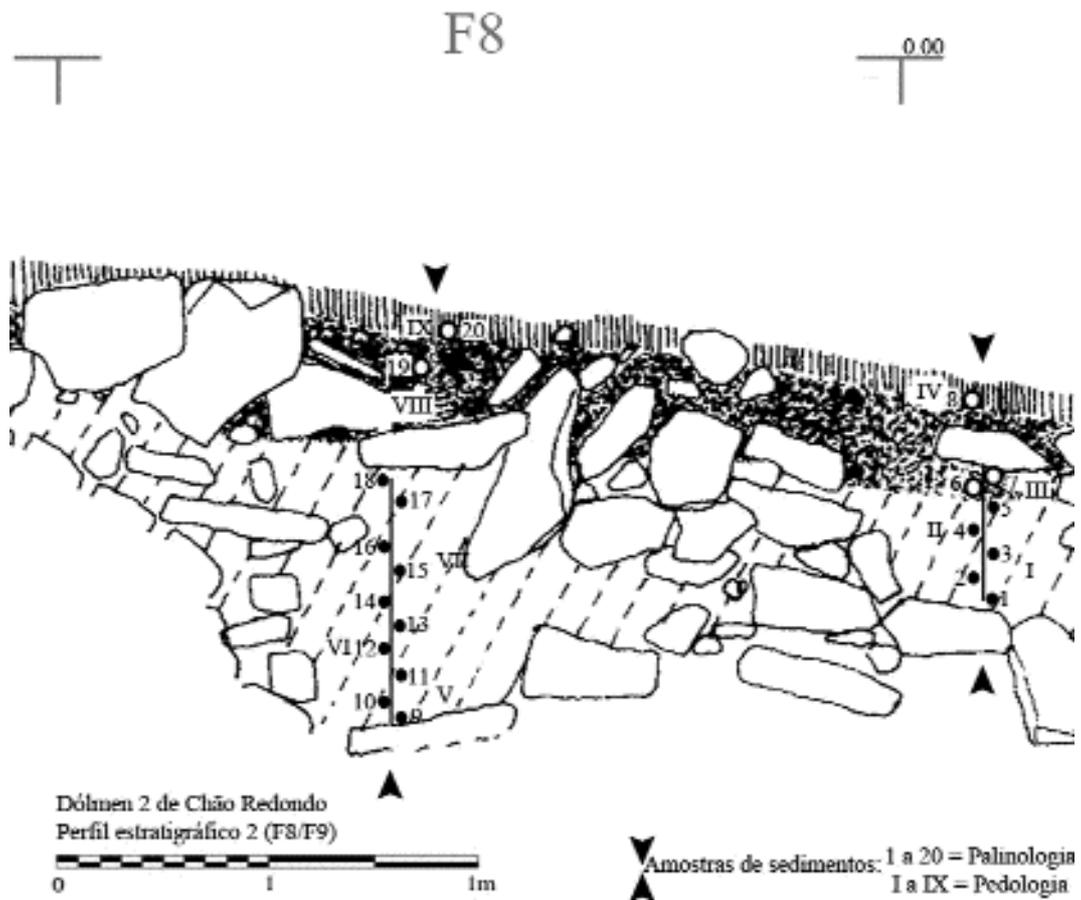
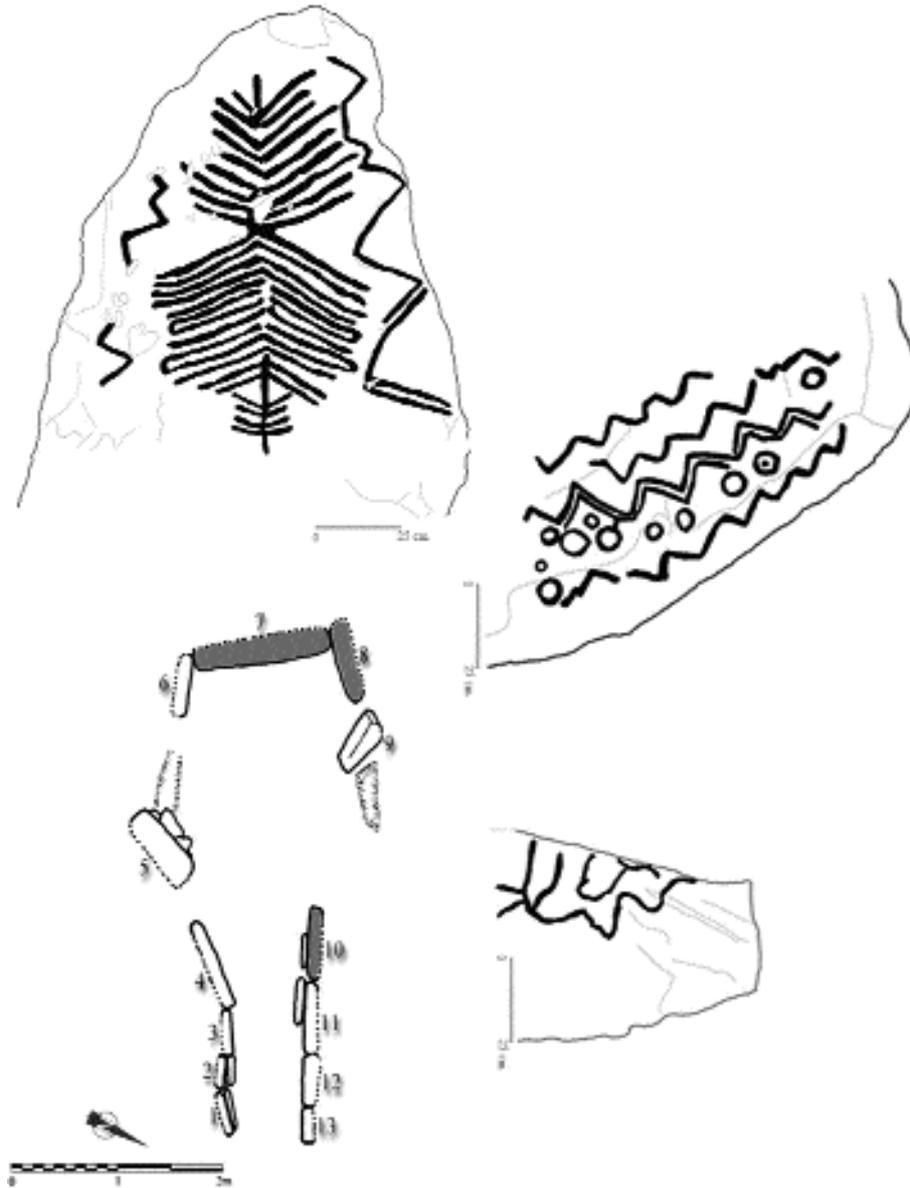


Fig. 7 – Dólmen 2 de Chão Redondo. Cortes estratigráficos 1, 2 e 3.



**Fig. 8** – Dólmen de Chão Redondo 2. Localização da amostragem de sedimentos no corte estratigráfico 2.



**Fig. 9** – Dólmen 2 de Chão Redondo. Planta ao nível de base e pormenor das gravuras patentes nos esteios 7, 8 e 10.



**Fig. 10** – Chão Redondo 2 antes dos trabalhos de escavação. Vista de este.



**Fig. 11** – Chão Redondo 2 antes dos trabalhos de escavação. Pormenor das gravuras do esteio de cabeceira. Vista de e.ne.



**Fig. 12** – Chão Redondo 2. Aspecto da área fronteira após a decapagem e estrutura de condenação. Vista de e.ne.



**Fig. 13** – Chão Redondo 2. Corredor intratumular e átrio após a remoção parcial da estrutura de condenação. Vista de este.



**Fig. 14** – Chão Redondo 2. Aspecto final da área fronteira. Evidencia-se o anel pétreo de fecho do átrio, o prolongamento dos contrafortes definindo o corredor intratumular e a estrutura que divide simbolicamente os dois espaços. Vista de e.ne.



**Fig. 15** – Chão Redondo 2. Sanja o.so. destacando-se o contraforte e o fecho do *tumulus*. Vista de o.so.



**Fig. 16** – Chão Redondo 2. Câmara após escavação.



**Fig. 17** – Chão Redondo 2. Câmara após consolidação e restauro. Vista de se.



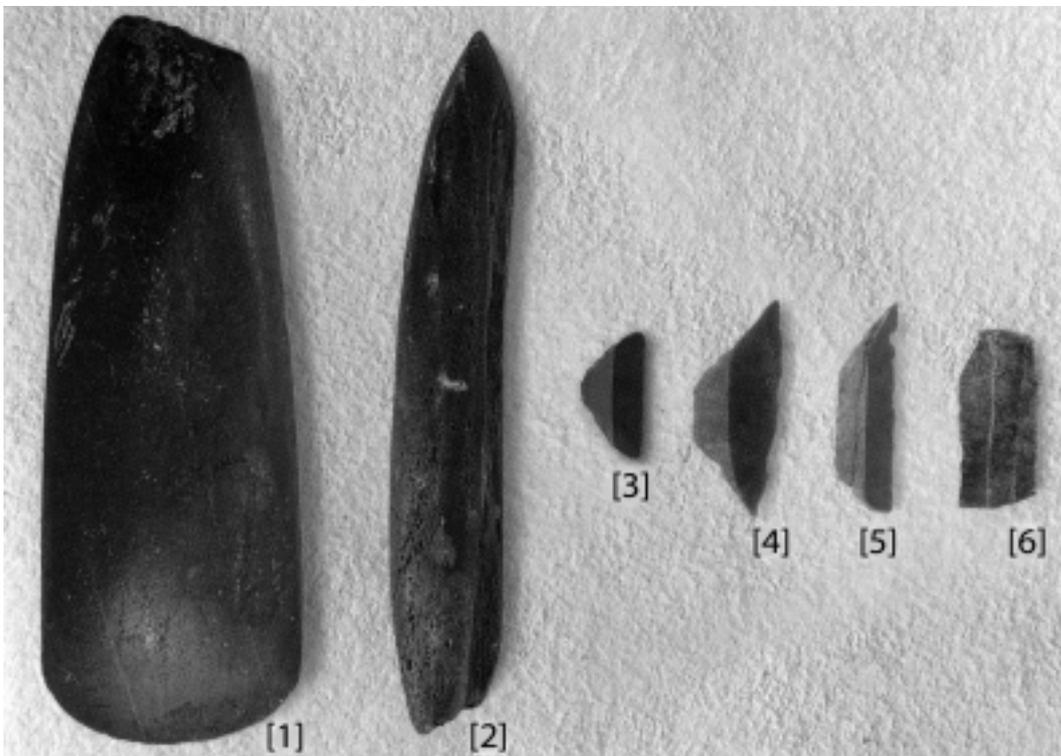
**Fig. 18** – Chão Redondo 2. Pormenor das gravuras do esteio de cabeceira. Vista de ne.



**Fig. 19** – Chão Redondo 2. Aspecto final. Vista de e.ne.



**Fig. 20** – Chão Redondo 2. Vista do interior do corredor, com a cabeceira em segundo plano.



**Fig. 21** – Chão Redondo 2. Espólio lítico.



# AS MURALHAS ROMANAS DO PORTO: UM BALANÇO ARQUEOLÓGICO

António Manuel S. P. Silva<sup>1</sup>

## **RESUMO:**

Analisa-se o tema das muralhas do núcleo urbano fundador da cidade do Porto, o povoado proto-histórico estabelecido no morro da Sé, durante a época romana, com base na informação arqueológica produzida desde meados da década de 1980. Como resultado da política sistemática de salvaguarda e avaliação desenvolvida no Município do Porto nas últimas décadas, especialmente através da ação do extinto Gabinete de Arqueologia Urbana, vieram à luz do dia mais de uma dezena de troços de uma linha fortificada com cronologias que parecem variar entre os finais da Idade do Ferro, a transição entre os séculos I e II e os séculos III-IV da nossa era, testemunhando provavelmente diversas fases de construção ou remodelação de uma mesma cerca defensiva.

**Palavras-chave:** Porto. Romanização. Muralhas

## **ABSTRACT:**

The article discusses Roman walls of ancient Oporto town, settled on Cathedral hill from Late Bronze Age, according to archaeological data produced during latest decades, mainly as a result of the continuous rescue and field evaluation policy Town Hall has developed through its former Urban Archaeology Unit. Due to this work, near a dozen of a defensive wall sections were already recognized, dating from the end of Iron Age, till 1st/2nd and 3rd/4th centuries, which suggests several building or rebuilding phases on the same wall.

**Key-words:** Oporto. Romanization. Urban walls

## **INTRODUÇÃO**

Até não há muito tempo, a historiografia tradicional da cidade do Porto resumia a memória e os vestígios conservados das antigas muralhas urbanas a duas únicas linhas defensivas: a designada muralha “suévica” e a mais bem conhecida e melhor datada cerca fernandina.

A primitiva cerca medieva, impulsionada pelo renascimento económico e estabilização política decorrentes da doação da cidade ao bispo D. Hugo por D. Teresa (1120) e posterior carta de couto daquele prelado (1123) terá sido reconstruída no século XII (Carvalho; Guimarães; Barroca, 1996:

---

<sup>1</sup> Investigador do CITCEM/Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória (Paisagens, fronteiras e poderes).  
E-mail: amspsilva@hotmail.com

122), remontando, segundo diversos Autores, pelo menos ao século IX (Varia, 1939; Carvalho; Guimarães; Barroca; *Ibid.*), podendo coincidir com a presúria da urbe no reinado de Afonso III das Astúrias (866-910). Com um perímetro de cerca de 750 metros e defendendo uma superfície de pouco mais de 3 hectares, teria apenas 4 portas, dela existindo poucos troços visíveis presente-mente, o que não obsta a que seja possível reconstituir o seu traçado quase na totalidade, com base na cartografia e outros registos antigos (Duarte; Barroca, 1990; Osório, 1994; Carvalho; Guimarães; Barroca, 1996: 120-3). Na actualidade, preserva-se à vista quase exclusivamente o cubelo e pano de muralha existentes junto ao Largo de D. Hugo, podendo ainda observar-se alguns paramentos nas traseiras das casas do lado Poente da Rua de Santana. Também em algumas intervenções arqueológicas foram identificados tramos desta muralha, nomeadamente na que teve lugar no Largo do Colégio, 9-12 (Cleto; Varela, 2000; Varela; Cleto, 2001), único ponto em que podem ainda observar-se as faces externa e interna, no subsolo da Rua de S. Sebastião, junto à antiga Casa da Câmara, onde apareceu o embasamento do arco da porta de S. Sebastião (Ribeiro, 1999; 2002), provavelmente já tardo-medieval ou dos começos da época moderna e, mais recentemente, na intervenção em curso no Quarteirão da Bainharia (Fonseca; Teixeira; Fonseca, 2009).

A atribuição ao período suévico desta muralha tem uma longa tradição historiográfica, parecendo remontar pelo menos a D. Rodrigo da Cunha, em 1623, autor que justificava a edificação do castelo de “Portucale Novum” no quadro dos conflitos militares entre Alanos e Suevos (Cunha, 1623: 12-3), e assenta documentalmente na distinção feita nas supostas actas do Concílio de Lugo de 569 – a *Divisio Theodemiri*, ou *Parochiale* dos suevos – entre as duas povoações separadas pelo Douro: o *Portucale castrum antiquum*, de obediência ao bispado de Conimbriga (na margem sul do Douro), e, já como sede episcopal, o *castrum novo* situado na margem Norte (David, 1947: 34-7), referências que num dos manuscritos do *Parochiale* surgem adjectivadas, classificando o núcleo gaiense como *Portucale castrum antiquum Romanorum* e o localizado a Norte como *castrum novo Suevorum*, indicação que levou numerosos autores a atribuir aos Suevos a fundação do *Portucale* da margem direita (*Idem*: 79) e a deduzir que tal “fundação” tivesse sido acompanhada pela fortificação do lugar. Se bem que desde há muito diversos estudiosos (Basto, 1948; Oliveira, 1973; Real *et al.* 1986; Osório 1994; Silva 1994; Carvalho; Guimarães; Barroca, 1996) tenham demonstrado a insustentabilidade desta atribuição cronológica, a designação sobrevive ainda em roteiros turísticos e obras de divulgação, algumas até de autores e instituições que teriam talvez a obrigação de estar melhor informados da evolução das pesquisas históricas e arqueológicas.

Todavia, o desenvolvimento urbano em breve tornou a cerca românica escassa e obsoleta, levando a que a Coroa e a cidade empreendessem nova obra de fortificação. Erigida numa fase de grande expansão urbana, esta última linha muralhada é visível ainda em extensos troços, como nas áreas dos Guindais, Ribeira e Escadas do Caminho Novo, entre outros. No reinado de D. Afonso IV, em 1336, estava já em construção, alongando-se a obra até 1376, em tempo já de D. Fernando, o que originou a que tradição historiográfica designasse como fernandino o novo muro. Espreado-se ao longo de cerca de 2600 metros, rasgada por 18 portas e postigos e cobrindo mais de 44 ha., a *cerca nova* aproximou a cidade do Douro e envolveu os novos bairros e conventos que entretanto se tinham construído na periferia do núcleo primitivo (*Muralhas*, 1936; Vitorino, 1946; Rodrigues, 1986; Duarte; Barroca, 1990; Sousa, 1994).

Os vestígios materiais da ocupação na área urbana do Porto ao longo do período do Império, no quadro da problemática da localização de *Cale* e da ocupação proto-histórica da região, foram recentemente sintetizados (Silva, 2010), sendo dispensável, até por necessária contenção de espaço, que repitamos aqui o que então afirmámos (Fig. 1). Pareceu-nos oportuno, todavia, reunir em breve ensaio os dados disponíveis sobre o sistema monumental defensivo<sup>2</sup> do aglomerado

<sup>2</sup> O tema das muralhas, em diferentes épocas, tem sido objecto de interessantes análises, destacando quer os seus aspectos mais funcionais ou militares, quer os simbólicos. Não sendo este o nosso tema, remetemos o leitor para o que sobre o assunto dissemos já (Silva 2005: 174-5), devendo destacar-se o contributo recente de Jean-Pierre Adam (2007).

que desde os finais da Idade do Bronze se constituiu neste ponto da margem direita do Douro, considerando até alguns achados posteriores ao trabalho citado.

As escavações que tiveram lugar num imóvel da Rua D. Hugo, nº 5 entre 1984 e 1987 (com uma segunda fase em 1992 e 1993), que de certa maneira inauguraram, agora em função de propósitos de pesquisa devidamente determinados, a arqueologia urbana na cidade do Porto, não só proporcionaram os primeiros vestígios arquitectónicos da ocupação do morro da Sé durante a Idade do Ferro e a Época Romana como forneceram a primeira evidência material de uma linha defensiva anterior à cerca medieval (Real *et al.* 1985-86).

Posteriormente, diversos trabalhos conduzidos pelo Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto (GAU) em casas do lado Norte da Rua e Largo de Penaventosa levaram à identificação de outros trechos de amuralhamentos datados do período de dominação romana, o mesmo sucedendo num edifício localizado no lado Sul do Largo do Colégio. Mais recentemente, uma intervenção de grande envergadura levada a cabo no quarteirão da Bainharia, entre as ruas de S. Sebastião, Escura e da Bainharia, proporcionou o achado certamente mais espectacular, até pela extensão do troço defensivo posto a descoberto, ocorrendo também outros elementos na Rua da Penaventosa e de D. Hugo, que adiante discutiremos.

Desta forma, começam a reunir-se um conjunto de achados que permitem algumas leituras cruzadas de carácter essencialmente cronológico, tanto mais que sobre o urbanismo e a natureza das edificações cujo espaço vital aquelas muralhas delimitavam, pelo menos simbolicamente, as informações disponíveis continuam a ser diminutas. Importa notar, contudo, que os dados que utilizámos correspondem na maior parte dos casos a intervenções ainda não devidamente estudadas, e algumas praticamente inéditas<sup>3</sup>, sendo necessário uma pesquisa mais aprofundada, sobretudo ao nível dos espólios e das estratigrafias, para porventura alcançarmos uma evidência melhor sustentada.

## DA RUA D. HUGO Nº 5 AO LARGO DO COLÉGIO

Neste edifício da rua D. Hugo encontraram-se, em aparente associação com edificações de planta circular típicas do urbanismo castrejo, os restos de uma construção de planta ortogonal com as esquinas arredondadas e pavimento interior lajeado, datada do séc. I, cortada por um muro de bom aparelho (de que só pôde observar-se a face interna, pois está incorporado no alicerce da parede tardoz do edifício moderno) interpretado como correspondente a um amuralhamento, erguido provavelmente em finais do século III (Real *et al.* 1985-86: 19-20).

Tratava-se de um muro feito com blocos de apreciáveis dimensões dispostos em fiadas relativamente regulares (Fig. 2), que assentava numa camada datada do século III com base no respectivo conteúdo artefactual (*Idem*: 30-31, Fig. 23). A estrutura foi interpretada pelos responsáveis pela escavação como o alinhamento de uma muralha do Baixo Império, erigida no quadro de instabilidade e potencial conflito que fez com que várias cidades do Noroeste peninsular erguessem ou reforçassem cercas defensivas nesse período (Real *et al.*, 1985-86; Real; Osório, 1993)<sup>4</sup>.

Durante mais de uma década este pequeno troço de paramento da Rua D. Hugo, situado na escarpa ENE. do morro da Sé, elemento topográfico que importa ter presente para melhor se compreender a implantação do aglomerado castrejo romanizado, constituiu o único vestígio identificado – que infelizmente não pôde ser deixado visível, por razões de segurança das fundações

<sup>3</sup> Cumpre-nos uma nota de agradecimento aos arqueólogos que nos facultaram elementos inéditos para este trabalho, nomeadamente aos responsáveis da empresa Arqueologia e Património pela cedência de imagens dos achados no Quarteirão da Bainharia.

<sup>4</sup> Para este, como para outros locais, simplificámos ligeiramente a bibliografia técnica apresentada. Veja-se Silva, 2010 para referências mais detalhadas.

do imóvel – de um amuralhamento da época romana, elemento aliás destacado em vários textos historiográficos e de divulgação (Real; Osório, 1993; Silva, 1994; Silva, 2000).

Nos finais da década de 1990 outros restos arquitectónicos, ordinariamente mal preservados ou com acessibilidade muito condicionada por razões estruturais, ampliaram o conhecimento disponível sobre as muralhas antigas do Porto. Iremos apresentá-los sensivelmente por ordem cronológica das descobertas, reservando para o final o comentário de conjunto e a discussão de algumas questões em aberto.

Em 1998 o GAU/CMP levou a cabo diversas intervenções de avaliação arqueológica, prévias a projectos de remodelação dos imóveis, em diversas casas da Rua da Penaventosa, no sector ONO. da elevação do morro da Sé. No número 39-43 daquele arruamento foi efectuada uma intervenção de emergência na sequência da detecção de vestígios arqueológicos em valas de obra abertas inadvertidamente. Das escavações resultou a identificação de diferentes estruturas de época romana, muito truncadas, com realce para um muro bastante espesso, exibindo aparelho algo irregular mas tendendo para a isodomia das fiadas, visível em cerca de três metros de extensão, não podendo determinar-se a largura em consequência da sua face posterior/externa se encontrar sob um dos muros do edifício actual (Fig. 3). Se bem que os resultados desta intervenção não tenham ainda sido estudados e os relatórios disponíveis não permitam afirmar uma cronologia precisa para esta estrutura, é indubitável o seu contexto castrejo-romano, considerando os espólios associados, como por exemplo o dormente de uma mó circular, de bom talhe, depositado junto à sua face interna, e o facto do muro se sobrepor a uma profunda vala, provavelmente para escoamento de águas, cujos depósitos integravam também cerâmicas de tipo romano, podendo talvez sugerir-se um intervalo entre o século I a.C. e o século I da nossa era para a erecção deste tramo de muro, certamente pertencente às linhas defensivas do povoado (Silva, 1998; Silva; Barbosa, 1998a; 1998b).

Em parcelas quase contíguas para Nordeste, nos números 49-51 e 53-57 da mesma rua e no tardo dos edifícios actuais, sobre uma escarpa muito pronunciada voltada para a Rua da Bainharia, ocorreram igualmente vestígios porventura correlacionáveis com a linha de muralha romana. Na casa nº 49-51, igualmente escavada após a abertura de valas de obra sem a devida avaliação arqueológica prévia, encontrou-se espólio romano e da Idade do Ferro, estando eventuais estruturas antigas bastante destruídas por intervenções da época moderna e infra-estruturas contemporâneas. Num logradouro posterior foram detectados alguns depósitos homogêneos de época romana e restos de estruturas, igualmente mal conservados, que podem talvez relacionar-se com a muralha, sugerindo-se para estes contextos uma cronologia essencialmente dos finais da Idade do Ferro e Alto Império, embora ocorram também artefactos tardo-romanos (Silva; Barbosa 1998a; 1998b).

Na mesma Rua de Penaventosa, nos números 53-57, parcela adjacente à anterior, efectuou-se uma pequena sondagem em local onde seria expectável localizar-se o referido muro defensivo romano. Todavia, sob um lajeado moderno surgiu um entulhamento de grandes blocos, que não pôde ser removido por razões de segurança. Os depósitos associados apresentavam espólio romano, de cronologia variável, e também da Idade do Ferro. Assim, as possibilidades de localização da muralha romana neste ponto foram reduzidas pelas dificuldades logísticas de alargamento da área escavada (Silva; Barbosa, 1998a; 1998b).

Não longe destes locais, mas já na encosta OSO. do morro da Sé, voltada do Largo do Colégio para a Rua dos Mercadores, foi intervencionada entre 1998 e 1999 a casa nº 9-12 do mesmo largo. A escavação, que se estendeu por toda a cave do imóvel e abrangeu ainda algumas plataformas no exterior, voltadas à escarpa, proporcionou diversos achados de muito interesse, desde logo um significativo troço da muralha românica, que aliás serve de alicerce às paredes posteriores do prédio, e diversas estruturas de época romana, com destaque para uma sepultura (a primeira e única até hoje aparecida no Porto). A inumação, orientada no sentido Sudoeste/

/Nordeste, achava-se estruturada com *tegulae* na base e com as paredes laterais feitas no mesmo material, formando uma cobertura em duas águas colmatada superiormente por *imbres* (Cleto; Varela 2000), sendo esta tumba interpretada como tardia (sécs. IV-V), atentas a tipologia e a ausência de mobiliário funerário (Cleto; Varela 2000; Varela; Cleto 2001; Abreu 2002: 160).

No exterior do imóvel e do traçado da cerca medieva, em zona de forte pendente, detectou-se ainda, sob um derrube de blocos de grandes dimensões que incluía materiais romanos, uma estrutura de grande aparelho e monumentalidade, feita em *opus vittatum* com boa isodomia e composta por um tramo rectilíneo de onde parece sair um paramento de planta subcircular (Figuras 4 e 5). Infelizmente, por razões de segurança, dado o grande desnível topográfico onde se localizou esta estrutura, a escavação neste ponto não pôde ser prosseguida para além dos potentes níveis de derrube que cobriam e se adossavam à estrutura monumental, pelo que a sua datação não foi avançada pelos responsáveis da intervenção, parecendo fora de dúvida, contudo, tratar-se de mais um tramo de amuralhamento romano (Cleto; Varela 2000; Varela; Cleto 2001).

Retomando as pesquisas na Rua e Largo da Penaventosa entre 2002 e 2003, os arqueólogos municipais voltaram a encontrar diversos tramos da cerca romana, agora com mais clareza e em níveis estratigráficos mais preservados que nas casas escavadas alguns anos antes, verificando-se nitidamente que sobre essa linha muralhada, voltada para a escarpa da Bainharia, assenta aparentemente o alçado exterior da maior parte dos imóveis daquela rua, prolongada para Sudoeste pelo largo do mesmo nome.

No número 25-27 da Rua da Penaventosa, muito perto de uma das casas escavadas em 1998, ressalta como principal resultado a identificação de níveis de ocupação romana, nos quais se insere um tramo da muralha antiga. Trata-se de um muro de orientação NE./SO., com cerca de 2,30 metros de extensão e uma espessura máxima de 1,30 metros (devendo recordar-se que não foi possível observar a face externa, pelas razões apontadas). O seu alçado, que atinge os 1,75 metros de altura, revela o que parece corresponder a duas fases construtivas, discerníveis quer pelo aparelho, quer até por divergências sensíveis na orientação dos muros (Figs. 6 e 7). Estas observações, relacionadas com a análise do espólio, apesar de escasso, permitiram-nos propor uma cronologia entre a 2ª metade do séc. I e a 1ª metade do séc. II para a primeira fase da muralha, podendo datar-se a segunda fase talvez dos séculos III-IV (*Alicerces...* 2003).

Também no número 25 mas agora do Largo da Penaventosa, junto à parcela anterior, as escavações do GAU revelaram, na fase mais antiga, designada como “castrejo-romana”, entre outras estruturas, um tramo de amuralhamento dessa época, igualmente servindo de alicerce à parede posterior do imóvel. Trata-se de um muro de orientação NE./SO., com cerca de dois metros de extensão e uma espessura máxima entre 1,60 e 1,85 metros, considerando a sapata de fundação (devendo notar-se que não foi possível observar a face externa, pelas razões apontadas), conservando-se o seu alçado interno em 1,10 metros. Do ponto de vista arquitectónico, ressalta a circunstância da muralha possuir, se assim pode dizer-se, dois alinhamentos internos, sendo o mais largo cronologicamente posterior ao tramo principal. Isto poderá resultar de diferentes fases construtivas, reforços estruturais, ou significar mesmo um escalonamento interno dos muros da cerca defensiva (Fig. 8). Pelos materiais associados a esta estrutura monumental, apesar de poucos, propôs-se datar a sua construção de meados ou 2ª metade do século I da nossa era (Silva *et al.*, 2003).

Por fim, no mesmo Largo de Penaventosa, no nº 21, foi igualmente identificada uma fase de ocupação designada como “castrejo-romana”, na qual se insere um tramo de muralha antiga, servindo também de alicerce à parede tardoz do imóvel. O muro, com orientação NE./SO., apresentava cerca de 2,30 metros de extensão e uma espessura máxima, na sua parte visível, de 0,70 metros, conservando-se o seu alçado interno em 1,20 metros (Figs. 9 e 10). Pelos materiais associados pode datar-se a sua construção entre a 2ª metade do século I e a 1ª metade do séc. II (Silva *et al.*, 2006).

Numa intervenção arqueológica bastante extensiva (mais de 200 m<sup>2</sup>, distribuídas por perto de três dezenas de sondagens) que ainda está em curso no designado Quarteirão da Bainharia, entre as Ruas de S. Sebastião, Escura e da Bainharia, na encosta NNO. do morro da Sé, apareceu em 2009, entre outras estruturas antigas, uma extensa linha amuralhada que os responsáveis pelas escavações classificam como pré-romana, datável de entre os séculos II e I a.C. (Fonseca; Teixeira; Fonseca, 2009). Os troços de muralha, em assinalável grau de preservação (Figs. 11 e 12), foram localizados em diferentes sondagens situadas no interior do quarteirão, sensivelmente nos logradouros das parcelas com os números 51 a 59 da Rua de S. Sebastião, e respeitam a uma construção de orientação OSO./ENE., com cerca de 1,90 metros de largura, ampliada para 2,50 metros graças à presença de uma contrafortagem pelo lado exterior, zona de forte declive (*Idem*: 5-6).

Para além daquelas observações, troços de muralha foram também detectados em outras duas sondagens, implantadas de encontro à parede posterior dos imóveis com os números de polícia 73 e 77 da Rua da Penaventosa (Fonseca; Teixeira; Fonseca, 2009: 21-4). Por razões de segurança e logística as áreas de escavação não puderam ainda ser ampliadas ou aprofundadas de modo a caracterizar devidamente as estruturas detectadas, apontando-se por isso a hipótese de estarem relacionadas com a primitiva cerca medievá. Não obstante, e nomeadamente no que se refere à sondagem da parcela nº 73, deve registar-se que o aspecto do paramento é em tudo idêntico aos troços de muralha alto-imperial detectados nas intervenções do Largo de Penaventosa 21 e 25 ou da Rua do mesmo nome nº 25-27, que atrás descrevemos, devendo por isso encarar-se, em nosso entender, a possibilidade de datação romana destas estruturas.

## **REGRESSO A D. HUGO**

Mais recentemente ainda foram levados a cabo outros trabalhos arqueológicos em outras parcelas da Rua D. Hugo que merecem breve nota. No nº 19 da mesma artéria, situada a poucas dezenas de metros do arqueossítio musealizado, foi localizado mais um tramo do alicerce de muralha antiga da cidade. Implantado sob a parede posterior do imóvel (que nesta área não está directamente voltado sobre a encosta Sudeste do morro da Sé, uma vez que existe ainda um logradouro em plataforma), o muro granítico, com orientação aproximada Nordeste/Sudoeste, apresentava cerca de dois metros de extensão (limite da sondagem efectuada), e foi escavado num alçado máximo a rondar os 1,20 metros, mediando a espessura visível sensivelmente entre os 1,38 e os 1,56 metros, dimensão que não corresponde à totalidade da estrutura, uma vez que sobre ela se ergue a parede da construção moderna e não foram feitas sondagens no exterior que porventura permitissem a visibilização da face externa da muralha (Almeida; Soares; Marques 2010). O aparelho construtivo deste muro evidencia o alinhamento de blocos graníticos de tamanho médio em fiadas relativamente regulares, existindo significativa colmatação de uma “argamassa de tom branco-amarelado que envolve as pedras da muralha” (*Idem*: 6).

Discutindo a cronologia da sua edificação, os responsáveis pela intervenção arqueológica, sublinhando as limitações decorrentes da circunstância da escavação não ter atingido os níveis fundacionais do muro, inclinam-se para uma origem pré-romana deste muro defensivo, atendendo a que “o seu modo construtivo parece idêntico a outros exemplares encontrados nos castros” e apontando mesmo eventuais semelhanças com o troço de muralha identificado no Quarteirão da Bainharia (*Idem*: 6, 12-13), para concluir que “esta estrutura, embora mais antiga, foi sendo aproveitada e reformulada durante o Mundo Romano” (*Ibidem*: 12).

Todavia, importa precisar que, apesar dos Autores citados interpretarem a maior parte dos depósitos escavados de encontro à face interna da muralha (até à profundidade máxima escavada de 1,20 metros) como níveis de entulhamento relacionados com a utilização do “espaço

interior da muralha (...) principalmente durante o Mundo Romano” (*Idem*: 6), tais camadas não proporcionaram qualquer espólio arqueológico. O último estrato com conteúdo artefactual, uma camada (a nº 7) que cobre já o topo da estrutura, forneceu alguma cerâmica comum romana, ânfora e *tegula*, mas misturada com louça das épocas moderna e contemporânea (mais de 80% do contexto), segundo o mesmo relatório (*Idem*: 10), o que parece caracterizar aquele depósito como relacionado com obras modernas feitas no imóvel, em pouco servindo como elemento de datação da estrutura.

Por outro lado, não só o aparelho construtivo desta linha defensiva pouco tem que ver com o aparecido no Quarteirão da Bainharia como a abundante presença de argamassas beje-amareladas distingue este troço de todos os outros encontrados na cidade com cronologia pré-medieval, onde tal ligante nunca foi documentado deste modo. Assim, ainda que admitindo que o tramo de muralha possa porventura assentar sobre uma linha de fortificação anterior, o que não pôde observar-se pelo facto da sondagem não ter sido aprofundada, quer-nos parecer que o muro documentado naquele imóvel será já de cronologia medieval.

Esta datação parece confirmar-se, aliás, pelos resultados da escavação arqueológica poucos meses antes realizada na parcela contígua do lado Sudoeste, número 23 do mesmo arruamento (Argüello; Teixeira, 2009). Numa sondagem localizada no canto Nascente do imóvel, igualmente sob o tardo do edifício e separada da sondagem da casa nº 19 apenas pela parede de meação, foi também detectada a base de uma estrutura de grande porte. Composta por pedras de granito dispostas com pouca regularidade e envolvidas por grande quantidade de argamassa amarelada, apresentava na sua parte visível uma espessura de 1,20 metros, tendo sido escavada numa extensão de dois metros (a largura da sondagem) por um alçado de cerca de 0,60 metros.

O muro achava-se assente em níveis de terra, algo instáveis, o que impediu o aprofundamento da sondagem até à rocha natural; porém, a sua vala de fundação cortava depósitos classificados como tardo-romanos, o que levou os responsáveis pela intervenção a considerar o troço de muro como provável alicerce da muralha românica (*Idem*: 19), se bem que admitindo, pela disposição dos depósitos romanos contíguos, que tal estrutura pudesse coincidir sensivelmente com o traçado de outra muralha anterior, de época romana (*Idem*: 19, 20, 25).

Numa outra intervenção recente no nº 33 da mesma Rua D. Hugo, foram feitas sondagens de encontro à parede posterior do edifício e também no logradouro, mais a Sudeste, não tendo aparecido estruturas relacionadas com o circuito muralhado, se bem que nas pesquisas realizadas no interior do imóvel, que possuía já uma cave bastante profunda em relação à cota da rua, tenham sido detectados interessantes depósitos com espólio do Bronze Final e Idade do Ferro, indiciando talvez que se alguma linha defensiva antiga (romana ou medieval) ali foi implantada, terá por certo sido destruída em consequência da abertura da referida cave (Fonseca, 2011).

Por fim, merece ainda referência o achado feito há muito pouco tempo, no largo de D. Hugo, por ocasião da abertura de uma vala de obra, de um muro de grandes dimensões, parecendo ter mais de um metro de espessura, em contexto genérico aparentemente romano, se bem que não tenha sido ainda efectuada a sua escavação, mas tão só trabalhos de limpeza e registo (Marçal 2010). Este muro, que parece situar-se no alinhamento do tramo de muralha tardo-romana localizada no interior da casa nº 5, de que aliás dista escassos metros, poderá, a confirmarem-se esta interpretação e cronologia, fornecer elementos de grande significado para a compreensão da muralha romana neste ponto da velha urbe.

## CONCLUSÃO

Fruto dos trabalhos arqueológicos realizados na cidade do Porto nas últimas décadas, com particular incidência desde finais do século passado e no quadro da acção de salvaguarda desen-

volvida pelo extinto Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto, diversas intervenções permitiram já documentar alguns troços das cercas defensivas mais antigas do primitivo núcleo urbano. Se bem que alguns elementos devam ser encarados com alguma prudência, uma vez que respeitam a intervenções ainda em curso, insuficientemente estudadas ou, pela própria natureza da arqueologia urbana, resultantes de sondagens de limitada extensão ou que não atingiram os depósitos de fundação das estruturas, começa a ser possível antever parte já relevante de um circuito muralhado aparentemente com diversas fases ou reconstruções ao longo do Império.

Sintetizando tais observações tomando como referência a elevação do Morro da Sé ou da Penaventosa (como é designada nos documentos da Idade Média), assentamento do núcleo proto-histórico primitivo, possuímos já informações significativas para os sectores Es-nordeste, Nor-noroeste, Oés-noroeste Oés-sudeste (Fig. 13).

A ENE., para iniciarmos este breve percurso final pela descoberta mais antiga, contamos com o pequeno alinhamento do interior do arqueossítio da Rua D. Hugo, nº 5, datado dos finais do século III ou século IV (Real *et al.* 1986), esperando-se com grande expectativa mais elementos sobre a estrutura detectada um pouco a Poente, no largo de D. Hugo.

Seguindo agora, de algum modo, o rebordo da plataforma superior da colina em sentido inverso ao horário, deparamo-nos com os importantes achados do Quarteirão da Bainharia, onde se localizou o tramo mais extenso e melhor conservado, quer em alçado, quer em espessura, com uma primeira datação artefactual que aponta para os séculos II-I a.C. (Fonseca; Teixeira; Fonseca, 2009), em contexto indígena ou porventura contemporâneo dos primeiros contactos com os invasores. A confirmar-se a cronologia pré-medieval dos troços mais próximos da Rua da Penaventosa poderemos ter aqui algum faseamento temporal entre os diferentes tramos, parecendo menos crível, mesmo atendendo ao aparente desfaseamento de traçados, que se trate de muralhas distintas.

Avançando para Poente ao longo da Rua da Penaventosa, parece fora de dúvida que as fundações da muralha romana correm sob as paredes posteriores das casas voltadas à Rua da Bainharia, aproveitando o grande desnível topográfico entre ambos os arruamentos (Fig. 13). As seis parcelas que o GAU aí intervencionou entre 1998 e 2003 documentaram bem essa realidade, nomeadamente nas parcelas situadas mais a Oeste.

Não obstante apenas ser acessível o paramento interno e parte do topo conservado desse muro, puderam observar-se com maior pormenor os seus aspectos construtivos e os depósitos onde foi fundado. Nas parcelas onde foi detectada mais recentemente (Alicerces... 2003), a muralha apresentava um alçado máximo conservado de 1,75 metros e era feita de blocos de granito rudemente aparelhados de médio e grande calibre, grosseiramente afeiçoados a pico na face externa, assentes com auxílio de uma terra argilosa, de coloração avermelhada, e com as juntas colmatadas com rachão miúdo também de granito, como se viu particularmente na sondagem executada no Largo da Penaventosa, nº 17-21. Neste ponto, estima-se que a muralha tivesse originalmente uma espessura superior a dois metros, datando-se a sua construção, pelo espólio associado, entre a 2ª metade do séc. I e a 1ª metade da centúria seguinte, segundo os dados do Largo da Penaventosa, 21 (Silva *et al.* 2006), ou de meados/2ª metade do séc. I, de acordo com as observações do Largo da Penaventosa, 25 (Silva *et al.* 2003)<sup>5</sup>. Na parcela contígua da Rua da Penaventosa, 25-27, verificou-se a circunstância curiosa da muralha exibir duas fases construtivas, remontando a primeira aos Flávios, homóloga portanto dos tramos vizinhos, enquanto a mais recente poderá talvez situar-se entre os séculos III e IV.

As estruturas monumentais identificadas na intervenção do Largo do Colégio 9-12, essencialmente um muro de silharia de vulto prolongado por um pano de planta subcircular ou elíptica

<sup>5</sup> Este ligeiro desfaseamento cronológico, que poderá ser afinado com o estudo de outros tramos desta muralha aparecidos em intervenções próximas, decorre sobretudo da escassez dos materiais cerâmicos presentes nos níveis fundacionais da estrutura.

(Cleto; Varela 2000; Varela; Cleto 2001), parecem corresponder ao arranque de um torreão (Fig. 5), talvez à semelhança dos da muralha de finais do século III de *Bracara Augusta* que apareceram na zona do Fujacal daquela cidade (Lemos *et al.*, 2001; Lemos; Leite; Cunha, 2007).

Embora a escavação não tenha aparentemente proporcionado elementos seguros para a sua datação, propomos a sua atribuição a uma época tardia com base em numerosos paralelos de cercas urbanas do Baixo Império das províncias Nor-ocidentais, como é o caso de Lugo, Astorga, Conimbriga ou, segundo descobertas recentes, Viseu<sup>6</sup>. A circunstância de terem já sido identificados troços desta cronologia na Rua D. Hugo 5 e aparentemente na segunda fase da Rua da Penaventosa 25-27, reforçam um pouco tal possibilidade, para além da datação igualmente tardia da sepultura encontrada no mesmo Largo do Colégio 9-12. Não obstante, por esta zona deveria também correr a muralha do Alto Império, observando a continuidade hipotética dos tramos detectados na Penaventosa.

Entre este local e a parte média da Rua D. Hugo, por todo o sector meridional do morro da Sé, não possuímos qualquer indicação acerca do traçado das muralhas romanas (Fig. 13), sobretudo por falta de trabalhos arqueológicos, sendo a plataforma do Seminário Maior do Porto, a este respeito, uma área de grande potencial, atendendo a alguns achados ocasionais de espólio romano (Brandão 1984) e à aparente conservação dos depósitos naquela plataforma<sup>7</sup>.

Temos assim evidência de estruturas monumentais defensivas localizadas já em vários pontos da encosta do povoado castrejo original. Apesar da informação disponível não ser abundante, as diferenças de cronologia e de aparelho construtivo recomendam-nos prudência na sua interpretação. As datações propostas para a sua edificação vão, como vimos, dos séculos II-I a.C. (Banharia) ao Alto Império (Rua da Penaventosa) e ao Baixo Império (Rua D. Hugo e Largo do Colégio). Independentemente dos acertos e revisões cronológicas que venham a ser feitos, aquelas diferenças só encontram duas explicações possíveis: ou seriam dois circuitos murados distintos ou, mais provavelmente, diferentes momentos construtivos, ou de reconstrução, de uma mesma estrutura que, no essencial, parece acompanhar, ou andar muito próxima, do traçado da cerca românica.

Todos estes dados resultantes da intensa actividade arqueológica desenvolvida na cidade do Porto no último quarto de século, reflectem bem – a par de outros achados excepcionais, naturalmente, que iluminam épocas anteriores e posteriores à da dominação romana – a utilidade de uma política cultural de salvaguarda sistemática do património arqueológico em articulação esclarecida com o necessário desenvolvimento urbanístico da cidade, concretizada no município portuense, até data recente, através do Gabinete de Arqueologia Urbana. As lacunas, bem mais evidentes, ao nível da divulgação e valorização de tais vestígios, que requerem acções consistentes e continuadas de estudo dos elementos proporcionados pelas escavações, para as quais os apoios e o interesse dos decisores são, em nosso entender, cada vez menores, levam-nos a reflectir sobre o próprio projecto de arqueologia urbana que foi sendo desenhado para o Porto e os seus resultados e constrangimentos, nomeadamente em consequência das recentes reestruturações orgânicas nos serviços técnicos municipais, questão que não é já o tema deste pequeno ensaio<sup>8</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, João M. F. (2002) – *Necrópoles romanas do território português*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto dactilografado.

<sup>6</sup> Veja-se Rodríguez; Rodá de Llanza 2007 para um conspecto actualizado.

<sup>7</sup> Veja-se Silva 2010 para detalhes, bibliografia e visão de conjunto.

<sup>8</sup> As imagens das figuras 4, 5, 11 e 12 foram cedidas pelos responsáveis das respectivas intervenções, a quem agradecemos a permissão para o seu uso. As das figuras 3 e 6 a 10 correspondem a intervenções do GAU de que fomos co-autores.

- ADAM, Jean-Pierre (2007) – “Murailles de la peur, murailles du prestige, murailles du plaisir”. In Rodriguez Colmenero, A.; Rodá de Llanza, I. (eds.) – *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio (Lvcvs Avgvsti como paradigma)*. *Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo...* Lugo: Museo e Diputación Provincial, p. 23-43.
- “Alicerces da muralha romana descobertos na Penaventosa” (2003). *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*. 4 (Jun. 2003), Porto, p. 4-5.
- ALMEIDA, Carlos A. B.; SOARES, Sofia P.; MARQUES, Marta M. (2010) – *Relatório das sondagens (1ª e 2ª fase)*. *Rua D. Hugo, nº 19 – Porto – 2009*. S.l.: Mola Olivarum. Texto dactilografado.
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; TEIXEIRA, Sofia A. S. (2009) – *Relatório Preliminar dos trabalhos arqueológicos na Rua de D. Hugo, nº 23, Porto*. Porto: S.e. Texto dactilografado.
- BASTO, Artur de Magalhães (1948) – “Portucale. Subsídios para a sua história”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 11 (3-4). Porto, p. 163-73.
- BRANDÃO, Domingos P. (1984) – “Inventário de objectos do período da romanização encontrados na cidade do Porto”. *Arqueologia*. 10. Porto, p. 13-8.
- CARVALHO, Teresa P.; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário J. (1996) – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal.
- CLETO, Joel A.; VARELA, José M. (2000) – “Largo do Colégio, 9-12: entre a muralha romana e a românica?”. *Al-madan*. 2ª Série. 9, Almada, p. 133-5.
- CUNHA, Rodrigo da (1623) – *Catálogo e História dos Bispos do Porto*. Porto.
- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- DUARTE, Luís M.; BARROCA, Mário J. (1990) – “Porto”. In Marques, A. H. Oliveira; Gonçalves, Iria; Andrade, Amélia A. – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XIV)*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, p. 23-6.
- FONSECA, Jorge (2011) – *Relatório Preliminar. Intervenção arqueológica. Rua D. Hugo, n.º 33. Freguesia da Sé, Porto*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto dactilografado.
- FONSECA, Jorge; TEIXEIRA, Ricardo; FONSECA, Vítor (2009) – *Relatório de Progresso. Quarteirão da Bainharia. Sé*. Porto: Arqueologia e Património. Texto dactilografado.
- LEMONS, Francisco S.; LEITE, José M.; CUNHA, Armandino (2007) – “A muralha romana (Baixo-Império) de *Bracara Augusta*”. In Rodriguez Colmenero, A.; Rodá de Llanza, I. (eds.) – *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio (Lvcvs Avgvsti como paradigma)*. *Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo...* Lugo: Museo e Diputación Provincial, p. 327-41.
- LEMONS, Francisco S.; LEITE, José M.; FONTES, Luis O. (2001) – “A muralha de *Bracara Augusta* e a cerca medieval de Braga”. In Fernandes, Isabel F. (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri/C. M. Palmela, p. 121-32.
- MARÇAL, Helena (2010) – *Acompanhamento arqueológico das obras de Requalificação do Espaço Público do Morro da Sé, Freguesia da Sé, Porto. Relatório mensal. Outubro*. Porto: Arqueologia e Património. Texto dactilografado.
- OLIVEIRA, J. Pereira de (1973) – *O Espaço Urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura/Centro Estudos Geográficos
- OSÓRIO, Maria Isabel P. (1994) – *Cidade, plano e território. Urbanização do plano intra-muros do Porto (séculos XIII-1ª metade XIV)*. Porto. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto dactilografado.
- REAL, Manuel L.; OSÓRIO, Maria Isabel P. (1993) – “A Cidade: lugares primeiros. Rua D. Hugo, nº 5”. In Osório, Maria Isabel P. (coord.) – *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, p. 15-24.

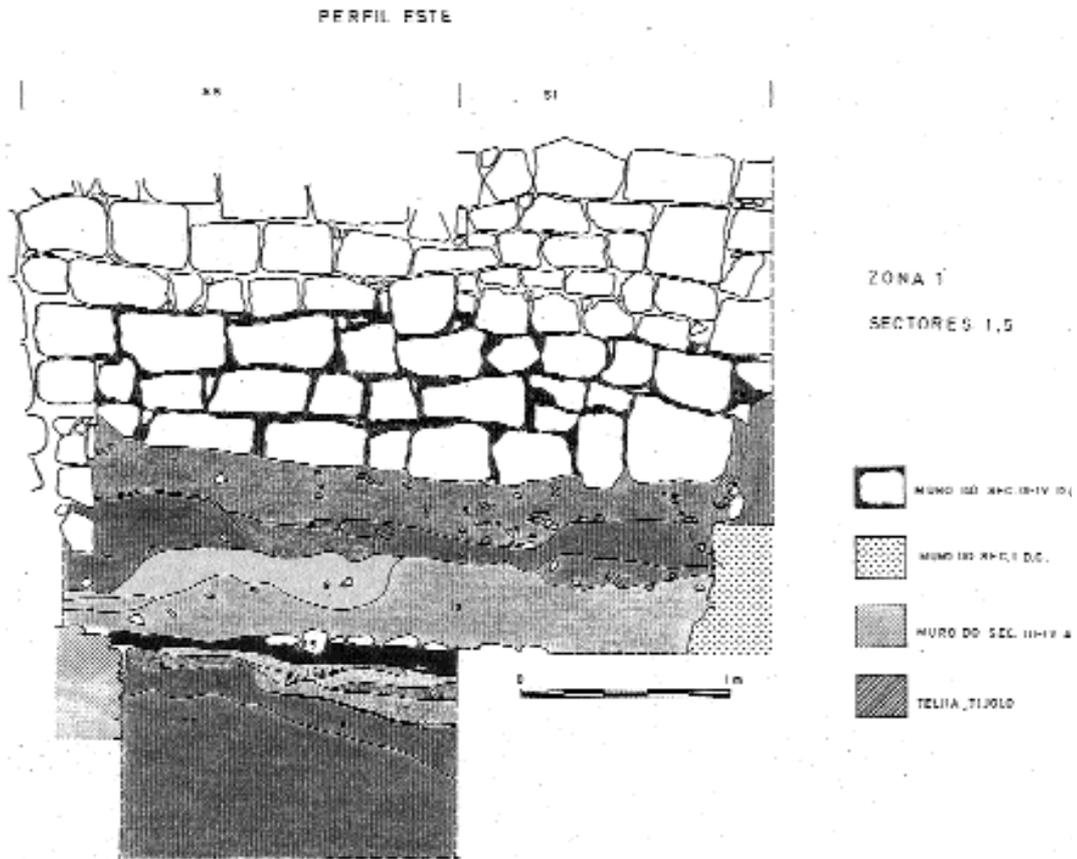
- REAL, Manuel L. *et al.* (1985-86) – “Escavações arqueológicas no Morro da Sé”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2ª Série (3/4), p. 7-60.
- RIBEIRO, Manuela C. S. (1999) – *Obras de recuperação urbana no Bairro da Sé (Porto)*. 2ª e 3ª fases de arruamentos (PPUBS-CMP). *Relatório dos Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico*. Porto: S.e. [Câmara Municipal]. Texto dactilografado.
- RIBEIRO, Manuela C. S. (2002) – “Acompanhamento arqueológico dos trabalhos de recuperação urbana nas Ruas do Bairro da Sé (Porto). Metodologia e resultados preliminares”. In Barros, L.; Henriques, F. (coord.) – *3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 1997)*. *Actas*. Almada: Museu Municipal, p. 23-35.
- RODRIGUES, Adriano V. (1986) – “As muralhas do Porto medieval”. *Ingenium. Revista da Ordem dos Engenheiros*. 2 (Jul.-Ag. 1986), p. 33-48.
- RODRIGUEZ COLMENERO, A.; RODA DE LLANZA, I. (eds.) – *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio (Lvcvs Avgvsti como paradigma)*. *Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo...* Lugo: Museo e Diputación Provincial.
- SILVA, António Manuel S. P. (1998) – *Intervenção Arqueológica de Emergência na Rua da Penaventosa, 39-43. Relatório preliminar*. Porto: Câmara Municipal. Texto dactilografado.
- \_\_\_\_\_ (2000) – “Rua D. Hugo, 5 – um arqueossítio fundador”. *AL-Madan*. 2ª Série. 9, Almada, p. 136-7.
- \_\_\_\_\_ (2005) – “Povoamento proto-histórico no Entre Douro e Vouga Litoral: a estruturação do *habitat*. I – Arquitectura dos castros”. In *Castro, um lugar para habitar. Colóquio* [Cadernos do Museu, 11]. Penafiel: Museu Municipal, p. 167-188.
- \_\_\_\_\_ (2010) – “Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa”. *Gallaecia*. 29. Santiago de Compostela, p. 213-62.
- SILVA, António Manuel S. P. Silva; BARBOSA, Sandra (1998a) – *Conclusão da intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 39, 45 e 57 (Jun. – Set. 1998)*. *Relatório preliminar*. Porto: Câmara Municipal. Texto dactilografado.
- \_\_\_\_\_ (1998b) – *Conclusão da intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 39, 45 e 57. Relatório preliminar*. Porto: Câmara Municipal. Texto dactilografado.
- SILVA, António Manuel S. P. *et al.* (2003) – *Largo de Penaventosa, 25. Porto. Relatório final das sondagens de avaliação arqueológica*. Porto: Câmara Municipal. Texto dactilografado.
- \_\_\_\_\_ (2006) – *Largo de Penaventosa, 21. Porto. Relatório Final das Sondagens de Avaliação Arqueológica*. Porto: Câmara Municipal. Texto dactilografado.
- SILVA, Armando C. F. (1994) – “Origens do Porto”. In RAMOS, Luís O. (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 46-117.
- SOUSA, Armindo (1994) – “Tempos Medievais”. In RAMOS, Luís O. (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 118-253.
- VARELA, José M.; CLETO, Joel A. (2001) – *Intervenção arqueológica no edifício do Largo do Colégio, nº 9-12 (Freguesia da Sé, Porto)*. *Relatório dos trabalhos realizados*. Porto: S.e. Texto dactilografado.
- VARIA (1939) – “Muralha primitiva da cidade”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2 (1939). Porto, p. 259-61.
- VITORINO, Pedro (1946) – “As muralhas do Porto”. *Douro Litoral*. 2ª Série. 6. Porto, p. 3-57.

As imagens das figuras 4, 5, 11 e 12 foram cedidas pelos responsáveis das respectivas intervenções, a quem agradecemos a permissão para o seu uso. As das figuras 3 e 6 a 10 correspondem a intervenções do GAU de que fomos co-autores. Agradecemos ainda a colaboração de Gabriel Pereira (cartografia) e Manuela Ribeiro (revisão).





**Fig. 1** – Localização dos vestígios romanos na cidade do Porto. Área nuclear do centro histórico (seg. Silva, 2010).



**Fig. 2** – Rua D. Hugo, 5. Corte estratigráfico que evidencia a face da muralha do Baixo Império (REAL; OSÓRIO 1993).



**Fig. 3** – Troço de muralha aparecido na Rua da Penaventosa, 39-43, vendo-se também o dormente de uma mó giratória, junto ao alicerce interno.



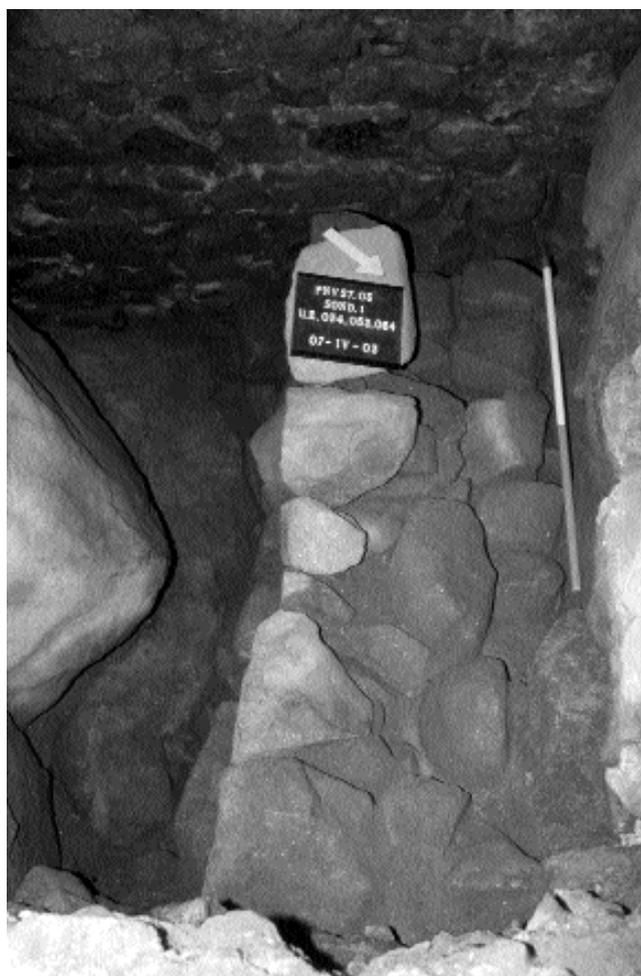
**Fig. 4** – Largo do Colégio, 9-12. Estrutura de grande aparelho, interpretada como possível alinhamento de muralha romana



**Fig. 5** – Largo do Colégio, 9-12. Estrutura de grande aparelho, de plano curvilíneo (torreão?) interpretada como possível alinhamento de muralha romana.



**Fig. 6** – Rua da Penaventosa, 25-27. Alçado da face interna da muralha romana.



**Fig. 7** – Rua da Penaventosa, 25-27. Vista superior da muralha romana, que serve de alicerce à parede tardoz da habitação.



**Fig. 8** – Largo da Penaventosa, 23-27. Aspecto do alicerce da muralha romana, aqui bastante destruído.



**Fig. 9** – Largo da Penaventosa, 17-21. Face interna da muralha, sobre a qual assenta a parede posterior da habitação.



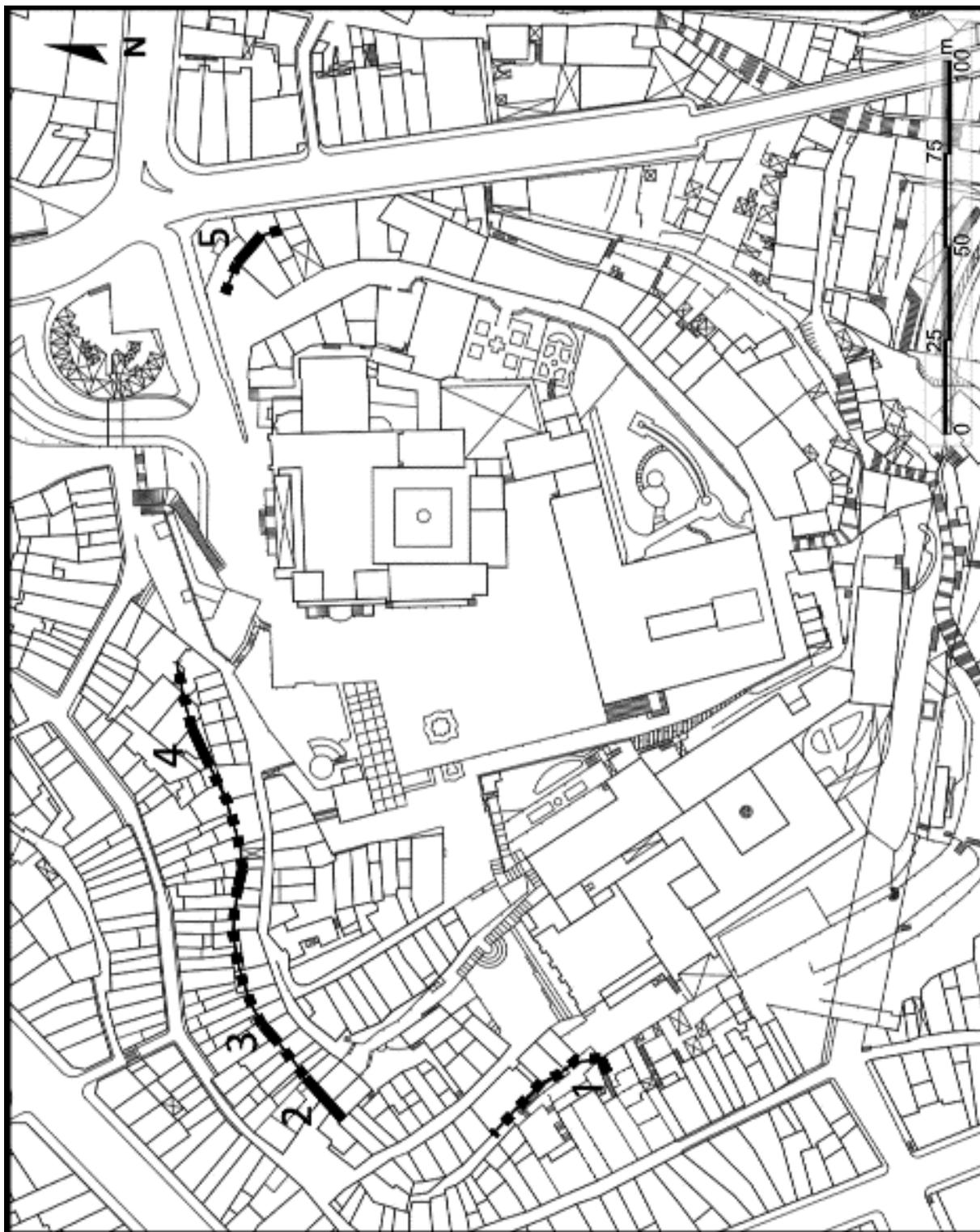
**Fig. 10** – Largo da Penaventosa, 17-21. Vista superior da estrutura defensiva.



**Fig. 11** – Quarteirão da Bainharia. Vista de topo e da face exterior da muralha, aparecida em trabalhos recentes.



**Fig. 12** – Quarteirão da Bainharia. Aspecto da mesma estrutura, que conserva ainda um alçado bastante expressivo.



**Fig. 13** – Locais onde foi identificada a muralha romana do Porto. 1. Largo do Colégio/Santana, 9-12; 2. Largo/Rua da Penaventosa; 3. Rua da Penaventosa; 4. Quarteirão da Bainharia; 5. Rua D. Hugo, nº 5. O tracejado sugere uma reconstrução por ora meramente hipotética (Silva, 2010, actualizado).

# MATERIAIS DE ADORNO VISIGÓTICOS DE PATALOU – NISA

Andreia Arezes\*

## RESUMO:

Este artigo concerne a um conjunto de objectos metálicos de filiação visigótica recolhidos em Patalou, um sítio localizado no concelho de Nisa, nunca sujeito a qualquer tipo de intervenção arqueológica. As peças em bronze, descobertas à superfície, constam de elementos metálicos de adorno, destinados à aplicação sobre a indumentária, resumindo-se a três fragmentos de placas de cinturão, a um aro de fivela e a um fuzilhão isolado. A análise e a interpretação desenvolvidas ao longo do texto classificam-nos em função dos tipos e morfologias evidenciados, procurando, em paralelo, promover o respectivo enquadramento, a nível artístico, político-religioso e cronológico. Para tal, recorrem ao conhecimento veiculado por investigações recentes e à confrontação com paralelos identificados em sítios visigóticos já estudados, designadamente necrópoles localizadas no território peninsular.

**Palavras-chave:** Placas de Cinturão; Fivela; Indumentária; Visigodos

## ABSTRACT:

This article aims to define the cultural context of a set of Visigothic metallic elements recovered from Patalou. Patalou is a site located in the county of Nisa, but it has not as yet been excavated. The artefacts of adornment, produced in bronze, and used over costume, are: three pieces of belt buckles, a simple buckle and an isolated component of a buckle. The analysis and interpretation developed in this text attempt to sort the artefacts according to a typology, in order to discuss their artistic, political, religious and chronological context. In doing so, I will compare the artefacts to those from well known Visigoth sites, namely burial sites located in the Iberian Peninsula.

**Key-words:** Belt buckle; Buckle; Costume; Visigoths

## 1. INTRODUÇÃO

Os materiais sobre os quais nos debruçamos neste breve artigo enformam um conjunto metálico recolhido em Patalou, freguesia do Espírito Santo, pertencente ao concelho de Nisa, mas praticamente na transição para o de Castelo de Vide.

O sítio, localizado na peneplanície alentejana, pautada pela suave ondulação dos relevos e de matriz granítica, encontra-se delimitado, a Oeste e a Sul, por pequenas linhas de água, de fraco caudal. A presença dessas linhas surge, aliás, plenamente articulada com o contexto da

---

\* Arqueóloga. Mestre em Arqueologia pela F.L.U.P. e aluna de Doutoramento na mesma faculdade. Investigadora do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto – Campo Arqueológico de Mértola (CEAUCP-CAM), Unidade I&D 281. Bolseira da FCT.

densa rede existente, a maior parte fluindo desde a Serra de S. Mamede e convergindo na Ribeira de Nisa, sustida na Barragem da Póvoa.

O local denota uma utilização do solo predominantemente votada à pastorícia, não sendo perceptíveis, numa primeira observação, traços de uma actividade agrícola reiterada e intensiva. Todavia, e em conformidade com as informações orais que nos foram transmitidas, a recolha das peças em estudo terá ocorrido na sequência das lavradas efectuadas no terreno.

A cobertura vegetal, predominantemente herbácea e arbustiva, apresenta-se pontilhada por algumas árvores, nomeadamente, por sobreiros e duas espécies de folha caduca, o carvalho negral e a azinheira.

O substrato, granítico, emerge pontualmente a nível superficial, expondo contornos ligeiramente arredondados. Aliás, o granito consta da matéria-prima utilizada na composição dos muros divisórios de propriedade em pedra seca, nos quais assoma, por vezes, tégula fragmentada. Registe-se, a propósito, que a telha, a par de alguns líticos parcamente afeiçoados, compõem a mancha de dispersão de materiais actualmente observáveis no terreno.

Não se esgotam, porém, nos elementos mencionados, as recolhas de superfície que ali se foram efectuando ao longo dos anos. Com efeito, encontra-se também referida a ocorrência de cerâmicas de produção mais fina, de pesos de chumbo, de moedas romanas, de fíbulas de cronologia não especificada (Valdez; Pinto; Nisa, 2008: ficha de inventário 100) e dos materiais metálicos visigóticos que motivaram a elaboração do presente artigo, os quais tivemos oportunidade de tratar, numa primeira abordagem, aquando da preparação da Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010.

## 2. OS MATERIAIS

O conjunto metálico de Patalou, integrado na colecção particular de João Francisco Lopes, residente em Nisa, abarca materiais de importância desigual, os quais possuem, no entanto, características que os aproximam: o local onde se processou a recolha, o enquadramento no universo de ocupação visigótica e o facto de cada um deles configurar parte de um elemento de vestuário em bronze, fundido em molde.

Começamos por salientar precisamente o facto de as peças em análise se encontrarem relacionadas com a aplicação sobre a indumentária, particularidade que nos leva a tecer algumas considerações. Com efeito, os adornos produzidos em metais não ferrosos e, sobretudo, preciosos, ao serem utilizados sobre o traje militar ou civil, alcançavam um elevado papel simbólico, pelo que, mesmo que escassamente representados, acabavam por se destacar. Não raro, procurava-se compensar a matéria-prima menos nobre em que eram fabricados através da profusão decorativa e do esforço em reproduzir o fulgor e o requinte estético das peças de ourivesaria (Piponnier; Mane, 1995: 36). No entanto, e apesar da apetência e do gosto dos povos “bárbaros” em geral e dos visigodos em particular, pelo luxo e ostentação, traduzido no uso de característicos objectos em metal, se possível precioso, muitas das escavações das necrópoles que albergavam estes grupos na morte, acabam por não revelar grande fausto ou aparato (Morillo Cerdán, 1989: 238).

Outra questão que se levanta, prende-se com a técnica aplicada na produção das peças de Patalou. Ora, sendo evidente que os diferentes períodos ou fases históricas denotam, ao nível das soluções no trabalho do metal, uma inequívoca variabilidade, tal não se aplica ao âmbito das designadas “artes menores”. De facto, é manifesta a constância verificada neste domínio desde a época romana até à emergência dos tempos medievais. Ainda assim, e apesar do persistente recurso às mesmas técnicas artesanais, foram-se introduzindo algumas novidades, sobretudo ao nível do aperfeiçoamento das ligas ou das opções decorativas (Ripoll López, 1986: 55).

Encontra-se, portanto, firmado, que as práticas vigentes nas oficinas tardias e do alvorecer da Cristianização se fundaram em tradições que perduraram desde tempos recuados, tendo permanecido quase que inalteradas durante um extenso período (Dandridge, 2000: 71). Contudo, há que salientar que, muito embora as técnicas romanas compusessem um universo amplo, naturalmente incorporado pelos povos germânicos, não se resumiram à única e exclusiva fonte utilizada. Com efeito, são vários os investigadores, entre os quais se conta de H. Schlunk, que destacam o grau de complexidade da arte no tempo das migrações e na Alta Idade Média, fruto do cruzamento de influências e interpenetrações variadas (Cristóbal Rodríguez, 1981: 428).

É atendendo a este pressuposto que trataremos os adornos metálicos de Patalou. Sujeitos a uma análise macroscópica, que privilegiou as questões tipológicas e, no caso das placas de cinturão, também a dimensão artística e estética, foram utilizados como veículos para a captação de indicações que se espraiam por vários domínios: o político, o social, o religioso e cronológico.

## 2.1. Placas de cinturão

Começamos por introduzir uma nota acerca da relevância deste tipo de peça em geral e sobre o grupo em que se integram os exemplares em estudo, em particular.

De entre a panóplia de objectos que assumiam uma finalidade prática ou que se afirmavam exclusivamente como elementos de adorno de vestuário, as placas, também designadas de fechos de cinturão, granjeavam um papel privilegiado. Neste sentido, a variabilidade morfológica e a evolução que neles se vai notando, enformam possibilidades de estudo e análise incontornáveis, pelo que deverão ser perspectivados como dos mais interessantes elementos da cultura material da fase de transição que discorre entre o ocaso do Império Romano do Ocidente e a emergência dos tempos medievais.

Com efeito, ainda no quadro do Império, o *cingulum* adquiriu, entre os grupos de germânicos ao seu serviço, papel de relevo, pelo seu carácter de insígnia oficial e por indiciar o estatuto e a posição hierárquica dos indivíduos que o utilizavam. Demonstrativo da importância adquirida por este tipo de objecto é aliás o facto de, mesmo na sequência da diluição da autoridade imperial, formas, técnicas e esquemas decorativos romanos terem persistido, cristalizando na primeira arte autónoma dos povos germânicos. De facto, parte significativa das placas de cinturão altomedievais que se afirmam como produto da manufactura “bárbara”, têm nos broches militares tardo-romanos os seus protótipos mais ou menos evidentes; noutros casos, por seu turno, encontram-se documentadas quase que cópias directas de peças mais antigas (Pérez Rodríguez-Aragón, 1992: 239-240).

Objecto que, à semelhança das fíbulas, seria comum aos enxovais fúnebres dos dois sexos e que, portanto, escapava ao âmbito das peças diferenciadoras de género (Morillo Cerdán, 1989: 244), era usado na indumentária feminina de forma a cingir à cintura uma capa, ou segundo informações mais recentemente difundidas, vestes de tipo *peplos*, por seu turno suspensas dos ombros através dos pares de fíbulas colocadas à altura das clavículas. Trajando deste modo, não só nos seus territórios de origem mas também nos novos espaços de fixação, desde os finais do século V e ao longo do VI, as mulheres godas privilegiavam um tipo de vestuário característico e vulgarizado desde a época romana (Bierbrauer, 1997: 167-169).

De qualquer modo e dado que as placas de cinturão poderiam também ser utilizadas por homens, não podemos avançar mais neste campo, encontrando-se-nos vedado o aventar de hipóteses relativas à pertença específica de qualquer uma das três peças analisadas. Ainda assim, é-nos possível destacar outras informações, transmitidas através da observação das características particulares e da morfologia dos objectos em causa.

As placas de cinturão em bronze de Patalou, produzidas através do método de fundição em

molde, correspondem a exemplares da tipologia liriforme. No entanto, e em concordância com os elementos mencionados na descrição associada a cada uma delas, enquadram-se em variantes divergentes, traduzidas quer a nível formal, quer no que concerne aos esquemas decorativos evidenciados.

Ora, as placas liriformes representam um tipo característico do grupo III de Santa-Olalla (1934: 171), também designado como bizantino e balizado entre o início do reinado de Suintila, cerca de 621, e o colapso da monarquia visigótica (Cardozo, 1942: 256; Figueiredo; Paço, 1974: 19). Uma outra proposta, mais recentemente veiculada, aponta a ocorrência de exemplares liriformes na Península já nos finais do século VI e, mais declaradamente, na centúria subsequente (Ripoll López, 1985: 61). A mesma investigadora, em obra posterior, integra as placas de cinturão mencionadas, a par de um conjunto de outros adornos, no nível V, cuja cronologia se estende entre cerca de 600/640 e 710/720 (Ripoll López, 1998: 61). Assume-se, portanto, que a chegada à Península Ibérica dos grupos de norte-africanos que ditam o arranque da ocupação islâmica não determina o afastamento ou abandono imediato da panóplia de objectos que compunham o *corpus* de adereços de vestuário a que recorriam os hispano-visigodos.

Assim, o tipo liriforme terá perseverado ao longo de todo o século VII e primeiras décadas do VIII, convivendo com a ocupação muçulmana. Além do mais, o próprio facto de as peças soltas de alguns destes elementos poderem ser reutilizadas na composição de outros adornos, contribuiu para que o uso de placas liriformes, mesmo que incompletas, se tenha dilatado no tempo (Vallalta Martínez, 1988: 307). Como exemplo da afirmação veiculada, citamos os trabalhos de escavação efectuados no povoado de El Bovalar, em Lérida, os quais permitiram documentar a persistência utilitária dos broches liriformes em pleno reinado de Áquila, compreendido entre 713 e 715 (Ripoll López, 1998: 33).

Ora, estes bronzes, romanos orientais e detentores de marcadas influências mediterrânicas e bizantinas, seriam, segundo Palol Salellas, produzidos através do método de fundição em cera. Uma outra hipótese, transmitida mais recentemente, aponta um procedimento mais simples e menos oneroso: o fabrico em série, mediante a utilização de moldes bivalves com impressão em areia (Vallalta Martínez, 1988: 314, nota 1). Reproduzidos por toreutas visigodos, mas utilizados tanto pela população hispano-romana como germânica, difundiram-se amplamente pelo reino visigótico, ultrapassando os espaços de fixação característicos do século VI. Na base da materialização de tal fenómeno encontra-se a conjugação de circunstâncias de vária ordem.

Em primeiro lugar, assinalamos dois acontecimentos capitais, responsáveis por mudanças profundas na sociedade peninsular. Por um lado, a imposição da unidade demográfica impulsivada por Leovigildo, através da anulação da proibição dos casamentos mistos, disposição legislativa que mantinha apartados, pelo menos oficialmente e até cerca de 589, grupos de origem germânica e hispano-romanos. Por outro, a obrigatoriedade de abjurar do Arianismo, motivada pela conversão de Recaredo ao Catolicismo, acto fundamental no caminho para uma outra unidade, a confessional (Palol Salellas, 1986: 516). Ressalve-se, no entanto, que nenhum dos procedimentos, desencadeados pelos dois monarcas, pai e filho, se encontram limitados à esfera meramente demográfica ou religiosa. Ambos reflectem, aliás, uma inequívoca visão política e um propósito de consolidação e centralização do poder de um reino que se revelava excessivamente fragmentado pelas diferenças sobre as quais se fundara.

De qualquer modo, a “unificação” e fusão populacional promovida acabou por se traduzir na uniformização de alguns costumes e até na forma como hispano-romanos e visigodos se adornavam e compunham a sua indumentária, daí o aproveitamento comum de elementos que deixaram de se assumir como diferenciadores.

No entanto, outras questões se revelam igualmente pertinentes e essenciais à explicação da forte dispersão dos objectos liriformes.

Com efeito, as oficinas autóctones implantadas no território ocupado pelos visigodos ter-se-

-ão dedicado à imitação do referido tipo, para tal beneficiando das redes comerciais tecidas ao longo de todo o Mediterrâneo. Assim se explica a ocorrência de exemplares liriformes na Síria, Egipto, Sicília, Ibiza ou no Norte de África. De facto, a unidade cultural propiciada pelo comércio articulava-se plenamente com a unidade económica tutelada pelo império bizantino, havendo, aliás, que realçar o facto de as relações comerciais vigentes em época paleocristã não terem sido quebradas com a presença visigótica na Península, antes se aprofundando, com a estabilização do reino de Toledo.

Parte substancial dos objectos liriformes conhecidos procede da Bética e, em menor quantidade, da faixa norte da Península e de pontos muito localizados da Meseta. Daí que se suponha que as oficinas se implantariam fundamentalmente nas zonas do litoral, onde terão ocorrido os primeiros contactos com as modas mediterrânicas, ou, em acordo com uma outra hipótese, em Toledo, que, enquanto capital do reino visigótico e local de residência da corte, assumiria o papel de centro de acolhimento de todas as inovações. Registe-se, a propósito, que os artífices itinerantes terão igualmente produzido peças deste tipo, pelo que a eles se terá também ficado a dever a sua disseminação. De qualquer modo, ao realizar imitações dos originais importados, acabou por se promover o desenvolvimento de formas renovadas, onde se cruzavam influências do baixo-império e germânicas, com outras de cariz bizantino e mediterrânico. De notar que, entre os motivos de filiação romana passíveis de ocorrer nestes adornos se incluem os vegetalistas e os animais estilizados (Vallalta Martínez, 1988: 305).

Entre as placas conhecidas em Portugal, são precisamente as liriformes a compor o grupo mais significativo. Mais reduzido é o número de elementos de cinturão rígidos, subdivididos em exemplares de placa simples e em peças vazadas, de tipo *Palazuelos* ou epigráficas. Já para o âmbito dos objectos com decoração *cloisonné*, espécie de mosaico composto de pequenas cavidades metálicas de configuração geométrica, possuímos um único registo confirmado, referente a uma placa recolhida nas escavações de Conimbriga. Sendo certamente anterior a 589 e evidenciando ainda reminiscências orientais e feição nitidamente germânica, apresentava-se, porém, algo desvirtuada, ao nível da matéria-prima utilizada, vidro colorido e não granadas, e da mestria técnica dedicada ao fabrico (Arezes, 2010: 92-97).

Assim sendo, as placas de Patalou integram o grupo quantitativamente mais representativo, nelas se firmando e encontrando representado todo um percurso evolutivo.

### **2.1.1. Placa 1**

A peça que trataremos em primeiro lugar (Fig. 2) é a única que não se apresenta fragmentada, denotando, aliás, um estado de conservação bastante satisfatório. Ainda assim, há que registar que também ela se mostra incompleta, destituída da fivela com a qual se articularia.

Fundida em bronze, evidencia uma definição perfeita das zonas distal, central e proximal. A distal, provida ainda do botão de remate, ostenta uma moldura criada através de sulcos incisos, da qual arrancam alguns triângulos de pequena dimensão e que se subdivide, por seu turno, em dois campos que se assemelham a uma pétala. No interior de cada um deles combinam-se elementos puncionados, semicírculos incisos, a par de motivos excisos, de natureza não especificada.

A parte central, em forma de lira, configuração que confere a designação a este tipo de placa, possui uma dupla moldura nas faixas laterais, sendo, em paralelo, atravessada por um cordão longitudinal, constituído por motivos triangulares excisos, de vértices desencontrados e desenho algo irregular, manifesto também ao nível da desigualdade das dimensões apresentadas.

Já o campo proximal apresenta configuração quase que rectangular, terminando sob a forma de dois sólidos espigões. Relativamente à decoração observável, regista-se certa divergência face aos motivos patentes nos campos distal e central, surgindo aqui restrita a semicírculos incisos e encadeados.

O verso, por seu turno, conserva ainda os cinco apêndices originais, destinados a suportar a passagem dos fios de couro: um surge isolado, em posição distal, sendo que os restantes se encontram colocados de modo sensivelmente paralelo, dois no campo central e dois outros, na zona proximal.

A peça analisada apresenta fortes similitudes com outros objectos inventariados para o território português, caso da placa de S. Caetano (Couto de Ervededo, Chaves), de um exemplar exumado em Conimbriga (Condeixa-a-Velha, Condeixa-a-Nova) e do da Herdade de Fontalva (Barrabacena, Elvas) (Arezes, 2010: 97-98). Cada um deles remete, morfologicamente, para os protótipos sevillanos de tipo **A**, designação que não pressupõe que o conjunto dos elementos aparentados proceda especificamente de oficinas implantadas naquela região, até porque materiais congêneres ocorrem em vários pontos da geografia peninsular, designadamente no noroeste e na zona de Palencia (Castela e Leão). Configurando o grupo quantitativamente mais expressivo da Península e muito embora não se revele possível definir-lhe uma origem espacial específica, é certo que as placas de cinturão recolhidas na área sevillana se pautam por uma qualidade de fabrico elevada, que as distingue e superioriza na comparação com achados efectuados noutros locais (Ripoll López, 1998: 133-134).

### **2.1.2. Placa 2**

À semelhança da primeira peça analisada, este segundo objecto (Fig. 3) refere-se igualmente a um exemplar de tipologia liriforme.

Encontra-se, no entanto, mais truncado e em pior estado de conservação; aliás, do corpo original da peça resta apenas a zona distal, ainda provida do botão de remate e parte da área central, porém interrompida pela fractura.

Na superfície frontal, uma moldura exterior, que se apresenta lisa ou, pontualmente, decorada com ténues incisões transversais, delimita um campo onde os motivos decorativos, círculos, losangos e volutas se combinam, surgindo incisos, excisos ou em relevo.

O verso coloca em evidência três únicos apêndices: um, isolado, colocado na zona distal, próxima da extremidade da peça, sendo que os restantes dois, paralelos entre si, foram dispostos sensivelmente no campo central da placa.

Os paralelos mais próximos para esta segunda placa encontram-se tipificados no grupo **G3** da Colecção Sevillana e, em particular, no nº 67 (Ripoll López, 1998: 133; fig. 16; 147, fig. 22; lâmina XXXVIII). É certo, porém, que o carácter fragmentário da peça não permite comprovar se, na superfície frontal, o campo ornamental se apresentaria dividido em três registos, característica fundamental na definição do conjunto mencionado. Ainda assim, a estrutura da placa e os pequenos botões laterais parecem coadunar-se com os exemplos apresentados como integrantes do grupo.

Já no que se refere à difusão espacial, não só do tipo em causa, mas igualmente do **H**, há que salientar a sua ampla disseminação geográfica. De facto, os achados surgem documentados na *Carthaginensis*, no leste da *Tarraconensis*, no norte da *Lusitania* ou na *Baetica*, havendo que conceder especial destaque aos de *Hispalis*, pela sua expressividade quantitativa. Registe-se, em contrapartida, a escassez numérica de peças que se pautam por uma qualidade de fabrico superior, particularidade que aproxima os elementos dos tipos G e H de outros grupos da Colecção Sevillana (Ripoll López, 1998: 140; 142; 147, fig. 22).

### **2.1.3. Placa 3**

Desta peça (Fig. 4) resta-nos apenas parte da zona proximal.

Na superfície frontal, um sulco inciso define uma moldura exterior, provida de uma sucessão de linhas ornamentais, igualmente incisas, porém colocadas na oblíqua.

No campo central inscreve-se um elemento decorativo de contorno oblongo, em relevo, no qual avultam duas supostas espirais, a par de três triângulos alinhados.

O verso, de tendência ligeiramente côncava, ostenta dois apêndices colocados em posição paralela entre si, bem conservados, encontrando-se os orifícios destinados à passagem dos fios ainda operacionais.

A observação de múltiplas placas liriiformes recolhidas no espaço peninsular saldou-se na identificação de um paralelo possível para esta terceira placa de Patalou, o objecto nº **113** da Colecção Sevilhana (Ripoll López, 1998: 157; 340-341, lâmina XXXVIII), muito embora se lhe reconheçam alguns pormenores divergentes. De facto, a aproximação entre as duas peças radica unicamente nas características evidenciadas pelo elemento decorativo observável em relevo. No entanto, a placa da Colecção Sevilhana ostenta-o no campo central e não proximal, como a de Patalou.

Já numa outra placa de cinturão, incluída na Colecção Andaluza do Museu Arqueológico Nacional (M.A.N. – Madrid) (Ripoll López, 1998: 163, fig. 30, nº 12), registou-se a presença de decoração em relevo na zona proximal. Todavia, a configuração do ornato e a forma como se articula com o campo em que se inscreve, leva-nos a colocar algumas dúvidas quanto à possibilidade de a considerar como um paralelo efectivo para o elemento de cinturão em análise.

## 2.2. Fivelas

Antes de mais, comecemos por salientar uma questão pertinente, que se prende com as circunstâncias em que se verifica a ocorrência deste tipo de objecto em contextos de enterramento. De facto, as fivelas surgem normalmente associadas a facas produzidas em ferro ou a botões e apliques, não integrando, no túmulo, os conjuntos onde figuram placas de cinturão e fibulas.

Tal particularidade impõe, necessariamente, uma reflexão. Com efeito, a presença de fivelas poderia traduzir a pertença do indivíduo inumado a um patamar social e económico específico, eventualmente menos favorecido, à semelhança do que sucede com os braceletes, que, em regra, surgem depositados em contextos mais pobres. Uma outra possibilidade é que este tipo de elemento reflecta uma diferenciação de género, pelo que a menor opulência e sobriedade dos enxovais fúnebres onde são detectados remeteria para o universo masculino (Morillo Cerdán, 1989: 242).

Neste sentido e, apesar de persistirem dúvidas relativas à conotação destas peças com um género em particular, as quais se fundam essencialmente no facto de os restos osteológicos das necrópoles visigotas já escavadas se terem deteriorado e destruído ou, simplesmente, na inexistência de estudos debruçados sobre tais vestígios, supõe-se que as fivelas seriam, efectivamente, colocadas junto de indivíduos do sexo masculino.

Registe-se ainda um outro pormenor que se nos afigura relevante e que se prende com o facto de quer as fivelas de contorno rectangular, quer as de forma ovalada, providas de fuzilhão de base escutiforme, poderem não corresponder a parte de placas de cinturão, referindo-se antes a elementos constitutivos de correias de calçado, de armas ou pendentos (Ripoll López, 1986: 58). A confirmar-se tal hipótese, poderíamos então reconhecer no aro de fivela rectangular de Patalou uma vocação similar à enunciada.

No universo das peças metálicas de adorno ou destinadas à aplicação sobre a indumentária inventariadas para o território português, as fivelas encontram-se quantitativamente bem representadas. No entanto e apesar de o conjunto identificado primar pela heterogeneidade, designadamente morfológica, é possível descortinar algumas características que aproximam os objectos que o compõem e que se prendem, a título de exemplo, com a técnica utilizada, a fundição em molde ou com a predilecção pela utilização do bronze como matéria-prima. Em alguns casos, porém, a referida liga era aplicada apenas na produção do aro ou anel, recorrendo-se a outro metal para fabricar o fuzilhão (Arezes, 2010: 105-106).

### **2.2.1 – Argola de fivela 1**

Esta peça (Fig. 5), incompleta, com aro liso, unicamente marcado por leves entalhes em dois dos cantos, encontra-se destituída do fuzilhão com o qual se articularia. Contudo, a ocorrência de uma área muito delimitada, de tendência aplanada, na superfície frontal, leva-nos a supor que aí repousaria a agulha, entretanto desaparecida. Em paralelo e, na parte oposta do aro, em posição aproximadamente simétrica, é perceptível uma zona ferruginosa e degradada, onde se movimentaria o gancho, supostamente produzido em ferro. Neste sentido, e a ter-se revelado a possibilidade de analisar o objecto completo, estaríamos perante um exemplo de uma peça compósita, onde cada uma das partes resultaria da utilização de uma matéria-prima diferente.

Retomando a descrição tipológica da argola de fivela, note-se que apresenta configuração rectangular, não se enquadrando, portanto, no esquema mais comumente observado neste tipo de peça. Com efeito e atendendo às fivelas conhecidas em território português, devemos salientar a prevalência das que denotam contorno oval.

De qualquer modo, convém-nos salientar a existência de um paralelo directo em espaço nacional, radicado numa argola de fivela recolhida em Milreu (Estói, Faro) e conservada no Museu Nacional de Arqueologia, a qual foi já objecto de estudo, conjuntamente com outros materiais procedentes daquela estação, por parte de vários autores (Almeida, 1962: 243; 254; lâmina LXV, fig. 354; Inácio, 2005: 42; 80; 22: anexo I; Sidarus; Teichner, 1997: 184).

Trata-se de um tipo que poderá, segundo Ripoll López, possuir génese romana. Não obstante, tem sido detectado com alguma frequência em necrópoles visigóticas localizadas quer em território espanhol, quer francês. De facto e para o primeiro caso, é possível mencionar ocorrências em Carpio de Tajo (Toledo), Duratón (Segóvia) ou Alcalá de Henares (Madrid). Também em Madrid, a sepultura nº 27 da necrópole de Tinto Juan de la Cruz permitiu a identificação de um aro de fivela integrável neste grupo. Já no espaço francês, Dugny-sur-Mense, Seine-Saint-Denis ou Estagel proporcionaram a recolha de objectos similares (Barroso Cabrera *et al*, 2006: 544, nº 593; 559).

A verificar-se a hipótese veiculada de uma origem romana para as fivelas rectangulares, afigura-se plausível que a sua presença traduza algum tipo de reutilização, responsável pela perduração utilitária ao longo do tempo.

Neste sentido, torna-se complexo aventar um enquadramento cronológico sustentado para o aro de fivela de Patalou, até porque não existem informações consistentes que nos permitam definir o tipo de ocupação que terá vigorado no referido sítio. De qualquer modo, cremos ser relevante apontar as indicações fornecidas para as peças que se assumem como paralelos claros e directos para o elemento em análise.

Portanto e a título de exemplo, registre-se que o aro detectado na necrópole de Tinto Juan de la Cruz é enquadrado nos alvares do século VI, em função da datação genérica avançada para o designado espaço cemiterial (Barroso Cabrera *et al.*, 2006: 562). Já o de Milreu (Estói, Faro), único paralelo reconhecido em território português, inicialmente publicado por D. Fernando de Almeida (1962: 243; 254; lâmina LXV, fig. 354), careceu, numa primeira fase, de uma proposta concreta de cronologia, tendo apenas sido sujeito a sumária descrição, devidamente acompanhada de fotografia. Posteriormente, outros investigadores, ao tratar a necrópole tardia da antiga *villa* romana, optaram por não individualizar a peça em causa, atribuindo antes uma datação de conjunto aos elementos metálicos recolhidos numa área concreta do sítio: aquela que, em clara articulação com a adesão às práticas cristãs, se converteu num cemitério privado, constituído por sepulturas de configuração rectangular e que M. Franco considerou remontarem à época visigótica (Inácio 2005: 17;41-42). É desse espaço que procedem alguns materiais metálicos de adorno, recolhidos por Estácio da Veiga e, em estudo recente, imputados ao intervalo compreendido entre os séculos VI e VII (Sidarus e Teichner, 1997: 184). É precisamente entre eles que se conta o aro de fivela indicado como paralelo directo para a peça de Patalou.

### 2.3. Fuzilhões

Estes elementos, que podem surgir referidos na bibliografia também sob a designação de agulhas, configuram parte de peças compósitas, em concreto, de fivelas ou placas de cinturão.

Ora, os escassos fuzilhões isolados inventariados para o território português, todos produzidos a partir da mesma matéria-prima, o bronze, e através da mesma técnica, a fundição em molde, denotam uma variabilidade morfológica pouco significativa (Arezes, 2010: 111-112). O grupo quantitativamente preponderante abarca os que se apresentam providos de base escutiforme, fundamentalmente conotados com as fivelas de aro ovalado, as quais possuem paralelos claros em peças merovíngias. Cronologicamente balizadas entre os séculos V e VI, persistiram, nalguns casos, até aos inícios do VII, centúria que firma o seu desaparecimento definitivo (Ripoll López, 1985: 39). De notar, no entanto, que este tipo de fuzilhão de configuração escutiforme é associado também ao corpo das placas de cinturão rígidas, inseridas no nível IV definido por Ripoll López para os adornos pessoais e que se prolonga entre cerca de 560/580 e 600/640 (1998: 57).

Neste tipo de objecto em concreto, a superfície frontal pode ser aproveitada para inscrever decoração. É o que se verifica em duas das peças recolhidas em Conimbriga, dotadas de motivos geométricos incisos, ao que se acrescenta, numa delas, a presença de uma estrela de cinco pontas, também incisa (Alarcão, 1994: 142, nº 16 e 17; Alarcão *et al.*, 1979: 97; 101; planche, XXI, nº 75). Porém, nem sempre a ornamentação é adoptada como acabamento na produção dos fuzilhões. De facto e, sobretudo nos menos elaborados, os elementos decorativos podem encontrar-se completamente ausentes. Assim sucede no caso do fuzilhão de Patalou, que de seguida descrevemos em pormenor.

### 2.4. Fuzilhão 1

A agulha estudada (Fig. 6) prima pela simplicidade morfológica. Denotando espessura praticamente constante ao longo de toda a extensão longitudinal, destinava-se a encaixar num aro, com o qual se articulava através do gancho, ligeiramente recurvo, patente numa das extremidades da peça. A oposta, por seu turno, revelando secção semicircular, expunha também leve curvatura.

A configuração que o fuzilhão apresenta e a observação preconizada de exemplares recolhidos em vários outros sítios, leva-nos a considerar a hipótese de o elemento em análise proceder de uma fivela de aro aproximadamente oval.

Um dos paralelos que lhe reconhecemos procede da necrópole de El Carpio de Tajo (Toledo), cuja ocupação surge centrada fundamentalmente no século VI (Ripoll López, 1985: 16), indicação que nos parece coadunar-se perfeitamente com a tipologia da agulha em causa. De facto, ao atentarmos nos objectos agrupados nos níveis definidos por Ripoll López, detectamos elementos similares no III, balizado entre cerca de 525 e 560/580, período que, historicamente, surge compreendido entre os derradeiros anos de governo de Leovigildo e a ascensão ao trono de Recaredo, seu filho (1998: 50-51). Enquadra-se, portanto, ainda na fase que precede a abjuração do Arianismo por parte deste monarca, num momento simbólico da entidade que passa então a ser designada de reino “visigodo-católico” (Orlandis, 2006: 132) e no decurso do qual se vão irremediavelmente perdendo os traços mais vincadamente germânicos da cultura material.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise individualizada dos objectos de adornos metálicos de Patalou pretendemos descortinar indícios das ocorrências de vária ordem que os foram moldando e dos influxos que neles se encontram plasmados.

Para concretizar tal propósito e muito embora nos tenhamos debatido com vários problemas e limitações, não só porque carecemos de informação acerca do tipo de ocupação que terá vigorado no sítio de onde procedem os materiais, mas também pela natureza descontextualizada dos mesmos, procurámos tirar partido da sua importância intrínseca, a qual se revelou claramente variável e desigual. Ainda assim e dado o estado pouco desenvolvido em que se encontra a investigação debruçada sobre o período de dominação germânica em Portugal, cremos que se reveste de certa relevância abordar e divulgar tais elementos metálicos.

Ora, na sequência dos dados transmitidos, o que avulta desde logo é o facto de os adereços estudados não integrarem um conjunto uniforme. Separa-os, acima de tudo, a função específica a que originalmente se destinavam e o enquadramento cronológico mais fino em que se inserem.

Com efeito, o intervalo em que surgem balizados apresenta-se genericamente compreendido entre os séculos VI e VII. De qualquer modo e em conformidade com o que tivemos oportunidade de verificar, no caso do aro de fivela, podemos, em última instância, encontrar-nos perante um caso de reutilização tardia de uma peça de origem romana. O fuzilhão, por seu turno, quer através das indicações comportadas na sua morfologia, quer mediante confrontação com um exemplar recolhido na necrópole visigótica de El Carpio de Tajo, insere-se no grupo de objectos atribuíveis ao século VI. Já no que concerne às três placas de cinturão, as mais significativas das peças estudadas, também pela sua valência artística, é a ambiência mediterrânica e bizantina a que prevalece. De facto e apesar de se encontrarem documentados exemplares liriformes já nos finais do século VI, é na centúria seguinte que a sua presença surge completamente firmada, estendendo-se depois para além dos alvares do VIII, sem que a penetração dos grupos de norte africanos em território peninsular anule de imediato a sua utilização.

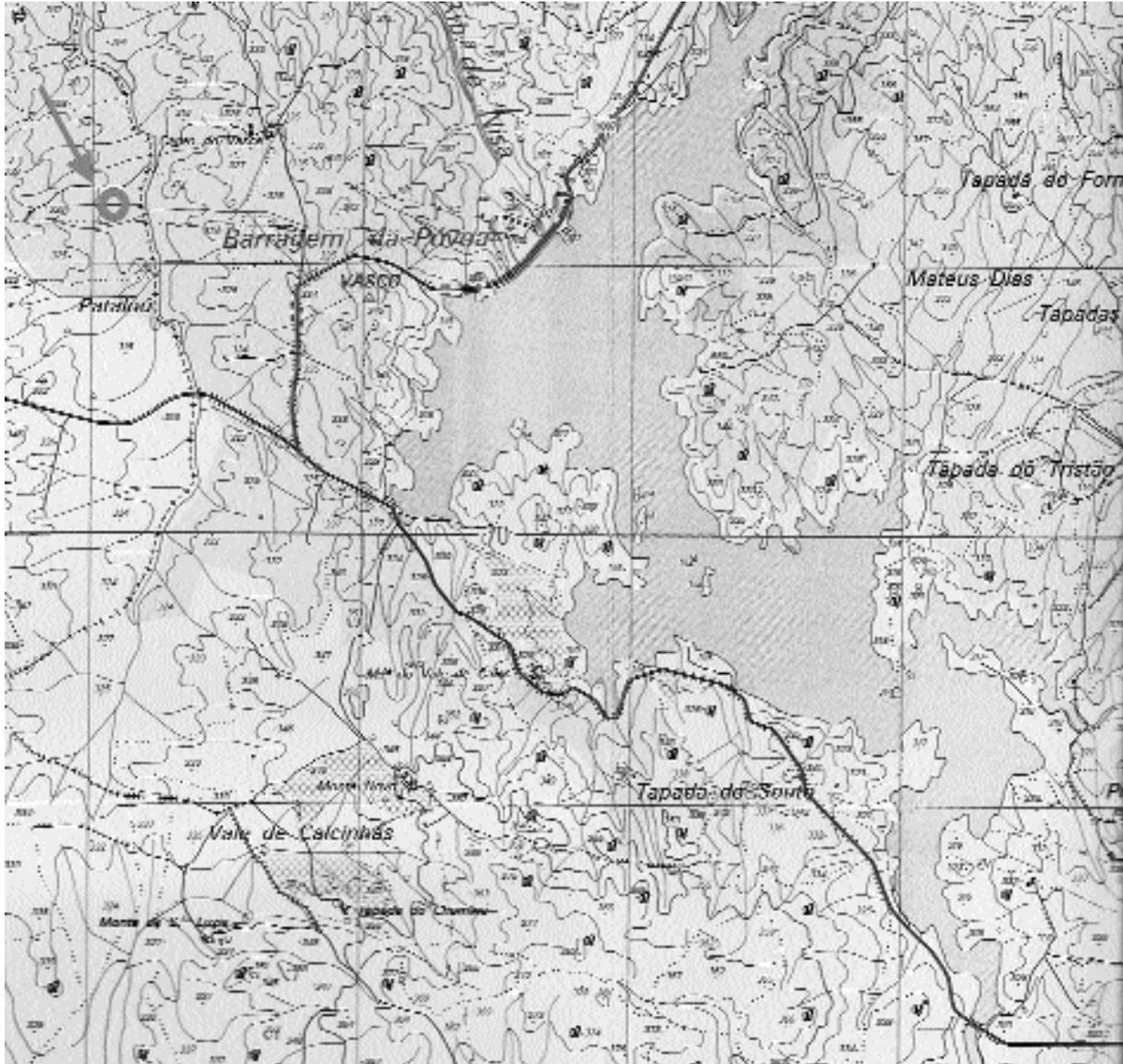
Os materiais de adorno metálicos ou vocacionados para a aplicação sobre a indumentária, abordados aqui de forma apenas tangencial, configuram portanto uma realidade feita de múltiplas interpenetrações, circunstância a que não é alheio o trânsito que os visigodos experienciaram e todo o conjunto de influências que foram colhendo e adaptando ao longo do percurso, até finalmente se fixarem no espaço peninsular e, progressivamente, caminharem no sentido da centralização do seu poder.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adília (1994), *Museu Monográfico de Conimbriga. Coleções*. Instituto Português dos Museus.
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; MOUTINHO ALARCÃO, Adília; PONTE, Salette da (1979), “Trouvailles diverses, conclusions générales”. *Fouilles de Conimbriga*, VII, Paris.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1962), “Arte Visigótica em Portugal”. *O Arqueólogo Português*. Nova Série, IV, Lisboa, Museu Etnográfico Português, 5-278.
- AREZES, Andreia C. Magalhães (2010), *Elementos de Adorno Altomedievicos em Portugal (Séculos V a VIII)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto (ed. policopiada). (Entretanto editada: *Elementos de Adorno Altomedievicos em Portugal (Séculos V a VIII)*, Noia, Editorial Toxosoutos, 2011).
- BARROSO CABRERA, R.; MORÍN DE PABLOS, J.; PENEDO COBO, E.; OÑATE BAZTAN, P.; SANGUINO VÁSQUEZ, J. (2006), “La necrópolis visigoda de Tinto Juan de la Cruz (Pinto, Madrid)”. *Zona Arqueológica*, nº 8, 2 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Museo Arqueológico Regional, Alcalá de Henares, 537-564.
- BIERBRAUER, Volker (1997), “Les Wisigoths dans le royaume franc”. *Antiquités Nationales*, 29, 167-200.
- BORGER, Hugo; HANSGERD, Hellenkemper (1979), *Tresórs romains – Trésors barbares. Industrie d’art à la fin de l’Antiquité et au début du Moyen Age*. Bruxelas.

- CARDOZO, Mário (1942), “Uma estação visigótica (?) no concelho de Chaves (S. Caetano – Freguesia de Couto de Ervededo)”. *Revista de Guimarães*, 52, 237-256.
- CRISTÓBAL RODRÍGUEZ, Rafael (1981), “Nuevo ajuar funerario de la necrópolis visigoda de Trillo”. *W-al-H*, 425-429.
- DANDRIDGE, Pete (2000), “Idiomatic and Mainstream: The Technical Vocabulary of a Late Roman Crossbow Fibula”. *Metropolitan Museum Journal*, vol. 35, 71-86.
- FIGUEIREDO, Fausto J. A. de; PAÇO, Afonso do (1974), “Placa de Cinturão Visigótica das Grutas de Cascais”. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía e Prehistoria. Homenaje a Júlio Martínez Santa-Olalla*, vol. II, tomo XXII, cuadernos 1-4, Madrid, 14-20.
- INÁCIO, Isabel Maria B. (2005), *A necrópole de Vale de Condes, Alcoutim no contexto da Antiguidade Tardia do Algarve*, Dissertação em Pré-História e Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. Texto policopiado.
- MORILLO CERDÁN, Angel (1989), “Nueva aproximación a los ajuares metálicos de la necrópolis visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia)”. *I Curso de Cultura Medieval. Actas*, Aguilar de Campoo, 233-251.
- ORLANDIS, José (2006), *Historia del Reino Visigodo Español*. Ediciones Rialp, Madrid
- PALOL SALELLAS (1986), “Las excavaciones del conjunto de ‘El Bovalar’, Seros (Segria, Lerida) y el reino de Akhila”. *Los Visigodos: Historia y Civilización. Antigüedad y Cristianismo. Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardia*, III, Universidad de Murcia, 513-526.
- PIPONNIER, Françoise; MANE, Perrine (1995), *Se vêtir au Moyen Âge*. Adam Biro, Paris.
- RIPOLL LÓPEZ, Gisella (1985), “La Necrópolis Visigoda de el Carpio de Tajo (Toledo)”. *Excavaciones Arqueológicas en España*, 142, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia.
- \_\_\_\_\_ (1986), “Bronces Romanos, Visigodos y Medievales en el M.A.N.”. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, IV, Madrid, 55-82.
- \_\_\_\_\_ (1998), *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Real Academia de Buenas Letras, Barcelona.
- SIDARUS, A.; TEICHNER, F. (1997), “Termas romanas no Gharb Al-Ândalus. As inscrições árabes de Milreu (Estói)”. *Arqueologia Medieval*, 5, 177-189.
- VALLALTA MARTÍNEZ, Pilar (1988), “Dos objetos de bronce de época visigoda en el yacimiento de Begastri (Cehegín, Murcia). Estudio y restauración”. *Antigüedad y Cristianismo: Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardia*, nº 5, 303-314.
- VALDEZ, Joana; PINTO, Filipa; NISA, João (2008), *Carta Arqueológica do Concelho de Nisa. Fase II. Relatório Final*, 2 vol. Texto policopiado.

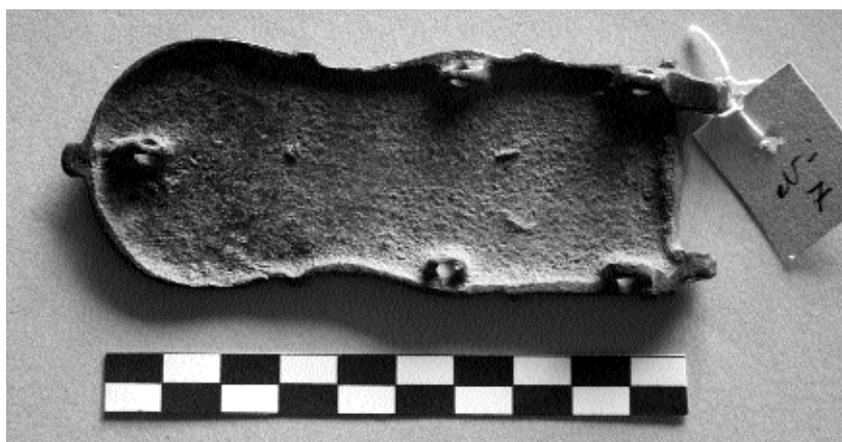




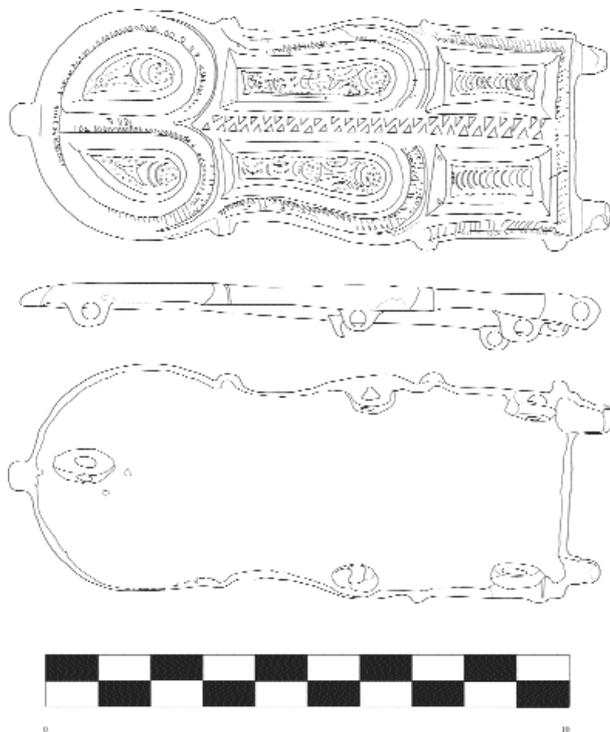
**Fig. 1** – Implantação do sítio de Patalou, na Carta Militar dos Serviços Cartográficos do Exército, I.G.E., folha 335 (Castelo de Vide). Escala 1/25 000.



1



2



3

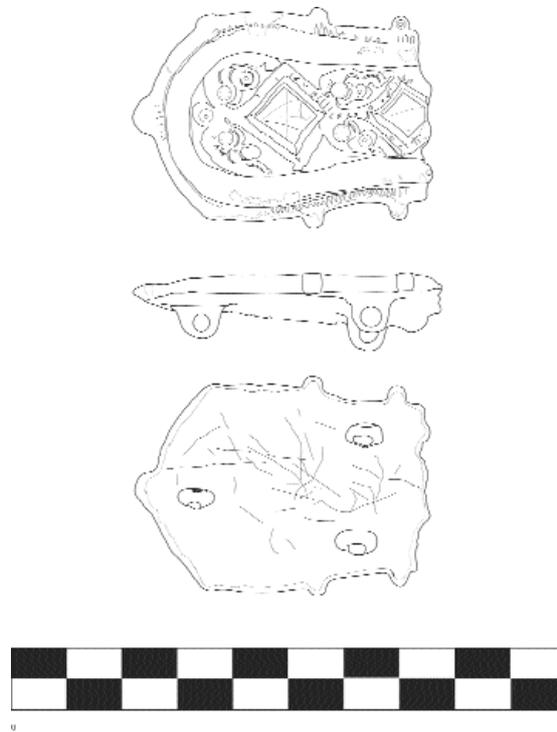
**Fig. 2 – Placa 1. 1.** Fotografia de frente. **2.** Fotografia do verso. **3.** Desenho interpretativo (frente, perfil e verso).



1



2



3

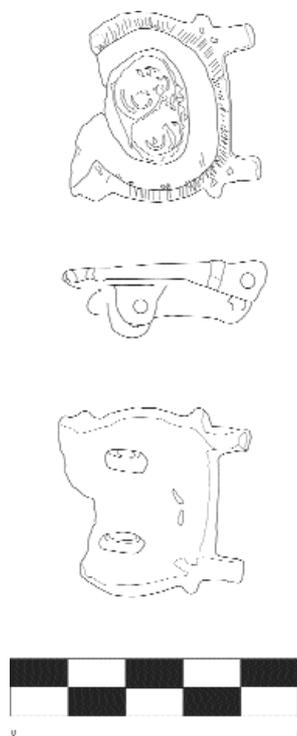
**Fig. 3** – Placa 2. **1.** Fotografia de frente. **2.** Fotografia do verso. **3.** Desenho interpretativo (frente, perfil e verso).



1

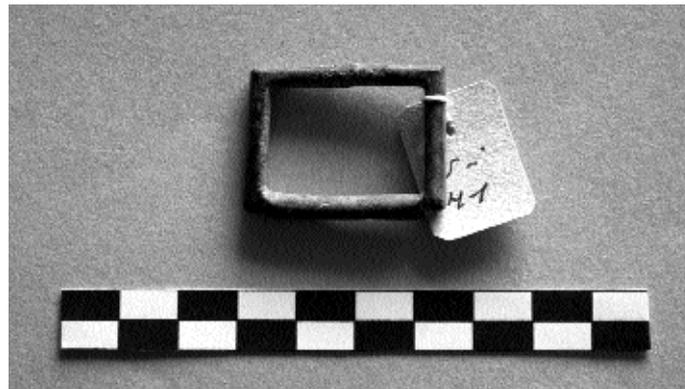


2

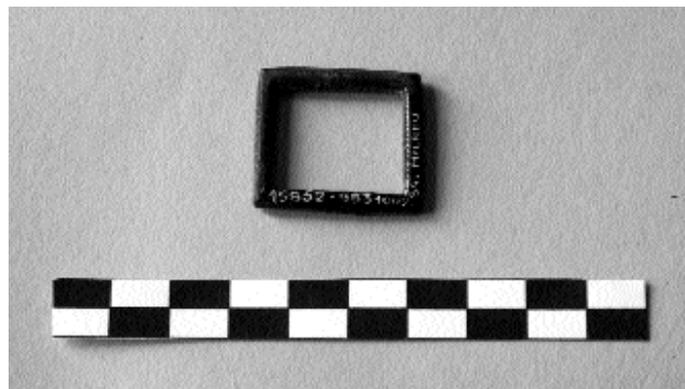
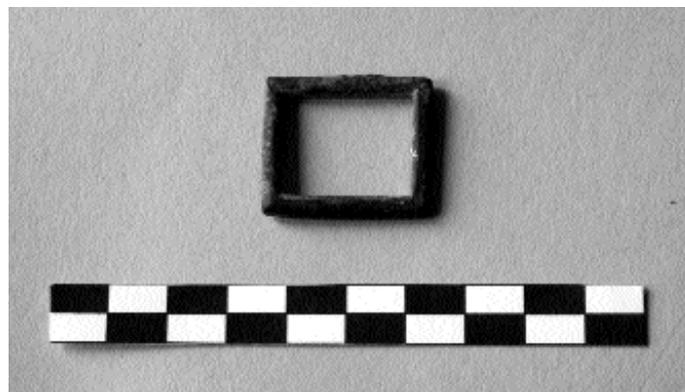


3

**Fig. 4** – Placa 3. **1.** Fotografia de frente. **2.** Fotografia do verso. **3.** Desenho interpretativo (frente, perfil e verso).

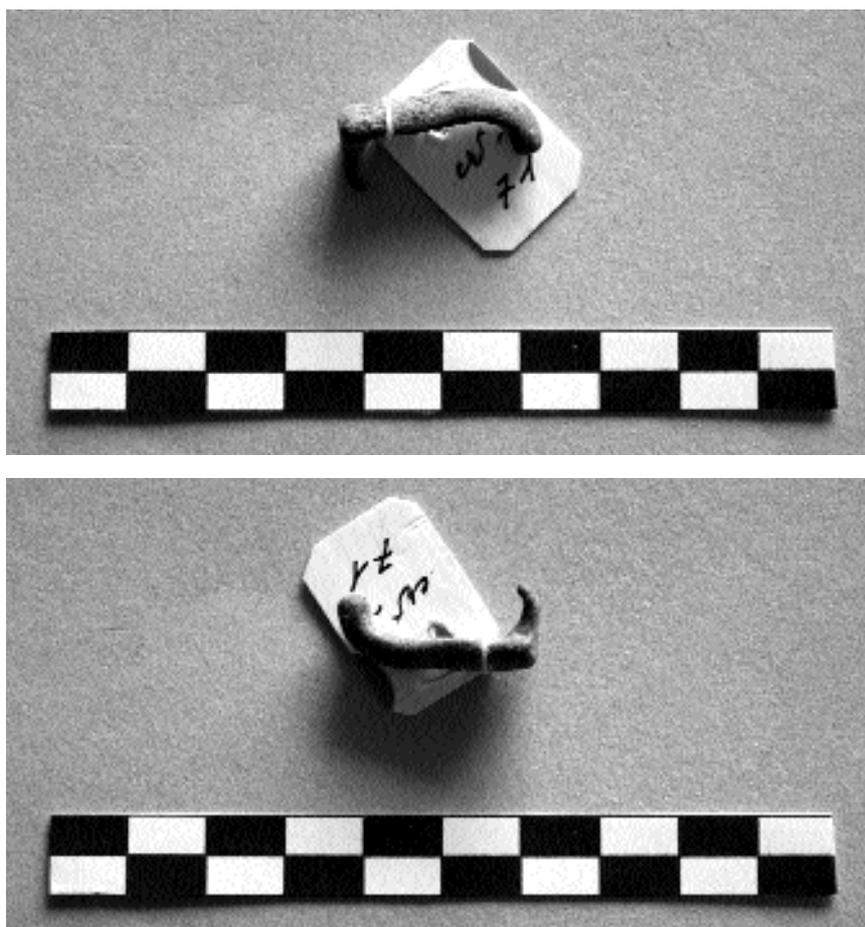


1 e 2



3 e 4

**Fig. 5 – 1 e 2.** Fotografia da frente e verso do aro de fivela 1. **3 e 4.** Fotografia da frente e verso do aro de fivela de Milreu (Estói, Faro), depositado no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa).



**Fig. 6** – Fuzilhão 1. Duas perspectivas do perfil da peça.

# POVOAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO BAIXO DOURO NA ÉPOCA DA MONARQUIA ASTURIANA<sup>1</sup>

António Manuel de Carvalho Lima<sup>2</sup>

## RESUMO:

Partindo de uma breve descrição do meio físico do Baixo Douro e dos grandes itinerários que o atravessavam, analisa-se o seu povoamento e a sua organização na época da monarquia asturiana com base em testemunhos documentais e materiais. Vista a forma como as presúrias e o modelo de organização baseado nas *civitates* serviram para a monarquia asturiana integrar o vale do Douro na sua esfera de influência, não deixamos de aflorar as mudanças que têm lugar a partir de finais do milénio, as quais acabariam por levar à implementação de um outro modelo de organização do território.

**Palavras-chave:** Povoamento, Baixo Douro, séculos IX-X

## ABSTRACT:

After a short description of physical landscapes of lower Douro valley and its main routes, the settlement pattern and organization at the time of the Asturian kingdom is analyzed, taking out on both documentary and material sources. Having seen how the land taking and the settlement pattern based on the *civitates* served to the purposes of the Asturian monarchy to incorporate the Douro valley under its ruling sphere, we try to skim over the socio-economic and politico-military changes brought to light from the end of the first millennium AD. These changes would drive the territorial organization into another settlement pattern.

**Key-words:** Settlement, Lower Douro valley, 9th–10th centuries

Escrever sobre a temática do povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da Monarquia Asturiana é uma tarefa duplamente complexa.

Antes de mais, devido à escassez dos dados que nos são transmitidos pela nossa rara, lacónica e estereotipada documentação dos séculos IX e X.

Mas também, e sobretudo, porque o discurso historiográfico sobre esta matéria sempre esteve

---

<sup>1</sup> O artigo que aqui se publica resulta da comunicação apresentada ao Symposium Internacional Poder y Simbología en Europa. Siglos VIII-X, que decorreu em Oviedo em Setembro de 2008, numa organização da Universidade de Oviedo, sob os auspícios do Principado das Astúrias. Foi publicado em 2009 no Anexo nº 2 da Revista de Estudios Medievales "Territorio, Sociedad y Poder". A escassa acessibilidade desta publicação, aliada a alguns problemas na legibilidade das imagens levaram-nos a aceitar o amável convite que nos foi feito pelo Prof. Doutor Mário Jorge Barroca para publicarmos o artigo na *Portvgalia*. Para tal procedemos à revisão do texto e das imagens, adaptando-os às normas e ao formato desta revista.

<sup>2</sup> Arqueólogo. Direcção Regional de Cultura do Norte; Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

profundamente impregnado pela discussão em torno de um conjunto de conceitos antagónicos que lhe dão forma desde os escritos de Alexandre Herculano, já lá vão 150 anos. Entre essas dicotomias, destacam-se, como se sabe, as que opõem “Conquista” a “Reconquista” e “Erma-mento” a “Repovoamento”.

Estas oposições radicais estão hoje em dia “fora de moda”, e instalou-se, entre os autores que a esta temática se dedicam, uma tendência generalizada para relativizar as campanhas mili-tares e os movimentos populacionais, matizando o discurso no sentido de o centrar em conceitos como “reestruturação”, “reorganização” e “reordenamento”, quer do território e sua administra-ção, quer do tecido social e económico.

No sentido de não nos limitarmos a repetir o que já foi escrito, baseamos a metodologia de abordagem do vasto conjunto de temas e problemáticas que está na base deste texto no cru-zamento entre os dados fornecidos pela escassa documentação existente com os que resultam de estudos feitos na perspectiva da arqueologia extensiva e da história da arte, enquadrando-os na geografia e geomorfologia regional, e tentando, desta forma, ultrapassar alguns bloqueios a que a historiografia convencional, quase exclusivamente baseada nos documentos escritos, pare-cia estar condenada.

Assim, a par das referências documentais a *villae*, *ecclesiae*, *castella*, *viae* e *territoria*, dão corpo a esta síntese alguns testemunhos materiais do povoamento altimedieval do vale do Douro: vias terrestres e portos fluviais, fortificações e redutos defensivos, cemitérios e sepulturas e ainda testemunhos de arte e arquitectura pré-românica compõem o quadro material que preenche algum do vazio a que parecia votado, na época da monarquia asturiana, o espaço geográfico que nos propusemos estudar.

## **1. UM TEMPO E UM ESPAÇO: BAIXO DOURO, 866-1002**

Seja para explicar estratégias bélicas e movimentos migratórios regionais, seja para tentar analisar a forma como se (re)estruturou o território dando origem a uma matriz de povoamento que em muitos aspectos perdurou até aos dias de hoje, nada é compreensível sem se ter uma noção clara do espaço geográfico em que se enquadram todos estes fenómenos.

Para tal, serão três os principais vectores em que tentaremos centrar a abordagem do espaço do Baixo Douro – todos eles, aliás, interligados e interdependentes – pela forma como condicionam o desenrolar de todos estes processos: a oro-hidrografia regional, a rede viária (com especial enfoque nos portos fluviais e pontos de travessia do Douro) e a (in)existência de grandes aglomerados populacionais com tradição enquanto centros de poder.

### **1.1. O tempo: 866-1002**

O período cronológico aqui abordado abrange cerca de 130 anos e extravasa o fim da monarquia asturiana. Corresponde ao último terço do século IX e a todo o século X, e foi simbolicamente balizado entre dois momentos marcantes para a história desta região: a subida ao trono de Afonso III das Astúrias, em 866, e a morte de Almansor, ocorrida em 1002.

O início deste período coincide genericamente com as presúrias de *Portucale* (Porto) pelo Conde Vímara Peres, em 868, e de Coimbra pelo Conde Hermenegildo Guterres, dez anos mais tarde, as quais, por um longo período de mais de um século, levaram a linha da frente daquilo a que se convencionou chamar “Reconquista” para o Douro e logo depois para o Mondego.

Coincide igualmente com os primeiros sinais de alguma dinâmica económica e social e de estruturação administrativa e militar deste vasto território: datam, respectivamente, de 870 e de

875, o primeiro documento escrito referente a esta zona do vale do Douro e a primeira referência ao *territorium* da *civitas Anegia*.

Ao longo de todo este período – que termina com um prolongado silêncio documental, em toda esta vasta região, nas três primeiras décadas do século XI – vigorou um modelo de administração e defesa do território baseado em *civitates*, fortalezas centrais nas quais, sob a responsabilidade de um conde, assenta a defesa de vastos *territoria*.

## **1.2. O espaço: Baixo Douro**

O quadro geográfico da região que nos propomos abordar corresponde a uma pequena parcela do vale do Douro, encaixada entre a faixa atlântica e o chamado Alto Douro, ao longo de cerca de 75 km. do curso médio e terminal deste rio (cerca de 8 % do seu total). Pequena, dissemos nós, se comparada com a extensão total do Douro. Apesar disso, constituiu um espaço fulcral para a compreensão do(s) fenómeno(s) a que se convencionou chamar “Reconquista” (Fig. 1).

Assim, não são aqui abordadas, senão por mera necessidade de enquadramento histórico e/ou geográfico, nem a área litoral que integrou os *territoria* de *Portucale* e de Santa Maria, nem o chamado Alto Douro, a montante das serras do Marão e Montemuro.

### **1.2.1. Oro-hidrografia regional: algumas notas**

Do ponto de vista hidrográfico, inserem-se neste trecho do vale do Douro alguns dos seus mais importantes afluentes. Entre outros, destacam-se os rios Sousa, Tâmega, Ovil, Teixeira e Corgo, na margem Norte; e os rios Arda, Paiva, Bestança, Cabrum e Varosa, na margem Sul.

A ponte, este espaço é delimitado pela cumeada a que hoje a toponímia não confere qualquer unidade, mas a que na Idade Média chamavam, na margem Sul do Douro, *Serra Sicca*.

Esta *Serra Sicca*, cuja altitude máxima, entre Arouca e o Douro, oscila entre os 400 e os 600 m, culmina, na margem Sul, no alto de São Domingos (Castelo de Paiva). Depois de moldar o próprio curso do Douro, que aí perfaz um apertado meandro, prolonga-se na margem Norte, pelas serras das Banjas, Flores/Santa Iria e Pias/Santa Justa (Gondomar, Paredes e Valongo).

Ela separa, naturalmente, a zona granítica, fértil e densamente povoada, que constitui o núcleo central desta análise, da mancha xistosa e também carbonífera – pouco produtiva e deserta de gente.

A nascente, iremos até aos rios Varosa e Balsemão (na margem Sul) e Corgo (na margem Norte), para onde nos levou a necessidade de abarcar dois fenómenos da orografia regional, fulcrais para marcar o contraste da paisagem natural e humana entre o Alto Douro, a montante, e o Douro terminal, a jusante. São esses dois fenómenos uma barreira natural e um corredor de circulação, também ele natural.

A barreira natural é constituída pelos imponentes maciços do Marão, na margem Norte (altitude máxima: 1415 metros) e do Montemuro, na margem Sul do Douro (altitude máxima: 1382 metros). O corredor de circulação, também ele natural, corresponde à depressão geomorfológica Verín – Chaves – Régua – Penacova, um dos mais importantes eixos de circulação entre o Minho e as Beiras, isto é, entre o Norte e o Centro do actual território português.

O espaço assim delimitado é fortemente marcado por um restrito conjunto de corredores naturais de orientação genérica N-S ou NW-SE, portanto perpendiculares ao rio Douro, os quais, ao rasgarem as fortes barreiras que a orografia regional impõe ao movimento de pessoas, constituem-se como autênticos eixos viários naturais.

### **1.2.2. A rede viária altimedieval: estradas, portos fluviais e pontos tradicionais de travessia do Douro**

A esses eixos naturais, o Homem fez sobrepor, pelo menos desde época romana, outros tantos itinerários terrestres, marcados por importantes estradas que haveriam de constituir a espinha dorsal do povoamento.

Todos os grandes movimentos de sentido Norte-Sul que, nos séculos IX e X atingem e atravessam o Baixo Douro têm por suporte os principais eixos trans-regionais que compunham uma rede viária em boa parte herdada do Baixo-império, fulcrais para a compreensão dos fenómenos políticos, sociais, militares e até artísticos que caracterizam esta época e região.

Esses itinerários principais, por sua vez, têm uma trajectória muito condicionada pelo relevo da bacia hidrográfica do Douro e pelos locais onde era possível fazer a travessia deste rio.

#### **A travessia do Douro na Alta Idade Média**

Quanto aos locais onde, tradicionalmente, se fazia a travessia do Douro, convém assinalar desde já que só no reinado de D. Afonso Henriques esta zona do vale do Douro foi objecto de uma tentativa – aliás, jamais concluída – de construir uma ponte.

Assumindo-se assim que o rio era atravessado a vau ou de barco, documentam-se em época medieval uma dezena de pontos principais de travessia (Fig. 2): de poente para nascente, destacam-se Entre-os-Rios (1), Várzea do Douro/Escamarão – vale do Paiva (2); Mourilhe (3); Porto Manso/Porto Antigo (4); Aregos (5), Frende/Porto de Rei (6); Barqueiros/Barrô (7), Cidadelhe – Caldas de Moledo (Mesão Frio) (8), Peso da Régua/Lamego (9) e Bagaúste/Covelinhas (10).

Em Entre-os-Rios (1), documenta-se o *porto civitatis Anegia* (PMH, DC 25, de 922), e a presença da capital de *civitas* é por si só garantia da importância estratégica do local onde o Tâmega desagua no Douro. Tradicionalmente coloca-se aqui a travessia do Douro por uma importante via de origem romana. Porém, essa travessia estaria muito mais facilitada cerca de 3 km a montante, em Várzea do Douro, em direcção a Escamarão e à margem direita do rio Paiva (2), por onde desde muito cedo se documenta uma *carraria antiqua* que dá sentido a um intenso povoamento e fortes preocupações defensivas nos séculos IX e X (Lima, 1993; Lima, 1999).

Para a travessia fluvial em Mourilhe (3), embora aí se documente uma via já apelidada de *carril veterem* no século XIII (PMH, *Inq.* 955), não dispomos de mais informação que lhe assegure importância em tempos anteriores (Lima, 1993), pelo que não a tomaremos por ora em consideração.

Quanto a Porto Manso/Porto Antigo (4) e Aregos (5), são as duas principais alternativas que se colocam para a travessia do Douro para quem usasse um dos mais importantes eixos viários da região. Independentemente da necessidade – ou não – de assumir a existência de uma via principal e uma outra secundária, cada qual incluindo um destes dois locais de travessia do Douro, ambos são fulcrais e servem itinerários trans-regionais que têm pontos de partida e destinos comuns.

A travessia de Frende em direcção a Porto de Rei (6), cuja importância na Baixa Idade Média não iremos aprofundar, é marcada desde muito cedo pela presença de fortes preocupações defensivas, quer na margem Norte, com o castelo de São João, em Frende (Baião), quer na margem Sul, com o famoso castelo de São Martinho de Mouros (Resende), tomado por Almansor nos finais do milénio e reconquistado por Fernando o Magno, seis décadas mais tarde. Em ambos os casos estamos perante importantes sítios arqueológicos com comprovada ocupação e relevância em época romana e na Alta Idade Média.

Para a travessia de Barqueiros/Barrô (7), onde o primeiro rei de Portugal não chegou a consumir a sua primeira tentativa de construção de uma ponte no Douro hoje português (apesar

da presença de testemunhos arqueológicos que mostram que a obra chegou a ser iniciada) nada temos que lhe atribua importância nos séculos IX e X.

A importância de Cidadelhe (Mesão Frio) (8) é atestada pela existência do porto fluvial de *Aliovirio*, que se situaria nas proximidades das Caldas de Moledo, o qual, à semelhança do de *Anegia*, também está documentado no século X (PMH, DC 25, de 922). Porém, tal como para o seu congénere, tudo aponta no sentido de a importância deste porto residir especialmente no facto de facilitar o acesso ao Douro como via fluvial, sem que se documente sequência em importante eixo viário terrestre na margem Sul.

A travessia na zona da actual cidade de Peso da Régua em direcção a Lamego (9) constitui a solução mais natural para garantir a continuidade entre os vales do Corgo (na margem Norte) e do Varosa (na margem Sul), e constitui parte integrante do vale de fractura Chaves – Régua – Penacova, cuja importância como base de um eixo viário romano e medieval iremos realçar.

Já em situação marginal face à região que nos propusemos abordar, não podemos deixar de referir a travessia fluvial de Bagaúste (10) no local onde, desde o século X, se documenta o *portum qui dicitur bacalusti* (PMH, DC 101, de 970).

### **Os principais itinerários terrestres na Alta Idade Média**

Nem todos os pontos de travessia do Douro atrás indicados teriam obrigatoriamente que dar sequência a importantes itinerários trans-regionais cuja análise seja relevante para a compreensão do processo de integração do vale do Douro na esfera de influência da monarquia asturiana.

Para além dos importantíssimos portos fluviais de *Anegia* e *Aliovirio* – ambos ligados, cremos nós, a *civitates* criadas nos primórdios do movimento de presúrias iniciado por Afonso III – destacaremos, pelos itinerários em que se integram, seis pontos de travessia: por um lado, os assinalados com os números (2), (4) e (5); por outro, aqueles que se identificam com os números (8), (9) e (10).

### **O Eixo Braga/Guimarães – Viseu**

Apesar de não haver qualquer referência a esta via no célebre Itinerário de Antonino, desde que Carlos Alberto Ferreira de Almeida escreveu sobre as vias medievais de Entre-Douro-e-Minho (Almeida, 1968) que é consensual a existência de uma importante via de origem romana, a qual, saindo de Braga pela Falperra, passava por São Martinho de Sande e São João da Ponte (Guimarães), onde se encontrou um miliário. A partir daí haveria duas variantes:

– Uma na direcção de Penafiel (Almeida, 1968; Soeiro, 1984), alcançando o Douro no *porto civitatis Anegia* (Entre-os-Rios, Penafiel, em frente à foz do rio Tâmega). Esta via, estudada por Teresa Soeiro a propósito do seu trabalho sobre a ocupação romana entre Sousa e Tâmega, prosseguiria depois, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, por Fornos (Castelo de Paiva), Santa Eulália, Albergaria das Cabras (Arouca) e Manhouce (São Pedro do Sul), rumo a Viseu.

Não há porém tradição – documental, toponímica ou outra – nem sequer suporte consistente do ponto de vista da orografia, que permita delinear qualquer importante via muito antiga pela margem esquerda do rio Paiva. E o suposto achado de um marco miliário em Castelo de Paiva não passa de um equívoco (Lima, 2000: 45).

Não obstante a importância fundamental do porto fluvial e da ocupação romana e altimedieval na margem Norte, e até mesmo apesar da densidade de vestígios romanos no vale do rio Sardoura, já na margem Sul, não cremos que aqui se situasse o principal ponto de travessia do Douro, correspondente a um itinerário trans-regional de sentido Norte-Sul.

Depois de inflectir para sudeste, levando à travessia do Tâmega na zona de Rio de Moinhos (Penafiel), esta via deveria rumar a *Tameobriga* (provável nome do importante *vicus* de Várzea do Douro), ponto privilegiado de travessia fluvial para a margem Sul do Douro em direcção à foz do rio Paiva, prosseguindo depois pela margem direita deste último rio em direcção a Arouca, São Pedro do Sul e Viseu.

- Uma segunda variante tomaria uma vincada orientação NW-SE, rumo à antiga ponte romana e medieval de Canaveses, onde se fazia a travessia do Tâmega. Esta estrada, cujo percurso é detalhadamente descrito por Lino Tavares Dias (Dias, 1997) que a valoriza como sendo a principal, levaria depois a *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses), Soalhães e Carreirinha (Baião), num percurso assegurado pela presença de vários miliários.

A partir da Portela de Gôve (Baião) esta via poderia manter a sua orientação levando à travessia do Douro no importante porto fluvial de Aregos, ou inflectir para Sul para atingir os não menos importantes Porto Manso, na margem Norte e Porto Antigo, na margem Sul (pontos de travessia 4 e 5).

Não se reveste de qualquer relevância tentar aqui decidir qual dos dois percursos – por Porto Manso ou por Aregos – seria o principal, se é que existia um principal. Certo é que ambos fazem sentido, quer pelo seu enquadramento arqueológico, quer pelos testemunhos documentais e vestígios materiais desta via, os quais já foram assinalados por diversos autores (cfr. Dias, 1997; Pinho, Lima e Correia, 1999).

O percurso por Aregos levaria a subir o Montemuro nas proximidades do importante sítio arqueológico de Cárquere (Resende), enquanto que a travessia em Porto Manso levaria à subida daquela serra pela margem direita do rio Bestança. Em ambos os casos, os diplomas dos séculos XI, XII e XIII dão-lhe a designação de *carraria antiqua*, atribuindo-lhe, simultaneamente, importância e antiguidade.

Num e noutro caso, as vias convergem para um mesmo local, antes de iniciada a descida da encosta Sul do Montemuro, rumo a Castro Daire e depois Viseu. Trata-se da zona da Lagoa de D. João, nas proximidades do lugar de Cotelo, já em terras de Castro Daire, numa zona particularmente importante para a Alta Idade Média desta região, a qual, certamente não por acaso, foi alvo de uma das campanhas de Almansor, que teremos oportunidade de abordar no último capítulo desta breve exposição.

### **O Eixo Chaves – Lamego – Viseu**

No importante centro político, administrativo e económico de *Aquae Flaviae*, passavam ou tinham o seu início uma série de itinerários de longa distância, dos quais se destaca, naturalmente, a estratégica via imperial que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Asturica Augusta* (Astorga).

Por dar acesso à região que constitui o centro desta análise, destacamos ainda aquele outro itinerário que, desde época romana, se dirigia para Sul, passando pela zona mineira de Jales/Três Minas e Constantim de Panóias, rumo ao Douro, que seria atravessado no porto de Bagaúste (10), documentado ainda no século X, o qual tem sequência na *carraria antiqua* documentada em Armamar, já na margem Sul (Teixeira s/d: 40).

Porém, outros pontos de travessia do Douro, situados mais a jusante, melhor serviriam os que procurassem aceder à zona de Lamego e depois Viseu.

Referimo-nos em concreto ao porto fluvial de *Aliovirio*, que se situaria nas imediações das actuais Caldas de Moledo (8), cuja antiguidade encontra fundamento nos vestígios romanos do próprio local onde se situam as termas (tal como nas proximidades da *civitas Anegia*) e outros sítios arqueológicos das imediações, e também num miliário, encontrado no lugar do Marco (Cidadelhe) e hoje desaparecido (Cortez, 1951; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004: 691, nº 620).

A partir da “Reconquista”, aos pontos de travessia atrás citados e aos itinerários que deles se serviam, terá sucedido em importância um outro, paralelo aos anteriores, pelo vale do Tâmega e depois pelo vale do Corgo, até atingir o Douro (9), também em direcção a Lamego e depois Viseu. Ao longo dele, viriam a instalar-se várias estruturas defensivas, logo desde a veiga de Chaves, incluindo, um pouco mais a Sul, os castelos que viriam a capitanear as terras de Aguiar da Pena e Panóias (Teixeira, s/d). Ainda sobre este eixo, cuja importância a Baixa Idade Média viria a consagrar, consolidar-se-iam os principais núcleos populacionais da região: Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Lamego.

Para além destes grandes itinerários de cariz supra-regional, cujas directrizes nos orientam na análise da estruturação do território do vale do Douro, havia certamente uma densa rede de caminhos transversais, os quais, bem ao modo dos caminhos medievais, constituem ligações que, à escala local ou regional, ligam os núcleos de povoamento entre si e estes aos grandes eixos viários de sentido Norte-Sul.

São porém estes últimos que melhor nos ajudam a compreender a sequência cronológica e a distribuição geográfica das presúrias, e, com a consolidação da nova estrutura política e militar, a localização dos novos centros de poder regional.

### **1.2.3. Acerca da (in)existência de grandes centros populacionais no Baixo Douro**

No troço que aqui é abordado, em época romana ou pós-imperial, nunca o vale do Douro conheceu qualquer centro populacional de relevo que viesse a desempenhar funções de capitalidade administrativa, económica e/ou religiosa comparáveis às que foram assumidas por cidades que atingiram a grandeza de *Bracara Augusta* e *Aquae Flaviae*.

No litoral, poder-se-iam destacar os dois *Portucale* (*castrum antiquum* e *castrum novum*). Porém, a assumpção do Porto com funções de capitalidade, a rivalizar com as de Braga, ainda tardaria alguns séculos, e só haveria de vingar quando no século XIII o litoral e a sua rede viária suplantaram em densidade populacional e importância económica, os cursos médio e terminal do Douro e os seus principais eixos viários.

Acresce que para esta época, ainda o litoral marítimo era demasiado inseguro para poder desempenhar tais funções, a ponto de os presores de *Portucale* e a família condal que neles teve origem se terem instalado na zona de Guimarães e não na povoação que deu o nome ao território cujos destinos assumiram.

No curso terminal do Douro, em face dos resultados da investigação histórica e arqueológica actualmente disponíveis, só *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) reclama, para a época romana, funções de capital de *civitas*. Também *Magnetum* (Meinedo, Lousada) as haveria de reclamar, mas apenas enquanto centro efémero de uma diocese, no século VI.

Na margem Sul, a dispersão do povoamento é também notória, e se o curso terminal do Douro não conheceu qualquer centro urbano de relevo, no curso médio do Douro só Lamego se destaca. As suas raízes, remontando à época romana, são cada vez mais evidentes (Teixeira e Lima, no prelo: 130); a sua capitalidade religiosa, desde época sueva, é sobejamente conhecida; e no período da “Reconquista”, ainda durante o século X, veria erguer-se o seu castelo, de que ainda restam testemunhos evidentes no local onde se ergueu mais tarde a fortaleza românica (*idem*).

Nesta autêntica constelação de pequenos lugares com que desde muito cedo se “polvilhou” o vale do Douro, não restou outra opção aos que delinearam a estratégia de integração desta região na esfera de influência da coroa asturiana senão recorrer – onde as houvesse – às antigas sedes das paróquias suevas, certamente ainda vivas e muito mais do que simples centros de circunscrições de carácter religioso; ou então – onde as não houvesse ou quando elas não preenchessem as funções pretendidas – à criação de novos centros de poder, sem antecedentes enquanto tal.

## 2. “CUM CORNU ET CUM ALVENDE DE REGE”. A INTEGRAÇÃO DO BAIXO DOURO NA ESFERA DE INFLUENCIA DA COROA ASTURIANA

### 2.1. O movimento de presúrias: “Reconquista” ou apropriação?

Em face dos conhecimentos actualmente disponíveis, parece ser um dado consensual que a integração do curso terminal do Douro na esfera de influência da monarquia asturiana é um fenómeno datável dos inícios do reinado de Afonso III.

Terá sido com a instalação no vale do Douro de alguns magnates próximos da corte asturiana que pela primeira vez desde o século VI temos provas da existência, nesta região, de um conjunto de poderes organizados, com capacidade efectiva para administrar política, militar e judicialmente a região.

As campanhas militares de Afonso I – a que aludem algumas das crónicas do tempo de Afonso III – terão tido intentos sobretudo económicos, pela via dos proveitos resultantes dos saques e captura de prisioneiros, com eventuais efeitos dissuasores sobre as raras incursões muçulmanas nesta região (Barroca, 2003: 22), as quais, por seu lado, e ao que tudo indica, sempre tiveram um alcance muito limitado, de intentos idênticos ao das forças opostas, não correspondendo, de todo, à instauração nesta região de um poder efectivo e organizado.

Há muito que se assumiu que o movimento de presúrias, a face mais visível da inclusão do vale do Douro no reino das Astúrias, pouca ou nenhuma resistência suscitou e esteve longe de encontrar um território semidesértico, ermado por uma pretensa e mítica necessidade de, em tempos de Afonso I, criar uma espécie de terra de ninguém por onde se susteria qualquer veicidade muçulmana de rumar em direcção ao Norte.

Nenhuma das notícias das mais antigas presúrias nesta região as relata como acontecimentos bélicos. Pelo contrário, as poucas expressões que nos dão algo a conhecer sobre as circunstâncias em que as mesmas acontecem descrevem-nos actos simbólicos, eminentemente cénicos – o que implica uma assistência, por pouco numerosa que esta seja: o uso do corno e do albende régio (*cum cornu et cum alvende de rege*) como o relatado em Souselo em 870 (PMH, DC 6) é demonstrativo de uma ostentação de poder, simbolizando a tomada de posse de uma terra em nome da monarquia asturiana que só faz sentido se for feita perante quem já então ali se encontrava.

As poucas expressões que apontam para uma forte componente militar da acção dos presores reportam-se às qualidades que a eles se atribuem, como acontece com o Conde Odoário, presor de Chaves, apelidado de *digno bellatori* numa doação escrita em 982, pouco mais de um século depois de aquele magnate se ter apoderado da *civitas Flavias*, em 872 (Azevedo, 1939, II, 88). Este mesmo documento, porém, ao descrever os feitos heróicos que justificam a exortação das qualidades bélicas do Conde, reporta-se exclusivamente à dinâmica construtiva por ele impulsionada e à sua acção povoadora (*venit in civitate Flavias secus fluvium Tamice vicos et castella erexit et civitates munivit et villas populavit*).

Para a aferição do sentido destas presúrias, pouco ou nada se deverá ir buscar às referências cronísticas, como a da Crónica *Rotensis* que se refere a Afonso III dizendo que este monarca *multas civitates bellando cepit* (*Crón. Astur.*, p. 132), já que elas são feitas com a óbvia intenção de exaltar as qualidades militares daquele monarca.

Uma das *civitates* cuja conquista as crónicas indicam – a de *Anegia* – terá, ao que tudo indica, constituído uma fundação desta época, não fazendo por isso sentido que a mesma tenha sido tomada pela força das armas.

Estes movimentos de presúrias que atingem o vale do Douro pouco depois da subida ao trono de Afonso III, promovidos e/ou feitos em nome do monarca, além de não se revestirem do carácter de autênticas campanhas militares, estão longe de ter uma progressão linear de Norte

para Sul, embora seja essa, efectivamente, a sua orientação genérica. Para uma plena compreensão das direcções e dos ritmos a que progrediram as presúrias, justifica-se regressar às grandes linhas que, no capítulo anterior, definimos como estruturantes do espaço que nos ocupa.

Relembremos pois os dois grandes eixos que definem a orientação Norte-Sul dos principais itinerários terrestres do Baixo Douro nos finais do século IX – Braga/Guimarães/Viseu, por um lado; e Chaves/Lamego/Viseu, por outro – e acrescentemos-lhe um terceiro eixo viário, a jusante, paralelo aos anteriores, o qual ao longo do litoral atlântico se sobrepõe à antiga via XVI do Itinerário de Antonino, ligando *Bracara Augusta* e *Olisipo*.

Pouco depois de Afonso III ter assumido o trono do reino das Astúrias, já o Conde Vímara Peres procedia à presúria de *Portucale*, em 868, tal como nos relata o *Chronicon Laurbanense*: “*Era DCCCCVI prenitus est Portucale ad Vimara Petri*” (PMH, *Script.*, p. 20), dando novo fôlego a um processo que estaria aparentemente pouco dinâmico desde a presúria de Tuy por Afonso Betotes em 854, ainda em tempos de Ordonho I; e da zona de Entre Minho e Lima pelo *dux* Paio Bermudes, em data incerta (Azevedo, 1945).

Uma vez tomada a mais importante localidade do curso terminal do Douro, no eixo da antiga via romana de Lisboa a Braga, sucedem-se, até à morte de Vímara Peres logo em 873, as acções de reorganização do território de Entre-Douro-e-Minho, como o repovoamento da zona de Braga, a partir de 870 (LF 16), ou a presúria de Negrelos, no mesmo ano (PMH, DC 5), nas imediações da sede da antiga paróquia sueva de *Carantonis* (hoje Cantonha, Santa Marinha da Costa) em Guimarães, onde a família condal se instala, aí construindo a sede palatina do condado (Real, 1985).

Quase em simultâneo, ou imediatamente depois, o eixo Braga/Guimarães/Viseu testemunha este mesmo processo, embora aqui com características originais.

Dos *comites* delegados da monarquia astur que terão encabeçado este processo ao longo deste eixo, não conhecemos um único nome. E aqui não existindo junto ao Douro, qualquer antigo centro populacional relevante – as antigas paróquias suevas de *Magnetum* (Meinedo, Lousada) e de *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) ficam já distantes do rio e não possuem condições topográficas adequadas à instalação de uma fortaleza que assinale o centro do território, entretanto reestruturado – logo em 870 se dão presúrias na margem Sul do Douro, como aquela que terá levado à fundação da igreja de *Sancta Eolalia de Sonosello* (hoje Santo André de Souselo, Cinfães), onde se fez sentir a acção dos presores que actuaram munidos da legitimidade que lhes era conferida pelo albende régio, anunciados pelo som do corno que se fez ecoar pelo vale (PMH, DC 6 e DC 7, de 870 e 874).

Entretanto, ainda antes de 875 (PMH, DC 8), haveria de ser fundada a fortaleza que iria capitanear os destinos deste território pelo menos até ao câmbio de milénio – a *civitas Anegia* – e só um pouco mais tarde temos notícias de outras presúrias ao longo deste eixo, mas mais a Norte, como aquela que foi levada a cabo por dois moçárabes, Muzara e Zamora, em Lardosa (Rans, Penafiel), em 882 (PMH, DC 9).

Embora possa ter arrancado ligeiramente mais tarde, mas, à semelhança do litoral, também sob a forte liderança de um conde – *domno Odoario digno bellatori* – o movimento de presúrias ao longo do eixo Chaves – Lamego – Viseu certamente progrediu também de forma muito rápida: pouco depois da presúria de Chaves em 872, e a julgar pelo testemunho da *Chronica Albendensia* (*Crón. Astur.*, p. 176-177), ainda decorria o reinado de Afonso III e já se procedia ao “repovoamento” de Lamego, na margem Sul do Douro.

Ao longo destes três grandes eixos de circulação, e num período de tempo muito curto, embora a ritmos que poderão ter sido ligeiramente diferentes, esta primeira vaga de presúrias rapidamente deixou o vale do Douro para trás, permitindo a Afonso III o Grande ainda testemunhar a posse dos importantes centros urbanos de Coimbra e Viseu e deixar criadas as bases de um novo modelo de ordenamento territorial.

## 2.2. *Territoria e civitates*: um novo modelo de organização do território

A geomorfologia do território, os antigos centros populacionais, os itinerários trans-regionais (com especial relevo para os grandes eixos de circulação entre o Norte e o Centro daquilo que viria a ser Portugal) os portos fluviais e os pontos de travessia do rio Douro compõem o quadro regional que permite compreender a forma como progrediu a implementação de um novo modelo de organização administrativa e militar do vale do Douro, as opções para a instalação das respectivas *civitates*, a configuração dos seus *territoria*, e os movimentos populacionais que lhes dão corpo e sustentabilidade.

Não nos deteremos muito na explicação do modelo de organização territorial que foi implementado. Baseado na divisão das áreas que se consideram incorporadas no reino em amplos espaços territoriais, que nos diplomas coevos surgem identificados como *territoria* (Fig. 3), suporta-se militarmente na renovação ou criação de fortalezas centrais, identificadas como *civitates* ou até mesmo *urbes*, sem que, no entanto, um pouco paradoxalmente, a utilização destes termos signifique que estamos perante estruturas fortificadas muito elaboradas, de grandes dimensões e/ou inseridas num contexto urbano.

O paralelismo entre este modelo e o implementado pelo mesmo monarca noutras regiões sob a influência da coroa asturiana, nomeadamente com as *mandationes* ou *comissa* da Galiza, foi já salientado por vários autores (cfr. Barroca, 2003: 72). O mesmo se poderá dizer das afinidades entre esse mesmo modelo e aquele outro que foi implementado pelos muçulmanos na Marca Inferior, do lado oposto da linha da frente das forças cristãs.

A Norte do Douro, sobre o eixo litoral, estruturam-se os *territoria Bracarensis e Portucalesis*, criados certamente logo após a presúria de *Portucale* em 868. Da sua existência nos dá conta o diploma que nos fala da presúria de Negrelos (Guimarães) em 870 (PMH, DC 5).

Sobre o eixo Braga – Guimarães – Viseu, que alguns autores interpretam como parte integrante de um itinerário ainda mais longo, ligando desde época romana as capitais provinciais de Braga e Mérida, criou-se o território da *civitas Anegia*, com sede numa fortaleza erguida nas margens do Douro, em frente à foz do Tâmega, onde hoje se encontra o templo de Nossa Senhora da Cidade, em Eja, Penafiel (Almeida e Lopes, 1981-82).

Localizada nas proximidades da nascente de águas termais de Entre-os-Rios – a *villa Banius* do século XI (PMH, DC 357, de 1047) – e na base de um antigo povoado castrejo – o *castro Anegia* dos diplomas medievais, cuja ocupação alti-medieval ainda está por comprovar – a *civitas Anegia* corresponde a intenções de índole claramente militar sem que tenha por suporte qualquer antigo núcleo urbano (Fig. 4).

O *territorium* da *civitas Anegia* é um corredor natural, de orientação NW-SE (sobrepuesto, como já vimos a um importante eixo viário) que, já em 875 (PMH, DC 9) se estendia, a leste, até aos contrafortes do maciço da Serra do Marão, e que, na sua configuração final, é delimitado, a Leste pelo Marão (*mons Maraonis*) e Montemuro (*mons Muro*), a Sul pelo maciço da Freita (*mons Fuste*), e a Oeste pela cumeada a que hoje a toponímia não confere qualquer unidade, mas a que os medievais chamavam, na margem Sul, *Serra Sicca*, a qual delimitava os *territoria* de *Anegia* e *Portucale* (na margem Norte) e também provavelmente *Anegia* e *Sancta Maria* (na margem Sul), e que devia ser intensamente fortificada na Alta Idade Média (Lima, 1999).

Infelizmente, a montante de *Anegia*, não dispomos de séries documentais tão antigas que se tenham conservado até aos dias de hoje – o que em grande parte se explica pela ausência de fortes instituições monásticas com interesses fundiários na região, cujos cartórios tenham preservado cópias de antigas transacções de propriedades.

É certo que, em paralelo com Braga, o curso superior do Tâmega foi desde logo integrado num vasto território com sede na *civitas Flavias*, cuja tradição urbana, como é sobejamente conhecido, tal como a de Braga, vinha já de tempos imperiais.

Já vimos também que o movimento de presúrias ao longo deste importante eixo cedo atingiu o Douro, ainda em tempos de Afonso III. Não cremos, porém, que o território da *civitas Flavias* se estendesse até ao Douro. E não faria qualquer sentido defender que Lamego desde logo se tornasse centro de um território que se estendesse para a margem Norte.

O território de Panóias é seguramente uma realidade mais tardia e o seu centro, não obstante o importante santuário romano e depois a paróquia sueva que aí se instalaram, em nada corresponde ao que se poderia esperar para o núcleo principal de uma circunscrição de natureza eminentemente militar, cujo palco de actuação tivesse por epicentro o vale do Douro.

Tudo apontaria para que o monarca aqui procurasse – ou criasse – uma fortaleza cujas características se aproximassem das de *Anegia*: em zona de encosta virada ao Douro, com boa visibilidade para Sul, sobre o curso deste último rio, em posição claramente defensiva (em esporão situado a meia encosta, para ver sem ser visto), servindo-se de um importante eixo viário, de tradição romana, e de um porto fluvial.

Vamos encontrar todas estas características nesta zona do vale do Douro, na importante fortaleza de *Aliovirio* (Cidadelhe, Mesão Frio), localizada em plena encosta, cujo topónimo sobrevive, na versão moderna, em São João e São Miguel de Lobrigos, Santa Marta de Penaguião (Fig. 5).

A todos os predicados que já indicamos, acrescentem-lhe outros. Por um lado, para além de se ter instalado sobre um importante povoado castrejo, a sua relevância vem já desde época sueva (Fernandes, 1997: 74-75) tendo inclusive cunhado moeda própria no século VI.

O seu porto fluvial – o *portu de aliovirio* de 922 (PMH, DC 25), que corresponderá ao *portu de Moledo* do século XIII (PMH, *Inq.* 1004-1005) – além de se aproximar, como o de *Anegia*, de nascentes de águas termais, onde, também em situação paralela com a da velha *civitas* de Eja, existem vestígios que comprovam a sua utilização desde época imperial, dá sequência a uma importante via de origem romana (testemunhada pelo achado de um miliário, já aqui referido) permitindo aceder à margem Sul do Douro e à zona de Lamego.

Se dúvida houvesse sobre a importância, em tempos de Afonso III, da fortaleza de *Aliovirio*, ela terá ficado desfeita com a identificação, em contexto de escavações arqueológicas aí realizadas por Armando Coelho Ferreira da Silva (Silva, 1986: p. 274 e nota 100), de uma imponente torre quadrangular com cerca de 36 m<sup>2</sup> e grossas paredes de xisto com quase dois metros de espessura (Fig. 6), associada, pelo mesmo autor, à realização, em 28 de Setembro de 911, de uma *congregatio magna in locum predictum Aliobrio in presentia D. Hordonii et collecti omnes episcopi comites et capitanei territorio galeciense* (PMH, DC 17).

Quanto à integração das terras situadas a Sul do Douro neste novo modelo de organização territorial apoiado em *civitates*, a questão é um pouco mais complexa.

Quando em 1993 e 1999 abordamos a formação e a extensão do *territorio Anegia* (Lima 1993; 1999), cuja configuração final se estendia para Sul até Arouca, afirmamos que o mesmo teria mantido as suas dimensões desde a sua criação até ao seu desaparecimento, baseados na precoce presúria de Souselo (Cinfães), na margem Sul do Douro, logo em 870, e da integração de Soalhães (Marco de Canaveses), no extremo leste do seu território, a mais de 30 quilómetros de distância, logo em 875.

Hoje, cremos que serão de valorizar os elementos que apontam para que, inicialmente, a margem Sul do Douro tenha sido mantida à margem desta reestruturação administrativa, quando muito apenas parte integrante de um vastíssimo território (na acepção de condado) cuja criação foi proporcionada pela presúria de Coimbra pelo Conde Hermenegildo Guterres em 878.

No que diz respeito à estruturação de novos *territoria* na margem Sul, logo na sequência da primeira vaga de presúrias, poder-se-á conjecturar sobre a criação de um *territorio Lamecum* com sede na fortaleza homónima (Fig. 7), único núcleo populacional de todo o Baixo Douro que poderá ter atingido características “urbanas” em época antiga, com ocupação romana cada vez mais

evidente (Teixeira, 2002; Teixeira e Lima, no prelo: 130) e elevada à dignidade de diocese ainda em época sueva (Fig. 6).

Desconhecemos o nome do(s) presor(es) da *civitas Lamecum*, mas a sua inclusão na lista de *civitates* “tomadas” por Afonso III – de acordo com as crónicas asturianas – garantem a efectivação da presúria desta região ainda no século IX.

Se desde logo se tornou centro de um território é coisa que por agora fica em aberto. É certo porém, que o seu castelo só nos aparece explicitamente mencionado em 952 (PMH, DC 65), numa data espantosamente coincidente com aquela que, noutra diploma do mesmo ano, pela primeira vez coloca propriedades a Sul do Douro na esfera de influência da *urbis Anegie* (PMH, DC 64).

Na faixa litoral, é certo que não abundam os diplomas da época. Porém, um diploma de 902 omite a *civitas Sancta Maria*, cuja existência só nos é revelada por um datado de 972 (MA 187, doc. II) e logo a seguir por um outro de 977 (DC 120; cfr. BARROCA 2004: 188), apontando para a formação desta unidade territorial durante a primeira metade do século X, ou até mesmo para meados desta centúria.

A verdade é que no mesmo sentido aponta a ausência de referências ao território da *civitas Anegia* em todos os diplomas referentes à margem Sul, pelo menos até 951 (PMH, DC 6, de 870; DC 7, de 874; DC 10, de 883; DC 25, de 922; DC 30, de 925; DC 38, de 933; DC 43, de 937; DC 48, de 938; DC 49, de 939; DC 63, de 951), sendo que logo no ano seguinte, como vimos, integra já terras da margem direita do rio Paiva, na base da serra de Montemuro.

Tudo aponta, assim, para que – com a expansão de *territoria* já criados no último terço da centúria anterior, e/ou com a criação de outros novos, os meados do século X marquem claramente um momento de forte consolidação do povoamento e da organização administrativa e militar da margem Sul do Douro.

Refira-se a este propósito que datam também deste momento de viragem para a segunda metade do século X, as primeiras menções explícitas ao *territorium* da *civitas* de Viseu (PMH, DC 63, de 957 e DC 139, de 964) e ainda referências várias a outros *territoria* na margem Sul do Douro, os quais poderão, porém, corresponder apenas a meras unidades geomorfológicas (serras ou bacias hidrográficas e vales muito marcados na paisagem duriense), sem autonomia administrativa e militar: *territorio Geronzo* (Serra do Montemuro) em 946 (PMH, DC 56), *territorio Vargano* (vale do rio Paiva) em 952 (PMH, DC 64), *territorio Arauca* (vale de Arouca/vale do rio Arda) em 956 (MA 186, doc. I) e ainda *territorio Timillopus* (vale da ribeira de Temilobos) em 970 (PMH, DC 101).

### 3. FRAGMENTOS MATERIAIS DO DOURO NOS SÉCULOS IX E X: ALGUNS EXEMPLOS

Analisaremos de seguida a imagem do território que nos é transmitida pela escassa documentação escrita que sobreviveu até aos nossos dias, para depois a cotejarmos com os dados que nos são transmitidos pelos diferentes tipos de vestígios arqueológicos.

Para além das próprias *civitates*, símbolos máximos do poder condal, analisam-se as restantes fortificações em que se terá baseado a defesa de tão amplos territórios.

Faremos ainda uma muito breve abordagem aos elementos de arte e arquitectura pré-românica já identificados na região em estudo, apesar de regra geral eles terem chegado até nós através de raros exemplares de escultura decorativa.

De entre um variado leque de materiais e estruturas arqueológicas que poderiam servir como indicadores de povoamento nesta época, escolhemos ainda, pela sua concentração na região em estudo, mas também pelos significados que encerram, as chamadas “sepulturas escavadas na rocha”, um tipo de monumentos funerários que, não sendo um exclusivo desta área

nem sequer deste período cronológico, constituem, pelo seu número e riqueza informativa, uma referência para o estudo da Alta Idade Média regional.

### **3.1. O povoamento do Baixo Douro à luz dos diplomas anteriores ao ano 1000**

Será sempre muito limitada a visão que podemos ter sobre o povoamento do Baixo Douro nos séculos IX e X se nos basearmos exclusivamente nos diplomas da época.

Ao todo, não se conhecem, para toda esta região, mais de 31 documentos avulsos anteriores ao ano 1000, e destes muito poucos são originais, com tudo o que isso representa em fiabilidade da informação ou falta dela. Quase todos são registos de compra e venda, escambo ou doação de propriedades, feitos com recurso a minutas e formulários muito estereotipados, parcos em informação diversificada.

Cinco diplomas são do reinado de Afonso III, outros catorze são ainda da primeira metade do século X, até Ramiro II portanto, enquanto os restantes doze datam dos últimos cinquenta anos do primeiro milénio.

Se analisarmos a distribuição regional do povoamento exclusivamente à luz dos diplomas que chegaram até nós, arriscamos, mais uma vez, uma visão muito deturpada do Baixo Douro. Assim vista, a distribuição do povoamento limita-se a reproduzir a geografia dos interesses fundiários dos mosteiros cujos cartórios chegaram até nós, e estes – quase exclusivamente Paço de Sousa, Alpendorada e Arouca – concentram-se apenas ao longo da faixa mais ocidental da vasta região que nos ocupa. Atente-se porém que Alpendorada é uma fundação de meados do século XI; e do cenóbio de Paço de Sousa só temos notícia quase no câmbio de milénio (em 994), pelo que só o mosteiro de Arouca – fundado, ao que tudo indica, entre 915 e 925 e reedificado em 951 – testemunhou directamente a informação que o seu cartório veicula.

Permitam-se-nos, apesar de tudo, algumas observações à representação cartográfica que ensaiamos para a informação disponível anterior ao ano mil (Fig. 8).

Os núcleos de povoamento referidos ainda durante o reinado de Afonso III reportam-se exclusivamente ao corredor natural que está na base do território da *civitas Anegia*: uma forte presença ao longo da *carraria antiqua* da margem direita do rio Paiva, e uma referência singular a São Martinho de Soalhães, a meia encosta da Serra da Aboboreira, sobre a via romana que se dirigia para a travessia do Douro.

Entre Ordonho II e Ramiro II (911-951) consolida-se o povoamento deste mesmo território, com particular incidência e concentração nos seus extremos Norte – ao longo do vale do Sousa – e Sul – no vale de Arouca.

Novidade, porém, são as primeiras mas ainda escassas referências no eixo Chaves – Lamego e uma forte concentração de núcleos de povoamento (embora sem qualquer referência a igrejas) na margem esquerda do Douro, a montante do profundo vale do rio Bestança, por onde corria, também já vimos, uma outra *carraria antiqua* rumo a Castro Daire e depois Viseu.

Na segunda metade do século X, é notória a disseminação do povoamento ao longo de todo o território da *civitas Anegia*, realçando-se cada vez mais as concentrações no vale do Sousa, na margem Norte e vale do Paiva e Arouca, na margem Sul.

A encosta Norte do Montemuro, voltada ao Douro, não conhece novas referências na segunda metade do século. Porém, no vale de fractura Chaves – Lamego, adensa-se a malha do povoamento e temos finalmente notícia documental da existência do *castellum* da *civitas Lamecum*.

Não será este o local apropriado para aludir à forma como a toponímia poderá ajudar a suprir as lacunas de informação que nos são deixadas pela escassez da documentação. A questão é demasiado importante e complexa para ser abordada sem um levantamento sistemático, em arquivos, matrizes prediais, na cartografia e no próprio terreno.

Não podemos no entanto deixar de lembrar aqui que, como refere Mário Barroca (2003: 24), se o verbo “repovoar” usado em crónicas e documentos oficiais designa apenas o reenquadramento de populações que estariam fora da alçada de qualquer poder instituído, não é menos verdade que há efectivamente topónimos que registaram para a posteridade movimentos populacionais de Norte para Sul, e também em sentido inverso. Por se reportarem a esta época e a este espaço geográfico, entre eles não podemos deixar de citar aqui, a título de mero exemplo, a *villa Mahmutis* (hoje Moumis, em Paús, Resende) documentada em 946 (PMH, DC 56) e, mais do que qualquer outra, a *villa Asturianos*, na zona de Alvarenga, em pleno vale do rio Paiva, referida em 952 (DC 64).

### 3.1. Cercas e Castelos

O uso do termo *castellum* é extremamente raro. Para esta época, nesta região, aparece-nos uma única vez em 952 (PMH, DC 65): *in Ieronzo ad castellum de Lamego* (*Geronzo* é a designação arcaica da Serra de Montemuro).

Sabemos que deveriam poder ser incluídas nesta categoria todas as outras fortificações que desempenharam funções como *civitates* ou centros de vastos *territoria*: no vale do Douro, pelo menos *Portucale* e *Anegia* – acrescentaríamos *Aliovirio* – na margem Norte; e *Sancta Maria*, para além de *Lamecum*, na margem Sul.

Não é, porém, credível que se ousasse tentar defender tão vastos *territoria* apenas com as fortalezas que os capitaneiam.

Uma das mais promissoras linhas de investigação para o estudo das fortalezas secundárias que poderiam apoiar mais directamente as populações em caso de necessidade, foi aberta por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, já lá vão 30 anos (Almeida, 1978) quando sugeriu um significado defensivo para os pontos de referências usados pelos diplomas da época para a localização das propriedades (*subtus mons, ad radice alpe, sub castro, etc.*)

A tentativa que fizemos em 1993 (Lima, 1993) de estabelecer uma associação arqueologicamente comprovada entre as referências documentais e a existência efectiva de castelos a que vulgarmente chamamos “roqueiros” não foi inteiramente conclusiva. Essa associação ficou claramente provada apenas quando nas décadas de 60, 70 e 80 do século XI, os castelos cabeça-de-terra – ainda inexistentes enquanto tais, nos séculos IX e X – passaram a constituir eles próprios os pontos de referência para a localização das propriedades. Ficou ainda claramente provado que nos finais do século XI e ao longo do século XII esses pontos de referência mais não são do que as elevações que mais se destacam no terreno, pela sua altitude absoluta ou pela sua dimensão (Lima, 1993).

Porém, e até prova em contrário, assumindo que nos diplomas dos séculos IX e X essa associação é verdadeira (*mons* = fortificação), podemos apoiar-nos na cuidada análise que fez Mário Barroca para ficarmos a perceber que a região do curso terminal do Douro é aquela onde o fenómeno do encastelamento é mais precoce e mais denso (Barroca, 2004: 189).

Ainda não havia terminado o primeiro milénio e já se documentam no território da *civitas Anegia*, para além da própria *civitas*, pelo menos outras dez estruturas de defesa e refúgio: *Bendoma* em Paredes, *Ordines* e *Petroselo* em Penafiel, *Aradrus* e *Genestaxo* em Marco de Canaveses, *Fuste* em Arouca, *Gavano*, *Geronzo* e *Vargano* em Cinfães. No restante território, porém, mais não temos que as próprias *civitates* de *Aliovirio* e *Lamecum*.

É certo que no *mons Bendoma* (Vandoma, Paredes) existem vestígios de uma cerca que remontará à Alta Idade Média, a qual, pela sua tipologia, foi posta por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1980) em paralelo com as que se observam na Calcedónia (Gerês) e nas Portas de Montemuro (Castro Daire/Cinfães). Esta estrutura defensiva estará também associada à defesa do Mosteiro de São Pedro de Cête, fundado antes de 924 (PMH, DC 27).

Igualmente com vestígios evidentes de fortificação e também associados a cenóbios, são os casos do *mons Ordines* (Paço de Sousa, Penafiel) e do *mons Aradrus* (Alpendorada e Matos, Marco de Canaveses), ligados, respectivamente, aos mosteiros de Paço de Sousa (anterior a 994) e Alpendorada (fundado em 1059).

Contudo, na maior parte dos casos, ou não é possível identificar o local a que se referem os diplomas, ou neles não se descobrem vestígios de fortificação, ou, quando se descobrem, não é inquestionável que seja por eles que o monte em questão se usa como ponto de referência para a localização das propriedades (o *mons Ordines* será, por ventura, a única exceção evidente).

Fruto do trabalho de campo por nós realizado e/ou com referências explícitas de outros autores à existência efectiva de trabalhos defensivos nesses locais, temos inventariadas 36 estruturas castelares nesta parcela do vale do Douro (Fig. 9), não estando aqui contabilizados nem os castelos que vieram a capitanear as terras criadas no século XI após o desmembramento dos *territoria* dos séculos IX e X (excepto se algo indicie que já existiam antes) nem aqueles que conhecemos apenas por referência documental.

Na maior parte das fortificações identificadas, é notória a sua função de controlo sobre importantes vias terrestres e/ou fluviais (em pelo menos 19 casos essa associação é evidente). Em quase metade (pelo menos 14) as estruturas medievais sobrepõem-se a povoados castrejos e/ou com fortes indícios de ocupação em época imperial. Infelizmente, ao contrário do que sucede, por exemplo, no Alto Tâmega (Barroca, 2004: 183), não temos no Baixo Douro nenhum caso em que se possa afirmar que a reocupação de antigos castros se fez não só com intuítos defensivos mas também como locais de habitat.

Noutros locais do norte peninsular, como o reino de León, estudado por José Avelino Gutiérrez González (1995), já são possíveis sistematizações tipológicas e cronológicas para as estruturas defensivas dos séculos IX e X, algo que estamos ainda longe de poder fazer para o Baixo Douro. Não obstante as grandes lacunas de informação que ainda existem, as fortalezas que vão sendo melhor conhecidas são as de iniciativa condal, como as que encabeçaram os vastos *territoria* criados no âmbito da integração deste espaço na área de influência da coroa astur.

Na *civitas Anegia*, que ainda não foi sujeita a escavação arqueológica, a topografia e os alinhamentos visíveis deixam adivinhar uma estrutura semelhante à que se conhece para *Aliovirio*, (Cidadelhe, Mesão Frio) na sequência da escavação dirigida por Armando Coelho Ferreira da Silva (Silva, 1986: 274 e nota 100). Da *civitas* de Lamego dos primórdios da “Reconquista” podemos apenas observar restos do embasamento pré-românico no extremo Norte da acrópole da cidadela (Torres e Macías, 1998: 60). Mais bem conhecida, apesar das sucessivas transformações a que foi sujeita, é a *civitas Sancta Maria*, na qual Mário Barroca conseguiu identificar a estrutura condal, datável da segunda metade do século X, formando um pátio sub-rectangular com quatro torreões (Barroca, 2004: 188-189).

Quanto às estruturas defensivas cuja iniciativa se poderá atribuir às comunidades locais, e que são aquelas cuja função seria, mais do que despoletar um processo de povoamento, defendê-lo e organizá-lo (Almeida, 1978: 47) dispomos de muito pouca informação publicada.

O único levantamento de pormenor já dado à estampa é o do Penedo dos Castelos/Alto do Picoto, em Vila Cova, Penafiel (Lima, 1993: nº 65 e fig. 27, A; Santos, 2005: 66). Revela-nos uma planta não geométrica, maximamente adaptada à configuração do terreno, com um enquadramento topográfico e uma técnica construtiva que poderíamos considerar o arquétipo destas estruturas nos séculos IX e X: em monte cónico ou em esporão a meia encosta, com excelente visibilidade sobre o território e sobre os principais eixos viários (Fig. 10), em local com abundância de pedra e boas condições naturais de defesa, onde o esforço construtivo fosse mínimo, constrói-se uma linha de muralha – quando muito duas, sendo a segunda sempre parcelar –, perfazendo um recinto fechado de configuração oval ou aproximadamente circular, de preferência unindo os espaços existentes entre os batólitos graníticos que são parte integrante da muralha. Esta, por sua vez, pode

apresentar apenas uma ou duas faces, sempre com aparelho muito irregular com pedra sumariamente afeiçãoada e miolo preenchido por areão e cascalho.

São raros os testemunhos de movimentações maciças de terras para formar taludes ou plataformas destinadas a dificultar o acesso ao topo. Porém tais trabalhos parecem testemunhar-se de forma clara no castelo que controla a portela de Mexide, no actual concelho de Marco de Canaveses (Lima, 1993: nº 26).

Mais raros são os testemunhos de torres ou torreões e de estruturas destinadas ao aprovisionamento de água, os quais, quando existem, certamente se relacionam com castelos erguidos ou reconstruídos no âmbito da reforma do modelo de organização administrativa e militar operada a partir do século XI.

Menos conhecida ainda é a rede de fachos, atalaias e postos de vigia que constituíam uma primeira linha de alerta. A abundante toponímia regional relacionada com estas estruturas abre boas perspectivas de investigação mas exigirá um trabalho específico.

Para além da análise da sua distribuição geográfica – que parece abarcar toda a região em estudo, com particular incidência no entre Sousa e Tâmega, margem direita do Paiva e vertente norte das Serras da Aboboreira e Montemuro – o principal problema que se põe no estudo das estruturas defensivas é a sua sistematização cronológica, pois se nos abstermos das referências documentais que, como vimos, são muitas vezes dúbias, e na ausência de intervenções arqueológicas com resultados publicados, não temos grandes meios para distinguir entre as fortificações criadas com o movimento de presúrias (ou na sequência delas) daquelas outras estruturas que foram criadas ou transformadas em pleno século XI, com o advento das terras e o declínio das *civitates*.

Para além de *Alioviro* (Cidadelhe, Mesão Frio) cuja publicação se resume, por ora, a muito pouco (SILVA 1986: 274, nota 100, já referida), constitui excepção digna de louvor a divulgação sistemática dos resultados proporcionados pela intervenção que António Manuel Silva e Manuela Ribeiro têm levado a cabo nos últimos 20 anos no castelo de São João de Valinhas, em Arouca (Silva, 1994, 1995 e 2004; Silva e Ribeiro, 1999).

Entre esses resultados – omitindo, por ora, aqueles que dirão respeito às reformas defensivas operadas com o advento da terra de Arouca, a partir de meados do século XI (PMH, DC 392; cfr. Lima, 1999: 402, 405 e Lima, 2004: 330-332) – destacamos as datações de radiocarbono obtidas para um camada de incêndio posterior à segunda e anterior à terceira fase construtiva do castelo, as quais apontam para finais do século IX/primeira metade do século X (Silva e Ribeiro, 2007/2008: 71), relativas a um conjunto de estruturas que em tudo se adequa ao protótipo atrás descrito para os chamados “castelos roqueiros” que terão acompanhado de perto a consolidação do povoamento a que o movimento de presúrias deu forte incremento.

### **3.2. Arquitectura e Escultura decorativa pré-românica**

Os testemunhos de arte e arquitectura pré-românica no Baixo Douro são muito raros (Fig. 11). Tanto assim é que o seu reduzidíssimo número (só uma dezena de sítios proporcionou peças datáveis dos séculos IX/X) não justificaria individualizá-los como objecto de análise se não fosse a riqueza informativa da chamada “arte erudita” para o estudo e compreensão do processo de “Reconquista” como fenómeno político e social, intimamente ligado às influências de origem galaico-asturiana, leonesa e até mesmo moçárabe a que as cortes condais entretanto estabelecidas em *Portucale*/Guimarães, Viseu e Coimbra são mais permeáveis.

A sua escassez deverá, no entanto, ser vista como indicador do poder avassalador de que se revestiram a arte românica e especialmente a arquitectura barroca nesta região, mais do que como sinal de uma efectiva raridade original das manifestações artísticas dos finais do primeiro milénio.

Sendo quase exclusivamente provenientes de igrejas que ainda nos dias de hoje se encontram ao serviço do culto religioso, os testemunhos de arte pré-românica do Baixo Douro são sobretudo constituídos por peças avulsas de escultura decorativa, já retiradas do seu contexto original ou reutilizadas no contexto de reformas mais tardias dos templos a que pertencem. Raramente estão em conexão, inseridas em obra datável da época a que pertencem, e até mesmo casos paradigmáticos como o da igreja de São Pedro de Balsemão, sabe-se hoje, constituem exemplo de templos totalmente refeitos em épocas mais tardias (Fig. 12), integrando elementos pré-românicos nas reconstruções profundas de que foram alvo (Caballero Zoreda e Arce Sainz, 2007: 268-269).

Abandonada toda esta região logo após as invasões árabes, não tanto pela população em geral, mas certamente pelos quadros administrativos, civis ou religiosos, que seriam os únicos com capacidade empreendedora no domínio da arte e arquitectura, teríamos que esperar pela instalação das estirpes condais de *Portucale* e Coimbra, logo após as presúrias de 868-878, para assistirmos ao surgimento de testemunhos de novos investimentos artísticos e arquitectónicos.

À parte alguns testemunhos, que carecem de confirmação cronológica, e que nos poderiam indiciar alguma organização local e regional (e consequente capacidade de iniciativa construtiva e criação artística) anterior às presúrias de Afonso III, ainda em tempos de Afonso II e Ramiro I (Real, 2007: 143; Real, s.d.: 100-101) – o que seria verdadeiramente notável para a região – todos os elementos pré-românicos identificados no Baixo Douro serão dos finais do século IX e século X, senão mesmo, alguns deles, algo posteriores.

Deverão pois relacionar-se com as criações proporcionadas pelo estabelecimento de altas classes dirigentes na região, bem como com os laços geopolíticos que entretanto se estabelecem entre essas famílias e entre elas e o exterior.

No Baixo Douro, quer ao longo do eixo Braga – Guimarães – Viseu, quer no que liga Chaves – Lamego – Viseu, testemunham-se desde logo alguns elementos de escultura decorativa da esfera de influência galaico-asturiana, patentes, por exemplo, nas impostas reaproveitadas em São Pedro de Balsemão (Lamego) e São Martinho de Mouros (Resende) e nas que estão ainda integradas num arco que só parcialmente foi modificado, em Vila Cova de Vez de Aviz (Penafiel) (Real, 2007: 140-141); bem como nalguns dos capitéis de Meinedo (Lousada), contextualizados por intervenções arqueológicas recentes (*idem*: 152; Rodrigues, 1994) e nos clipeos ornamentais que ainda hoje se observam na já referida igreja de Balsemão e na de Fernedo, Arouca (Real, 2007: 143).

O testemunho de escultura decorativa em calcário que se observa em Fernedo (Fig. 13) – cuja *villa* se encontra documentada desde 922 (PMH, DC 25) não pode ser também dissociado de outros testemunhos – artísticos e não só – do vale de Arouca, onde entre 915 e 925 se havia fundado o mosteiro homónimo, logo reedificado em meados do século X (Lima, 2004: 326-329), e no qual se conserva uma epígrafe cronologicamente atribuível a esta época (Barroca, 2000: II, nº 11).

Neste vale que um pouco mais tarde viria a ser autonomamente constituído como *terra de Arouca*, muito precocemente se terão cruzado influências e estímulos provenientes, por um lado das suas ligações à família condal portugalense, e por outro da sua dependência geográfica e administrativa relativamente ao condado de Coimbra (Real, 2007: 166).

O vale do Sousa – onde dois séculos mais tarde viria a florescer uma das mais brilhantes escolas regionais do românico português – o vale de Arouca e o eixo Chaves – Lamego, com particular incidência na região em torno desta última *civitas*, constituem, assim, os focos que mais se realçam no domínio da arte e arquitectura pré-românica do Baixo Douro.

Da representação cartográfica deste tipo de testemunhos, e em plena consonância com o denso povoamento que aí se testemunha documentalmente ainda na primeira metade do século X, ressalta ainda um outro foco de concentração em torno da passagem fluvial de Aregos, cuja importância já foi aqui várias vezes salientada, quer na sua margem Norte (Santa Cruz do Douro, Baião) quer na sua margem Sul (Cárquere, Quinta das Trapas e São Martinho de Mouros, Resende).

### 3.3. Sepulturas escavadas na rocha

Se há monumentos cuja menção desde logo nos evoca os tempos da mítica “Reconquista”, eles são as chamadas estruturas rupestres: ermitérios e/ou habitats rupestres e, sobretudo as sepulturas escavadas na rocha.

Sobre os primeiros, têm sido dados a conhecer muitos exemplares identificados nos últimos anos, os quais, no que diz respeito ao vale do Douro, estão concentrados em três grandes núcleos.

Na margem Norte, as estruturas conhecidas concentram-se na zona de Ansiães, Bustelo e Candemil, no vale do rio Fornelo (Amarante), conhecendo-se algumas outras na vertente ocidental da Serra da Aboboreira (Baião/Marco de Canaveses); na margem Sul, são conhecidos numerosos exemplares na vertente norte da Serra de Montemuro, com especial incidência no vale do rio Bestança, em Cinfães (Pinho, 1997; Pinho, Lima e Correia, 1999) e em Resende (Silva, *et al.* 1997).

Sendo óbvia a associação espacial entre este tipo de estruturas e antigas vias de comunicação, em cujas margens se encontram, as “furnas” – assim elas são vulgarmente conhecidas – carecem ainda de um estudo monográfico mais aprofundado, podendo em muitos casos tratar-se de construções muito mais recentes (cfr. Lima, no prelo).

Muito mais estudadas, e já sujeitas a vários levantamentos – alguns dos quais sistemáticos (Barroca, 1988: 142 e ss.) – são as chamadas “sepulturas escavadas na rocha”, as quais nos merecem desde já algumas linhas mais.

Embora ainda haja muito por compreender acerca do seu aparecimento e evolução tipológica, bem como sobre a(s) sua(s) cronologia(s) e distribuição espacial, algumas das hipóteses interpretativas já avançadas para este tipo de monumentos são suficientemente relevantes para que sejam consideradas nesta análise.

No que diz respeito a cronologias, embora se assumam ainda muitas questões em aberto, e não obstante algumas variações regionais, tudo aponta para que as sepulturas não antropomórficas, em especial as de contorno ovalado, tenham começado a ser usadas mais cedo do que as restantes tipologias, tendo entretanto havido um processo evolutivo que ao longo de cerca de século e meio, conduziu à elaboração de sepulturas antropomórficas.

Já esse processo evolutivo teria atingido o antropomorfismo com simetria axial perfeita quando o movimento de presúrias impulsionado pela monarquia asturiana atingiu o vale do Douro, no início do último terço do século IX. Este facto explicaria a maior proporção de sepulturas antropomórficas do vale do Douro, relativamente às que existem na bacia do rio Lima e a norte dela, e teria o aliciente de permitir usar este tipo de sepulcros como indicador do progresso do movimento de presores e eventuais colonos.

Não nos poderemos porém esquecer de que a explicação do processo de evolução das sepulturas rupestres à luz destas linhas gerais não pode fazer cair no esquecimento a mais que provável convivência (cronológica e geográfica) entre diferentes tipologias de enterramentos, bem como a sobrevivência até período muito tardio (pelo menos até ao século XIII) do uso de sepulturas antropomórficas escavadas na rocha (sobre todos estes aspectos cfr. a síntese de Mário Barroca (1988: 103-141)).

Pela nossa parte, limitámo-nos a ensaiar uma cartografia geral de todas as referências que pudemos coligir sobre a existência de sepulturas escavadas na rocha no Baixo Douro (Fig. 14). A escassa informação disponível relativamente à maioria dos sepulcros conhecidos levou-nos, por outro lado, a ter em conta apenas aspectos muito gerais da sua tipologia.

Sempre constituiu uma aliciente perspectiva de investigação a correlação entre os movimentos populacionais associados às presúrias dos séculos IX/X e a distribuição espacial dos sepulcros rupestres.

É verdade que eles surgem, não raras vezes, associadas a núcleos populacionais já referidos no último terço do século IX ou inícios do século X; surgem ainda associados a habitats

rupestres, por vezes interpretados como eremitérios alti-medievais, e/ou a fortificações cuja existência remonta também à centúria de novecentos. No entanto, uma vez definidos, no início desta exposição, os dois grandes corredores naturais da primeira “Reconquista”, essa associação levanta algumas questões interessantes:

- a) Em primeiro lugar, verifica-se uma extraordinária concentração deste tipo de monumentos na margem Norte do Douro, em especial no corredor que definimos como base geográfica do território de *Anegia*, e, dentro deste, em algumas áreas muito concretas: ao longo de uma linha que percorre, sucessivamente, o vale do Sousa, o vale do rio Cavalum e o da ribeira de Camba (todos em terras de Penafiel) em estreita coincidência com a estrada de origem romana proveniente de Braga – Guimarães; a meia encosta das serras de Aboboreira e Montedeiras, entre o *ager* e o *mons*, numa situação topográfica que corresponde na perfeição àquela que foi brilhantemente definida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida para os núcleos de povoamento mais arcaico, no início do processo que levou à concentração dos enterramentos em torno da *ecclesia*. Não podemos deixar de assinalar a coincidência entre estas áreas onde se registam mais núcleos deste tipo de monumentos e aquelas onde os diplomas registam as mais antigas presúrias (PMH, DC 8, de 875 e DC 9 de 882).
- b) Em segundo lugar, é notoriamente menos expressiva a concentração deste tipo de monumentos no outro grande corredor natural – o da falha tectónica que liga Chaves à Régua e depois a Lamego; embora, numa perspectiva mais ampla, essa situação se possa alterar; há-os porém na margem Sul, por toda a vertente Norte do Montemuro até altitudes a rondar os 1100 metros, com especial concentração nos vales dos rios Bestança e Cabrum, no enfiamento das travessias fluviais de Porto Manso e Aregos.
- c) Em terceiro lugar, é espantosa a absoluta ausência deste tipo de monumentos em duas grandes áreas: o curso terminal do rio Sousa, na margem Norte do Douro; e todo o vale do rio Paiva e as terras a poente do mesmo, na margem Sul do Douro, incluindo a área atravessada pela *carraria antiqua*, onde também se documentam as mais antigas presúrias (PMH, DC 6 e DC 7) e um intenso povoamento na primeira metade do século X.

Eventuais falhas resultantes do trabalho de campo já realizado e/ou divulgado nalgumas áreas por contraposição a um mais forte investimento na prospecção de outras não serve para explicar tudo, pois nesta zona, Arouca, Castelo de Paiva, Cinfães e Paredes possuem já alguns bons inventários arqueológicos. E a geologia também não responderá integralmente a esta ausência.

Podemos, porém, ver na tão precoce estruturação e organização do povoamento do vale do Paiva uma das possíveis explicações para a ausência de sepulcros rupestres disseminados pelo território, longe dos centros emergentes das futuras paróquias.

#### **4. NO CÂMBIO DE MILÉNIO: DAS CAMPANHAS DE ALMANSOR À DESAGREGAÇÃO DAS CIVITATES**

Concluído este périplo por alguns dos mais significativos indicadores, arqueológicos e documentais, do povoamento alti-medieval do Baixo Douro, e analisada a forma como se encontrava estruturado o território e organizada a sua defesa, não gostaríamos de terminar sem uma alusão, ainda que breve, aos processos sociais e económicos, mas também políticos e militares que conduziram, por um lado, à falência do modelo de organização criado com a integração desta região na esfera de influência da monarquia asturiana e de algumas das mais poderosas famílias condais por ela patrocinadas; e por outro à criação de novas estratégias de defesa e de macro-ordenamento territorial.

#### 4.1. O Baixo Douro e as campanhas de Almansor

O movimento de presúrias iniciado por Afonso III no Baixo Douro proporcionou um efectivo controlo de um vasto espaço geográfico cujo perímetro seria assinalado por um notável conjunto de fortalezas que marcaria por pouco mais de um século um equilíbrio de poderes cuja estabilidade só viria a ser posta em causa pelas campanhas de Almansor, a partir de 981.

Nos inícios da segunda metade do século X, encontravam-se na posse de D. Flâmula Rodrigues, sobrinha de Mumadona e descendente de duas famílias condais com forte intervenção no movimento de presúrias e posterior intensificação do povoamento, uma série de castelos situados na Beira interior, entre os rios Távora e Côa.

A geografia dos castelos de D. Flâmula – a par dos testemunhos arquitectónicos muçulmanos presentes além-Côa – permitiu a Mário Barroca descrever com rigor o perímetro do espaço cujo controlo as presúrias asseguraram: pelo vale do Mondego até ao Côa, e depois pelo vale deste rio até ao Douro (Barroca, 2003: 25-26).

É certo que o espaço assim delimitado nunca chegou a estar completamente a salvo de saques e razias muçulmanas como a que terá acontecido em 975 na zona de Moldes (Arouca) e que nos é documentada por um diploma de finais do século XI: “*venerunt sarraceni cecidit ipso territorio in herematione et fuit ipsa ecclesia [de Moldes] destructa... fuit herema in era MXIII<sup>a</sup> [AD 975]*” (PMH, DC 746, de 1091). Porém, não se vislumbra que tais razias se dirigissem a localidades importantes ou estruturas fortificadas. E muito menos terão originado uma ocupação perene dos espaços atacados.

Certo é também que, em face dos relatos contidos nas crónicas e dos dados provenientes dos diplomas coevos, não se reconhece às *civitates* do Baixo Douro qualquer protagonismo militar ao longo de toda a sua vida útil.

Os ataques normandos jamais terão passado da faixa litoral – onde, efectivamente alguns castelos foram alvo de recontros violentos (PMH, *Script.*, 9); e das poucas notícias conhecidas sobre razias árabes ao vale do Douro, nem uma única se reporta a ataques directos a estruturas defensivas, constituindo alvos preferenciais para a acumulação de despojos de guerra as pequenas e desprotegidas povoações como a já referida de Moldes (Arouca), saqueada em 975.

A partir de 981, a situação altera-se radicalmente, com as primeiras campanhas de Almansor dirigidas a esta região. Fazendo uso de uma notável capacidade de organização e estratégia política e militar, e sabendo cativar o apoio de nobres cristãos a troco de protecção e partilha do produto dos saques, Almansor começou por atacar a fronteira leste (15<sup>a</sup> campanha, de 981, de acordo com a designação de Luís Molina (Molina, 1983)), e passou logo depois para a fronteira Sul no vale do Mondego (26<sup>a</sup>, 27<sup>a</sup>, 28<sup>a</sup> e 35<sup>a</sup> campanhas contra Condeixa, Coimbra e Montemor-o-Velho, entre 986 e 990, com um regresso a Montemor no ano mil).

A 46<sup>a</sup> campanha, de 995, chamada “de Aguiar”, a qual, dando crédito às crónicas cristãs, teria atingido o coração do território da *civitas Anegia*, levando à tomada do castelo de Aguiar de Sousa (PMH, *Script.*, 9), mais não terá sido afinal, do que o retomar dos ataques à fronteira leste, recuando-a para o vale do Bestança e para o rio Douro, no Montemuro e a montante desta imponente serra (Lima, 2008).

A partir de 995, já estariam na posse das forças muçulmanas importantes praças como as de Viseu e Lamego, para além do castelo de Aguiar de Montemuro (nas imediações da Lagoa de D. João, importante nó viário já aqui referido), o qual terá marcado o destino final e o extremo ocidental das conquistas de Almansor (Lima, 2008). Estaria assim aberto o caminho pelo qual “o Vitorioso” regressaria da sua expedição a Santiago de Compostela, rumo a Viseu depois de, em Lamego, se despedir dos condes cristãos que o apoiaram partilhando com eles os despojos da sua vitória (PEA, II, 256 e ss.)

Sem querer ver nas questões estritamente militares o aspecto fulcral da falência do modelo

das *civitates*, não deixa de ser relevante assinalar, mais do que a sua incapacidade para defender o território, a sua absoluta falta de protagonismo militar, que encontra eco no silêncio que as fontes cronísticas, quer árabes, quer cristãs, fazem sobre eventuais conquistas.

Será muito mais no campo das progressivas mudanças das conjunturas políticas e económicas – quer do “lado cristão”, quer do “lado muçulmano” – e do equilíbrio de diferentes forças sociais – quer as já instaladas, quer as emergentes – que deveremos procurar a génese de um novo modelo de organização do território.

#### **4.2. A génese de um novo modelo de organização do território**

Um novo modelo, baseado em circunscrições a que os diplomas chamam *terrae*, de dimensões consideravelmente inferiores às dos *territoria*, e cada uma delas capitaneada por um castelo que se encontra sob a alçada de um *tenens*, só viria a ganhar consistência após as campanhas de Fernando o Magno, que culminaram com a conquista definitiva de Coimbra em 1064, e com o afastamento da linha de fronteira para o Mondego.

No entanto, esse mesmo modelo dá corpo a profundas mudanças de cariz social, económico e demográfico que já se faziam adivinhar desde os inícios do segundo milénio; e, do ponto de vista da estratégia política e militar, a necessidade da sua implementação – naturalmente associada a um determinado equilíbrio de forças e poderes – resultou também do facto de já ter sido provada a ineficácia do modelo anterior, com as campanhas de Almansor, em especial as de 995 e 997.

Desta nova modelação do território duriense que se intensifica com Fernando o Magno, com a qual se criam numerosas unidades administrativas (*terrae*) e multiplicam os novos centros de poder (os castelos cabeça-de-terra), símbolos máximos da ascensão social de algumas poderosas famílias nobres, já só damos conta para ilustrar o que se viria a passar após o câmbio de milénio (Fig. 15).

## **BIBLIOGRAFIA CITADA**

### **Fontes Documentais**

*Crón. Astur.* = Gil Hernández, Juan; Moralejo, José L.; Ruiz de la Peña, Juan (ed.) – *Crónicas Asturianas*, Oviedo, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1985.

LF = Costa, Avelino de Jesus da (ed.) – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, 3 vol., Braga, 1965/1978/1990.

MA = Coelho, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII*, 2ª ed., Arouca, Câm. Municipal e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988.

PEA = *Portugal na Espanha Árabe*, ed. de António Borges Coelho, 4 vols., Lisboa, Seara Nova, 1972-1975.

PMH, DC = *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867 e ss.

PMH, Inq. = *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888 e ss.

PMH, Script. = *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856 e ss.

### **Fontes bibliográficas**

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Faculdade de Letras (Dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado).

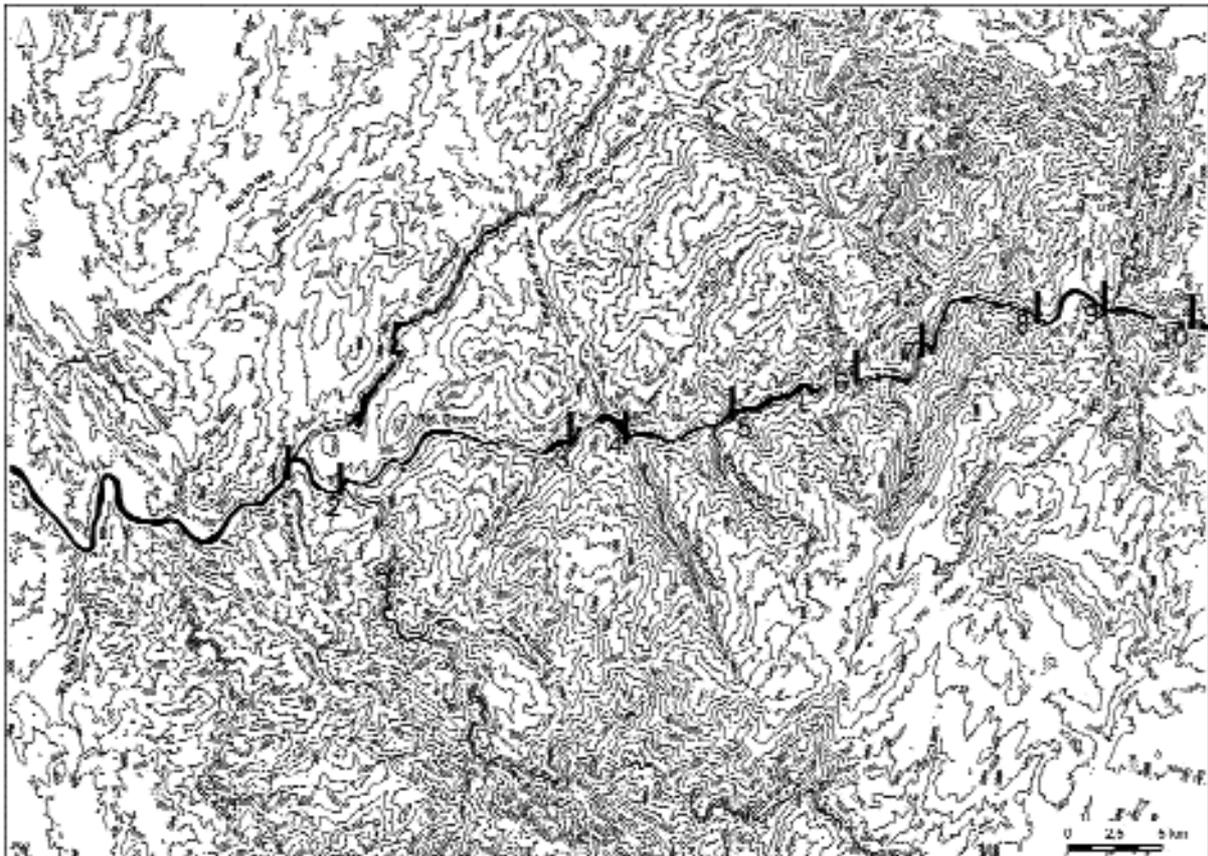
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho (Das Origens a 1220)*, Porto, Faculdade de Letras (Trabalho Complementar para prestação de provas de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1980) – Os Castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma (Baltar), *O Concelho de Paredes. Boletim Municipal*, III, Paredes, Câmara Municipal, p. 15-17.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Lopes, Francisco Gaspar (1981/1982) – Eja (Entre-os-Rios) – A *Civitas* e a Igreja de São Miguel, *Portugalia*, Nova Série, II/III, Porto, p. 131-140.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1939) – *História de Portugal*, Lisboa, Edições Biblión.
- AZEVEDO, Rui de (1945) – *A Presúria e o Repovoamento entre Minho e Lima no Século X*, sep. de Revista Portuguesa de História, 3, Coimbra.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- \_\_\_\_\_ (2003) – História das Campanhas, Organização Territorial e Recrutamento Militar e Arquitectura Militar in Mattoso, José (coord.) – *Nova História Militar de Portugal*, I, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 22-121.
- BARROCA, Mário Jorge (2004) – Fortificações e Povoamento do Norte de Portugal (Séculos IX a XI), *Portugalia*, Nova Série, XXV, Porto, p. 181-203.
- CABALLERO ZOREDA, Luís; ARCE SAINZ, Fernando (2007) – Producción Decorativa y Estratigrafia, in Caballero Zoreda, Luís; Mateos Cruz, Pedro (ed.) – *Escultura Decorativa Tardorromana y Altomedieval en la Península Ibérica*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLI, Madrid, CSIC, p. 233-274.
- CORTEZ, Fernando Russell (1951) – As Escavações Arqueológicas no Castellum da Fonte do Milho, *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 12 (1), Porto, p. 38-59.
- DIAS, Lino Tavares (1997) – *Tongobriga*, Lisboa, IPPAR.
- FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, Assoc. para a Defesa da Cultura Arouquense e Câmara Municipal.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séculos IX-XII)*, 3 vol., Porto, Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, dactil.).
- LIMA, António Manuel (1999) – O Território Anegia e a Organização Administrativa e Militar do Curso Terminal do Douro, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, 2, Porto, Faculdade de Letras, p. 399-413.
- \_\_\_\_\_ (2000) – Cinfães Medieval, in *Monografia de Cinfães*, vol. II, Cinfães, Câmara Municipal.
- \_\_\_\_\_ (2004) – Arouca Medieval: uma Abordagem Arqueológica, in Silva, António Manuel S. P. (coord.) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*, Arouca, Câmara Municipal, p. 306-335.
- \_\_\_\_\_ (2008) – A Importância Estratégica do Vale do Sousa na “Reconquista”. Proposta para uma Nova Leitura das Fontes Documentais e dos Dados Arqueológicos, *Oppidum*, número especial, Lousada, p. 165-174.
- \_\_\_\_\_ (no prelo) – Algumas Reflexões sobre o Curso Terminal do Douro nos finais da Alta Idade Média in *História do Douro e do Vinho do Porto*, vol. 2, Porto, Edições Afrontamento.
- MOLINA, Luís (ed.) (1983) – *Una Descripción Anónima de Al-Andalus (Dikr bilad Al-Andalus)*, 2 vol., Madrid, CSIC/Instituto Miguel Asín.
- PINHO, Luís M. Silva (coord.) (1997) – *Património Arqueológico do Vale do Bestança*, Cinfães, Associação para a Defesa do Vale do Bestança.
- PINHO, Luís M. da Silva; LIMA, António Manuel; CORREIA, Alexandre Lourenço (1999) – *Roteiro Arqueológico de Cinfães*, Cinfães, Câmara Municipal.
- REAL, Manuel Luís (1985) – Pousada de Santa Marinha. Guimarães, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 130, Lisboa.

- \_\_\_\_\_ (2007) – A Escultura Decorativa em Portugal: o Grupo “Portucalense”, in Caballero Zoreda, Luís; Mateos Cruz, Pedro (ed.) – *Escultura Decorativa Tardorromana y Altomedieval en la Península Ibérica*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLI, Madrid, CSIC, p. 133-170.
- \_\_\_\_\_ (s/d) – A Arquitectura Pré-Românica do Norte de Portugal, in *Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal. Arquitectura*, Marina Editores, p. 94-113.
- RODRIGUES, Miguel Carlos Areosa (1994) – *Intervenção Arqueológica na Igreja de Meinedo (Lousada) 1991-1993*, Porto, IPPAR.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António et al. (2004) – *Miliarios e outras Inscriciões Viárias Romanas do Noroeste Hispânico (Conventus Bracarense, Lucense e Asturicense)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega. Sección de Património Histórico.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005) – A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de Ocupação do Território (875-1308), *Cadernos do Museu Municipal de Penafiel*, 10, Penafiel, p. 5-100.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-História e Romanização no Entre-Douro-e-Vouga Litoral. Elementos para uma Avaliação Crítica*, Porto, Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, dactil.).
- \_\_\_\_\_ (1995) – Escavações Arqueológicas em São João de Valinhas. Do Primitivo Castro ao Castelo de Arouca, *Poligrafia*, 4, Arouca, p. 199-220.
- \_\_\_\_\_ (coord.) (2004) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*, Arouca, Câmara Municipal.
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (1999) – A Intervenção Arqueológica em São João de Valinhas (Arouca, Aveiro). Do Povoado Castrejo ao Castelo da Terra de Arouca, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, 2, Porto, Faculdade de Letras, p. 363-374.
- \_\_\_\_\_ (2007-2008) – Cerâmica Medieval das Escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de Análise Morfológica, *Portugalia*, Nova Série, XXVII-XXVIII, Porto, p. 69-88.
- SILVA, Eduardo Jorge Lopes da et al. (1997) – *Carta Arqueológica do Concelho de Resende*, Resende, Câmara Municipal.
- SOEIRO, Teresa (1984) – Monte Mozinho. Apontamentos sobre a Ocupação Romana entre Sousa e Tâmega em Época Romana, *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 1, Penafiel, 1984, p. 14-323.
- TEIXEIRA, Ricardo (2002) – Castelos e Organização dos Territórios nas Duas Margens do Curso Médio do Douro – Séc. IX-XIV, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 463-476.
- \_\_\_\_\_ (no prelo) – Povoamento e Organização do Território no Médio Vale do Douro. Da “Reconquista à Integração no Espaço da Monarquia Portuguesa” in *História do Douro e do Vinho do Porto*, vol. 2, Porto, Edições Afrontamento.
- TEIXEIRA, Ricardo; LIMA, António Manuel (no prelo) – Reflexões em torno do Povoamento e da Organização dos Territórios Medievais no Curso Médio e Terminal do Douro, *Actas do Colóquio Internacional “Património Cultural y Território en el Valle del Duero”*, Zamora, IPPAR/Junta de Castilla y León, p. 117-133.
- TORRES, Cláudio; MACÍAS, Santiago (1998) – *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

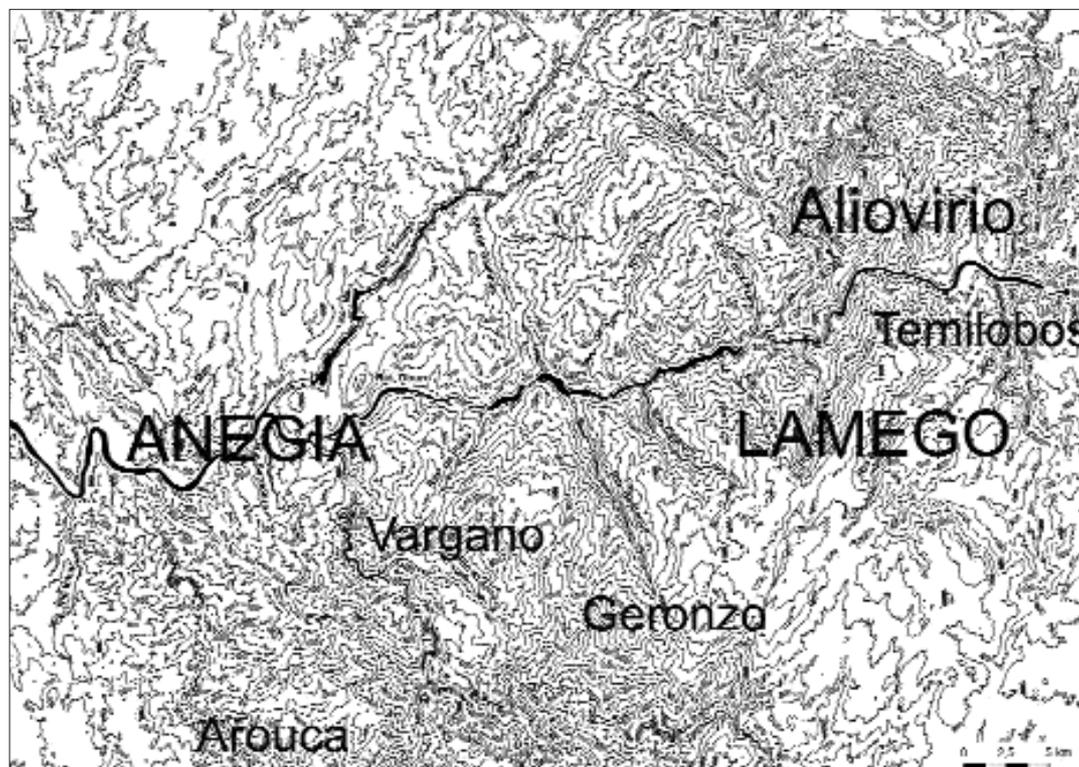




**Fig. 1** – Localização da área em estudo (Baixo Douro) na Península Ibérica e no Norte / Centro de Portugal.



**Fig. 2** – Locais de travessia do Douro em época romana e na Idade Média.



**Fig. 3** – *Territoria* do Baixo Douro (séculos IX e X).

De todos os *territoria* representados, só o de *Aliovirio* não é explicitamente referido como tal. Para além de *Aliovirio*, *Anegia* e *Lamego*, interpretamos todos os outros como meras referências geomorfológicas, sem autonomia administrativa ou militar.



**Fig. 4** – Horizonte visual da *civitas Anegia* (vale do Douro e foz do Tâmega).



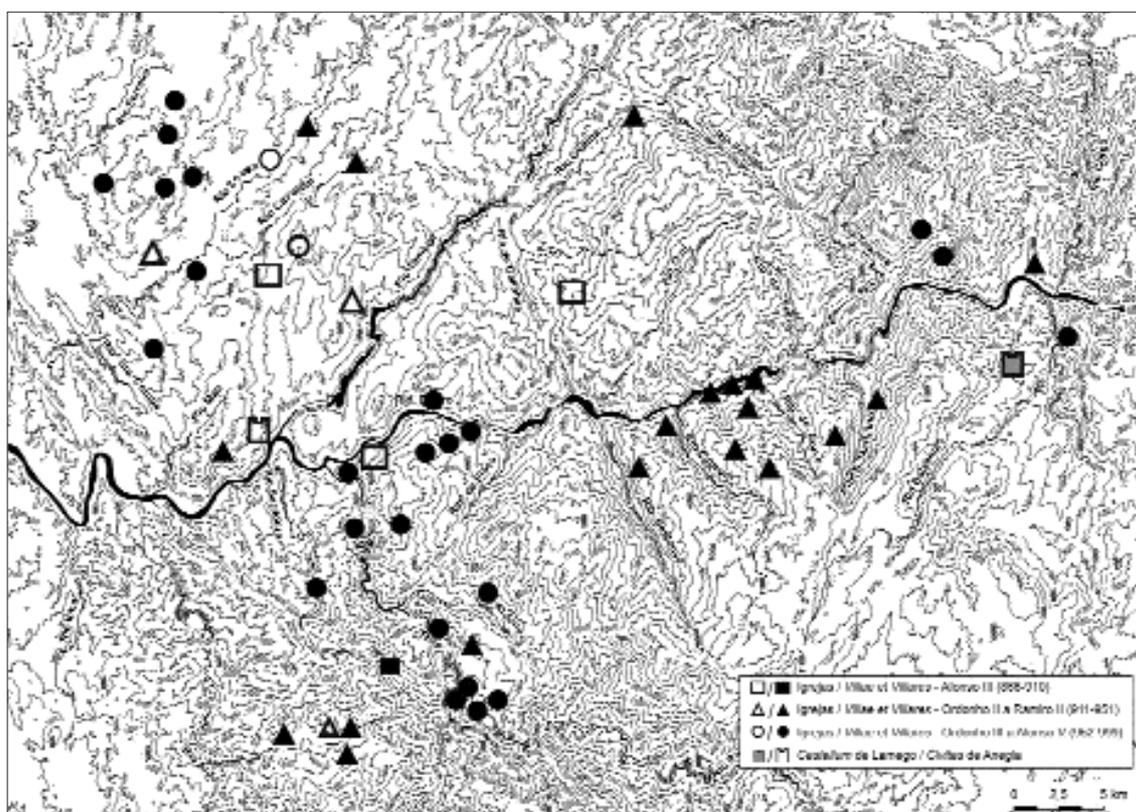
**Fig. 5** – Horizonte visual de *Alio virio* (vale do Douro).



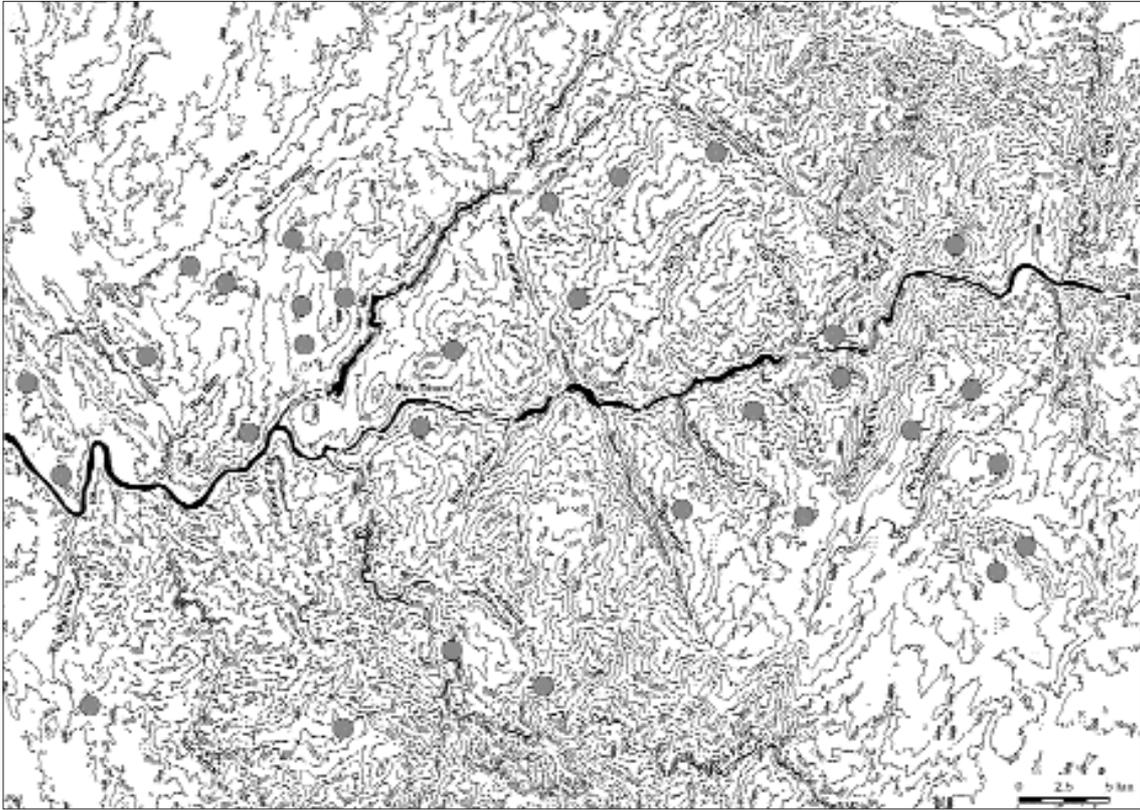
**Fig. 6** – *Alio virio*. Pormenor dos muros da torre do século X.



**Fig. 7** – Lamego, em cuja cidadela se reconhecem vestígios de ocupação de época romana e da fortificação pré-românica.



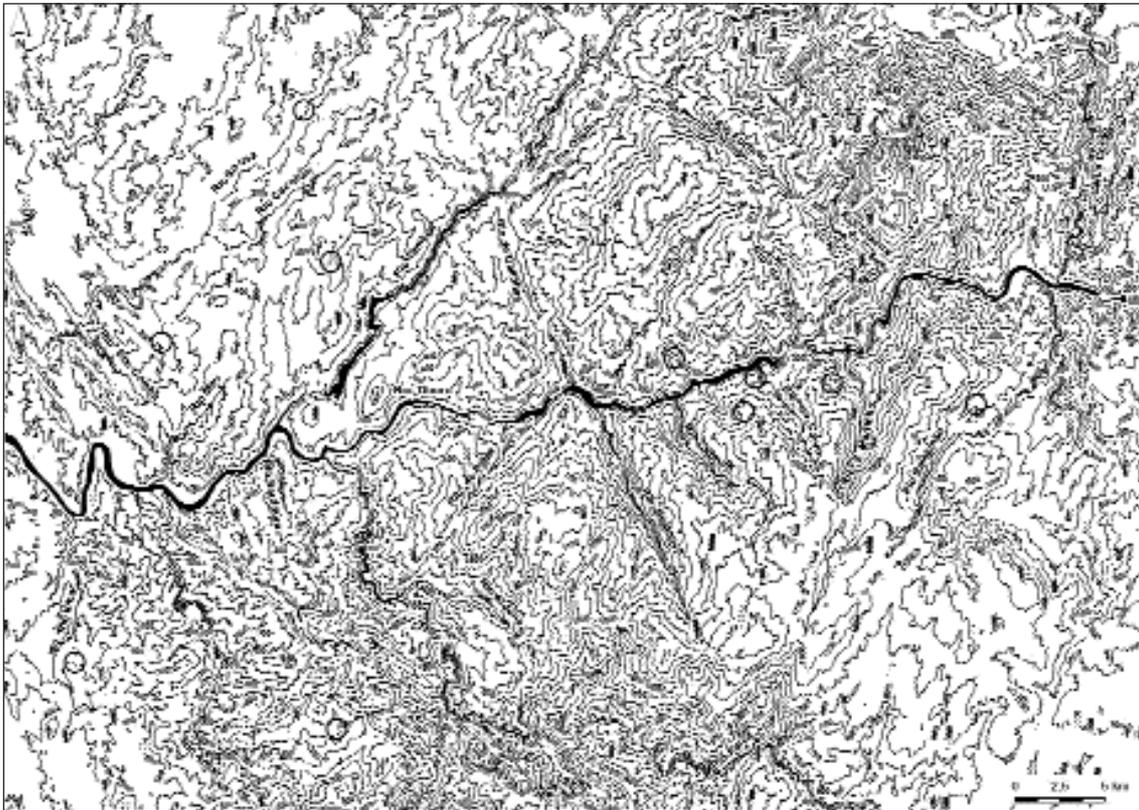
**Fig. 8** – Núcleos de povoamento. Referências documentais (séculos IX e X).



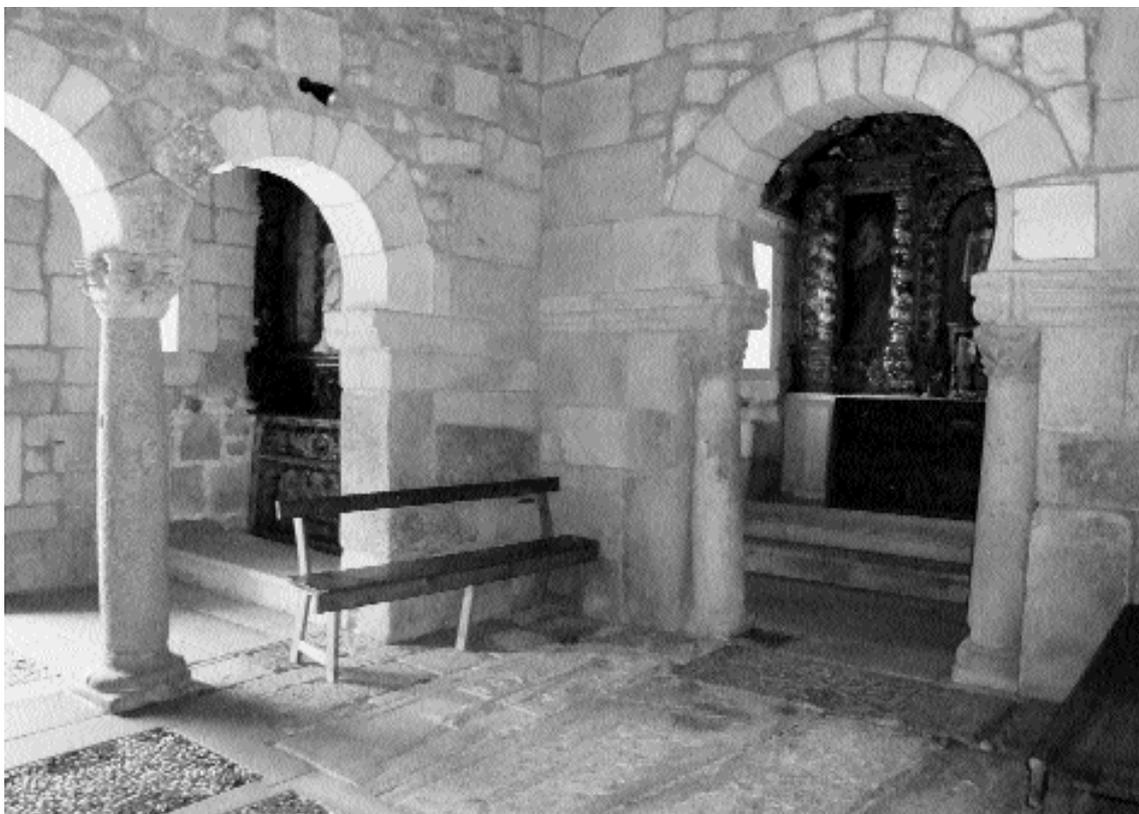
**Fig. 9** – Castelos do Baixo Douro (séculos IX e X).



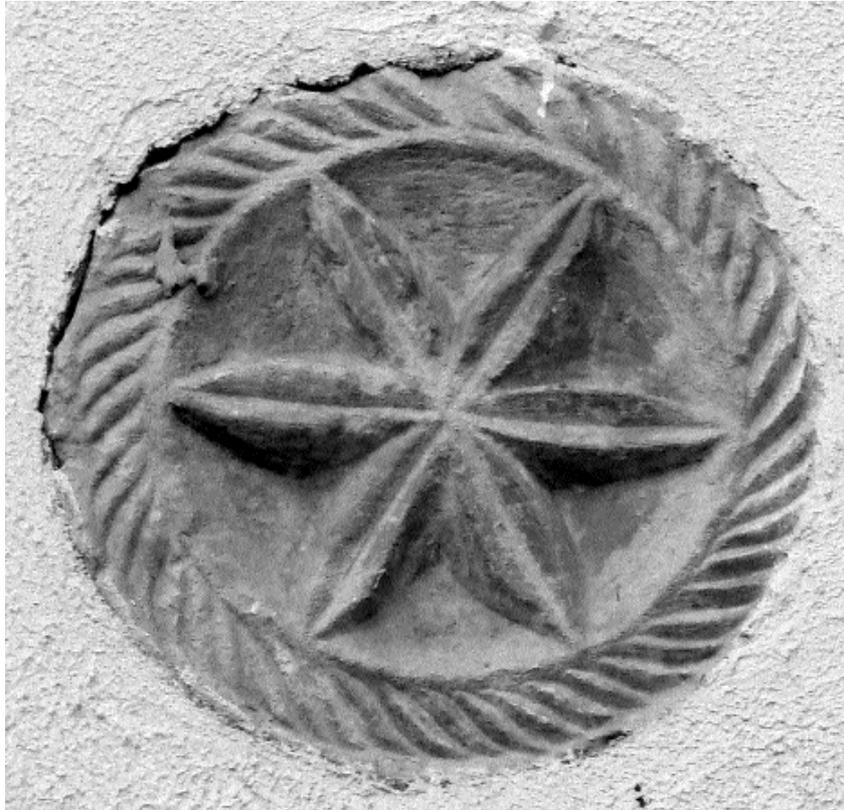
**Fig. 10** – Ao fundo, o Castelo do Coruto (Escariz, Arouca), um dos mais elucidativos exemplos de estruturas defensivas construídas para assegurar o controle e defesa dos principais eixos viários (Foto de António Manuel Silva).



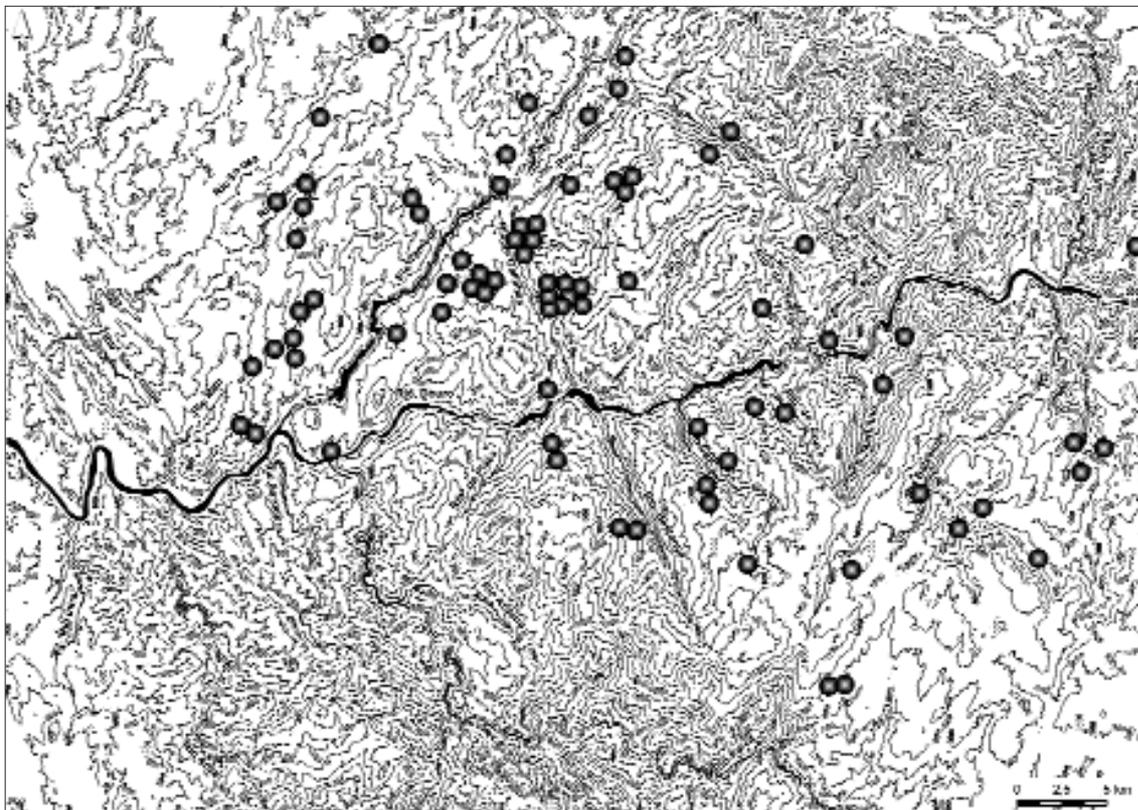
**Fig. 11** – Testemunhos de arte e arquitectura pré-românica no Baixo Douro.



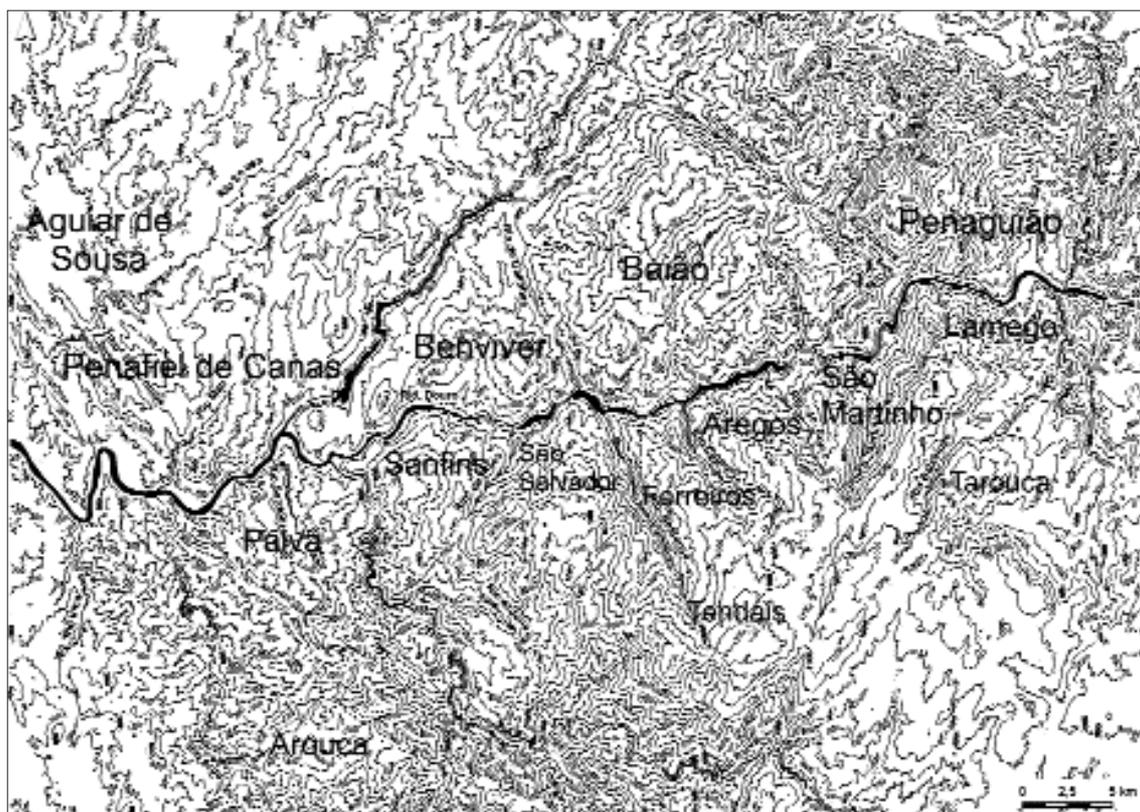
**Fig. 12** – São Pedro de Balsemão (Lamego), onde se encontram reaproveitados vários elementos de escultura decorativa pré-românica.



**Fig. 13** – Clípeo ornamental, em calcário, da igreja de Fervedo (Arouca).



**Fig. 14** – Sepulturas escavadas na rocha no Baixo Douro.



**Fig. 15** – *Terrae* do Baixo Douro (século XI e XII), resultantes da desagregação do modelo de organização do território em *civitates*, o qual tão bem simbolizou a integração do Baixo Douro na esfera de influência da monarquia asturiana.

# SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA DE ENTRE DOURO E MINHO

Mário Jorge Barroca<sup>1</sup>

## RESUMO:

Redigido em 1987 e revisto em 1990, o presente estudo, consagrado às sepulturas escavadas na rocha do Entre Douro e Minho, procurou abordar de uma forma contextualizada estes vestígios arqueológicos medievais, tendo sido, nessa perspectiva, pioneiro em Portugal.

Num primeiro momento registam-se as mais antigas referências históricas a sepulturas escavadas na rocha e as diversas propostas cronológicas sugeridas pelos autores para estes monumentos. De seguida desenvolve-se a teoria de Alberto del Castillo, as suas propostas cronológicas e o quadro de evolução tipológica. Abordam-se, ainda, os contributos de autores mais recentes e as problemáticas associadas a estas sepulturas. Finalmente, apresenta-se um panorama da evolução destas sepulturas no Entre Douro e Minho e um levantamento arqueológico para os três distritos abrangidos (Viana do Castelo, Braga e Porto).

**Palavras-chave:** Sepulturas escavadas na rocha – Entre Douro e Minho – Norte de Portugal

## ABSTRACT:

Written in 1987 and revised in 1990, the present study, dedicated to the rock-hewn tombs of the Entre Douro e Minho, brings a contextualized perspective of these medieval archaeological remains. It was, in this perspective, a pioneer study in Portugal.

First we analyze the earliest historical references for this kind of graves and the various chronological proposals suggested by the different authors. Then we develop the theory of Alberto del Castillo, and his chronological and typological proposals. We also discuss the contributions of recent authors and the problematic related with these graves. Finally, we present an overview of these graves evolution in the Entre Douro e Minho and an archaeological inventory for the three districts of this region (Viana do Castelo, Braga and Porto).

**Key-words:** Rock-hewn tombs – Entre Douro e Minho – North of Portugal

## NOTA PRÉVIA

O texto que agora se publica constitui um dos capítulos da 2ª Parte do nosso estudo *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre Douro e Minho (Séculos V a XV)*, apresentado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto no âmbito das “Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica” (Porto, ed. policopiada, 1987), onde ocupa as páginas 103-175. Apesar

---

<sup>1</sup> Professor Associado com Agregação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CEAUCP-CAM (Unidade I&D 281 da FCT).

dos esforços desenvolvidos na altura, a referida monografia nunca conheceu edição impressa. A mais de vinte anos de distância, poder-se-á questionar da utilidade de se publicar, agora, este capítulo com o respectivo inventário. Durante algum tempo protelamos essa decisão. Mas os pedidos de cedência de fotocópias, que continuamos a receber, parecem legitimar a divulgação deste capítulo que, perdoe-se-nos alguma imodéstia, cremos continuar a ter alguma actualidade, sobretudo do ponto de vista das problemáticas e das cronologias das sepulturas escavadas na rocha. Já não acontece assim com o inventário, que se encontra desactualizado e que foi realizado segundo uma metodologia que, se fosse feito hoje, teria de ser muito distinta. No entanto, como as duas partes foram concebidas articuladamente, seria difícil publicar a primeira parte sem a segunda e, por isso, optámos pela divulgação integral do texto.

A versão que aqui se divulga difere ligeiramente da apresentada na edição policopiada, em 1987. Com efeito, ela resulta de uma revisão que realizámos em 1990, quando a obra parecia que ia sair dos prelos. No entanto, essa edição acabou por nunca se concretizar e, como referimos, a obra permaneceu inédita. O texto que se segue tem, por isso, uma grande desactualização bibliográfica. Apenas a título de exemplo, diremos que depois de 1987 foram defendidas diversas teses de mestrado que versaram monograficamente o tema das sepulturas escavadas na rocha<sup>2</sup> ou que reservaram um lugar significativo para este tipo de vestígio arqueológico<sup>3</sup>. E, ao nível dos pequenos opúsculos ou dos artigos em actas ou revistas de especialidade, a produção científica das últimas duas décadas é tão vasta que nos dispensamos de aqui a referir. Sublinhemos, no entanto, que do ponto de vista da cronologia e, até mesmo, da problemática que envolve as sepulturas escavadas na rocha, os trabalhos em causa não acrescentaram dados muito significativos ao que já havíamos escrito antes. Por isso entendemos que, apesar dos anos volvidos e da bibliografia entretanto produzida, o texto que ora se publica continua a ter interesse e merece ser divulgado de uma forma mais ampla.

## §

Os últimos séculos da Alta Idade Média e o período de transição que se lhe seguiu foram dominados pela presença de sepulturas abertas na rocha, aproveitando afloramentos rochosos para a implantação dos cemitérios ou de monumentos isolados. É certo que a origem desta moda de enterramento parece remontar a época anterior ao processo da Reconquista cristã e que os exemplos mais tardios o ultrapassam. É igualmente certo que durante o próprio período da Reconquista as sepulturas escavadas na rocha se viram confrontadas com a presença de outras formas de enterramento, nomeadamente com sepulturas constituídas por elementos avulsos e com sarcófagos monolíticos, na sua maioria não-antropomórficos, em alguns casos decorados, noutros cobertos com tampas em estola. No entanto, mesmo reconhecendo que esta moda de enterramento não se pode confinar apenas à Reconquista, e que tão pouco assume exclusivo durante esta época, parece ser então que ela alcança maior sucesso, multiplicando-se o número dos seus sepulcros, ao mesmo tempo que se vão diversificando os pormenores tipológicos.

---

<sup>2</sup> De entre os estudos monográficos, citemos os trabalhos de Jorge Adolfo de Meneses Marques, *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*, Viseu, ed. do Autor, 2000 (edição da Dissertação de Mestrado defendida na FLUP em 1995); de Isabel Alexandra Justo Lopes, *Contextos materiais da Morte durante a Idade Média: As necrópoles do Douro Superior*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. policopiada, 2002.

<sup>3</sup> Entre os estudos que, apesar de não se cingirem apenas ao tema das sepulturas escavadas na rocha, estas ocupam um lugar significativo, salientemos os trabalhos de Ricardo Teixeira, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. policopiada, 1996; de Marina Afonso Vieira, *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Lisboa, IPA, 2004 (edição da Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2001); de Sandra Lourenço, *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*, Lisboa, IPA, 2006 (edição da Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2006); e de Maria José Mendes da Costa Ferreira dos Santos, “A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de Ocupação do Território (875-1308)”, in *História Local*, vol. 10 dos *Cadernos do Museu*, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2005, pp. 5-100 + CD (Inventário e Cartografia) (edição da Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2004).

O estudo das sepulturas abertas na rocha constitui um dos magnos problemas da Arqueologia Medieval peninsular. A natureza deste tipo de cemitérios dificulta sobremaneira as investigações, pelo desaparecimento, na larga maioria dos casos, do seu contexto estratigráfico. No Entre Douro e Minho quase todos os exemplos de sepulturas rupestres que se conhecem são procedentes de prospecções de superfície, quedando os sepulcros violados e expostos. A única excepção é o caso do Convento de St.<sup>a</sup> Marinha da Costa (Guimarães), onde as escavações ali efectuadas entre 1979 e 1983 revelaram vários tipos de enterramentos, respeitantes a diferentes épocas que se documentam naquele monumento, contando-se entre elas algumas sepulturas trabalhadas no afloramento. No entanto, são muito escassas as escavações que, no Entre Douro e Minho, nos revelaram cemitérios rupestres não violados, selados por vários estratos suficientemente elucidativos do ponto de vista cronológico. Mesmo no caso do Convento da costa, a fraca potência estratigráfica registada no local veio dificultar conclusões mais precisas. Registamos, para o Entre Douro e Minho, diferentes tipologias de enterramentos mas não possuímos elementos que nos ajudem a estabelecer o seu quadro evolutivo. De igual modo, o seu âmbito cronológico encontra-se por precisar nesta região. Sabemos, grosso modo, a época a que devem corresponder mas ainda não somos capazes de avaliar correctamente a importância de factores regionais. Assim, os únicos elementos de que podemos dispor dizem respeito a uma inventariação, tão exaustiva quanto nos foi possível, a uma ordenação de carácter tipológico, sempre demasiado contingente, e à articulação dos parques elementos disponíveis com os dados conhecidos na vizinha Espanha. Estes elementos podem ser completados com que nos revelam a articulação dos cemitérios com as estruturas arquitectónicas (na sua larga maioria posteriores) e com o que a documentação coeva nos ensina sobre a progressão do movimento da Reconquista cristã no Noroeste Peninsular.

## AS PRIMEIRAS PROPOSTAS CRONOLÓGICAS

Das dificuldades inerentes ao estudo destas sepulturas são um bom retrato as diferentes propostas cronológicas que ao longo do último século têm sido aventadas. Aliás, a situação em Portugal não se distancia muito da espanhola, onde, antes dos trabalhos decisivos de Alberto del Castillo durante a época de 60 e a primeira metade dos anos 70 do século XX, se defenderam propostas cronológicas tão díspares que colocavam estes monumentos na época ibérica, céltica, romana ou medieval<sup>4</sup>.

A primeira notícia que se conhece respeitante a sepulturas escavadas na rocha data de inícios do século XIX e diz respeito à zona da Catalunha. Em 1808, Alexandre de Laborde publicou, em Paris, o seu *Voyage Pittoresque et Historique en Espagne*, onde, na Estampa XLI, reproduz as sepulturas de Olérdola (Alt Penedès, Catalunha). Essa representação não é inteiramente fiel nem às tipologias dos enterramentos nem à sua disposição espacial. Trata-se de uma figuração gráfica evocativa, que adulterou voluntariamente a realidade em proveito de uma maior elucidação do público<sup>5</sup>. O impacto causado por esta referência de Laborde estaria na origem de uma das mais difundidas designações utilizadas para as sepulturas antropomórficas abertas na rocha, elevando Olérdola a estação epónima. Ainda hoje vários investigadores espanhóis se reportam a este tipo de tumulações denominando-as “sepulturas olerdolanas”, designação que peca por ser excessivamente particularizante<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Veja-se, por exemplo, Katja Kliemann, *Un aspecte de les necropolis medievals: les sepultures antropomorfes a Catalunya*, Tese de Licenciatura, Barcelona, ed. policopiada, 1986, vol. I, pp. 8 e 10-24, onde se faz um balanço sobre este aspecto, recenseando-se as posições assumidas por vários investigadores ao longo da segunda metade do século XIX e no nosso século. Entre aqueles que as consideraram célticas ou ibéricas contam-se Mila i Fontanals, E. Hübner, Martorell y Peña, Pleyan i Porta, e outros. Consideraram-nas cristãs Botet i Sisó, Bufarull i Brocà, A. de Trueba, Zobel, Amador de los Rios, Fernandez Guerra, A. del Castillo Lopez, entre outros.

<sup>5</sup> Cf. E. Ripoll Perelló, *Olérdola. Historia de la ciudad y Guia del conjunto monumental y Museo Monográfico*, Barcelona, Diputació Provincial, 1977, p. 10-11 e Lam. IV, e Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 6-7.

<sup>6</sup> A elevação de Olérdola a estação epónima verificou-se quando, na sequência do impacto a obra de Laborde, Manuel Millá i Fontanals publicou os “Apuntes históricos sobre Olérdola”, *Memórias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, tomo II,

Em Portugal, entre as primeiras referências que conhecemos conta-se uma de Simão Rodrigues Ferreira, inserta nos *Apontamentos para a história topographica de Penafiel*, publicados em 1864<sup>7</sup>. Neles, Rodrigues Ferreira dava uma primeira notícia das sepulturas da “Portella do Forno de Mouros” (Portela de St.<sup>a</sup> Marta, nas imediações do conhecido dólmen de St.<sup>a</sup> Marta), considerando-as romanas<sup>8</sup>. A mesma classificação cronológica seria defendida, anos mais tarde, por Santos Rocha quando, em 1901, dava a conhecer as sepulturas rupestres da Portela, perto de Alfarelos (Montemor-o-Velho)<sup>9</sup>. Aristides de Amorim Girão, em 1933, chegaria mesmo a considerá-las como proto-históricas<sup>10</sup>, tal como, alguns anos antes, o defendera Augusto Filipe Simões<sup>11</sup>. Para Amorim Girão seria necessário estabelecer uma distinção “entre sepulturas antropomórficas abertas às vezes muito toscamente em saibro rijo ou rocha viva, e sepulturas da mesma forma, embora mais aperfeiçoadas, abertas em pedra volante. As primeiras são, por via de regra, mais antigas, e relacionam-se geralmente com núcleos de população proto-histórica, vizinhos dos locais onde se encontram; as segundas remontam quais sempre a tempos mais recentes, e pertencem em muitos casos à Idade Média.”<sup>12</sup>.

Francisco Martins Sarmiento pode-se incluir entre os primeiros estudiosos que, em Portugal, defenderam uma cronologia pós-romana para este tipo de enterramentos. Em Maio de 1882, em carta endereçada a J. Leite de Vasconcelos, o arqueólogo vimaranense entendia que pelo facto de essas sepulturas se encontrarem ausentes dos castros e de revelarem, pela dimensão e forma, a prática da inumação, seriam já de época posterior ao domínio romano, sofrendo influências cristãs<sup>13</sup>. No entanto, Martins Sarmiento parecia inclinar-se para que estas necrópoles fossem do período paleocristão ou de época ligeiramente posterior, não suspeitando, ainda, que a sua cronologia viesse globalmente, a avançar até aos tempos da Reconquista. Em 1883, em carta endereçada a Leite de Vasconcelos, considerava as sepulturas rupestres como testemunho de um período de transição para o cristianismo<sup>14</sup>. No entanto, a sua convicção não parecia estar ainda muito segura já que, poucos meses antes, em epístola para o Pe. Joaquim Pedrosa, ele sublinhava quanto enigmáticas eram, para si, essas sepulturas, admitindo que a notícia que o Pe. Pedrosa lhe transmitira em carta precedente, revelando o achado de moedas romanas numa sepultura em Burgães (St.<sup>a</sup> Tirso), podia ser significativo para a definição cronológica destes moimentos<sup>15</sup>.

José Leite de Vasconcelos, a quem Martins Sarmiento por diversas vezes confiou a sua opinião, nunca chegaria a ter uma posição suficientemente clara sobre o assunto. Comentando a posição de Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos reconheceria que ela tinha algum fundamento mas sublinhava que a presença de sepulturas rupestres longe de templos cristãos e em locais onde ocorriam fragmentos de tégula parecia ser contrária a essa hipótese<sup>16</sup>. Treze anos

---

Barcelona, 1855, pp. 505-528. A aceitação desta nomenclatura para as sepulturas escavadas na rocha com contorno antropomórfico levaria a que o costume se generalizasse a quase toda a Espanha. Repare-se que quando em 1968 o Prof. Alberto del Castillo apresentou o seu decisivo trabalho ao XI Congresso Nacional de Arqueologia, em Mérida, o designou de “Cronología de las tumbas llamadas ‘Olerdolanas’” (*Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología*, Mérida 1968, pp. 835-845). Katja Kliemann haveria de por em causa esta designação, considerando-a “*mania localista i poc historica a’anomenar periodos o tipologies pel lloc on s’han trobat per primera vegada o amb més frequència*” (op. cit., 1986, p. 6), preferindo a designação de sepulturas antropomórficas, *tout court*, o que também consideramos mais correcto.

<sup>7</sup> In *O Século XIX*, nº. 6, Penafiel, 1864.

<sup>8</sup> Citado por José Leite de Vasconcelos, “Noticias archeológicas de Penafiel”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. I, Lisboa, 1895, p. 16. Os apontamentos de Simão Rodrigues Ferreira foram entretanto publicados: Simão Rodrigues Ferreira, “Apontamentos para a História Topográfica de Penafiel (1)”, *Penafiel – Boletim Municipal de Cultura*, III Série, nº 6/7, Penafiel 1991-92, pp. 223-245, estando a referida passagem na p. 224.

<sup>9</sup> Santos Rocha, “Sepulturas abertas em rocha viva”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. VI, Lisboa, 1901, p. 79-80.

<sup>10</sup> Aristides Amorim Girão, “Sepulturas antropomórficas abertas em rocha”, *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, 1933, p. 122-124.

<sup>11</sup> Referido por Martins Sarmiento a Leite de Vasconcelos (Cf. José Leite de Vasconcelos, “Correspondência de F. Martins Sarmiento”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. VI, Lisboa, 1901, p. 46) e citado por Vergílio Correia, “O cemitério Medieval da Sé Velha”, *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, p. 102.

<sup>12</sup> Aristides Amorim Girão, op. cit., 1933, p. 123.

<sup>13</sup> José Leite de Vasconcelos, op. cit., 1901, p. 175.

<sup>14</sup> José Leite de Vasconcelos, op. cit., 1901, p. 46.

<sup>15</sup> Augusto César Pires de Lima, “A correspondência Martins Sarmiento – Pe. Joaquim Pedrosa”, Guimarães, 1940, p. 28 (separata da *Revista de Guimarães*, vol. L, Guimarães, 1940).

<sup>16</sup> Cf. José Leite de Vasconcelos, “Notas Archeológicas. 1. Sepulturas abertas em Rocha”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. I, Lisboa, 1895, p. 189.

mais tarde, na sua extensa recensão crítica à *Portugalia*, e a propósito do trabalho de Rocha Peixoto nela inserto, reportar-se-ia a uma sepultura rupestre da Zambulheira (freg. de Cabeça Boa), nas imediações da ribeira de Vilarica, onde fora detectada uma inscrição, “VIVI”, o que lhe mereceu diversas considerações. Defendeu então que a inscrição seria paleocristã e que vinha contribuir para a resolução do problema cronológico dos cemitérios rupestres<sup>17</sup>. Em nota, e demarcando-se uma vez mais, da posição defendida por Rocha Peixoto, Leite de Vasconcelos acabaria por defender que os sarcófagos cristãos teriam como modelo os seus congêneres de época romana e que as sepulturas abertas na rocha encontrariam os seus paralelos mais próximos nas Catacumbas de Roma.

A posição defendida por Rocha Peixoto nas páginas da *Portugalia*, e que mereceu o comentário de Leite de Vasconcelos, havia sido cautelosamente vaga. Escrevera aquele arqueólogo que “*A época a que pertencem as sepulturas abertas em pedra, avulsas ou na rocha natural, tem sido e continuará a ser matéria em debate, mercê do mutismo epigráfico ou figurativo em que se exibem. As variadas circunstâncias e condições locais parece legitimar a atribuição a tempos romanos, nuns casos, aos primeiros tempos cristãos, noutros.*”<sup>18</sup>.

Não se tratava, portanto, de uma posição nem demasiado controversa para a época, nem excessivamente estranha às que, num passado bem recente, o próprio Leite de Vasconcelos defendera.

Melhor intuição revelara Félix Alves Pereira, autor de alguns dos melhores trabalhos que, na sua época, se escreveram sobre sepulturas medievais de Entre Douro e Minho. Logo em 1904, a propósito das sepulturas rupestres de Penafiel, declarava a sua convicção de que elas seriam posteriores à época romana “*e não pouco*”<sup>19</sup>. Surgida sem qualquer argumentação a alicerçá-la, esta afirmação contrastava fortemente com o que outros autores, nos inícios do século, vinham defendendo. Em 1929 Félix Alves Pereira haveria de voltar a expressar a sua opinião de que elas tinham sido utilizadas durante toda a Idade Média, “*desde a mais alta até à mais tardia, pelo menos*”<sup>20</sup>. Num outro trabalho inserto no mesmo volume do *Arqueólogo Português*, este autor considerava que as sepulturas rupestres eram pós-romanas e estariam em uso pelo menos desde os séculos V-VI. Para o limite temporal da sua utilização acrescentaria que “*em Portugal há também igrejas românicas rodeadas de sepulturas cavadas no lajedo do solo, indubitavelmente anteriores umas, coevas outras.*”<sup>21</sup>.

Segundo se depreende do texto, Félix Alves Pereira considerava que as sepulturas trapezoidais seriam mais antigas, por se encontrarem mais próximas dos seus protótipos das Catacumbas<sup>22</sup>, enquanto as de silhueta antropomórfica seriam mais tardias. Nas suas palavras, a “*identidade de forma entre as cavidades subjacentes ou contíguas às igrejas românicas e anteriores a elas e as sepulturas propriamente rupestres permite afirmar que se trata de uma mesma série sepulcrológica, mais ou menos extensa na ordem dos tempos. Ora ninguém ousará supor que tenham sido romanas, isto é, pagãs, as cavidades a que primeiramente me refiro e que bem poderemos chamar pre-românicas.(...) atribuir pois as sepulturas rupestres desta região a uma sepulcrológica diferente da cristã seria enjeitar a homogeneidade e uniformidade, que me parecem irrecusáveis, daquela série.*”<sup>23</sup>.

<sup>17</sup> Cf. José Leite de Vasconcelos, “Bibliographia. Portugália, Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez (Recensão Crítica)”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XI, Lisboa, 1907, p. 370.

<sup>18</sup> Rocha Peixoto, “Sepulturas abertas em rocha”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, pp. 369-373.

<sup>19</sup> Cf. Félix Alves Pereira, “Antiguidades de Vianna do Alentejo. 4. Antiguidade do cemitério”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. X, Lisboa, 1905, p. 19.

<sup>20</sup> Félix Alves Pereira, “Rascunhos de velharias de Entre-Lima-e-Minho. 16. Duas sepulturas rupestres”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, p. 155.

<sup>21</sup> Cf. Félix Alves Pereira, “Jornadas de um curioso pelas margens do Lima. 1. Sepulturas rupestres de S. Simão, de S. Gião e de Sanjamondes”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, p. 13.

<sup>22</sup> Félix Alves Pereira, “Jornadas de um curioso pelas margens do Lima.”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, pp. 10-11.

<sup>23</sup> Félix Alves Pereira, “Jornadas de um curioso pelas margens do Lima.”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, pp. 11-12.

Félix Alves Pereira seria, assim, dos primeiros autores portugueses a ter consciência clara de que os sepulcros rupestres comportavam em si uma diacronia vasta, o suficiente para abarcar a quase totalidade dos tempos medievos, e que seria possível estabelecer uma correspondência entre a evolução tipológica e cronológica. O seu primeiro intento neste sentido não se apresentava, de resto, totalmente desprovido de realismo.

No decorrer do ano de 1934, dois importantes estudos vieram a público em Portugal, pela mão de dois vultos que, tal como Félix Alves Pereira, marcaram de forma singular os estudos arqueológico-artísticos da Idade Média portuguesa: Manuel de Aguiar Barreiros e Vergílio Correia.

O Cônego Aguiar Barreiros, ao debruçar-se sobre a igreja moçárabe de S. Pedro de Lourosa, encontrou-se perante um dos exemplos mais importantes de uma necrópole rupestre portuguesa, com a possibilidade de estabelecer relação com uma estrutura arquitectónica bem datada. No entanto, apenas lhe dedicou algumas escassas linhas do seu trabalho monográfico onde, aliás, o discurso nos deixa algumas dúvidas interpretativas. Ao considerar que o templo de Lourosa se erguia no espaço de um “*cemitério bárbaro*”<sup>24</sup>, Aguiar Barreiros considerou a necrópole de Lourosa como anterior ao templo que tinha sido sagrado em 912, conforme garantia uma epígrafe de sagração aparecida aquando dos restauros da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A sua classificação de “*cemitério bárbaro*” parece indicar que Aguiar Barreiros se inclinava a considerar as sepulturas antropomórficas de Lourosa como vestígios de uma necrópole visigótica, mas não é suficientemente clara para dissipar todas as dúvidas. Se assim era, a opinião Aguiar Barreiros parece concordante com a de D. José Pessanha, outro estudioso daquele importante monumento beirão<sup>25</sup>. Pena é que, tanto um como outro, não nos tenham legado estudos mais detalhados sobre esta importante necrópole. Desconhece-se o número exacto de sepulturas e suas tipologias, e a possibilidade de as relacionar com a estrutura moçárabe merecia uma análise mais profunda, tanto mais que, se se viesse a confirmar a anterioridade de algumas sepulturas antropomórficas em relação ao ano de 912, isso seria um elemento particularmente importante para Portugal.

Estudo mais detalhado mereceu de Vergílio Correia a necrópole da Sé conimbricense. Nele o autor tece algumas considerações a propósito da Igreja de Lourosa, defendendo posição distinta da de Aguiar Barreiros. Segundo aí afirmava, a necrópole de Lourosa comportaria cerca de 15 sepulturas, e algumas delas encontravam-se parcialmente sobrepostas pelo campanário gótico do templo. Acrescentava que “*tinhamos aqui uma balizagem segura, visto que as fossas sepulcrais eram anteriores à gótica espadana das sineiras, e julgava eu, posteriores à igreja, datada de 910*” [sic]<sup>26</sup>.

Vergílio Correia retomava, deste modo, o cemitério de Lourosa, a que já tinha dedicado algumas considerações num estudo sobre o templo publicado em 1912, onde, para além de alguns pormenores tipológicos, revelava que os moimentos se encontravam orientados E-O. Mas, curiosamente, nesse primeiro trabalho, V. Correia considerava que a necrópole era anterior ao templo moçárabe: “*como todos parecem sahir de sob as paredes da igreja é natural a pré-existência do cemitério, sendo o templo edificado sobre ele muito posteriormente.*”<sup>27</sup>.

No mesmo texto, Vergílio Correia defendia a opinião de que as sepulturas rupestres já tinham sido utilizadas pelos romanos, prolongando-se a sua manufactura pelos tempos visigóticos e chegando até épocas mais tardias<sup>28</sup>.

No estudo sobre a necrópole da Sé de Coimbra, Vergílio Correia defendia a anterioridade das sepulturas abertas nos afloramentos em torno da Sé em relação à fachada do templo, “*concluída durante o último quartel do século XII*”<sup>29</sup>. A sua argumentação podia permitir, através da análise

<sup>24</sup> Manuel de Aguiar Barreiros, *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1934, p. 37.

<sup>25</sup> D. José Pessanha, “A Igreja de Lourosa”, *Revista de Arqueologia*, vol.1, Lisboa, 1932-1934, pp. 10 e 44.

<sup>26</sup> Vergílio Correia, “O Cemitério medieval da Sé Velha”, *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, p. 101.

<sup>27</sup> Vergílio Correia, *Notas de Arqueologia. A Igreja de Lourosa da Serra da Estrela*, Lisboa, 1912, p. 7, referindo-se às sepulturas do lado direito da Igreja. Sobre as características dos sepulcros veja-se op. cit., p. 6.

<sup>28</sup> Vergílio Correia, op. cit., Lisboa, 1912, p. 6.

<sup>29</sup> Vergílio Correia, “O Cemitério medieval da Sé Velha”, *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, p. 100.

destes dois exemplos, uma delimitação das sepulturas antropomórficas abertas na rocha entre os inícios do século X e os fins do século XII, no que não se afastaria muito daquela que parece ser, hoje, a opinião mais generalizada. No entanto, V. Correia acabaria apenas por afirmar a medievalidade dos monumentos, sem entrar em grandes pormenores cronológicos<sup>30</sup>.

A mesma convicção do carácter tardio deste tipo de enterramentos perfilhava, em 1940, António Cruz. Em comunicação apresentada ao Congresso do Mundo Português, e ao analisar o cemitério que, entre 1933 e 1939, foi posto a descoberto junto ao portal principal da Sé do Porto, escreveria: “*Quanto à sua cronologia essa foi revelada pelo aparecimento de moedas em algumas delas. Essas moedas são de D. Deniz e de Afonso V. As sepulturas antropomórficas do cemitério do morro da Pena Ventosa, junto da Sé do Porto, permitem-nos concluir que a sua utilização se verificou pelo menos até ao século XV*”<sup>31</sup>.

O estudo então apresentado é, infelizmente, bastante incompleto. Não sabemos o número total de sepulturas aparecidas e não foi facultada uma planta geral da necrópole. Também se torna difícil destrinçar as sepulturas que já haviam aparecido em 1933, e que foram alvo de um estudo de Artur de Magalhães Basto<sup>32</sup>, dos novos enterramentos cuja ocorrência se ficou a dever a obra de reordenação urbana nas imediações da catedral portuense. Apenas se registou que em alguns casos, quando as sepulturas ultrapassavam a superfície do afloramento, a sua caixa era definida com o auxílio de elementos pétreos reaproveitados, entre os quais se contavam algumas estelas discóides<sup>33</sup>. No entanto, desses elementos nada nos ficou: o registo gráfico não foi publicado e o levantamento fotográfico é manifestamente insuficiente. De igual modo desconhecemos o número total de moedas aparecidas, a sua classificação e a sua relação com as sepulturas, de cuja tipologia sabemos apenas serem antropomórficas. Se é certo que as fotografias publicadas por António Cruz nos apresentam sepulcros de contorno antropomórfico, com as cabeceiras de arco peraltado, não podemos esquecer que a planta parcial publicada por Artur de Magalhães Basto após os achados de 1933 mostra três sepulturas não antropomórficas<sup>34</sup>. De resto, o estudo de António Cruz em pouco veio acrescentar o que, sobre o assunto, haviam escrito Magalhães Basto e Mendes Corrêa. Acompanhando de perto a argumentação de Vergílio Correia<sup>35</sup>, António Cruz acabaria por perfilhar a opinião manifestada por Mendes Corrêa<sup>36</sup>.

Após um largo período em que se defenderam posições contraditórias e realçaram as dificuldades para se chegar a uma conclusão sobre a cronologia das sepulturas escavadas na rocha, parecia ter-se finalmente alcançado um consenso nos meios científicos nacionais: pela mão de diversos autores, e alicerçada em argumentos distintos, encontrava-se determinada a medievalidade dos sepulcros rupestres. No entanto, o assunto não estava, ainda, isento de polémica. Anos mais tarde, já em plena década de ‘60, Fernando Lanhas e D. Domingos de Pinho Brandão atribuíram sepulturas análogas ao “*período luso-romano? época posterior*”<sup>37</sup>, ou classificavam-nas como “*proto-cristãs, pós-romanas (100 a.C. a 500 d.C.)? medievais?*”<sup>38</sup>. Recentemente, Carlos Alberto F. de Almeida sugeriu a possibilidade de algumas sepulturas rupestres remontarem, já, à época paleocristã, tendo em mente os casos de St.<sup>a</sup> Leocádia de Baião, de

<sup>30</sup> Vergílio Correia, “O Cemitério medieval da Sé Velha”, *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, p. 102.

<sup>31</sup> António Cruz, “A cronologia das sepulturas cavadas na rocha”, *Actas do Congresso do Mundo Português*, vol. I, Lisboa, 1940, p. 591.

<sup>32</sup> Série de artigos publicados em “Falam Velhos Manuscritos...”, e reunidos na obra *Sumário de Antiguidades da Mui Nobre Cidade do Porto*, Porto, 1963, pp. 103-133.

<sup>33</sup> António Cruz, op. cit., Lisboa, 1940, p. 591.

<sup>34</sup> António Cruz, op. cit., Lisboa, 1940, fot. 1; Magalhães Basto, op. cit., 1963, p. 108, fig. 8.

<sup>35</sup> António Cruz, op. cit., Lisboa, 1940, p. 589-590; Vergílio Correia, “O Cemitério medieval da Sé Velha”, *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, p. 102.

<sup>36</sup> A. A. Mendes Correa, “Fontes Antiquitatum Portucalensium”, *Boletim Cultural*, vol. III, fasc. 2, Porto, C. M. P., 1940, pp. 188-189.

<sup>37</sup> Fernando Lanhas e D. Domingos Pinho Brandão, “Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico – Parcela 135-2”, *Revista de Etnografia*, vol. VIII, tomo 1, Porto, 1967, p. 46.

<sup>38</sup> Fernando Lanhas e D. Domingos Pinho Brandão, “Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico – Parcela 124-6”, *Revista de Etnografia*, vol. IV, tomo 2, Porto, 1965, p. 300.

Frende e de Covelinhas<sup>39</sup>. O caso da sepultura da necrópole tardo-romana de St.<sup>a</sup> Leocádia de Baião, meia aberta no saibro e meia aberta no granito, não nos parece tão significativo quanto seria de desejar, já que o seu exemplo isolado, no contexto das sepulturas componentes da necrópole, surge mais como excepção. Os casos de Covelinhas e de Frende já foram analisados quando nos reportámos às tampas de sepultura decoradas com mosaico, fenómeno paleocristão que se assinala na bacia hidrográfica do Douro<sup>40</sup>. A referência a sepulturas rupestres em Covelinhas é excessivamente confusa para a podermos encarar sem reservas<sup>41</sup>, e o caso de Frende não foi concludentemente esclarecido quando ali se realizaram escavações em 1973<sup>42</sup>. Como já tivemos oportunidade de dizer, cremos que as sepulturas rupestres de Frende não estão em relação com a tampa musivária paleocristã, sendo provável que esta se encontrasse associada a enterramentos idênticos aos nºs. 1, 4 a 5 de 1973<sup>43</sup>.

Em 1976 Alberto Correia, ao publicar as sepulturas rupestres do concelho de Sernancelhe<sup>44</sup>, ainda perfilhava as teorias de Amorim Girão, contrariando a medievalidade evidente destes sepulcros e defendendo uma cronologia dentro da Idade do Bronze (!). Para este autor, o concelho de Sernancelhe possuiria duas necrópoles rupestres “paleocristãs”, jazendo sob as igrejas românicas de Sernancelhe e de Fonte Arcada, testemunho da existência de moimentos rupestres nos inícios da Idade Média. No entanto, porque as considerou “paleocristãs” não as incluiu no seu inventário onde apenas contempla as sepulturas rupestres que interpreta como “proto-históricas”. Nele escreve, à laia de conclusão: “*Não aceitamos a tese dos que atestam a sua medievalidade ou mesmo a época pós-romana, ampla e logo imprecisa, não só porque alegam falsas analogias com sepulturas cavadas em qualquer marco miliário romano, com as “arcas” dos claustros das nossas catedrais, ou a orientação E-W das campas cristãs que erradamente filiam na religião romana. Podem, sem dúvida, ser coetâneas da primeira dominação romana, mas pertencem à mais recuada proto-história, por toda ela se tendo perpetuado e porventura desenvolvido até quando as técnicas romanas dos metias permitiram ser mais fácil trabalhar a pedra.*”<sup>45</sup>.

E acrescenta: “*Finalmente cremos que esta forma de sepultura não será originária da região portuguesa, nem mesmo autóctone da Península, tendo a esta chegado com os metalúrgicos do Bronze, por via marítima, alargando-se daqui à região portuguesa onde floresceu extraordinariamente na parte centro e norte, alimentada pelas especiais condições aqui existentes.*”<sup>46</sup>.

Cremos que esta posição, herdeira das velhas teorias dos fins do século XIX, altura em que reinava total desorientação entre os investigadores face a este tipo de sepulcros, se torna injustificável perante os conhecimentos actuais.

## A TEORIA DE ALBERTO DEL CASTILLO

Quando nos fins da década de 50 do século XX, o professor Alberto del Castillo se começou a interessar pela Arqueologia Medieval, coincidindo com a deslocação para a Universidade de Barce-

<sup>39</sup> Carlos Alberto F. de Almeida, “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, Porto, 1973, p. 20 e nota 72 (Separata de *Revista da Faculdade de Letras, Série de História*, vol. III, Porto, 1973); idem, “Sondagens Arqueológicas em Frende (Baião)”, *Archeologica Opuscula*, Vol. I, Porto, 1975, p. 38.

<sup>40</sup> Vd. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas medievais de Entre Douro e Minho (Séculos V a XV)*, Porto, ed. policopiada, 1987, pp. 47-49.

<sup>41</sup> F. Russel Cortez, “Mosaicos Romanos no Douro”, Porto, 1946, p. 28 (separata de *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, vol. 7, Porto, 1946).

<sup>42</sup> Carlos Alberto F. de Almeida, “Sondagens Arqueológicas em Frende (Baião)”, *Archeologica Opuscula*, Vol. I, Porto, 1975, pp. 29-39; veja-se o que sobre o assunto consagramos neste trabalho (*Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre Douro e Minho (Séculos V a XV)*, Porto, 1987, pp. 47 e ss.), e em “Notas sobre a ocupação medieval em Baião”, *Arqueologia*, vol. 10, Porto, 1984, pp. 119-120.

<sup>43</sup> Carlos Alberto F. de Almeida, “Sondagens Arqueológicas em Frende (Baião)”, *Archeologica Opuscula*, vol. I, Porto, 1975, p. 38; Mário Jorge Barroca, “Notas sobre a ocupação medieval em Baião”, *Arqueologia*, vol. 10, Porto, 1984, p. 119.

<sup>44</sup> Alberto Correia, “Sepulturas cavadas em rocha no concelho de Sernancelhe”, Viseu, Ed. Junta Distrital de Viseu, 1976 (Separata de *Beira Alta*, Viseu, 1976).

<sup>45</sup> Alberto Correia, op. cit., 1976, p. 40.

<sup>46</sup> Alberto Correia, op. cit., 1976, p. 40.

lona, desde cedo a sua atenção se centrou nas sepulturas escavadas na rocha. Durante quase década e meia haveria de se dedicar a este tipo de estações arqueológicas, tendo intervindo em alguns dos mais importantes cemitérios rupestres, sobretudo na zona da Catalunha, Navarra e Aragão. Do seu labor resultaram dois textos ainda hoje fundamentais para quem tente abordar a problemática das sepulturas abertas na rocha, e que constituíram, na altura, uma pedra basilar na Arqueologia Medieval peninsular e um notável avanço sobre tudo o que até então havia sido consagrado a esses cemitérios. Referimo-nos à *Cronología de las tumbas llamadas 'olerdolanas'*, artigo saído em 1968, e ao seu livro *Excavaciones Altomedievales en las Provincias de Soria, Logroño y Burgos*, publicado em 1972. Qualquer das obras haveria de deixar profundo estigma, patente em quase todos os trabalhos que, subordinados a este tema, foram publicados desde então.

Para Alberto del Castillo a evolução tipológica dos sepulcros rupestres acompanharia a progressão cronológica. As sepulturas mais antigas, de contorno ovalado ou, como alguns autores preferem designar, “tipo banheira”, seriam exemplares mais remotos, com uma origem que se deveria situar por volta do século VII, senão mesmo antes. As sepulturas rupestres de contorno antropomórfico, pelo contrário, seriam uma manifestação típica do período da Reconquista cristã.

*“Esta forma de tumbas parece privativa hispânica y hay que situarla en relación con la Reconquista y la Repoblación. Conocemos tumbas excavadas en la roca de época tardo-romana y visigótica. Pero son de forma rectangular o de bañera, no antropomorfas.”<sup>47</sup>.*

Um dos principais argumentos evocados por Castillo para colocar o início das sepulturas ovaladas no século VII seria o de Sant Vicens de Obiols, onde em 1960, no interior de uma sepultura dessa tipologia, aparecera um triente de Egípcia (687-702). Acrescentava Castillo:

*“Cierto que la sepultura habia sido violada y no habia en ella más que dicha moneda, pero hay que admitir que la pieza de oro quedó en el rincón del fondo protegida por el muro que se construyó encima de ella en época posterior. Hay que creerla, pues, de la misma época del enterramiento, fruto de la creencia pagana, prolongada en época visigoda, del pago al barquero Caronte por el viaje al más allá.”<sup>48</sup>.*

Durante o período da Reconquista a evolução tipológica ter-se-ia realizado no sentido de se alcançar um contorno antropomórfico, primeiro assimétrico, assinalando-se apenas o “ombro” esquerdo. Esses primeiros passos já seriam sensíveis em meados do século IX. Quando se alcançam os inícios do século X o perfil da cabeceira já se encontraria assinalado, e as sepulturas teriam atingido uma simetria axial quase perfeita, com os dois “ombros” devidamente assinalados<sup>49</sup>. Assiste-se, então, a uma diversificação de soluções ao nível do antropomorfismo, sobretudo com dois grandes grupos: cabeceiras de arco ultrapassado, ou em ferradura, e cabeceiras de contorno trapezoidal ou anguloso, em que os três lados do trapézio se apresentam quase rectificadas. Castillo haveria de designar estas últimas por “tipo catalão” ou Oriental, afirmando a sua predominância na área da Catalunha, tendo por base os exemplos de Santa Creu de Jutglar e de Castellot de Viver<sup>50</sup>. Pelo contrário, as cabeceiras de arco ultrapassado, que designaria por “tipo Ocidental”, seriam predominantes nas zonas a Ocidente da Catalunha, em Navarra, Aragão e Castela.

Ao longo do seu estudo de 1968, Castillo procurou provar que as sepulturas antropomórficas abertas na rocha seriam um fenómeno atribuível sobretudo ao século X. Para tal baseava-se

<sup>47</sup> Alberto del Castillo, “Cronología de las tumbas llamadas ‘olerdolanas’”, *Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, 1968, p. 838.

<sup>48</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1968, p. 838.

<sup>49</sup> Manuel Riu, “La Arqueología Medieval en España”, *Manual de Arqueología Medieval. De la prospección a la historia*, Barcelona, Teide/Base, 1977, p. 455.

<sup>50</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1968, p. 837 e 839.

nos elementos fornecidos por sete cemitérios: El Castellot de Viver, que atribuiu ao século X; Santa Creu de Jutglar, que considerou datável entre os primeiros anos do século X e os inícios da centúria seguinte; Olérdola, com as suas duas necrópoles, ambas posteriores a 929 e anteriores aos meados do século XII; Uncastillo, igualmente dentro do século X; Duruelo de la Sierra, cujas sepulturas teriam de ser enquadradas entre o reinado de Afonso III (866-909) e o governo do Conde Fernan González (c. 930-970); Revenga, com enterramentos nunca anteriores ao reinado de Afonso III e provavelmente século X, a julgar pela conexão com elementos arquitectónicos pré-românicos do templo, podendo, no entanto, avançar até meados do século XI; e Cuyacabras, igualmente do século X. Concluía: “*En unos casos, la duración de las necrópolis con tumbas olerdolanas ha podido ser breve o relativamente breve. Tal en Viver, Santa Creu de Jutglar, Murillo de Gállego, Uncastillo y Duruelo de la Sierra. Viver, Murillo de Gállego y Uncastillo no servieron más de necrópolis. Santa Creu y Duruelo tuvieron necrópolis posteriores, de los siglos IX, XII y aun quizá del XIII, pero ignorando la de tumbas olerdolanas del X. Las grandes necrópolis del alto Arlanza – Revenga y Cuyacabras – con su centenar y medio de tumbas olerdolanas, de un tipo cuya evolución hacia la forma de sarcófago puede seguirse, parecen haber tenido una duración que sobrepasa bastante el siglo X. En ambos casos, el lugar se abandona bruscamente y queda despoblado, perdiéndose la memoria de su existencia.*”<sup>51</sup>.

Do seu texto depreende-se que, para Castillo, os dois tipos de cabeceira – ocidental e oriental – conviviam no tempo, sendo apenas a exteriorização de tendências regionais sem qualquer valor cronológico.

Para Castillo, as necrópoles de Duruelo de la Sierra, Revenga e Cuyacabras, particularmente extensas, seriam de incluir num núcleo mais vasto, onde as cabeceiras de tipo ocidental predominavam.

*“El número de necrópolis del corredor del alto Duero y del alto Arlanza, al sur de la Sierra Cebollera, de Urbión y de la Demanda, es el más denso de España. Puedo anticipar que se trata de ganaderos, probablemente vascones, y con una presencia, en ocasiones masivas, de población mozárabe.”*<sup>52</sup>.

Quando em 1972 retoma as grandes necrópoles rupestres de tipo ocidental, a perspectiva não parecia ter-se alterado muito. Castillo consideraria a necrópole de Duruelo de la Sierra (Sória), com as suas oitenta sepulturas, como do último terço do século IX, prolongando-se a sua utilização por quase todo o século X<sup>53</sup>. Sobre ela foram detectados dois níveis de enterramentos posteriores, um com sepulturas de pedras avulsas, do tipo “cista”, que classificaria do século XI, outro com sarcófagos antropomórficos talhados em pedra volante, atribuível aos séculos XII-XIII<sup>54</sup>. Duruelo apresentaria, assim, uma diacronia semelhante à que fora detectada em Santa Creu de Jutglar<sup>55</sup>. Algo posterior à necrópole rupestre de Duruelo de la Sierra seria o cemitério de Revenga (Burgos), onde se inventariariam 133 sepulturas. Aqui, os sepulcros mais próximos do templo seriam sensivelmente contemporâneos da necrópole soriana, mas as sepulturas periféricas, evidenciando um rebordo para facilitar o encaixe e drenagem das águas pluviais, teriam de corresponder a uma fase algo posterior. Esta última fase do cemitério de Revenga corresponderia à primeira fase da necrópole de Cuyacabras (Burgos), sendo ambas de incluir na segunda metade de século X<sup>56</sup>. A necrópole de Cuyacabras, a maior de todas, com 175 sepulturas, comportaria igualmente uma

<sup>51</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1968, p. 845.

<sup>52</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1968, p. 842.

<sup>53</sup> Alberto del Castillo, “Excavaciones Altomedievales en las provincias de Sória, Logroño e Burgos”, *Excavaciones Arqueológicas en España*, nº.74, Madrid, 1972, p. 6.

<sup>54</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, pp. 3-4 e 6.

<sup>55</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1968, p. 839; Alberto del Castillo, op. cit., 1972, pp. 5 e 7; J. I. Padilla Lapuente, “La necrópolis de Santa Creu de Joglars (Osona), *Necropolis i sepultures medievals de Catalunya*, Annex 1, Acta Mediaevalia, Barcelona, 1982, pp. 155-176.

<sup>56</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, p. 23.

segunda fase, já do século XI, utilizando ainda sepulturas escavadas no afloramento rochoso. Estas apresentavam-se com um rebordo alto, já muito desprendido da superfície rochosa, numa volumetria que lembra os sarcófagos talhados em blocos autónomos. Por outro lado, estas sepulturas ostentavam igualmente um desnível entre o plano de apoio da cabeça e a cavidade destinada à deposição do corpo, numa melhor adaptação anatómica<sup>57</sup>.

Quer na necrópole de Duruelo de la Sierra quer na de Revenga, Castillo encontrou uma solução de antropomorfismo que se desconhece para Portugal. Algumas sepulturas apresentavam um contorno ovalado na linha de superfície e possuíam uma cavidade subsférica destinada a cabeça, aberta no meio de um dos topos arredondados do sepulcro, sem atingir a superfície da sepultura. Para a necrópole de Revenga, onde o número destas sepulturas era bem menos expressivo do que em Duruelo, Castillo conseguiu determinar uma cronologia relativa, que enquadrava aquela solução na primeira metade do século X, já que essas sepulturas se encontravam no “*sector das sepulturas familiares*”, que o autor atribuiu a essa centúria<sup>58</sup>.

Em Cuyacabras foram identificadas dez sepulturas rupestres abertas em nichos artificiais, solução semelhante à encontrada em San Millan de la Cogolla<sup>59</sup> e interpretada como pertencente a populações moçárabes. De resto, já em 1968 o autor aventara que “*Característica de esta estación (Cuyacabras) es la presencia de tumbas en forma de nichos excavados en la roca y con el interior también antropomorfo. Es un tipo que parece mozárabe. Hay un sector entero de la necrópolis con tumbas de este género, lo que hace pensar en una verdadera colonia mozárabe.*”<sup>60</sup>.

As sepulturas de San Millan de la Cogolla, repartidas por sete covas artificiais com duas a quatro sepulturas cada uma, foram enquadradas por Castillo entre os fins do século X – posteriores a 984, data da sagração do templo pré-românico – e os fins do século XI<sup>61</sup>. Manuel Riu encontrou sepulturas de tipologia idêntica a Cuyacabras e San Millan de la Cogolla em La Esclavitud (Ronda)<sup>62</sup>.

Um dos aspectos mais interessantes nos trabalhos de Castillo foi a constatação da existência de uma orgânica espacial bem definida em certos cemitérios. Em Revenga e Cuyacabras, Castillo encontrou o que haveria de designar por “agrupamentos”, “núcleos” ou “panteões familiares”: a conjugação, claramente individualizada e destacada, de uma sepultura antropomórfica clássica, perfeitamente simétrica, com uma sepultura de tipo ovalado ou “banheira”, formando um par, por vezes rodeado de uma ou várias sepulturas rupestres de reduzidas dimensões, normalmente também ovaladas. Para Castillo estas associações corresponderam a um agregado familiar: a sepultura do varão seria antropomórfica, a da mulher ovalada e as dos filhos igualmente ovaladas<sup>63</sup>. As sepulturas ovaladas, uma tipologia em princípio mais remota e arcaica, perdurariam até épocas mais recentes, embora agora se vissem revestidas de uma intencionalidade bem definida. Apenas quedou por explicar se as sepulturas deste tipo, que com vimos surgiam já no século VII, teriam utilização ininterrupta até ao século X ou se se verificou algum hiato. A ter existido um lapso de tempo considerável durante o qual as sepulturas ovaladas não foram executadas, faltou explicar como foi retomado esse modelo e a partir de que memória.

<sup>57</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, p. 20.

<sup>58</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, p. 12.

<sup>59</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, pp. 39-42; Alberto del Castillo, “La necrópolis de covachas artificiales del Monasterio de uso, pervivencia del sistema de enterramiento eremítico”, *Actas del XIII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, 1975, pp. 967-978.

<sup>60</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1968, p. 844.

<sup>61</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1975, p. 969.

<sup>62</sup> Manuel Riu, “La arqueología de las sepulturas de la Alta Edad Media hispánica”, comunicação apresentada à XIII Semana de Estudios Medievais, Barcelona, 1985.

<sup>63</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1968, p. 843; Alberto del Castillo, op. cit., 1972, pp. 12, 13, 20 e 36. Para além dos exemplos evocados por Castillo, de Revenga, Cuyacabras e Villanueva de Sopotilla, Katja Kliemann regista para a Catalunha os de Esquerda, St. Vicenç de Malla, St. Cugat de Taia, St.ª Maria de Lluçà e St. Boi de Llobregat (K. Kliemann, op. cit., 1986, pp. 125-126), realçando, no entanto, que a teoria de Castillo carece, ainda, de confirmação da Antropologia Física no que diz respeito à sua atribuição das sepulturas antropomórficas a homens e das ovaladas a mulheres (op. cit., 1986, p. 127). É provável que estas associações de túmulos nos espelhem uma opção pela família de tipo nuclear, mas esta interpretação carece de argumentos mais sólidos.

Também no que diz respeito aos enterramentos infantis se verificaram alguns vectores interessantes. Na necrópole de Cuyacabras as sepulturas de crianças encontram-se dispersas por entre os enterramentos destinados a adultos, mas noutras necrópoles foi possível determinar a sua concentração em zonas específicas e exclusivas. Em Santa Creu de Jutglar e Castellot de Viver as sepulturas de crianças encontravam-se totalmente apartadas das de adultos, parecendo que os cemitérios mantinham zonas estanques reservadas para os dois grandes escalões etários. É provável que a distinção não fosse só etária, mas que também estivesse relacionada com o baptismo. No entanto, na necrópole de Revenga os enterramentos infantis tanto se encontravam concentrados, em núcleo, por detrás da abside do templo e a Leste deste, como conviviam lado a lado com sepulturas de adulto, integrando os “núcleos familiares”. Paralelamente, não deixa de surpreender o número destes enterramentos, numa altura em que, em principio, a criança morta em tenra idade pouca importância parecia desempenhar na vida afectiva.

## ALGUNS CONTRIBUTOS RECENTES

As teorias de Alberto del Castillo, embora continuem a ser, na generalidade, aceites pelos investigadores espanhóis, foram alvo de algumas críticas em contributos recentes. Já em 1975 Maria Asunción Bielsa havia divulgado elementos que permitiam colocar as sepulturas com cabeceira trapezoidal ou angular (tipo oriental) numa época ligeiramente mais recuada que as sepulturas com cabeceiras de arco ultrapassado (tipo ocidental). A ideia, implícita em Castillo, de que os dois tipos de cabeceiras representavam opções regionais contemporâneas foi posta em causa pelos resultados da escavação da necrópole aragonesa de Uncastillo, onde segundo Maria Asunción Bielsa, coexistiam os dois grandes tipos de cabeceiras<sup>64</sup>. Ora “*en todos los casos de superposición la primera labrada es la que tiene cabecera trapezoidal, la segunda es la del arco de herradura.*”<sup>65</sup>.

Por outro lado, a própria classificação que Castillo dera para as diferentes soluções ao nível da cabeceira dos sepulcros, criando dois grandes grupos, um predominante na Catalunha – “tipo oriental”, com cabeceiras trapezoidais – outro predominante nas necrópoles da região de Navarra, Aragão e Castela – “tipo ocidental”, com cabeceiras de arco ultrapassado – , haveria de ser posto em causa por Katja Kliemann, em 1986. A formulação desta teoria por Alberto del Castillo resultou das escavações nas necrópoles catalãs de Santa Creu de Jutglar e de Castellot de Viver, onde, efectivamente, se verificava a predominância do “tipo oriental”. Katja Kliemann, ao proceder ao inventário e estudo das sepulturas antropomórficas da Catalunha<sup>66</sup>, haveria de provar que, ao contrário do que supôs Castillo, as sepulturas com cabeceira trapezoidal não são predominantes na Catalunha. Tal como as sepulturas em arco ultrapassado, as sepulturas de “tipo oriental” são mais ou menos excepcionais nesta zona, apenas se contando exemplos em Montjuich, Castellot de Viver, Santa Maria de Lluçá e Santa Creu de Jutglar. Pelo contrário predominam as cabeceiras de contorno quadrangular, rectangular ou arredondado (embora não ultrapassado)<sup>67</sup>.

Katja Kliemann assume, ao longo do seu trabalho, uma posição abertamente crítica em relação às teorias de Alberto del Castillo. Procura demonstrar que, ao contrário do que Castillo defendera (1968), as sepulturas antropomórficas não são exclusivas da Península, encontrando-se inventariadas em diferentes locais da Europa<sup>68</sup>, embora seja realmente no espaço peninsular

<sup>64</sup> María Asunción Bielsa, “Necrópolis Altomedievales en Aragón”, *Actas del XIII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, 1975, p. 998.

<sup>65</sup> María Asunción Bielsa, op. cit., 1975, p. 999.

<sup>66</sup> Katja Kliemann, *Un Aspecte de les necrópolis medievals: les sepultures antropomorfes a Catalunya*, Dissertação de Licenciatura, 2 vols., Barcelona, ed. policopiada, 1986. A tese de Katja Kliemann nunca chegou a ser editada. Tivemos oportunidade de a consultar em 1986, quando realizámos um estágio de um mês na Universidade de Barcelona, sob orientação do Professor Doutor Manuel Riu.

<sup>67</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, vol. I, pp. 76-77; vol. II, Quadro nº. 2.

<sup>68</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, vol. I, pp. 3-4. Exemplos em França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Suécia e Grécia, que, apesar de tudo, se devem considerar como excepcionais. Veja-se também Jordi Bolòs i Masclans e Montserrat Pagès i Parretas, “Les sepultures

que elas alcançaram maior representatividade, abandonando o estatuto de exceção para se generalizarem em número que não pode deixar de ser surpreendente<sup>69</sup>. Por outro lado, põe em dúvida a teoria evolutiva de Castillo, que pressupunha que as sepulturas ovaladas eram as mais antigas (datadas em Obiols do século VII pela ocorrência de um triente de Egica), sucedendo-se a elas, por volta do século IX, sepulturas assimétricas com um “ombro” demarcado, e, já em pleno século X, sepulturas com os dois ombros simetricamente delimitados<sup>70</sup>. Sobre o achado de Obiols, Katja Kliemann considera que *“caldrá ... mostrar-se crítics respect a la localització dins d’una sepultura de St. Viçens d’Obiols (en forma de “baneyra”) d’una moneda d’Egica datada entre finals del s. VII i principis del s.VIII. La moneda tan sols ens pot donar una datación “post quem”, però no ens data ni molt menys la tomba i, per tant, la necrópolis.”*<sup>71</sup>.

Quanto às observações que Castillo tecera sobre a diacronia interna da necrópoles de Revenga e de Cuyacabras (1968 e 1972), acrescenta que *“Podem apreciar que les afirmacions d’A. del Castillo sobre l’antiguitat de les sepultures ovalades excavades a la roca respecte a les antropomorfes, basades en la major proximitat a l’edifici religiós de les primeres, són falses o no molt clarament apreciables. Tant unes com altres es barrejen molt i no permeten distingir amb claredat una línia de trencament.”*<sup>72</sup>.

Na necrópole de Viladordis (Manresa) as sepulturas ovaladas estão mais afastadas da igreja, enquanto as sepulturas antropomórficas se encontram implantadas junto dos muros desta. Pela lógica de Alberto del Castillo, as sepulturas mais antigas em Viladordis teriam de ser as antropomórficas, e as ovaladas mais tardias. Acrescenta Katja Kliemann que *“De totes maneres és simptomàtic que les sepultures excavades a la roca, de forma ovalada o amb el cap molt poc diferenciats apareixen amb freqüència sense cap connexió aparent amb un edifici religiós proper.”* *“Per altra banda, les sepultures antropomorfes apareixen gairebé sempre en connexió amb una església.”*<sup>73</sup>.

Para Katja Kliemann uma explicação possível para este facto residiria no facto de uma sepultura antropomórfica exigir maiores conhecimentos da arte de pedreiro, uma maior especialização, e que as pessoas à altura de as executarem só se encontrariam nos locais onde fosse maior a procura – isto é, junto dos templos paroquiais, onde os enterramentos se apresentavam concentrados. Na sua interpretação, as sepulturas isoladas, maioritariamente ovaladas, seriam o testemunho de um habitat disperso<sup>74</sup>. A sua argumentação, embora para nós não totalmente convincente, aproxima-se bastante da de Jordi Bolòs i Masclans e de Montserrat Pagès i Parretas que, numa síntese recente sobre *Les sepultures excavades a la roca* da província da Catalunha, consideram que para casos de *“... grups nombrosos de tombes amb església a prop o sense que n’hi hagi, hem de pensar que, segurament, hi devia haver especialtzats en aquest ofici, el qual requeria de coneixer les eines de ferro que s’havien d’emprar e, també, una coneixença de la manera d’utilitzar-les segons el tipus de material rocós que s’hagués d’excavar. Aixó significa no sols una especialització del treball dins del grup sinó també, probabelment, almenys en alguns casos, l’existència d’alguns equip d’operaris itinerant ...”*<sup>75</sup>.

No entanto, para estes autores, a existência de sepulturas escavadas na rocha em locais isolados, longe de templos e de outros sepulcros, ou então associados apenas a um ou outro exemplar, poderia ser explicada pela ausência de uma estruturação paroquial: *“En principi, cal*

excavades a la roca”, *Necrópolis i Sepultures medievals de Catalunya*, Annex 1, Acta mediaevalia, Barcelona, 1982, p. 62, nota 2. Uma visão sobre o antropomorfismo em sepulcros do Midi francês encontra-se em Philippe Troncin, “Les tombes antropomorphes du V<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle dans le Midi de la France”, *Archéologie en Languedoc*, 4, 1987, pp. 157-190. Nele se referem sepulturas escavadas na rocha.

<sup>69</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 5.

<sup>70</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 78.

<sup>71</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 26.

<sup>72</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 78.

<sup>73</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 78.

<sup>74</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, pp. 78-79.

<sup>75</sup> Jordi Bolòs i Masclans e Montserrat Pagès i Parretas, op. cit., 1982, p. 70.

*relacionar aquestes tombes amb un lloc habitat proper i cal datar-les com a pertanyents a una època primitiva, possiblement anterior a l'estructuració parroquial eclesiàstica del lloc on són situades. Segurament, quan encara no hi havia cap església a prop de l'habitatge i, per tant, no es podia enterrar en un lloc sagrat..."<sup>76</sup>.*

Bolòs e Pagès, que se mantêm ainda bastante próximos das teorias de A. del Castillo, consideram que as sepulturas ovaladas são as mais antigas e que a sua existência não se ficou a dever apenas a dificuldades técnicas, como Katja Kliemann procura insinuar. Para Bolòs e Pagès, a Catalunha contaria com dois grandes grupos de sepulturas, conjuntos que seriam estanques, não apresentando qualquer solução de continuidade: um, com sepulturas retangulares e trapezoidais, maioritariamente do século VI e VII, e outro com sepulturas antropomórficas ou ovaladas, que seria de atribuir ao período da Reconquista: *"Tot i que encara sigui difícil d'assegurar res, hom té la impressió (...) que hi hagueren dos moments, sense solució de continuïtat, en els quals se'n feren. Una primera època, segurament, la poden situar durant els segles VI i VII (i fins tot VIII i IX, en algunes contrades, concretament a les Illes Balears); una segona època, que es clou vers l'any 1000, abans d'arribar el temps del romànic, cal situar-la durant els segles VIII i, especialment, IX i X. Del primer moment, al qual li corresponen ells tipus de tombes amb formes rectangulars, trapezials i, potser, d'extrems arrodonits, se'n troben exemples a tot Catalunya, tant a la Catalunya Vella com a la Catalunya Nova, i, així mateix, a les Illes Balears. De la segona època, representada sobretot per les tombes pisciformes i antropomorfes, lògicament, cal cercar els models, sobretot, a la Catalunya Vella."*<sup>77</sup>.

No entanto, globalmente, as propostas cronológicas destes dois autores não se afastam quase nada das que, anos antes, avançara o Professor Castillo: *"Segons la cronologia establerta provisionalment en relació amb Castella la forma de sepultura d'extrems arrodonits, dita de baneyra, cal situar-la després del segle VII. Vers mig segle IX sembla que s'hi comença a veure al cap. Cal esperar el segle X per tal que aqueste es vegi clarament. A Catalunya, en principi, poden acceptar aquesta cronologia. D'aquestes sepultures de capçalera rodona sembla que ant en poden trobar a la Catalunya Nova com a la Catalunya Vella, al costat de formes ja amb cap. Degué ésser també, segurament, durant el segle IX que, en alguns llocs es començaren a dibuixar les primers insinuacions del cap, pels costats de la capçalera o per la seva part superior. Plausiblement, l'evolució de les formes de capçalera amb cap cal situar-la durant el segle X. Com ja hem dit, és molt possible que primerament es fessin les formes arrodonides i després les quadrades, d'angles més escairats."*<sup>78</sup>.

Pelo contrário, a posição de Katja Kliemann no que diz respeito às cronologias dos diferentes tipos de sepulturas rupestres antropomórficas apresentam algumas divergências em relação ao que defendera Alberto del Castillo. As cronologias propostas por este autor, talvez demasiado rígidas e comportando uma diacronia excessivamente curta, viriam a ser dilatadas por Kliemann. A análise de múltiplos casos da Catalunha<sup>79</sup>, levou Kliemann a propor uma cronologia mais vasta para as sepulturas antropomórficas. Ao contrário da maioria dos autores que, apoiando-se em Castillo, atribuem as sepulturas antropomórficas a um período que se estende entre o século VIII e fins do século XI, com uma predominância entre o século IX e X<sup>80</sup>, Katja Kliemann considera igualmente que estas soluções arrancam ainda no século VIII, mas que se apresentam sobretudo enquadradas entre o século IX e os fins do século XIII<sup>81</sup>. Apesar de tudo, e porque, norma geral, se pode estabelecer uma relação entre as sepulturas antropomórficas escavadas na rocha e templos arqueológica ou documentalmente registados desde os séculos IX-X, K. Kliemann

<sup>76</sup> Jordi Bolòs i Masclans e Montserrat Pagès i Parretas, op. cit., 1982, p. 63.

<sup>77</sup> Jordi Bolòs i Masclans e Montserrat Pagès i Parretas, op. cit., 1982, p. 60.

<sup>78</sup> Jordi Bolòs i Masclans e Montserrat Pagès i Parretas, op. cit., 1982, pp. 78-80. Vejam-se também pp. 70-78 onde se explanam, caso a caso, várias propostas cronológicas para necrópoles catalãs, a partir das quais os autores fundamentam a sua posição.

<sup>79</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, pp. 141-147.

<sup>80</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, vol. I, p. 141, vol. II, Quadro 12.

<sup>81</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, vol. I, p. 146 e 149, vol. II, Quadro 13.

acrescenta que a maioria dos exemplos dessas sepulturas pode corresponder aos séculos IX e X<sup>82</sup>. Após um período áureo, que caberia colocar até aos fins do século XI, a execução e utilização de sepulturas antropomórficas abertas na rocha passa a apresentar-se mais ou menos esporádica, representando sobrevivências tardias de uma moda em declínio. Se essas sobrevivências ainda possuem alguma expressividade nos fins do século XIII, de então para diante deixam de ser significativas. Apenas no cemitério judeu de Montjuich (Barcelona) a moda parece ter atingido períodos mais tardios, documentando-se ainda nos fins do século XIV<sup>83</sup>. Não foram, no entanto, apresentadas propostas cronológicas para os diferentes tipos de cabeceiras nem, tão-pouco, uma cronologia relativa que permitisse ordená-los cronologicamente.

## **ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE OS CEMITÉRIOS RUPESTRES**

Se é certo que os trabalhos de Alberto del Castillo e de outros autores vieram enriquecer significativamente os nossos conhecimentos sobre as necrópoles de sepulturas abertas na rocha, também temos de reconhecer que muitos aspectos continuam obscuros. Procuraremos, de seguida analisar algumas das características destas estações arqueológicas, anotando certas lacunas ainda existentes.

A execução de um cemitério rupestre obedece a uma singular sensibilidade que não pode deixar de ser aqui sublinhada. No entanto, poucos autores se têm preocupado com a análise do quadro mental subjacente a essa manifestação. As questões em causa não são fáceis de tratar, envolvendo aspectos sem dúvida polémicos. Porque se optou pela criação de estruturas tão dispendiosas para receber entes queridos na sua última morada, quando se podia dar repouso em sepulturas igualmente cuidadas e condignas, mas bem menos onerosas, cuja execução fora tão vulgar em passado ainda recente? Permanecem obscuras as razões que levaram os homens a executar sepulturas em afloramentos rochosos, tão frontalmente contrastantes com o aspecto dos anteriores sepulcros. Esta nova moda de tumulação exigia conhecimentos de trabalho de pedra e o recurso a instrumentos metálicos, por certo não muito vulgarizados na época, manuseados por homens experientes. Como já salientaram alguns autores, o trabalho necessário para a criação de uma sepultura rupestre envolvia pedreiros profissionais e, certamente, um pagamento (monetário ou outro), pelo menos se aceitarmos as teorias mais audaciosas que nos referem a existência de artífices itinerantes<sup>84</sup>. A mão desses profissionais, itinerantes ou não, encontra-se bem testemunhada na excelente qualidade dos acabamentos que a maioria dos sepulcros ostenta. Curiosamente, a maior preocupação parece orientar-se para a cavidade sepulcral, que era depois ocultada, e menos para as áreas envolventes, que poderiam ou não ficar expostas. De resto, um outro problema que estas estações levantam é o seu aspecto físico. Tratar-se-ia de estruturas aparentes, aproveitando afloramentos expostos ao ar, ou seriam destinadas a ficar ocultas por uma camada de terra? À partida, somos tentados a encarar como mais provável a primeira hipótese. Pelo menos no que diz respeito a necrópoles onde predominam as tampas monolíticas, trabalhadas em laje única, ou naquelas onde se denotam rebordos alteados e canais para evitarem o acesso das águas pluviais ao interior da cavidade sepulcral, tudo parece indicar que as sepulturas quedariam aparentes. Em alguns casos, a escolha recaiu sobre afloramentos particularmente destacados, o que poderá ter sido uma opção consciente e voluntária. As sepulturas destinavam-se, portanto, a ficar em local bem destacado da paisagem e seriam, naturalmente, visíveis. Estranha paisagem, a desses “campos de mortos”, pântanos e agrestes, interrompidos apenas pelas lajes de cobertura. Um drástico contraste, se tivermos em

<sup>82</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 146.

<sup>83</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 142.

<sup>84</sup> Jordi Bolòs e Montserrat Pagès, op. cit., 1982, p. 70.

mente o aspecto dos cemitérios de épocas anteriores, abertos na terra humosa e tantas vezes encobertos por esta. No entanto, para cemitérios rupestres onde as tampas se apresentam mais descuidadas, compostas por um número variável de pedras – oscilando entre as duas e nove – por vezes com recurso a materiais reaproveitados, algumas dúvidas se podem levantar quanto ao seu acabamento final. Pelo menos nalguns casos mais tardios é provável que uma fina camada de terra escondesse as sepulturas. Em casos onde as sepulturas rupestres estavam associadas estelas rectangulares ou do tipo discóide, como por exemplo em Povos (Ribatejo), em Jogueiros (Ranhados, Viseu) ou em Alpendurada (Marco de Canaveses)<sup>85</sup>, ou onde os moimentos foram completados com pedras reaproveitadas, como na última fase do cemitério rupestre da Sé do Porto<sup>86</sup>, tudo parece indicar que as tumulações não se destinavam a ficar à vista. Mas, somos levados a reconhecer que sobre o aspecto físico destes cemitérios se sabe ainda muito pouco. A existência de uma orgânica interna, com espaços bem definidos, como parecem recomendar as concentrações de sepulturas de crianças, apartadas das que se destinavam a adultos, ou a presença de núcleos familiares, levam-nos a encarar a hipótese desses cemitérios possuírem demarcação física a sublinhar a distinção – e hierarquia? – de espaços. Para estes aspectos, a arqueologia não tem fornecido elementos elucidativos.

Uma outra característica destes cemitérios é o anonimato das sepulturas. Tal como se verificava já nas sepulturas visigóticas, também aqui não houve a preocupação de preservar a memória do morto. A despersonalização dos cemitérios rupestres é total, e nenhum elemento concorre para que se individualize a sepultura. Mesmo nos escassos e tardios exemplos que se conhecem de estelas rectangulares ou discóides associadas a sepulturas abertas na rocha, a preocupação dominante parece ser a de assinalar o local de repouso de um morto e não tanto o seu nome. Se atendermos ao cuidado reservado à execução da cavidade mortuária – mais do que em relação à zona envolvente – e ao dispêndio inerente à sua abertura, não deixa de ser interessante este quase paradoxal desprezo pela memória do morto. Ora, em face do anonimato das sepulturas, a teoria de Alberto de Castillo sobre os núcleos familiares só pode resistir perante as duas situações: ou a morte dos elementos do agregado familiar teve lugar num curto espaço de tempo, ou a orgânica do cemitério era bem conhecida, se não de todos pelo menos de quem estava encarregado de abrir as sepulturas. Uma vez mais nos encontramos perante a possibilidade de estes cemitérios apresentarem uma estruturação espacial bem definida. A mesma perspectiva se coloca quanto às reutilizações de sepulturas. A sua existência, tão difundida, é mais um dado a apontar para o elevado custo de execução de um sepulcro deste tipo. Alguns autores procuraram ver nestas situações um sintoma do aproveitamento da sepultura por elementos da mesma família. Para além de questões de ordem puramente económicas teríamos, assim, razões de natureza afectiva. Do corpo anteriormente inumado apenas se costumava preservar como testemunho o crânio, sendo os restantes ossos removidos para dar lugar à nova tumulação. A confirmar-se esta perspectiva, tal só seria possível com um domínio perfeito do espaço do cemitério, que permitisse o reconhecimento da sepultura de um familiar por entre tantas outras semelhantes. Os ossos removidos no momento da reutilização das sepulturas podiam, ou não, ser colocados em ossuários. Embora seja difícil documentar a primeira hipótese, recordemos que se conhece pelo menos um ossuário, revelado por Castillo na necrópole catalã de Castellot de Viver<sup>87</sup>.

Por outro lado, o prevalecimento da sepultura anónima nos cemitérios da Reconquista não pode deixar de reflectir, de alguma forma, as características do ritual litúrgico. Esse anonimato

<sup>85</sup> Exemplos divulgados por Vergílio Correia, José Coelho e Martins Sarmiento, respectivamente. Cf. Vergílio Correia, “O Cemitério medieval da Sé Velha”, *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, p. 101; José Coelho, *Notas Arqueológicas – Subsídios para o estudo arqueológico da Beira*, vol. I, Viseu, Ed. do Autor, 1949, p. 46; José Leite de Vasconcelos, “Correspondência de Martins Sarmiento”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. VI, Lisboa, 1901, pp. 191-192.

<sup>86</sup> António Cruz, “A cronologia das sepulturas cavadas na rocha”, *Actas do Congresso do Mundo Português*, vol. I, Lisboa, 1940, pp. 589-592.

<sup>87</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1968, p. 837.

parece apontar para uma ausência de personalização das orações que eram entoadas em memória de alguém e que, sobretudo nas cerimónias evocativas, o ofício litúrgico era de todos os mortos e não de um em particular.

A sepultura escavada na rocha, mesmo quando era feita por mãos experientes e auxiliada por instrumentos adequados, devia demorar um certo tempo. Desde delineamento inicial dos seus contornos até aos acabamentos e retoques finais, calcula-se que seriam necessários pelo menos dois dias de trabalho<sup>88</sup>. Graças à preservação de várias sepulturas inacabadas conhecemos hoje as diferentes fases de elaboração de um sepulcro rupestre. Tendo em atenção a estatura do morto, o pedreiro começava por delinear na superfície do afloramento, com um leve “picotado”, os contornos da cavidade sepulcral a ser rebaixada, dando-lhe já a configuração final – antropomórfica ou não. As dimensões do sepulcro deviam exceder em cerca de 10-20 cm a estatura do morto, o que embora dificulte os cálculos para os estudos de antropologia física não invalida que se obtenham alguns valores aproximados<sup>89</sup>. Desta primeira fase dos trabalhos de abertura de uma sepultura encontrou-se testemunho em S. Vicente do Pinheiro (Penafiel), na necrópole de Numão e na necrópole da Igreja Matriz de Mangualde<sup>90</sup> e, em Espanha nas necrópoles de Cuyacabras (Burgos) e Santa Eulalia (La Granja, La Bastida, Alava)<sup>91</sup>. O segundo momento contemplava a descida da zona inicialmente contornada. O desbaste da pedra fazia-se com instrumentos metálicos, em ferro, como se pode observar nos negativos, que, por vezes, ainda são visíveis. O desbaste da pedra, a operação mais morosa, tanto podia ser feito de forma mais sumária, reservando-se os acabamentos para uma fase final, como podia apresentar desde início, um trabalho mais cuidado, com as paredes bem definidas e fundo quase horizontal. A sepultura 67 de Revenga (Burgos) é um bom exemplo da fase inicial de descida da zona ponteadada<sup>92</sup>, tendo a sepultura sido abandonada antes que o primeiro desbaste tivesse atingido a superfície total do sepulcro. Na zona da cabeceira notam-se já os primeiros levantamentos, enquanto na restante área apenas o ponteadado periférico nos permite determinar o seu contorno. Em Portugal conhecemos várias sepulturas onde se começou a proceder ao desbaste da pedra, mas que não chegaram a ser concluídas. Uma encontra-se incluída na necrópole transmontana de Carrazedo do Alvão, em pleno planalto do Alvão, e apresenta um contorno ovalado, com uma orientação N-S<sup>93</sup>. Aqui o pedreiro optou por um desbaste inicial relativamente irregular e despreocupado, descendo apenas cerca de 10 cm. No momento em que a obra foi interrompida, as paredes ainda não tinham recebido qualquer retoque, o que permite a observação dos negativos do instrumento metálico utilizado na sua abertura. Também na área de Sernancelhe existem algumas sepulturas rupestres inacabadas, de que Alberto Correia se ocupou<sup>94</sup>. Outros exemplos pertencem

<sup>88</sup> Manuel Riu, “La Arqueología de las sepulturas de la Alta Edad Media hispánica”, comunicação apresentada à XIII Semana e Estudos Medievais, Barcelona, 1985. O autor colocou o tempo necessário para a elaboração de uma sepultura rupestre em relação com o de duração do velório – os três dias de exposição do cadáver desde o momento da morte até ser enterrado.

<sup>89</sup> A importância dos estudos de Antropologia Física encontra-se bem patente, por exemplo, em Manuel Riu, op. cit., 1982, pp. 42-43, e em Katja Kliemann, op. cit., 1986, pp. 85-90. Veja-se também o 5º volume dos *Trabajos de Antropología Física* do Laboratório de Antropologia (Instituto “Frederico Oloriz”) da Faculdade de Medicina de Granada (1982), onde se incluem os trabalhos de Philippe du Souich, “Notas sobre la Torrecilla (Arenas del Rey, Granada)”, pp. 7-29; de Philippe du Souich e Encarnación Martín Rivas, “Los restos antropológicos de la necropolis medieval de Santa Maris de La piscina (San Vicente de La Sonsierra, Logroño)”, pp. 30-41; de Encarnación Martín Rivas e Philippe du Souich, “Estudio antropológico de la necropolis altomedieval del Monasterio de Suso (San Millán de la Cogolla, Logroño)”, pp. 42-66; e de Philippe du Souich, Encarnación Martín Rivas e Miguel C. Botella Lopez, “Los restos antropológicos de la necropolis altomedieval de San Baudelio de Berlanga (Berlanga de Duero, Sória)”, pp. 78-103. Dados sobre a esperança de vida, sobre a incidência etária da mortalidade, sobre doenças e alimentação, sobre a proporção entre os dois sexos no interior de uma comunidade, sobre a estatura média dos homens e mulheres, etc., têm uma importância tal que se torna desnecessário estar aqui a sublinhá-la.

<sup>90</sup> J. Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel*, Penafiel, 1943, p. 145; A. Nunes Pinto, “Notas sobre a Igreja Matriz de Mangualde”, *Mundo da Arte*, nº. 16, Coimbra, 1983, pp. 67-70, fig. 3.

<sup>91</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, p. 21, sepultura nº. 99, destinada a uma criança pertencente ao núcleo familiar de que as sepulturas de adulto eram as nº. 97 e 98; a sepultura 99 apresenta-se apenas ponteadada. Armando LLanos, “Necropolis altomedievales en la zona occidental de la Rioja alavesa”, *Estudios de Arqueología Alavesa*, vol. 5, Vitória, 1972, p. 227 e ss., Lam.3, sep. nº. 20.

<sup>92</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, p. 11, sep. 67, fig. 3.

<sup>93</sup> Mário Jorge Barroca e António J. Cardoso Morais, “A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. VI/VII, Porto, 1985/1986, p. 39.

<sup>94</sup> Alberto Correia, “Sepulturas cavadas em rocha no concelho de Sernancelhe”, *Beira Alta*, vol. 35 (1) Viseu, 1976, pp. 22 e 24 (respectivamente necrópoles do Marmeleiro e de Lameira).

ao Entre Douro e Minho. Em Santa Maria do Freixo (Marco de Canaveses) existem várias sepulturas dispersas pela área da aldeia. Não longe da Igreja paroquial, a par de outra, encontra-se uma sepultura rupestre que ficou inacabada. Trata-se de um exemplo singular, dado que, desde o início, se observa um cuidado esmerado na sua abertura. A descida processou-se apenas por 10 a 15 cm, tendo os trabalhos sido suspensos sem qualquer razão aparente. No entanto, o seu fundo está perfeitamente horizontalizado e as paredes possuem o aprumo dos acabamentos finais. Apenas num pequeno pormenor esta sepultura difere das restantes: enquanto nas sepulturas normais o ponto de contacto entre as paredes laterais e a superfície do fundo se torna difícil de determinar com segurança, dado o arredondamento da aresta, neste sepulcro inacabado o contacto apresenta-se em ângulo recto, solução anómala para uma sepultura rupestre. Outro exemplo encontra-se em Santa Cruz do Bispo (Matosinhos), embora aqui a situação seja um pouco ambígua, já que também se pode tratar de um sepulcro afectado por maus-tratos posteriores<sup>95</sup>. Interessante é também o caso da necrópole de St.<sup>a</sup> Catarina (Peroselo, Penafiel) onde, depois de terminada a caixa sepulcral se começou a descer a cavidade para a cabeça, quedando os trabalhos incompletos<sup>96</sup>.

A existência de sepulturas cujos trabalhos de abertura foram interrompidos não tem merecido particular atenção dos arqueólogos e, porque se trata de casos de difícil resolução, as explicações permanecem ao nível de simples conjecturas. A abertura de uma sepultura com estas características envolvia o dispêndio de certo tempo – como vimos, no mínimo cerca de dois dias de labor – facto que pode justificar a existência de sepulturas inacabadas. Referimo-nos à hipótese de os trabalhos se iniciarem ainda em vida do moribundo, pelo que a sua recuperação física poderia conduzir à interrupção dos trabalhos no cemitério<sup>97</sup>. Se podemos aceitar esta hipótese como plausível, somos, no entanto, obrigados a reconhecer que muito provavelmente outras sepulturas seriam integralmente abertas já depois do desenlace final. Mas diferentes hipóteses se podem ainda levantar: erro de dimensões, engano na localização do sepulcro<sup>98</sup>, etc. Temos de reconhecer que, mesmo assim, as justificações apresentadas nunca esclarecem as razões de não se ter verificado um aproveitamento destas em época posterior.

Quando se procedia à abertura de uma sepultura rupestre começava-se por determinar a orientação geral do novo sepulcro. Para a grande maioria dos casos conhecidos, as sepulturas escavadas na rocha apresentam uma orientação de Oeste-Este, com a cabeça para Poente. O defunto ficaria, assim, a olhar para Oriente, conforme a Igreja recomendava para o enterramento cristão<sup>99</sup>. No entanto, podem-se encontrar algumas variantes, em número que parece exceder o da simples excepção. É curioso registar que, pelo menos no Entre Douro e Minho, as sepulturas onde mais facilmente se encontram orientações divergentes da que era canonicamente recomendada obedecem às tipologias mais arcaicas, ovaladas ou sub-rectangulares e muitas vezes isoladas. Tal poderia alertar-nos para uma fase inicial desta moda de enterramentos, situada por Castillo à volta dos séculos VII e VIII e que, pelos dados disponíveis, poderia corresponder a um período durante o qual as recomendações religiosas ainda não encontravam grande eco entre as populações mais isoladas. Noutros casos, os desvios podem estar relacionados com a própria morfologia do terreno onde o cemitério foi aberto. Em zonas onde os afloramentos apresentam diaclases, como na necrópole do povoado de Esquerda (Osona, Catalunha), algumas sepulturas

<sup>95</sup> Rocha Peixoto, “Sepulturas abertas na rocha”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, p. 371.

<sup>96</sup> Vide nº 99 do nosso Levantamento.

<sup>97</sup> Esta é uma das perspectivas aventadas por Alberto del Castillo, op. cit., 1972, p. 11, quando a propósito da sepultura de Revenga nos diz que “*es posible que cuando el enfermo estuviese en trance de fallecer*” tivessem lugar os trabalhos de abertura do sepulcro. No entanto o autor parecia mais inclinado a aceitar outras causas: “*por ausas imposibles de asegurar no continuaron. Tal vez no se necesitó la sepultura. Quizá coincidió la suspensió del trabajo con el abando no del lugar*” (p. 11).

<sup>98</sup> A confirmarem-se as possibilidades de estes cemitérios apresentarem uma espacialidade própria, esta hipótese pode ganhar mais força.

<sup>99</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, p. 11; Jordi Bolòs e Montserrat Pagés, op. cit., 1982, pp. 69-70; Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 129; Manuel Riu, op. cit., 1985 (comunicação à XIII Semana de Estudos Medievais de Barcelona).

vieram a aproveitá-las uma vez que os trabalhos se encontravam, à partida, facilitados<sup>100</sup>. Não parece ter causado preocupação de maior o facto de não se respeitar, aqui, a orientação canónica, preterida por questões mais pragmáticas. Situação idêntica se encontra em algumas estações arqueológicas portuguesas, nomeadamente em St.<sup>a</sup> Maria do Freixo (Marco de Canaveses). A sepultura do Monte das Cruzes, Grade (Arcos de Valdevez), teve a sua orientação N-S ditada pela morfologia do rochedo em que foi aberta<sup>101</sup>, e muitos outros exemplos minhotos poderiam ser aqui evocados. É também possível encontrar-se sepulturas que, com a preocupação de acompanhar os muros dos templos acabam por ostentar alinhamentos distintos do que era recomendado<sup>102</sup>. Alguns casos de orientações inversas, isto é, com a cabeça apontando para Nascente, tornam-se mais difíceis de explicar.

A orientação de uma sepultura fazia-se de acordo com o nascer e o pôr do Sol, pelo que é possível encontrar enterramentos que, embora apresentem uma orientação genérica de Oeste-Este, possuam desvios pontuais, que podem atingir uma amplitude máxima de cerca de 40°. A mensuração desses desvios pode fornecer elementos sobre o momento de abertura dessa sepultura ao longo do ano solar, permitindo, assim, termos uma ideia sobre os períodos sazonais em que a mortalidade se afigurava mais intensa. Foram arqueólogos ingleses e alemães os primeiros a valorizar esta perspectiva com alguns interessantes estudos<sup>103</sup>. Na Península Ibérica a primeira tentativa de aplicação desta metodologia ficou a dever-se a Imma Ollich i Castanyer, que a ensaiou em 1982 para a necrópole rupestre do povoado de Esquerda (Osona, Catalunha)<sup>104</sup>. Os valores encontrados por esta autora para as orientações dos sepulcros de Esquerda, na sua maioria rupestres (60,67%), permitiram concluir que a oscilação de 30° a 40° ali verificada correspondia à variação registada no nascer do Sol ao longo das diferentes estações do ano, com os extremos coincidentes com o solstício de Verão e de Inverno. Segundo Imma Ollich “*la majoria [das sepulturas rupestres] són orientadas entre els 265° i els 275° al N. Aquests 10° de diferència correspondrien al període entre finals del mes de març i començaments del mes de maig (a la primavera), o bé entre finals d’agost i tot el setemb (a la tardor). Es a dir, que sévitaven les temporades de més fred i de mes de calor per a construir les sepultures.*”<sup>105</sup>.

Mais do que relacionar estes dados com uma propensão especial das populações para evitarem a abertura de sepulturas rupestres durante esses períodos, gostaríamos de salientar a concordância do quadro traçado por Imma Ollich e os períodos sazonais particularmente favoráveis para a propagação de certas doenças, em especial as gastroenterites infecciosas, as doenças eritematosas e as pulmonares, que parecem atingir, nos fins da Primavera e do Verão, condições ecológicas e biológicas particularmente favoráveis para a sua propagação, alcançando então os índices de maior mortalidade.

No entanto, convém não generalizar excessivamente este tipo de perspectivas. Se é certo que em numerosos casos os sepulcros apresentam uma orientação que pode ter sido determinada de acordo com o nascer do sol em diferentes épocas do ano, em muitos outros casos a orientação dos moimentos pode ter obedecido a outro tipo de condicionalismos. Em necrópoles onde se regista uma grande uniformidade de alinhamentos estamos, seguramente, ante o segundo grupo de exemplos. O caso do cemitério rupestre da Sé de Coimbra é, neste aspecto, bem elucidativo

<sup>100</sup> Imma Ollich i Castanyer, “Tipologia de les tombes de la necropolis medieval de l’Esquerda (Osona)”, *Necropolis i sepultures medievals de Catalunya*, Annex 1, Acta Mediaeva1ia, 1982, pp. 134, 119-120 e 124-125; sepulturas nº 72, 73, 84, 85, 86, 87, 88 e 89 (Fig. 1).

<sup>101</sup> Félix Alves Pereira, “Rascunho de Velharias de Entre-Lima-e-Minho”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, p. 156.

<sup>102</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 133.

<sup>103</sup> Sonia Chadwick Hawkes, “Orientation at Finglesham: sunrise dating of death and burial in an Anglo-Saxon Cemetery in East Kent”, *Archeologia Cantiana*, vol. 92, 1976, pp. 33-51; G. Fichter e P. Volk, “The eastern orientation of merovingian graves and the seasonal distribution of morbidity and mortality (using the Sasbach-Behans and Bischoffingen-Bigarten cemeteries as examples)”, *Journal of Human Evolution*, 9, 1980, pp. 49-59.

<sup>104</sup> Imma Ollich i Castanyer, op. cit., 1982, pp. 140-142, e sobretudo Quadro VIII p. 141.

<sup>105</sup> Imma Ollich i Castanyer, op. cit., 1982, p. 140.

(Fig. 3). A necrópole conimbricense apresenta duas fases bem distintas, uma anterior à construção da sua fachada românica, e que veria alguns monumentos serem parcialmente truncados pela construção românica, e outra fase posterior a essas obras, que se poderá enquadrar no século XIII. Em qualquer das fases os moimentos ostentam alinhamentos de uma extraordinária homogeneidade, revelando que eles foram orientados de acordo com pontos de referência distintos do nascer ou pôr do Sol. A distinção entre uma e outra fase pode-se fazer, de resto, tendo em atenção a orientação genérica das sepulturas<sup>106</sup>. É bem claro que os moimentos da 2ª Fase foram abertos tendo em atenção a implantação dos muros românicos. O exemplo coimbrão chama a atenção para a possibilidade de algumas necrópoles possuírem monumentos orientados por respeito a factores independentes da trajectória solar, reforçando a necessidade de precaução que deve rodear sempre este tipo de interpretações do alinhamento dos moimentos rupestres.

Aberta a sepultura, restava cumprir o ritual funerário. O corpo do defunto, depois de completados os três dias de velório, era então sujeito aos últimos gestos rituais antes de ser transportado para a sua derradeira morada. Um dos momentos mais importantes seria o da lavagem do corpo antes de este receber o sudário com que era enterrado. Esta lavagem ritual, com o objectivo de purificar a carne, podia ter lugar na casa do defunto, onde este estivera em exposição a fim de que recebesse a visita de familiares, amigos e vizinhos, ou podia realizar-se noutra local, nomeadamente no recinto do próprio cemitério, a julgar por algumas interpretações recentes. Já em 1972 Alberto del Castillo aventara a hipótese de que uma estrutura circular talhada na rocha dentro do espaço outrora ocupado pela Igreja de Revenga pudesse ter tido a função de pia baptismal ou estivesse relacionada com o banho ritual de purificação dos mortos, concluindo que os dados eram pouco elucidativos<sup>107</sup>. O exemplo de Revenga era, na altura, único na Península, mas logo em 1974 novo caso seria divulgado por Esther Loyola Perea na necrópole de Cellorigo (Logroño)<sup>108</sup>. Os dois exemplos não eram, no entanto, muito felizes: o de Revenga por se adaptar mais facilmente a pia baptismal, tendo em conta a sua morfologia e a implantação no interior do templo, e o de Cellorigo pelas possibilidades de esta nova estrutura circular ser posterior à época de abertura das sepulturas, correspondendo a outra função que não funerária. Mais elucidativa e concludente foi a revelação do caso da necrópole de Santa Maria de la Piscina (Logroño), de que se ocupou também Esther Loyola Perea<sup>109</sup>. No extremo Sul deste cemitério surgiu uma cavidade oval, escavada na rocha, associada a um banco igualmente rupestre, num conjunto que tem vindo a ser interpretado como destinado ao banho ritual que antecedia o envolvimento no sudário<sup>110</sup>. Entre nós alguns exemplos poderiam ser relacionados com esse tipo de estruturas. Em Lourosa (Oliveira do Hospital), Frende (Baião) e S. Gens (Forno Telheiro, Celorico da Beira) encontramos estruturas rupestres junto de sepulturas escavadas na rocha. No entanto, cremos que em Lourosa estamos perante um baptistério – a própria morfologia e implantação no interior do templo o sugere – e que em Frende se trata de uma lagareta, como Carlos Alberto F. de Almeida defendeu<sup>111</sup>. Bem mais interessante é o caso da necrópole de S. Gens. Trata-se de um cemitério rupestre composto por vinte e duas sepulturas de diferentes tipos e, associado a ele, encontra-se uma estrutura escavada na rocha de configuração subtriangular, que pode ter preenchido funções

<sup>106</sup> Planta de António de Vasconcelos, *A Sé Velha de Coimbra*, vol. II, Coimbra, 1935, p. 199, e supl. ao vol. II, Coimbra, 1935, P. 12, com tratamento gráfico nosso.

<sup>107</sup> Alberto del Castillo, op. cit., 1972, p. 10, Lam. V, Fig. 2.

<sup>108</sup> Esther Loyola Perea, "Necropolis altomedievales en el Alto Ebro", *Colloquio Internazionale di Archeologia Medievale*, Palermo-Erice, 1974, Palermo, Istituto di Storia Medievale, 1976, p. 5 e fot. 5 (da separata).

<sup>109</sup> Esther Loyola Perea, "El Yacimiento Medieval de Santa Maria de La Piscina", *Cuadernos de Investigación Histórica*, vol. X, 2, Logroño 1983, pp. 77-87. A necrópole já fora alvo de uma primeira abordagem por Esther Loyola Perea e Josefina Andrio Gonzalo, "Informe sobre las excavaciones arqueológicas realizadas en el termino de Santa Maria de La Piscina (San Vicente de la Sonsierra, Logroño) durante las campañas de 1976, 1977 y 1978", *Berceo*, 97, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño, 1979, pp. 121-125, sem que se referissem a essa estrutura.

<sup>110</sup> Manuel Riu, op. cit., 1982, p. 30.

<sup>111</sup> Carlos Alberto F. de Almeida, "Sondagens arqueológicas em Frende (Baião)", *Archeologica Opuscula*, vol. I, Porto, 1975, p. 38.

rituais. Para Adriano Vasco Rodrigues seria “*um turcularium ou lagar para fazer vinho, posterior aos sarcófagos e [que] nos parece datar-se dos séculos XIV ou XV*”<sup>112</sup>. Não sabemos em que elementos o autor se baseou para atribuir esta estrutura a época posterior aos sepulcros, e com uma cronologia tão precisa. Pela sua configuração não nos parece que tenha sido criada para tais funções. Mantemos, no entanto, algumas reservas quanto à sua atribuição para cerimónias rituais relacionadas com o cemitério envolvente, muito embora seja uma hipótese plausível.

O corpo ia a enterrar amortalhado no sudário, um pano geralmente de linho, cuja qualidade dependia do poder económico do defunto ou da sua família. Ao que parece, a inumação vestida não era comum nas sepulturas desta tipologia. Esta opção sistemática pelo uso do sudário, uma das inovações que se regista nesta época deve estar relacionada com aspectos da mentalidade e crença religiosa que ainda nos escapam. Apesar de não possuímos elementos que nos elucidem sobre este aspecto, registemos o contraste que se verifica entre o período visigótico, onde a larga maioria das inumações se fazia vestida, e o período da Reconquista, onde o uso do sudário se vai generalizar de uma forma até então inédita na Península Ibérica. O seu domínio vai arrastar-se até mais tarde, e só no século XI ou XII iremos assistir a um regresso à inumação vestida, que parece ser, até aos fins da Idade Média, a solução maioritária. De acordo com o local onde se efectuava a lavagem ritual, o sudário seria colocado e cosido em casa do defunto ou já no próprio cemitério.

Quando era depositado na sepultura o corpo não transportava consigo, normalmente, qualquer tipo de objecto: nem relacionado com o adorno ou o vestuário, nem votivo. Apesar de esta ser a regra geral, registam-se algumas excepções. Em várias ocasiões tem sido referida a ocorrência de moedas no interior de sepulturas abertas na rocha, sobrevivência do velho costume pagão que as destinava para pagamento da viagem a Caronte. As moedas tanto eram depostas junto com o corpo, como encerradas numa das mãos do defunto ou dentro da boca, sobre a língua<sup>113</sup>. Noutros casos foram encontrados objectos de adorno, nomeadamente anéis<sup>114</sup>, mas a ausência de vestuário limita muito o aparecimento deste tipo de espólio, criando dificuldades para a datação dos enterramentos. Para a zona de Entre Douro e Minho conhecemos alguns exemplos onde ocorreu espólio associado a sepulturas abertas na rocha. Nas sepulturas rupestres do morro da Pena Ventosa, junto da fachada principal da Sé do Porto, foram encontradas moedas de D. Dinis e D. Afonso V, sem que se conheça o seu número total e o contexto arqueológico<sup>115</sup>. Por outro lado, Martins Sarmiento revelou o aparecimento de moedas dentro de um “*caixão em penedo*”<sup>116</sup>. O caso desta sepultura, conhecida por Campa dos Mouros, e localizada na freguesia de Burgães (St.<sup>o</sup> Tirso), fora-lhe comunicado pelo Pe. Joaquim Pedrosa<sup>117</sup>. Martins Sarmiento reportou-se ainda ao aparecimento de “*antigualhas*” no interior de uma sepultura rupestre perto de Refojos de Basto<sup>118</sup>, e Abílio Miranda referiu situação idêntica em “*sepulturas antropomórficas*” (rupestres?) de Duas Igrejas (Penafiel)<sup>119</sup>. Segundo informações populares, aquando da ampliação e remodelação da área envolvente da Igreja de S. Vicente do Pinheiro (Penafiel) teriam sido postas a descoberto sepulturas antropomórficas ainda intactas, tapadas com lousas, contendo uma delas um “prato”, no que parece ser uma associação votiva<sup>120</sup>. Já em terras trans-

<sup>112</sup> Adriano Vasco Rodrigues, *Celérico da Beira e Linhares*, Celérico da Beira, 1979, p. 38. Para a necrópole vejam-se pp. 35-38.

<sup>113</sup> Manuel Riu, op. cit., 1982, p. 44; Manuel Riu, op. cit., 1985 (comunicação à XIII Semana de Estudos Medievais de Barcelona).

<sup>114</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 96. Necrópoles de Montjuich e Lérida.

<sup>115</sup> António Cruz, op. cit., 1940, pp. 589-592.

<sup>116</sup> F. Martins Sarmiento, “A propósito dos roteiros de tesouros”, *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 315 e nota na página 317.

<sup>117</sup> Augusto César Pires de Lima, “Correspondência Martins Sarmiento – Pe. Joaquim Pedrosa”, Guimarães, 1940, p. 28 (separata de *Revista de Guimarães*, vol. L, Guimarães, 1940).

<sup>118</sup> F. Martins Sarmiento, “A propósito dos roteiros de tesouros”, *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 317, nota; Augusto César Pires de Lima, “Correspondência Martins Sarmiento – Pe. Joaquim Pedrosa”, Guimarães, 1940, p. 28.

<sup>119</sup> Abílio Miranda, “Sepulturas abertas na rocha”, *Douro Litoral*, 1<sup>a</sup> Série, vol. III, Porto, 1941, pp. 27-29; Abílio Miranda, “Cales”, *Terras de Penafiel*, vol. III, Penafiel, 1943; Abílio Miranda, “Freguesia de Milhundos”, *O Penafielense*, Penafiel, 4 de Setembro de 1956.

<sup>120</sup> Informação recolhida pela Dr<sup>a</sup>. Teresa Soeiro junto da população local e amavelmente cedida. Os achados de S. Vicente do Pinheiro foram referidos por Abílio Miranda, “Sepulturas Medievais”, *Terras de Penafiel*, vol. I, Penafiel, 1937, e “Uma notável descoberta arqueológica”, *Terras de Penafiel*, vol. II, Penafiel, 1942, e por J. Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel*, Penafiel, 1943, p. 145, sem que nenhum dos autores se reportasse ao aparecimento de espólio.

montanas, Félix Alves Pereira deixou-nos notícia do aparecimento de fragmentos metálicos no interior de uma das sepulturas rupestres da Lixa do Alvão<sup>121</sup>.

A colocação do corpo na sepultura fazia-se, normalmente, na posição de *decubito supino* ou dorsal, isto é, apoiado nas costas, com o ventre voltado para cima e a cabeça na vertical, olhando o Céu. Na larga maioria dos casos os braços apresentam-se estirados ao longo do corpo ou flectidos sobre o baixo-ventre ou a zona da pélvis. Conhecem-se, no entanto, numerosas variantes quanto a este aspecto, tal como se registam algumas no que diz respeito à própria posição genérica do cadáver. Para o Prof. Riu as deposições em *decubito prono* ou ventral, isto é, apoiado no ventre e com as costas voltadas na direcção da tampa do sepulcro, seriam características dos justicados<sup>122</sup>, mas não conhecemos elementos que nos confirmem ou neguem esta perspectiva para o território português. Segundo o mesmo autor, é provável que as sepulturas rupestres onde apenas se assinala um dos “ombros”, de forma assimétrica, e que Castillo considerou como uma das fases intermédias na evolução para o antropomorfismo clássico e pleno, correspondessem a inumações em decubito lateral direito<sup>123</sup>.

Pela própria morfologia dos sepulcros rupestres, quer os ovalados ou sub-rectangulares, quer os antropomórficos, pode-se concluir que a inumação não comportava caixões de madeira. Os elementos proporcionados pelas diferentes escavações arqueológicas confirmam esta perspectiva, uma vez que não se regista a ocorrência de vestígios de madeira ou de pregos no interior destes sepulcros, ao contrário do que se tem vindo a encontrar noutras modalidades de sepulturas. O corpo era, pois, deposto na cavidade pétreas apenas envolvido no sudário, sendo lançada terra para o interior do sepulcro antes de este receber a sua tampa. Em algumas necrópoles foi encontrada uma camada de cal no interior das sepulturas, ao que parece não tanto destinada a acelerar o processo de decomposição do corpo, mas para se evitarem os odores libertados com a putrefacção da carne e, sobretudo, a concentração excessiva de líquidos resultantes desse processo<sup>124</sup>. O túmulo era depois encerrado com uma tampa que tanto podia ser monolítica como constituída por várias lajes pétreas. Se para sepulturas onde existem rebordos criados para facilitarem o encaixe da tampa, estas se deviam apresentar algo mais elaboradas, para a larga maioria dos casos as tampas apresentavam um aspecto bastante descuidado, podendo ocorrer com certa frequência a reutilização de materiais. A opção pela utilização de tampas monolíticas não parece estar relacionada com factores regionais ou mesmo microrregionais – como se poderia verificar de uma zona ou uma comunidade as adoptarem sistematicamente – uma vez que elas se encontram um pouco por toda a Península e convivem, dentro de uma mesma necrópole, lado a lado com tampas polilíticas. Na escolha deviam ponderar antes razões de ordem económica ou técnica, o que poderá explicar a relativa raridade das lajes únicas.

As sepulturas escavadas na rocha podem ocorrer isoladas, agrupadas sem qualquer relação com templos, ou polarizadas em torno de uma igreja, consoante as situações, tem-se procurado encontrar justificações de diferentes ordens. Para Bolòs e Pagés, as sepulturas isoladas ou associadas em número restrito (duas ou três) tanto podiam corresponder a eremitas<sup>125</sup>, como a locais de habitat isolados, sendo então reflexo do povoamento de uma área antes de se ter estruturado a organização paroquial<sup>126</sup>. Para o Professor Riu o povoamento disperso do mundo rural podia convidar a tal. Ora, a presença de estruturas eremíticas marca, sempre, uma situação de excepção, que não explica inúmeros casos. Por outro lado, a segunda hipótese de Bolòs e

<sup>121</sup> Félix Alves Pereira, “À vista das Pedras Salgadas (Bosquejo Arqueológico)”, *Portucale*, vol. III, 16, Porto, 1930, pp. 286-287. Mário Jorge Barroca e António Joaquim Cardoso Morais, “A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”, *Portugalia*, Nova Série, vol. VI/VII, Porto, 1985/1986, pp. 38/39.

<sup>122</sup> Manuel Riu, op. cit., 1985 (comunicação a XIII Semana de Estudos Medievais de Barcelona).

<sup>123</sup> Manuel Riu, op. cit., 1985.

<sup>124</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 136.

<sup>125</sup> Jordi Bolòs e Montserrat Pagés, op. cit., 1982, p. 64, nota 6, e p. 70.

<sup>126</sup> Jordi Bolòs e Montserrat Pagés, op. cit., 1982, p. 63.

Pagés pressupõe que a implantação de uma organização paroquial comporta, como inerente, a criação de um espaço cemiterial único, centrado em torno do templo. Isto nem sempre se verifica. A catalização dos cemitérios em torno dos templos paroquiais parece ser – pelo menos no Entre Douro e Minho – um fenómeno mais tardio, que apenas se generaliza de uma forma significativa nos fins da Alta Idade Média. Até lá é possível que uma mesma paróquia possuísse diferentes espaços de enterramento ou um único, embora não obrigatoriamente localizado em torno do seu templo. Assim, nem todas as sepulturas isoladas correspondem necessariamente, a uma fase anterior à da implantação da organização paroquial. Cremos que nenhuma das razões avançadas por Bolós e Pagés consegue explicar globalmente a diversidade de exemplos conhecidos. Em vários casos parece-nos que a existência de sepulturas rupestres isoladas ou agrupadas em número restrito se pode explicar, também, pela presença de vias de comunicação<sup>127</sup>, pela própria organização da propriedade individual ou pela vontade de se ter sepultura bem destacada na paisagem, em locais proeminentes. Para os mesmos autores, a presença de sepulturas rupestres em número significativo mas em locais onde não existe nenhum templo nem vestígios – documentais ou arqueológicos – de ter existido, poderia ser explicada por acidente ou batalha: “... *potser la mort, dels que hi foren enterrats, s’esdevingué durant algun viatge, o, més probablement, per causa d’alguna batalla, ço que obligaria a enterrar els morts en el lloc de l’accident, tot i que no hi hagués cap església.*”<sup>128</sup>.

As situações consideradas são, também, demasiado excepcionais para poderem ser encaradas como significativas. Além disso, são sempre difíceis de comprovar. É mais provável que esses núcleos correspondam a um cemitério plenamente assumido, cujas populações estariam ligadas a um templo mais ou menos distante. Esta poderá ser uma justificação, pois, como vimos, não é forçoso que ambos os componentes coexistissem no espaço. Essa coexistência espacial começa-se a verificar ainda no século IX, como algumas necrópoles no-lo atestam, mas a sua generalização só parece ser significativa mais tarde, no último quartel do século XI.

Os cemitérios rupestres assumem, por oposição aos visigóticos, uma espacialidade diferente: as suas sepulturas tendem a organizar-se paralelamente, ocupando um espaço concentrado, ao contrário das sepulturas hispano-visigóticas que davam origem ao que vulgarmente se designa por cemitério “à rangées”, alargando-se por vastas áreas. Esta cedência dos cemitérios “à rangées” face aos enterramentos laterais parece ter lugar cerca dos séculos VIII-IX.

As sepulturas escavadas na rocha podem assumir várias configurações. Num primeiro momento de sistematização tipológica poderíamos distinguir, à partida, dois grandes grupos: o das sepulturas que não adoptam a configuração do corpo humano, e o das sepulturas antropomórficas. Em ambos se incluem variantes. Entre as não-antropomórficas, a família mais numerosa é a das sepulturas ovaladas. Podem também encontrar-se sepulcros sub-rectangulares, com os lados por vezes levemente arqueados e os ângulos suavizados, e sepulturas trapezoidais, onde a zona destinada à cabeça e toda a parte superior do corpo se apresenta mais larga, estreitando à medida que se aproxima da zona dos pés. Dentro do grupo das sepulturas antropomórficas predominam as cabeceiras de arco ultrapassado e trapezoidal – os tipos que Castillo denominou de “Occidental” e “Oriental” – embora ocorram outras soluções: cabeceiras rectangulares ou quadrangulares – predominantes na zona da Catalunha – cabeceiras com arco de volta perfeita e arco peraltado. Qualquer destes subtipos ocorre no Entre Douro e Minho.

Alguns autores têm vindo a propor a existência de dois grupos independentes e estanques dentro das sepulturas rupestres<sup>129</sup>. Na sua opinião as sepulturas não-antropomórficas, mais arcaicas, remontariam a uma época não muito distante dos séculos VI e VII, enquanto que as sepul-

<sup>127</sup> Mário Jorge Barroca e António Joaquim Cardoso Morais, “Sepulturas medievais na Terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar)”, *Arqueologia*, vol. 8, Porto, 1983, p. 99.

<sup>128</sup> Jordi Bolós e Montserrat Pagés, op. cit., 1982, p. 64.

<sup>129</sup> Jordi Bolós e Montserrat Pagés, op. cit., 1982, p. 60.

turas com tendências antropomórficas, primeiro tímidas, depois plenamente assumidas, corresponderiam a uma nova fase que arrancaria do século VIII mas que só alcançava a sua maior expressividade no período compreendido entre os séculos IX e XI<sup>130</sup>. Esta tese apenas difere da que formulara Alberto del Castillo ao propor uma independência entre as duas fases, com um possível hiato intermédio. De resto acompanha, em traços largos, o evolucionismo tipológico de Castillo, partindo de sepulturas mais imperfeitas até alcançar sepulturas mais elaboradas. Cremos que será difícil aceitar, com os elementos disponíveis, a proposta de dois grupos estanques sem soluções de continuidade. Pelo menos para o Entre-Douro-e-Minho mantemo-nos muito cépticos.

O surgimento do antropomorfismo nas sepulturas rupestres, por volta do século IX, parece corresponder, de uma forma muito clara, a uma nova preocupação das populações, que prevaleceria até um período avançado da Baixa Idade Média: evitar qualquer desvio da posição do crânio do defunto, a fim de manter a verticalidade da cabeça, olhando o Céu. Deste modo, depois de passado o *rigor mortis* não se podia verificar nenhum desvio da posição pretendida. Encontraremos essa mesma preocupação nas sepulturas populares dos séculos XI-XIII, feitas com pedras sumariamente trabalhadas, quando se verifica a colocação de pequenas lajes laterais na parte interna da cabeceira, imobilizando o crânio. Os sarcófagos antropomórficos, que se começam a generalizar a partir dos séculos XI-XII também denotam essa mesma preocupação.

As cronologias gerais atribuídas para estes monumentos funerários parecem-nos ainda demasiado frágeis e carentes de confirmação. A importância dos condicionalismos regionais não tem sido devidamente ponderada. Tivemos oportunidade de analisar algumas críticas que se levantam, em certas zonas, para as propostas cronológicas de Alberto del Castillo, excessivamente rígidas e pouco sensíveis à diacronia. Alguns indícios parecem recomendar, portanto, uma análise cuidada deste tipo de interpretações. Ao mesmo tempo somos obrigados a reconhecer que alguns problemas tipológicos e cronológicos ainda se encontram em aberto. O faseamento temporal do processo evolutivo que originaria o fenómeno antropomórfico afigura-se ainda pouco seguro<sup>131</sup>. A sobrevivência desta moda de enterramentos até épocas mais tardias do que admitiu aquele autor parece ser um dado adquirido não só para a zona da Catalunha como também para outras regiões peninsulares, mormente o Entre Douro e Minho. No entanto, para o caso concreto do Norte de Portugal, e de uma forma mais ampla para todo o território nacional, quase tudo se encontra por fazer. Não contamos com levantamentos significativos nem com escavações sistemáticas neste tipo de estações arqueológicas que, até ao momento, pouca atenção despertou entre os arqueólogos nacionais<sup>132</sup>. O conhecimento fragmentário que temos da realidade portuguesa não facilita o estudo. A transposição, para esta zona do Noroeste, das propostas cronológicas formuladas por Alberto del Castillo ou por outros autores, tendo em conta os elementos fornecidos pelas grandes necrópoles do Nordeste da Península, permanece demasiado arriscada e carece de uma recolha de elementos que possam confirmar ou não tais perspectivas. Atendendo aos nossos conhecimentos actuais apenas parece legítimo recomendar que se contemple uma diacronia maior do que Castillo encarou.

## SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA DE ENTRE DOURO E MINHO

Ao tentarmos elaborar um primeiro levantamento geral das sepulturas rupestres do Entre Douro e Minho estamos conscientes de que a inventariação se encontra ainda longe de ser

<sup>130</sup> Jordi Bolós e Montserrat Pagés, op. cit., 1982, p. 60.

<sup>131</sup> Katja Kliemann, op. cit., 1986, p. 154. A autora põe em causa a anterioridade das sepulturas ovaladas em relação às antropomórficas para a zona da Catalunha, acrescentando: "*Per regla general, a Catalunya, les sepultures ovalades excavades a la roca pertanyen a infants o adolescents, i la seva forma arrodonida cal interpretar-la com a conseqüència de la dificultat técnica que evidentment comporta buidar la capçalera en tombes tan petites com poder ser infantils*" (p. 154).

<sup>132</sup> Esta afirmação reportava-se a 1987, data de redacção do texto. Hoje, felizmente, a situação é substancialmente distinta.

exaustiva. O arrolamento que de seguida apresentamos consistiu um primeiro passo, aquele que se afigurou possível se atendermos aos precários meios disponíveis.

Por certo muitas sepulturas terão escapado, mas estamos convencidos de que o número de estações registadas é já significativo. O inventário vem chamar a atenção não só para a frequência que estes enterramentos assumem no Noroeste de Portugal, como também para o vasto leque de soluções tipológicas de que as populações se socorreram. Um dos aspectos que somos levados a encarar com maior precaução diz respeito à distribuição das sepulturas rupestres (Fig. 1). Esta é uma das perspectivas que mais se ressentem das disparidades da informação a que tivemos acesso. Uma análise sumária do mapa que elaboramos permite realçar duas zonas com particular concentração: a bacia baixa do rio Tâmega e as zonas para Leste – grosso modo os concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses e Amarante – e, embora de uma forma menos elucidativa, a bacia do rio Lima e a área a Norte deste. No entanto, este tipo de análise encontra-se falseado à partida. Nem todo o Entre Douro e Minho teve a oportunidade de ser estudado por homens como Félix Alves Pereira, Abel Viana e Afonso do Paço (no Alto Minho) ou Abílio Miranda, Monteiro de Aguiar e Manuel de Vasconcelos (na bacia do Tâmega e áreas adjacentes), que tantos esforços devotaram às suas regiões, e que as conheceram melhor do que ninguém. Por outro lado, tivemos oportunidade de visitar algumas zonas mais demoradamente, o que permitiu um melhor reconhecimento de campo. E se, por último, atendermos às dificuldades que as sepulturas rupestres colocam para um levantamento exaustivo numa zona tão vasta – pela sua implantação normalmente arredada das actuais vias de comunicação e tantas vezes no alto de montes ou em zonas planálticas – poderemos ponderar devidamente as contingências desta cartografia. A quase ausência de sepulturas desta tipologia no distrito de Braga não pode deixar de ser aqui sublinhada, ilustrando bem essas limitações.

Os elementos recolhidos não nos permitem, ainda, uma perspectiva de conjunto suficientemente elucidativa e segura. Para muitas necrópoles possuímos apenas indicações de ordem genérica, tendo sido ignoradas informações preciosas como as tipologias dos enterramentos, as soluções de antropomorfismo utilizadas, as orientações dos moimentos e a disposição espacial destes, com as suas possíveis articulações internas. Essas necrópoles encontram-se, portanto, bastante empobrecidas atendendo ao potencial informativo que nos poderiam transmitir. A sua inclusão neste levantamento apenas pode ser entendida como um indicador da frequência de sepulcros rupestres na paisagem minhota, pois quase nada podem adiantar ao conhecimento destas estruturas funerárias. Infelizmente o número total de necrópoles que se encontram nestas circunstâncias é demasiado elevado. Mas, para outros exemplos possuímos já algumas informações interessantes. Numa visão de conjunto afigura-se que as sepulturas antropomórficas, com os diferentes tipos de soluções utilizadas na zona de cabeceira se apresentam como maioritárias – identificadas pelo menos em 36 estações – suplantando significativamente as sepulturas não-antropomórficas, que, no entanto, não deixam de ocorrer em número significativo. Pelo menos em 24 locais distintos encontramos sepulcros que se podem incluir dentro desta grande família. De entre eles predominam as sepulturas rectangulares ou sub-rectangulares (vide nºs 3, 19, 20, 21, 23, 34, 61, 64, 85, 98 e 104 do nosso levantamento), sendo acompanhadas de seguida pelas sepulturas ovaladas (nºs 35, 61, 85, 98, 101 e 102), e pelas sepulturas trapezoidais (nºs 1, 4, 14, 23, 24 e 31). É também de registar a aparente predominância de sepulturas não-antropomórficas no Alto Minho. Nesta zona, a expressividade destes enterramentos quando enquadrados na totalidade de sepulturas rupestres parece ser bastante mais importante do que a proporção que se encontra, por exemplo, no Douro Litoral. Aqui a predominância parece ir para as sepulturas antropomórficas. Não sabemos se, como entendera Alberto del Castillo para as necrópoles do Nordeste da Península, as sepulturas não-antropomórficas se devem atribuir a uma época mais recuada do que as antropomórficas. Se perfilharmos essa teoria evolucionista, então poderíamos encarar o vale do Lima e o Alto Minho como uma zona onde os enterramentos

rupestres têm tendência para se afirmarem numa fase mais antiga, enquanto o Douro Litoral possuiria sepulturas de uma fase mais avançada, que, a confiar nas cronologias propostas por Castillo e outros autores, se teriam de enquadrar nas presúrias dos séculos IX e X e a vinda de populações – certamente em número muito restrito – que tivessem estado em contacto quer com a região Norte da Meseta Ibérica quer com moçárabes. Uma coisa nos parece certa: os cemitérios de todo o Entre Douro e Minho contrastam fortemente com as grandes necrópoles espanholas, optando, ao contrário destas, por um número muito reduzido de sepulturas em cada núcleo. Muitas vezes, como se pode observar no nosso levantamento, as sepulturas ficam isoladas. Ora, neste tipo de estações, não nos parece legítima a sua atribuição genérica a núcleos populacionais, mas antes a sectores restritos dessas comunidades. Raras vezes encontramos no Entre Douro e Minho núcleos de enterramentos rupestres que, pelo número total de sepulcros, possam ser classificados verdadeiramente como cemitérios. Se eles correspondem a uma forma de enterramento de “elite”, não o sabemos. Seria sedutor podermos concluir que correspondiam a colonos vindos de zonas mais arredadas, aquando das presúrias asturleonesas, ou a estratos socialmente bem definidos. Devemos, no entanto, reconhecer que esta opção por sepulturas tão pouco nuclearizadas se torna, por agora, ainda difícil de explicar e que a tentativa de interpretar estes enterramentos como uma moda de “importação” não só carece de comprovação como encontra facilmente argumentos contrários.

Por outro lado, importa também sublinhar a aparente escolha de zonas mais interiores para a abertura dos moimentos, com predominância para áreas montanhosas, planálticas e subplanálticas, em morros rochosos e penedias que dão um cunho tão particular à paisagem minhota. Mesmo quando nos encontramos perante sepulturas junto da orla litoral – exemplos em nítida minoria – Os locais escolhidos são sobretudo morros rochosos mais ou menos destacados na paisagem.

O Alto Minho é, também, a zona onde maior número de sepulturas tem uma implantação isolada. No Douro Litoral é mais frequente encontrarmos sepulturas associadas em pares, ou num número variável que pode atingir as cinco ou seis, mas que raras vezes ultrapassa este cômputo. Muitas sepulturas encontram-se associadas a templos (n<sup>os</sup> 5, 12, 15, 17, 19, 21, 30, 33, 46, 48, 60, 61, 62, 63, 64, 69, 76, 83, 90, 92, 94, 95, 98, 99, 100 e 102), embora na maior parte dos casos as construções sejam posteriores, algumas ainda medievais, as restantes já de época moderna, mas é possível que elas perpetuem uma tradição de culto antiga que já tivesse servido de estímulo para a abertura dos monumentos. Outras sepulturas implantavam-se junto de construções religiosas – paroquiais, monásticas ou simples ermidas – das quais não restam senão escassos vestígios ou recordações espelhadas em lendas (n<sup>os</sup> 1, 2, 23, 29, 47, 50, 53, 56, 66, 84, 101 e 104). Algumas ruínas apresentam possibilidades de remontarem ainda à época pré-românica (n<sup>os</sup> 23 e 50), podendo, portanto, ser contemporâneas dos enterramentos. Registemos que na maior parte dos casos os microtopónimos são bem elucidativos: *Alto da Igrejas*, *Bolsa das Freiras*, *Igreja Velha*, *Machorro das Cavadas* (na *Quinta do Passal*), ou *Monte das Freiras* são alguns exemplos. Estes casos não podem, no entanto, deixar no esquecimento outras tantas sepulturas para as quais a implantação escolhida se torna mais difícil de explicar. É provável que, como já dissemos, a proximidade de vias de comunicação, a organização da propriedade privada ou a vontade de se receber sepultura em pontos destacados da paisagem ajudem a compreendê-los.

As sepulturas rupestres de Entre Douro e Minho apresentam um vasto leque de orientações. Em muitos casos elas podem-se considerar orientadas de acordo com as normas religiosas, ostentando apenas desvios axiais de alguns graus, susceptíveis de serem explicados pela trajectória solar ao longo do ano. Mas, noutros casos, o seu alinhamento não pode ser justificado com argumentos desta ordem. As sepulturas que se abrem nas imediações de templos religiosos encontram-se, normalmente, alinhadas pelos muros deste e, nestas situações, a possibilidade de

se determinar a altura do ano em que foram abertas encontra-se bastante limitada. As sepulturas orientam-se mais pela implantação dos muros do que pelo nascer ou pôr do Sol. Mas, quando as sepulturas foram abertas em locais ermos, sem pontos de referência prévios, a sua orientação torna-se mais permissiva ao posicionamento do Sol, sendo portanto capazes de nos darem informações sobre a época do ano em que foram abertas. A aplicação desta metodologia de trabalho ainda não foi ensaiada em Portugal mas é susceptível de vir a contribuir com importantes elementos. Infelizmente as sepulturas rupestres não têm recebido o devido tratamento quando são divulgadas, e os trabalhos que lhes são consagrados são bastante incompletos quanto a este e a outros aspectos. Pelos dados de que dispomos, parece-nos que as sepulturas não-antropomórficas e as sepulturas isoladas são as mais susceptíveis de ostentarem orientações divergentes da que era oficialmente recomendada. Em alguns casos a sepultura era trabalhada em penedos que, pela sua própria morfologia, não davam qualquer possibilidade de elas serem convenientemente orientadas, o que também não parece ter criado preocupações excessivas.

As sepulturas escavadas na rocha que se conhecem actualmente no Entre Douro e Minho permitem algumas observações de índole genérica em relação às teorias formuladas por Alberto del Castillo.

Já vimos que nesta área do Noroeste Peninsular vamos encontrar variadas soluções dentro do grande grupo das sepulturas não-antropomórficas. Elas tanto nos podem surgir com contornos rectangulares – as mais numerosas – como podem optar por contornos ovalados ou trapezoidais. Castillo entendera que as sepulturas que não apresentavam qualquer sintoma de evolução a caminho do antropomorfismo e que não pertenciam aos “núcleos familiares” seriam exemplares antigos, para os quais propôs uma periodização em torno dos séculos VII e VIII. Os exemplos minhotos não nos possibilitam qualquer elemento susceptível de contradizer a proposta cronológica de Castillo, mas também não nos deram indícios que a confirmassem. Acreditamos que elas serão de enquadrar, grosso modo, nessa época. O facto de, por exemplo, haver uma concordância de espaços entre as sepulturas ovaladas e sub-rectangulares de Montedouro – Perafita (Matosinhos, nº 85) e a sede de uma das paróquias referidas no “Paroquial Suévico” que Pierre David estudou e atribuiu a meados da segunda metade do século VI<sup>133</sup>, pode ser apontado como uma possível confirmação dessa cronologia, mas necessita de um estudo local mais aprofundado. A maior parte destas sepulturas apresenta-se, hoje, desinserida de contexto arqueológico, pelo que são monumentos mudos quanto ao seu passado e origem. Assim, e em face dos poucos elementos disponíveis, apenas podemos reconhecer que a datação deste tipo de sepulcros constitui um problema ainda em aberto para a área portuguesa. Somos um tanto cépticos em aceitar uma cronologia tão restrita para estas soluções, como defendeu o Professor Alberto del Castillo e outros autores tem vindo a seguir. A variedade tipológica encontrada no Entre Douro e Minho parece recomendar que se contemple, pelo menos nesta área, uma maior diacronia e flexibilidade, pois a evolução pode não ter sido tão linear quanto Castillo supôs. Nada nos garante que essa mesma evolução, no sentido de se adquirir uma silhueta antropomórfica, tenha sido sincrónica em toda a Península, nem tão pouco por todo o Entre Douro e Minho. É provável que em estudos posteriores se venham a detectar variações cronológicas regionais. O processo evolutivo pode ter diferentes faseamentos no Alto Minho ou no Douro Litoral, na orla marítima ou nas zonas interiores. A proximidade de vias de comunicação terrestres, fluviais ou marítimas, e o contacto inter-regional podem ter influência em todo este complexo processo. As propostas cronológicas de Castillo são, portanto, apenas uma base de trabalho a ter em conta nesta fase inicial dos estudos. Constituem o corpo teórico mais consistente de que dispomos, mas nem por isso devem ser entendidas como uma verdade adquirida.

---

<sup>133</sup> Cf. A. de Almeida Fernandes, “Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas”, *Arquivo do Alto Minho*, vol. V, Viana do Castelo, 1968, p. 35, onde se defende a identidade entre *Menturio* e Montedouro (ou Montedouro).

Quanto as sepulturas antropomórficas, também vamos encontrar no Entre Douro e Minho uma vasta gama de soluções. Quase todas as tipologias se encontram contempladas: sepulturas com cabeceiras de arco ultrapassado, ou de “tipo Ocidental” (n<sup>os</sup> 90 e 99, por exemplo), sepulturas com cabeceira trapezoidal, ou de “tipo Oriental – Catalão” (n<sup>os</sup> 48, 90 e 108, por exemplo), sepulturas com arco peraltado (n<sup>os</sup> 2 e 102, por exemplo), sepulturas com cabeceira rectangular (n<sup>o</sup> 99 por exemplo) e sepulturas com cabeceira de arco de volta perfeita (n<sup>os</sup> 13, 67 e 101, por exemplo). Esta extraordinária variedade tipológica não pode deixar de levantar alguns problemas. Torna-se extremamente difícil, enquanto não se realizarem escavações arqueológicas em necrópoles deste tipo, propor qualquer intento de ordenação quer tipológico quer cronológico. Tal como referimos para as sepulturas não-antropomórficas, também aqui nos encontramos perante um impasse. Nenhum elemento significativo se recolhe no Entre Douro e Minho que permita pôr em causa essência da teoria de Castillo, mas poucos elementos encontramos que a venham confirmar. A datação deste tipo de sepulcros encontra em Portugal, mas fora da área que nos ocupa, alguns exemplos interessantes que vale a pena aqui recordar, mesmo que em breves evocações.

Em Lourosa (Oliveira do Hospital), as sepulturas antropomórficas, com cabeceiras trapezoidais e de arco peraltado, encontram-se associadas ao templo, cuja sagração remonta a 912. No entanto, a opinião dos diferentes autores vacila entre as considerarem anteriores a essa data (Aguiar Barreiros 1934, José Pessanha 1933-1934, Vergílio Correia 1912) ou posteriores (Vergílio Correia 1934). Na necrópole da Sé Velha de Coimbra, a sua primeira fase é seguramente anterior à edificação da fachada românica do templo<sup>134</sup> e em Moreira de Rei (Trancoso) a anterioridade do cemitério rupestre em relação à Igreja românica é também patente<sup>135</sup>.

No Entre Douro e Minho vamos também encontrar alguns dados relevantes. A necrópole da Sé portuense (n<sup>o</sup> 102), apesar de tão mal conhecida, permite assegurar não só a anterioridade das sepulturas ovaladas da sua 1<sup>a</sup> Fase em relação à construção da fachada românica, como também testemunha a sobrevivência tardia de enterramentos em sepulturas antropomórficas. No entanto, não podemos saber se as moedas de D. Dinis e D. Afonso V ou as lajes reaproveitadas ostentando lavores baixo-medievais datam a abertura dos sepulcros ou se, pelo contrário, apenas dão um enquadramento cronológico para as últimas reutilizações, o que nos parece ser mais provável. Sepulturas em conexão com estruturas atribuíveis ao pré-românico encontramos em Amonde (Viana do Castelo, n<sup>o</sup> 23), em S. Torcato (Guimarães, n<sup>o</sup> 48) e em Tabuadelo (Guimarães, n<sup>o</sup> 50). Nos casos de Amonde e Tabuadelo somos alertados pela referência a pedras esquadriadas de grandes proporções, uma das características do aparelho construtivo pré-românico nas manchas graníticas. Em S. Torcato a implantação da sepultura rupestre antropomórfica, de cabeceira trapezoidal, no exterior do templo mas junto da capela-mor sagrada em 1132 é sintomática não só da posterioridade do sepulcro em relação a esses muros como também da sua abertura num momento que não se deve afastar muito da entrada ao serviço daquele local de culto. As sepulturas de St.<sup>a</sup> Luzia (Penafiel, n<sup>o</sup> 98), com silhuetas ovaladas ou sub-rectangulares, são seguramente anteriores à construção do templo paroquial de S. Martinho de Moazáres, que se pode colocar na Baixa Idade Média, cerca dos séculos XIII-XIV. Os sepulcros são, portanto, um testemunho de que aquela construção religiosa veio perpetuar uma tradição de

<sup>134</sup> Cf. António de Vasconcelos, *A Sé Velha de Coimbra*, vol. II, Coimbra, 1935, fig. H, p. 199. A segunda fase do cemitério de Coimbra já deve ser contemporânea da fachada românica. Atente-se a mudança de orientação que se verifica entre os dois grupos de moimentos, o primeiro alinhado pela trajectória solar (?), o segundo implantado de acordo com os alinhamentos dos muros. Segundo Manuel Luís Real a construção da fachada conimbricense data dos finais do 3<sup>o</sup> quartel do século XII (cf. *A Arte Românica de Coimbra (Novos Dados – Novas Hipóteses)*, dissert. de Licenciatura, vol. I, Porto, ed. policopiada, 1974, p. 152). Em documento de 1172 já se menciona o portal ocidental.

<sup>135</sup> Cf. David Bruno Soares Moreira, “Moreira de Rei”, *A Ilustração Moderna*, 1931, pp. 259-261; Artur de Magalhães Basto, *Sumário de Antiguidades*, Porto, 1963, pp. 123-128.

Moreira de Rei encontra-se documentada desde 960, o que pode fornecer uma aproximação cronológica para a necrópole de sepulturas rupestres antropomórficas.

culto anterior, sucedendo a um templo de menores proporções. No exemplo da Igreja do Soajo (Arcos de Valdevez, nº 5) o potencial informativo é bem menos importante já que a sepultura se encontra longitudinalmente cortada por muros de época moderna, cuja posterioridade julgamos já não estar em discussão. O mais importante exemplo do Entre Douro e Minho é o Convento de St.<sup>a</sup> Marinha da Costa (Guimarães, nº 46), única estação arqueológica com sepulcros rupestres que [à data da redacção do texto] foi objecto de escavação. Por isso, a sua análise merece ser mais detalhada, até porque é a única possibilidade que temos de avançar com cronologias relativamente seguras para diferentes tipos de sepulturas antropomórficas, correspondentes a outros tantos estádios evolutivos.

As escavações no Convento da Costa permitiram a identificação de estruturas de templos de diferentes épocas (Fig. 2). O mais antigo edifício de culto cristão parece remontar ao período suevo-visigótico<sup>136</sup> e dele quase nada sobreviveu até aos nossos dias. No entanto, foi possível determinar parte da sua planta, graças aos negativos dos alicerces abertos na rocha. Sobre o seu espaço, correspondendo a uma ampliação da área edificada, a uma nova planta e uma nova solução de volumes, construiu-se um outro templo, que Manuel Real classifica de galaico-asturiano<sup>137</sup>. Quando se pretendeu edificar o templo moçárabe, o espaço utilizado já não foi coincidente com o das duas construções anteriores, tendo-se deslocado o conjunto um pouco para Norte. A construção românica, a quarta documentada nesta estação, obra dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, viria a ocupar uma área semelhante à da moçárabe, e apenas se assinalou uma ampliação de espaço com o avanço da capela-mor para Leste. Por essa altura, a zona onde outrora haviam sido construídos os dois templos mais antigos seria ocupada pelo claustro. Ora, associadas aos diferentes templos da Costa, vamos encontrar diversas sepulturas rupestres. Não possuímos sepulcros contemporâneos da edificação do templo I, suevo-visigótico, mas são conhecidas duas sepulturas truncadas e urna sepultura de criança que, pela sua implantação, terão de ser posteriores ao templo I mas anteriores à construção galaico-asturiana. A sua cronologia parece balizar-se entre os séculos VII e IX, a julgar pelos dados avançados para as edificações. Infelizmente as duas sepulturas de adulto encontram-se cortadas na zona da cabeceira, impossibilitando, assim, a leitura da sua silhueta numa das zonas mais sensíveis deste tipo de sepulcros. A sepultura de criança, que sobreviveu completa, é sub-rectangular. Tanto esta como as duas sepulturas de adulto, incompletas, foram abertas dentro do espaço cultural, quando o edifício suevo-visigótico ainda se encontrava em uso. Embora nos inícios da segunda metade do século VI o cânone XVIII do 1º Concílio de Braga condenasse expressamente os enterramentos dentro das igrejas, a recomendação parece não ter encontrado grande aceitação desde cedo. Uma outra sepultura de adulto, foi aberta no exterior do templo, talvez junto dos seus muros. Actualmente sobrevive junto da parede Sul do templo galaico-asturiano, mas a sua articulação com essa parede assegura-nos a anterioridade da sepultura. Efectivamente, se atendermos ao contorno do rebordo para encaixe da tampa, somos levados a incluí-lo igualmente numa fase intermédia, entre a construção dos templos I e II. Assim, esta necrópole, na sua fase mais antiga, desenvolvia-se tanto no interior como no exterior do templo. Esta sepultura de adulto apresenta-se bastante bem conservada. Trata-se de um sepulcro talhado com uma simetria quase perfeita, ostentando um antropomorfismo incipiente, o qual apenas se pode detectar na ligeira inflexão que a linha de bordo apresenta depois de atingir a largura máxima na zona dos “ombros”. Uma vez que o seu rebordo Norte se encontra parcialmente truncado pela construção do muro Sul do templo asturiano, somos levados a concluir que a sepultura deve ser atribuída a um momento que se situa entre os séculos VII e IX.

<sup>136</sup> Cf. Manuel Luís Real, “Santa Marinha da Costa. Notícia Histórica”, *Pousada de Santa Marinha*, “Boletim da D.G.E.M.N.”, nº 130, Lisboa, 1985, pp. 9-11.

<sup>137</sup> Cf. Manuel Luís Real, op. cit., 1985, pp. 12-17.

É interessante registar-se que, nesta fase relativamente antiga, se detectam sintomas de evolução a caminho do antropomorfismo na zona de Entre Douro e Minho, com um processo distinto daquele que Castillo detectou nas necrópoles do Nordeste Peninsular. Na necrópole da Costa não se começa por assinalar qualquer “ombro”, prosseguindo-se até alcançar o antropomorfismo pleno. Pelo contrário, todo o processo de inicia partindo de uma base de simetria axial. Um pouco para Oeste desta sepultura abria-se uma outra de tipologia talvez idêntica, mas hoje muito mutilada.

Posteriores a estas sepulturas da fase mais antiga da Costa devem ser os dois enterramentos implantados um pouco mais a Sul. São sepulturas que apresentam um antropomorfismo muito tímido, com paredes laterais rectas e paralelas, e um largo rebordo destinado ao encaixe da tampa. Pelo facto de uma interceptar o rebordo da outra ficamos a saber que entre a abertura destes moimentos deve ter mediado algum tempo. Eles estão orientados canonicamente e podem ser associados ao templo asturiano da Costa. É provável que esta segunda fase da necrópole fosse bastante mais extensa, mas ela foi duramente afectada por construções posteriores. Uma sepultura antropomórfica no ângulo Sudeste da ala do claustro pode ser associada a este momento, tendo sido cortada por outro moimento rupestre que, pela sua orientação, pertence a uma nova fase, talvez dos séculos XI ou XII. A principal concentração dos enterramentos desta terceira fase do cemitério da Costa encontra-se no quadrante Sudeste do jardim claustral, mas vamos encontrar um outro isolado, junto do ângulo Nordeste da ala do claustro, também ele interceptado por um sepulcro posterior. Repare-se que esta 3ª fase do cemitério da Costa adoptou uma orientação distinta da que se verifica para a maioria dos restantes enterramentos. A abertura destes moimentos é bastante tardia mas ainda anterior à construção do claustro, podendo atribuir-se aos séculos XI ou XII.

Um outro núcleo de sepulcros rupestres interessante é aquele que se desenvolve ao longo da ala Leste do claustro, prolongando-se pelos inícios das alas Norte e Sul e no ângulo Noroeste. São sepulturas antropomórficas cuja orientação não foi ditada pelo nascer ou pôr do Sol, mas antes pela presença dos muros românicos. A datação do claustro – atribuído aos finais do século XII<sup>138</sup> – permite-nos presenciar a existência de sepulturas rupestres em uso numa época bastante tardia, o que se compreende bem se atendermos à fraca potência dos terrenos nessa zona. Pela sua implantação, tudo indica que terão sido abertas quando já se encontravam definidos os alinhamentos dos muros românicos. Na sua abertura foram traçados grandes e profundos rebordos e a tendência para cabeceiras sub-rectangulares é dominante. A silhueta antropomórfica não é muito regular, mas é provável que a reutilização dos sepulcros tenha originado adulterações do seu perfil inicial. Dois pares de sepulturas desta fase, um no ângulo Nordeste do claustro, outro na esquina Noroeste, podem ser também relacionados com o templo moçárabe, que ocupava parte da área da actual igreja. A dita implantação, sobretudo no que diz respeito às sepulturas 30 e 31, convida a essa interpretação, o que ajudaria a explicar a presença de uma tipologia relativamente arcaica no sepulcro 31, onde apenas se assinalou o “ombro” esquerdo. Para os enterramentos 19 e 20 atente-se a que eles se abriram junto dos muros românicos, sem espaço para o rebordo, o que pode justificar a sua associação ao templo moçárabe. Infelizmente, quer para um quer para outro caso, o seu posicionamento também se pode ter pautado pelo claustro românico, pelo que não é possível optar definitivamente por uma ou outra hipótese.

Por último, a Costa forneceu testemunhos de outras modas de enterramento: uma tampa decorada, tardia, e um sarcófago antropomórfico, na ala Oeste do claustro, e várias sepulturas rectangulares, definidas por pedras avulsas, talvez do século XVI, concentradas na metade Sul das alas claustrais, para além de seis “carneiros” do século XVIII.

---

<sup>138</sup> Cf. Manuel Luís Real, op. cit., 1985, p. 37.

O exemplo do Convento da Costa é valioso em duas perspectivas: por um lado documenta-nos os primeiros passos de evolução a caminho do antropomorfismo num horizonte cronológico que é seguramente anterior ao século IX, podendo estar relacionado com a utilização do templo mais antigo, embora deva corresponder a uma fase posterior à da sua construção; por outro lado, testemunha-nos a utilização de sepulcros rupestres antropomórficos, com profundos encaixes para as tampas, numa fase tardia, que se situa em torno dos meados do século XIII. As sepulturas mais antigas do Convento da Costa não podem deixar de recordar algumas das soluções tipológicas patentes no subsolo da catedral de Santiago de Compostela, pertencentes à necrópole que, erroneamente, tem sido atribuída ao período romano<sup>139</sup>.

Se no Convento de St.<sup>a</sup> Marinha da Costa encontramos sepulturas que encetaram a evolução para o contorno antropomórfico através de soluções distintas da que Castillo enunciara, no Entre Douro e Minho também vamos encontrar sepulturas onde o processo se avizinha do que descrevera aquele autor. É o caso, por exemplo, de uma das sepulturas de St.<sup>a</sup> Marta (Penafiel, nº 181), onde se assinala apenas o “ombro” esquerdo, quedando o outro praticamente por demarcar. Outros tipos de antropomorfismo incipiente encontramos patentes em Afife (nº 20), e na Várzea do Douro (nº 84), mas em ambos optou-se por uma simetria axial, à semelhança da Costa.

A presença de “núcleos familiares” no Entre Douro e Minho é apenas esporádica. Este possível testemunho da família nuclear encontra-se patente na necrópole de St.<sup>a</sup> Marta (Penafiel, nº 101), no Convento da Costa, no Freixo (?) (Marco de Canaveses, nº 69), em Salvador do Monte (Amarante, nº 59) e nas sepulturas geminadas de Cabeça Santa (Penafiel, nº 90). Fora do Entre Douro e Minho registemos desde já os casos bem explícitos da necrópole de Povoação (Vila Pouca de Aguiar)<sup>140</sup> e da importante necrópole de Moreira de Rei (Trancoso)<sup>141</sup>.

Creemos que, no Entre Douro e Minho, a maior parte das sepulturas antropomórficas talhadas na rocha poderão ter tido um período áureo entre a segunda metade do século IX e os fins do século XI. Por seu turno, o período de evolução até se alcançar o contorno antropomórfico axial perfeito pode-se colocar por volta do século VIII e primeira metade do século IX. No entanto, atribuir todos os sepulcros a uma fase tão antiga será, por agora, difícil de comprovar. Para alguns casos a sobrevivência desta moda de enterramentos até épocas mais recentes, cerca dos séculos XIII e XIV, parece perfeitamente comprovada. O caso da Sé do Porto e do Convento da Costa, nas suas fases mais recentes, podem ser aqui incluídos. O exemplo de Longos Vales (Monção, nº 9), pela associação de tampas decoradas com motivos tardo-medievos a sepulcros rupestres, também pode ser aqui evocado. Em Riba de Mouro (Monção, nº 12) a necrópole também deve corresponder a uma diacronia que, se não arranca já na Baixa Idade Média, pelo menos atinge-a seguramente. E o exemplo de Alpendurada (Marco de Canaveses, nº 64), pela possível conjugação de uma estela funerária rectangular, com uma cruz a ornamentá-la, com uma sepultura desta tipologia, pode ser colocado lado a lado com os cemitérios de Povos (Ribatejo),

<sup>139</sup> A necrópole que Chamoso Lamas e Guerra Campos classificam de “romana” é, na realidade, medieval. Efectivamente, se observarmos as tipologias que Guerra Campos apresenta para esta necrópole (J. Guerra Campos, *Exploraciones arqueológicas en torno al sepulcro del Apostol Santiago*, Santiago de Compostela, 1982, p. 499), seis dos nove tipos registados são exclusivos da Idade Média ou, pelo menos, desconhecidos no período romano. As soluções antropomórficas que ostentam são bem elucidativas neste aspecto. Apenas os três primeiros tipos são menos expressivos em termos cronológicos. Por outro lado, cremos que a argumentação que Guerra Campos fornece para justificar a sua atribuição deste cemitério ao período romano não é consistente. A necrópole parece ajustar-se a uma cronologia que se situa à volta dos séculos IX e X. As sepulturas apenas se guiam por alinhamentos anteriores, sendo posteriores às estruturas romanas. Em termos tipológicos e de orientação, não conseguimos encontrar grandes diferenças entre a necrópole que Guerra Campos classifica de “romana” e a que ele designa por “sueva”. As fotografias que o autor publica mostram-nos sepulturas antropomórficas abertas na rocha que, noutros contextos, não teríamos grandes dúvidas em atribuir aos tempos da Reconquista. A semelhança do sepulcro compostelano da fotog. 161 (p. 500) com a sepultura nº 4 da Costa, até na sua solução de antropomorfismo incipiente, é notável.

<sup>140</sup> Mário Jorge Barroca e António Joaquim Cardoso Morais, “Sepulturas medievais na Terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar)”, *Arqueologia*, vol. 8, Porto, 1983, pp. 97-98.

<sup>141</sup> O exemplo de Moreira de Rei é bem elucidativo: duas sepulturas de adulto enquadram outros dois sepulcros que pelas suas dimensões eram destinados a crianças. As sepulturas estão orientadas N-S e implantadas junto da parede Sul da capela-mor. Não muito longe vê-se um outro par de sepulturas de adulto.

de Monsanto e de Jagueiros (Ranhados, Viseu), onde conjuntos idênticos foram detectados, constituindo novos indícios da sobrevivência tardia desta moda de enterramento.

Por último, registemos algumas referências documentais mediélicas a possíveis sepulturas rupestres. Em 911, nos limites da diocese de Dume, refere-se que a sua fronteira ia até à “...*archa qui sedet in petra...*” (LF, nº 19, vol. I, p. 39). Em 1061, na doação de propriedades ao mosteiro de St.<sup>o</sup> Antonino de Barbudo, encontra-se também uma referência: “...*ad illum Pennetelinm ubi ipsa arca est...*” (LF, nº 233, vol. I, p. 274). Na Carta de Couto de S. Pedro da Cova, um apócrifo que se pretendeu atribuir a 1130, indica-se que os limites de validade do diploma iam “...*ad piam de petra...*” (DMP, vol. I, nº 109, p. 132-133; Censual Cab. Porto, p. 154). Em vários passos das Inquirições de 1258 encontramos referências que se podem adaptar a este tipo de sepulcros. Não queremos deixar de apontar aqui alguns exemplos, sem a preocupação de sermos exaustivos. Em St.<sup>a</sup> Cristina de Meadela, no Julgado de Ponte de Lima, referem as Inquirições, a dado passo, uma “*bouza cum seus matos, que jaz cabo a petra da arca...*” (PMH, Inq., p. 332). Em St.<sup>a</sup> Maria da Quintana, no Julgado de Refoios, aparece-nos uma referência a “...*Monte Curto*” com um “*tumbum contra Antam*” (idem, p. 527), enquanto que em Marecos (Penafiel) se reportam os inquiridores régios a uma “*arcam de Moazares que sedet in strata*” (idem, p. 589). Estas referências, que estão muito longe de esgotar os casos que se podiam apontar, vêm chamar a atenção para outros aspectos que podem ser aproveitados como contributos para a definição cronológica desses monumentos. Os casos que aqui incluímos, ao serem aproveitados em diplomas medievais para definir os limites de validade do documento, revelam-nos, em primeiro lugar, que esses sepulcros rupestres ocupavam lugar proeminente na paisagem, condição fundamental para serem eleitos como marcos de fronteira. Mas, por outro lado, revelam-nos também monumentos que, muito provavelmente, já se encontravam abandonados, sem tampa e esvaziados. Por isso eles são apresentados como “pias” ou “arcas esculpidas”. É mesmo provável que a sua função funerária estivesse esquecida. Nesta perspectiva, e atendendo a que, como vimos, a execução de sepulcros rupestres sobrevive até bastante mais tarde, poderíamos supor que os monumentos referidos nestes documentos fossem de tipologia não-antropomórfica, contrastando com os que eram utilizados na altura dos diplomas, já antropomórficos.

## **CONTRIBUTO PARA UM LEVANTAMENTO DAS SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA DE ENTRE DOURO E MINHO**

O levantamento obedece aos seguintes critérios:

1. Os distritos foram ordenados por uma sequência geográfica, de Norte para Sul (Viana do Castelo, Braga e Porto).
2. Dentro de cada distrito procedeu-se a uma ordenação alfabética por concelhos, e, dentro de cada um, por freguesias. À indicação da freguesia segue-se a referência ao micro-topónimo.
3. O número de inventário corresponde ao que figura no mapa de distribuição geográfica.
4. Ao texto de comentário monográfico seguem-se as referências bibliográficas e/ou orais em que nos baseamos, precedidas do sinal \*.

## DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

### Concelho de ARCOS DE VALDEVEZ

#### 1 – Ázere

##### Lugar da Cerca

Félix Alves Pereira noticiou a existência de “*uma sepultura rupestre começada mas incompleta, trapezoidal, num penedo de 2m de altura, no sítio da cerca, arrabaldes de S. Miguel-o-Anjo de Ázere*”, nas imediações da capela de S. Silvestre (de que sobrevivem ruínas).

\* Félix Alves Pereira, “Jornadas de um curioso pelas margens do Lima”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, p. 5, nota 1.

#### 2 – Ázere

##### Alto das Igrejas

Félix Alves Pereira reportou-se a uma sepultura de grandes dimensões no Alto das Igrejas, “*elevada eminência, em cujos flancos está o castelo de S. Miguel-o-Anjo*”. A campa da “Geéla”, como era então conhecida, apresenta, um contorno antropomórfico simétrico, com cabeceira bem demarcada, em arco peraltado, e tem de comprimento 2,50 m. Em 1929 apresentava já um dos laterais destruído, tendo o autor feito a reconstituição em desenho. Trata-se de um dos exemplares de maiores dimensões que conhecemos para o Entre Douro e Minho.

\* Félix Alves Pereira, “Rascunhos de velharias de Entre-Lima-e-Minho”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, pp. 157-158.

#### 3 – Condoriz

##### Cardal, Quinta do Outeiro

Segundo Félix Alves Pereira, no sítio do Cardal, dentro da Quinta do Outeiro, existiria num penedo isolado uma sepultura quase rectangular, com 2,30m de comprimento e 0,65 a 0,60 m de largura. Este sepulcro, orientado sensivelmente NO-SE, foi parcialmente destruído entre 1895 e 1903, datas de duas visitas daquele arqueólogo, tendo sido mutilado em quase metade da sua superfície. Apresentava um rebordo trabalhado, para melhor adaptação das lajes da sua tampa, que, pelo que se depreende desses entalhes rupestres, deveria ser composta por três lajes distintas. Os rebaixos periféricos não contornam totalmente a sepultura, e concentram-se nos dois terços superiores desta. Por certo a terceira laje de cobertura não deveria apoiar-se em nenhum encaixe. As outras duas pedras deveriam ter espessuras distintas, já que o rebordo apresenta duas superfícies de apoio com cotas diferentes.

\* Félix Alves Pereira, “Insculturas em rochas em castros de Val-de-Vez ou vários penedos com pias”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. IV, Lisboa, 1898, pp. 294-295, nota 1; Idem, “Rascunho de Velharias de Entre-Lima-e-Minho”, *O Archeólogo Português* 1ª Série, vol. XXVI, Lisboa, 1923-1924, pp. 271-272.

#### 4 – Grade

##### Monte das Cruzes

Igualmente noticiada por Félix Alves Pereira, a sepultura rupestre do Monte das Cruzes, na freguesia de Grade, e um sepulcro subtrapezoidal, com cabeceira plana de ângulos suavizados e pés arredondados. Conforme o autor anotou “*a sua orientação foi determinada, não por alguma razão ritual, mas pelo único aproveitamento possível da estreita rocha, ficando a cabeceira para N. e os pés para S.*”. A sepultura apresenta 1,83 m de comprimento, e de largura 0,43 na cabeceira e 0,33 aos pés.

\* Félix Alves Pereira, “Rascunho de velharias de Entre-Lima-e-Minho”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, pp. 156-157.

#### 5 – Soajo

##### Igreja paroquial do Soajo

Junto da Igreja paroquial do Soajo encontra-se uma sepultura antropomórfica aberta no afloramento granítico, orientada Oeste-Este. Foi parcialmente cortada pelas ampliações do templo, jazendo junto dos seus muros.

\* Agradecemos a informação a Joel Cleto.

### **Concelho de CAMINHA**

6 – Arga de Cima

Serra d'Arga

Temos notícia da existência de sepulturas abertas na rocha no alto da Serra d'Arga, nos limites da freguesia de Arga de Cima com a freguesia de Cabração (conc. Ponte de Lima), mas não conseguimos apurar nem a tipologia nem o número total dos sepulcros. Não se encontra referida na obra de Lourenço Alves, *Caminha e seu concelho. Monografia*; Caminha, 1985.

7 – Seixas

Alto do Gorito

Segundo informações locais, no Alto do Gorito, não longe da antena de TV, implanta-se uma necrópole de sepulturas abertas na rocha com contorno antropomórfico, com seis sepulturas. Não tivemos oportunidade de confirmar a informação.

8 – Vilar de Mouros

?

Temos notícia da existência de um conjunto de doze sepulturas abertas na rocha, mas desconhecemos a sua localização precisa, bem como a tipologia a que obedecem. O número total de sepulcros carece de confirmação.

### **Concelho de MONÇÃO**

9 – Abedim

S. Martinho da Penha

Segundo J. A. Almeida "na descida da Serra da Bulhosa, vindo de Coura para Monção", não muito longe do "Castelo de S. Martinho da Penha", encontra-se uma sepultura escavada na rocha. Segundo o mesmo autor, "em hum dos lados o rochedo está nivelado artificialmente, o que mostra haver ali sido depositado algum corpo humano; e no cabeço deste anivelamento há uns buracos abertos na rocha como feitos para segurança e pequeno aparato fúnebre".

\* J. A. Almeida, "Documento VI. Descrição da Freguesia de Abedim no "Dicionário Abreviado de Corographia, Topographia e Archeologia das Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal", *Anais da Academia Portuguesa de História*, "Ciclo da Fundação da Nacionalidade", Vol. I, Lisboa, 1941, p. 181.

10 – Longos Vales

Mosteiro de S. João de Longos Vales e Capela de Sta. Catarina

No adro do antigo mosteiro, hoje Igreja paroquial, de S. João de Longos Vales, no local onde existiu outrora a Capela de Sta. Catarina, foram postos a descoberto, em 1938-1943, vários sarcófagos e tampas da Baixa Idade Média, e algumas sepulturas abertas na rocha, de que sobrevivem actualmente quatro.

\* João Afonso Caldas, *Monografia de S. João de Longos Vales*, Braga, 1975, pp. 128 e 146.

11 – Pias

?

Segundo Martins Sarmiento "A freguesia de Pias (concelho de Monção) tira o seu nome, segundo dizem, dum lugar onde abundam sepulturas desta espécie" (rupestres). Ignoramos número e tipologia.

\* F. Martins Sarmiento, "A propósito dos roteiros de tesouros", *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 315.

12 – Riba de Mouro

Igreja paroquial de Riba de Mouro

Segundo José Augusto Maia Marques, na Igreja de Riba de Mouro existe um "conjunto de cerca de meia centena de sepulturas antropomórficas abertas no granito e no saibro granítico. Algumas estão conservadas sob o soalho da Igreja Matriz. Aquando das obras naquele templo concluiu-se que algumas das sepulturas estavam cobertas por lajes de granito sumariamente afeiçoado". Parece ser um exemplo de necrópole relativamente tardia, se atendermos as cronologias propostas vulgarmente para o auge desta moda de enterramento.

\* José Augusto Maia Marques, "Inventário Arqueológico do concelho de Monção. Estado da Questão", Porto, 1984, p. 22 (separata de *Revista de História da Universidade Livre*, vol. I, Porto, 1984).

### **Concelho de PAREDES DE COURA**

13 – Ferreira

Venade

No sopé, a Norte, do Monte do Castro de Venade, após duas leiras cultivadas, e ao fundo de uma bouça (“Giestal”), “fazendo parede de suporte, está uma rocha natural que tem escavada, na sua face superior ou sobreleito, orientada de Norte a Sul uma sepultura” antropomórfica aberta na rocha, com rebordo bem demarcado. Segundo Narciso Alves da Cunha mede 1,80 m de comprimento, e ostenta 0,52m de largura junto dos ombros. A sua profundidade oscila entre 0,18 m, ao centro, e 0,212 m na cabeceira.

\* Narciso C. Alves da Cunha, *No Alto Minho. Paredes de Coura*, Porto 1909, pp. 124-125.

### **Concelho de PONTE DE LIMA**

14 – Arcos (S. Pedro de)

Sanjemondes ou Sanjamondes

Uma sepultura aberta na rocha de contorno “trapezoidal, de lados levemente curvilíneos, ângulos arredondados, grande rebordo em toda a volta da cavidade e um bueiro nos pés do lado esquerdo” (F. A. Pereira, p. 5). É conhecida por “Pedra do Lagar” (C. Brito, p. 91).

\* Félix Alves Pereira, “Jornadas de um curioso pelas margens do Lima”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, p. 4/5; Manuel J. da Cunha Brito, “Necrópole Cristã de Tavarez (Arcos de Valdevez)”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXIX, Lisboa, 1930-1931, p. 91; Carlos Teixeira e A. Cândido Medeiros, *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000. Notícia explicativa da Folha 5A – Viana do Castelo*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1972, p. 40.

15 – Arcozelo

Monte de Sto. Ovídio

Junto da Capela do Monte de Sto. Ovídio, onde se implantou um castro, existe uma sepultura aberta na rocha.

\* Carlos Teixeira e A. Cândido Medeiros, op. cit., 1972, p. 40.

16 – Cabaços

Referenciada a existência de sepulturas rupestres, desconhecendo-se número e tipologia.

\* Carlos Teixeira e A. Cândido Medeiros, op. cit., 1972, p. 41.

17 – Correlhã

Igreja paroquial da Correlhã e Capela de Sto. Abdão

Segundo Manuel de Aguiar Barreiros, a Igreja da Correlhã encontra-se “sobre um cemitério bárbaro, como se colige das sepulturas rupestres do adro e de muitas outras avulsas de forma trapezoidal, se bem que estas ultimas são bem mais posteriores. Em duas d’aquelas, encobertas, metade pela parede do socalco que ampara o terreno em volta do templo, distingue-se perfeitamente o logar aprofundado da cabeça e dos ombros. Mas de que são numerosas não faltam as provas testemunhaes, como a daquele já entrado em idade, que reproduzindo o que lhe dizia o velho avô, me affiançou existir debaixo do adro uma grande lajea toda cheia d’aquelas sepulturas cavadas na rocha, muitas das quaes o aludido avô ajudou a soterrar quando, no seu tempo se procedeu à regularização do terreno do adro”. Félix Alves Pereira também se reportou a elas dizendo que “no adro desta igreja verifica-se o antiquissimo costume de sepultar os fieis na contiguidade das igreja; como em Lourosa, vêem-se ainda as respectivas sepulturas ou pias; debaixo de um cruzeiro do mesmo adro estão à vista as cabeceiras de duas sepulturas escavadas na própria rocha; quanto à forma ambas perfilha os ombros e cabeça humana”. Do velho cemitério rupestre sobrevivem ainda as mesmas duas sepulturas a que se reportava Aguiar Barreiros, meio truncadas pelo muro do socalco do adro, sendo perceptível a solução antropomórfica com cabeceira de arco de volta perfeita. Foi certamente a estas duas sepulturas que se referiu Félix Alves Pereira, muito embora por confusão as tenha localizado “debaixo de um cruzeiro”.

\* Manuel de Aguiar Barreiros, *Egrejas e Capelas Românicas da Ribeira – Lima*, Porto, ed. Marques Abreu, 1926, p. 23; Félix Alves Pereira, “Jornadas de um curioso pelas margens do Lima”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, p. 44; Manuel J. da Cunha Brito, op. cit., Lisboa, 1930-1931, p. 91; Carlos Teixeira e A. Cândido Medeiros, op. cit., 1972, p. 41.

## 18 – Estorões

### Monte do Castelo

Referenciadas sepulturas antropomórficas abertas nos afloramentos graníticos, embora desconhecamos o número total.

\* Carlos Teixeira e A. Cândido Medeiros, op. cit., 1972, p. 40.

## 19 – Refoios de Lima

### Lugar do Couto

Uma das mais celebrizadas sepulturas rupestres minhotas. Implanta-se na vertente Sul do monte do Castelo, Alto do Couto, onde se ergueu o Castro de Genso. A sepultura encontra-se junto da Capela de S. Simão, sendo, por isso, conhecida popularmente por “Sepultura de S. Simão”. Trata-se de um sepulcro de contorno rectangular, com os ângulos arredondados. A superfície exterior foi horizontalizada, tendo-se dado particular cuidado a uma faixa de pequenas dimensões que envolve toda a sepultura, criando um rebordo à maneira de moldura, destinado a receber tampa. Segundo F. Alves Pereira a sepultura fora aberta num penedo com cerca de 2m de altura e encontra-se orientada Nascente-Poente. Regista o mesmo autor que “em torno da fossa havia um canal feito a cinzel com escoante em um dos ângulos” Na realidade trata-se de rebordo para receber a tampa. No alto do penedo encontram-se também uns “riscos”, mas Félix Alves Pereira concluía ser obra “casual e insignificante”. Luís Figueiredo da Guerra, que primeiro noticiou esta sepultura, refere-se a ela dizendo que “a cavidade rectangular apresenta as paredes quasi verticaes, tendo no fundo 1,92m e na borda exterior apenas attinge 2 metros, e de alto 0,45m por 0,50m de largo”, acrescentando que ela não se encontra orientada. Implanta-se na Quinta do Cardido ou Candido.

\* Luís Figueiredo da Guerra, “Legenda Enigmática”, *O Archeólogo Português*, Iª Série, vol. VIII, Lisboa, 1903, pp. 258-260; Félix Alves Pereira, “Jornadas de um curioso pelas margens do Lima”, *O Archeólogo Português*, Iª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, pp. 2-3; José Leite de Vasconcelos, “Correspondência de Martins Sarmiento”, *O Archeólogo Português*, Iª Série, vol. VI, Lisboa, 1901, p. 182; Carlos Teixeira e A. Cândido Medeiros, op. cit., 1972, p. 40; Henrique Barreto Nunes, *Informação Arqueológica*, nº 1, Braga, 1979, p. 24 e fot. p. 25.

## 20 – Refoios de Lima

### Casal Novo

Sepultura sub-rectangular, aberta no alto de um rochedo, com ligeiro estreitamento no sentido dos pés. Apresentava dois grandes levantamentos nos laterais maiores e não possuía moldura ou rebordo para encaixe da tampa. Apareceu quando, após invernia rigorosa, o penedo se deslocou do sítio e tombou sobre uma estrada, no ano de 1978. Foi, entretanto, destruída.

\* S/A, “Sepultura sueva num penedo deslocado”, *Jornal de Notícias*, Porto, 19 de Maio de 1978; Henrique Barreto Nunes, *Informação Arqueológica*, nº 1, Braga, 1979, pp. 24-25 e fot. p. 25.

## 21 – Refoios de Lima

### Capela de S. Julião, Valdevez

Nas imediações da Capela de S. Julião, no lugar de Valdevez, e não muito longe da “sepultura de S. Simão” (vide nº 19), encontra-se um moimento aberto na rocha, conhecido popularmente por sepultura de S. Gião. Trata-se de uma sepultura não-antropomórfica, implantada no alto de um rochedo que lhe determinou a orientação N-S. Segundo Félix Alves Pereira, a sepultura tem 1,96m de comprimento e 0,66 a 0,61m de largura, com uma profundidade oscilante entre os 0,49 e 0,66m. Acrescenta o mesmo autor que “não há ressalto em toda a cavidade, mas apenas em um dos topos onde a fraga é mais alta, afim de que a tampa ajustasse mais exactamente”.

\* Félix Alves Pereira, “Jornadas de um curioso pelas margens do Lima”, *O Archeólogo Português*, Iª Série, vol. XXVIII, Lisboa, 1927-1929, p. 4; Carlos Teixeira e A. Cândido Medeiros, op. cit., 1972, p. 41.

## **Concelho de VIANA DO CASTELO**

### 22 – Afife

Monte da Agrichousa, lugar da Espilrada

No lugar da Espilrada, entre a Bouça dos Pinheiros e a Ereira (antes de se atingir o rio da Oliveira), encontra-se urna sepultura aberta num rochedo, aproveitando quase integralmente a sua superfície superior, e apresentando uma solução de antropomorfismo incipiente, com a cabeceira pouco demarcada em profundidade. Esta sepultura é, a todos os títulos, notável, ostentando um grande rebordo destacado do rochedo, lembrando, na teoria de Alberto del Castillo, os exemplares que denunciam a evolução para o sarcófago, através do alteamento dos laterais. Parece-nos, no entanto, um exemplar bastante arcaico. Mede 1,73m de comprimento e de largura 0,52m na cabeceira e 0,34m na zona dos pés.

\* Afonso do Paço e Anibal do Paço Quesado, “Digressões arqueológicas pelo Alto Minho”, *Arquivo do Alto Minho*, vol. 7, Viana do Castelo, 1957, p. 173; Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte, “Levantamento Arqueológico do concelho de Viana do Castelo”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

#### 23 – Amonde

##### Minas de Estanho de Amonde

Abel Viana registou a existência, próximo das Minas de Estanho de Amonde, de sepulturas rupestres e de restos de uma construção: “*supomos estarem ali sinais de um eremitério cristão muito primitivo*”. Em uma pequena dobra da encosta, notam-se alicerces de construções muito rudes, nas quais foram empregados avantajados blocos de granito. Nada que se assemelhe ao que vemos nas ruínas dos castros. Com estes vestígios julgamos acharem-se relacionadas sepulturas abertas na rocha, que aí se encontram entre os aludidos alicerces.” Pela descrição que o autor nos dá do aparelho de construção somos levados a crer que Abel Viana se encontrou perante uma construção pré-românica associada a sepulturas rupestres, o que seria do máximo interesse. No entanto, e apesar dos esforços dispendidos, não conseguimos localizar esta estação arqueológica. Informações recolhidas no local levam-nos a acreditar que este núcleo ainda sobrevive. Desconhecemos o número total de sepulturas, mas sabemos que são trapezoidais, sem qualquer indício de antropomorfismo, e com rebordo para receberem tampa.

\* Abel Viana, “Alguns instrumentos de pedra pulida do Alto Minho”, *Arquivo do Alto Minho*, vol. 4, Viana do Castelo, 1950, pp. 16-17, e fot. nº 2 (fig. 8).

#### 24 – Areosa

##### Pia dos Eidos

Sepultura trapezoidal que se situava “logo à saída de Viana do Castelo, seguindo a estrada litoral que se dirige para Caminha”. Segundo refere Abel Viana “por informações de uns pedreiros da Areosa soubemos que sepulturas idênticas surgiram ali perto, ao edificar-se, em terreno da Veiga, uma fábrica de capachos e artefactos similares”. Não parece sobreviver nenhuma das sepulturas referidas.

\* Abel Viana, op. cit., 1950, p. 15.

#### 25 – Cardielos

##### Lugar do Padrão

Rosa Araújo refere sepulturas escavadas na rocha, mas ignoramos número total e suas tipologias.

\* José Rosa Araújo, *Caminhos velhos e pontes de Viana e Ponte de Lima*, Viana do Castelo, 1962, p. 64 (citado por Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte, “Levantamento Arqueológico do Concelho de Viana do Castelo”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.).

#### 26 – Castelo de Neiva

?

Segundo informação de Eduardo Jorge Lopes da Silva, em Castelo de Neiva, num afloramento granítico implantado no alto de um monte, encontram-se duas sepulturas rupestres, abertas uma a par da outra. Trata-se de sepulturas sub-rectangulares, com solução antropomórfica de arco ultrapassado e com desnível entre a cabeceira e a zona destinada ao corpo.

#### 27 – Carreço

?

Temos referência à existência de uma sepultura escavada na rocha em Carreço, mas não sabemos a sua tipologia. Não a conseguimos visitar.

28 – Geraz do Lima (Sta. Leocádia)

Alto do Geraz

Temos referência à existência de sepulturas na encosta Poente do Alto do Geraz. Desconhecemos o número total e tipologias.

29 – Nogueira

Bolsa das Freiras

No lugar da Bolsa das Freiras, onde a tradição diz ter existido o “Convento da Bolsa das Freiras” e onde são visíveis ruínas de muros, encontram-se duas sepulturas rupestres. Uma é sub-rectangular, com os lados maiores arqueados e os ângulos arredondados. A segunda, mais larga que a anterior, apresenta uma configuração mais tendente para a forma quadrangular, com acentuada torção para o lado direito. Em nenhuma delas se encontra solução antropomórfica.

\* Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte, “Levantamento Arqueológico do concelho de Viana do Castelo”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

30 – Perre

Capela de N<sup>a</sup> Senhora do Olival

Afonso do Paço e Aníbal do Paço Quesado referenciaram uma sepultura aberta na rocha junto da capela de N<sup>a</sup> Senhora do Olival, no alto do Calvário, Perre. Ao que parece já terá sido destruída.

\* Afonso do Paço e Aníbal do Paço Quesado, “Digressões arqueológicas pelo Alto Minho”, *Arquivo do Alto Minho*, vol. 6, Viana do Castelo, 1956, p. 82; Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte, “Levantamento Arqueológico do concelho de Viana do Castelo”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

31 – Perre

Lugar de S. Gil

Nas imediações do castro do “Castelhão”, no lugar de S. Gil, foram referenciadas “*duas sepulturas trapezoidais escavadas na rocha, uma das quais de cantos arredondados. Esta última media de comprimento 1,73m, sendo a sua largura de 0,52m na parte superior e 0,47m na parte inferior. A construção recente de um caminho mutilou-lhe os pés. A mesma mutilação sofreu em tempos idos a trapezoidal, que tem de largura máxima 0,49 e 0,42m.*”

\* Afonso do Paço e Aníbal do Paço Quesado, “Digressões arqueológicas pelo Alto Minho”, *Arquivo do Alto Minho*, vol. 6, Viana do Castelo, 1956, p. 87; Leandro Quintas Neves, “Os Castros do Norte de Portugal”, *Lucerna*, vol. 4, Porto, 1965, pp. 174-175; Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte, “Levantamento Arqueológico do concelho de Viana do Castelo”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

32 – Viana do Castelo

Sta. Luzia

Temos referência à existência de uma sepultura rupestre em Sta. Luzia, mas não conseguimos confirmar.

**Concelho de VILA NOVA DE CERVEIRA**

33 – Vila Nova de Cerveira

Cortes

No adro da Capela de S. Roque, em Cortes, existe uma sepultura escavada na rocha.

\* *Tesouros Artísticos de Portugal*, dir. de António José Ferreira de Almeida, Lisboa, 1976, p. 577.

**DISTRITO DE BRAGA**

**Concelho de BARCELOS**

34 – Monte de Fralães

Monte da Saia

No alto do Monte da Saia, freguesia de Monte de Fralães, implanta-se uma sepultura rupestre rectangular,

não-antropomórfica. Possui um rebordo rebaixado a toda a sua volta para facilitar o encaixe da tampa. Segundo Teotónio da Fonseca a sua tampa “*serve de cobertura a uma sepultura na Igreja que pertencia à Casa da Quinta*”.

\* Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, vol. II, Barcelos, 1948, p. 263.

### **Concelho de BRAGA**

35 – Esporões

Lugar de Marinhais

A NW do lugar de Marinhais, existem sepulturas abertas na rocha, ovaladas e com rebordo para o encaixe da tampa.

\* F. Martins Sarmiento, “Antiqua”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXX, Guimarães, 1970, p. 34; Henrique Regalo, “Levantamento Arqueológico do concelho de Braga”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

### **Concelho de CABECEIRAS DE BASTO**

36 – Bucos

Bucos

Nas traseiras de uma casa encontra-se reutilizada uma sepultura aberta na rocha, antropomórfica. O bloco onde ela se abre encontra-se hoje verticalizado, integrando o muro da construção.

\* Informação do Dr. Manuel Real.

37 – Outeiro

Mata da Santa

No lugar da Mata da Santa, freguesia de Outeiro, encontram-se cinco sepulturas abertas nos afloramentos rochosos. Desconhecemos a tipologia.

\* *Jornal de Cabeceiras*, Cabeceiras de Basto, 31 de Maio de 1980; *Informação Arqueológica*, vol. 3, Lisboa, 1983, p. 88.

38 – Refojos de Basto

Alto de Chacim

Segundo Martins Sarmiento, “*há alguns anos em Refojos de Basto, não longe de um castro, conhecido com o nome de cidade*” (Castro de Chacim), teriam aparecido umas “antigualhas” dentro de uma sepultura aberta na rocha. Rocha Peixoto refere-se a “*sepulturas no lugar de Chacim, nas quais apareceram potes*”.

\* F. Martins Sarmiento, “A propósito dos roteiros de tesouros”, *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 317, nota; Augusto César Pires de Lima, “A Correspondência Martins Sarmiento – Pe. Joaquim Pedrosa”, Guimarães, 1940, p. 28 (separata de *Revista de Guimarães*, vol. L, Guimarães, 1940); Rocha Peixoto, “Sepulturas abertas na rocha”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, pp. 370-371; idem, “A cidade de Riodouro”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, p. 367; Cón. Arlindo Ribeiro da Cunha, “Trepando aos Montes”, *O Distrito de Braga*, Braga, 1975.

39 – Refojos de Basto

Campas dos Mouros

Segundo Martins Sarmiento, no lugar das “Campas dos Mouros”, na freguesia de Refojos de Basto, existiriam duas sepulturas rupestres. O local “*é um declive e pela parte de baixo há indícios de alicerces de parede*”. Trata-se de duas sepulturas rupestres antropomórficas, ambas com rebordo para receber a tampa. Uma delas, quando foi visitada por Martins Sarmiento, ainda continha ossos.

\* F. Martins Sarmiento, “Antiqua”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXX, Guimarães, 1970, p. 67.

40 – Rio Douro

Cambezes

Rocha Peixoto deixou-nos notícia de duas sepulturas rupestres “*não muito distante da cidade que tem o nome da freguesia*”. Uma delas, antropomórfica, era destinada a adulto. A outra, de menores dimensões e não antropomórfica, seria, por certo, destinada a criança ou adolescente.

\* Rocha Peixoto, “Sepulturas abertas na Rocha”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, p. 371; idem, “A cidade de Riodouro”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, p. 367.

### **Concelho de ESPOSENDE**

41 – Palmeira de Faro

Eira da Ana

Na Eira da Ana, dentro da casa do Cuco, encontra-se uma sepultura aberta na rocha. Mede 1,94m de comprimento e ostenta uma cabeceira antropomórfica de contorno sub-rectangular. Denota-se ainda rebordo alteado para evitar a penetração das águas pluviais.

\* Manuel Ayres Falcão Machado, *Esposende. Monografia do Concelho*, Esposende, 1951, p. 71; Carlos A. Brochado de Almeida, “Carta Arqueológica do Concelho de Esposende”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 11/12, Esposende, Dezembro de 1987, pp. 105-107.

### **Concelho de FAFE**

42 – Regadas

Lugar dos Padrões

É provável que aqui existisse uma sepultura aberta na rocha, que entretanto foi destruída. A população local refere-se a “um penedo com covas para deitar os mortos” que foi recentemente destruído.

\* Henrique Regalo, “Levantamento Arqueológico do Concelho de Fafe”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

43 – S. Gens

Lugar da Cerca

No lugar da Cerca, num afloramento granítico, encontram-se quatro sepulturas abertas na rocha. Três delas são antropomórficas, com cabeceira rectangular, tudo indicando serem obra de um mesmo momento. Uma quarta sepultura foi cortada por uma das sepulturas anteriormente referidas. Trata-se de um sepulcro de dimensões menores, que apresenta a mesma orientação que os restantes moimentos, embora seja seguramente anterior a estes.

\* Henrique Regalo, “Levantamento Arqueológico do Concelho de Fafe”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

44 – Silvares

Lugar do Barreiro

Necrópole de sepulturas abertas na rocha, referida por Martins Sarmiento e entretanto destruída.

\* F. Martins Sarmiento, “Materiais para a arqueologia do Concelho de Guimarães”, *Dispersos*, Coimbra, 1933, pp. 259-260; Henrique Regalo, “Levantamento Arqueológico do Concelho de Fafe”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

45 – Travassos

Lugar da Castanheira

Duas sepulturas escavadas na rocha, ovaladas e de pés “rectificados”, com largo rebordo em tímido relevo imediatamente contíguo à cavidade sepulcral

\* Henrique Regalo, “Levantamento Arqueológico do Concelho de Fafe”, inédito, Braga, S.R.A.Z.N.

### **Concelho de GUIMARÃES**

46 – Costa

Convento de Sta. Marinha da Costa (Fig. 2)

Durante as escavações realizadas no Convento da Costa entre 1978 e 1983 apareceram várias sepulturas abertas na rocha, a cuja diacronia e tipologias já tivemos oportunidade de nos referir. Trata-se de uma das mais importantes necrópoles de Entre Douro e Minho.

\* Agradecemos ao Dr. Manuel Real os elementos facultados sobre os resultados desta intervenção arqueológica.

47 – Moreira de Cónegos

Vela

Segundo divulgou Martins Sarmiento “no lugar onde outrora existiu a Igreja de S. Gião” haveria uma

sepultura aberta na rocha. O mesmo autor precisa que a antiga igreja paroquial de S. Gião, hoje totalmente destruída, ficaria “*um pouco a Norte de Vela*” num local onde hoje se encontra uma eira, e onde se implanta a referida sepultura, que se encontrava já bastante maltratada quando o arqueólogo vimaranense a visitou.

\* F. Martins Sarmiento, “Materiais para a arqueologia do Concelho de Guimarães”, *Dispensos*, Coimbra, 1933, pp. 217 e 255.

#### 48 – S. Torcato

Igreja Paroquial de S. Torcato (Fig. 5)

Em recentes obras de remodelação da Igreja de S. Torcato, acompanhadas de intervenção arqueológica de emergência, para além de vários vestígios altomedievais da máxima importância, apareceram diversos testemunhos de natureza funerária, entre os quais se contam três sepulturas rupestres. Uma delas apresenta contorno antropomórfico e possui desnível entre a cabeceira e a área destinada ao corpo, sendo portanto um exemplo relativamente tardio. A própria tipologia da sua cabeceira – de contorno trapezoidal – recomenda que se aproxime este exemplar dos finais do século XI. As duas outras sepulturas apresentam uma tipologia não-antropomórfica., sendo provavelmente mais remotas que o primeiro exemplo. Os três sepulcros estão hoje incluídos dentro do espaço da sacristia, mas devem ter sido abertos em momento em que não existia ali qualquer construção, sendo o espaço exterior ao templo. O par de sepulcros não-antropomórficos talvez se possa relacionar com o templo pré-românico enquanto a sepultura de cabeceira trapezoidal se encontra associada aos muros românicos da capela-mor.

#### 49 – Serzedelo

Penedo do Caixão

No Monte dos Pedrados, junto a um antigo castro, encontra-se o penedo do Caixão o qual deve o seu nome a uma sepultura aberta na rocha de que já só sobrevivia cerca de metade quando Martins Sarmiento a visitou.

\* F. Martins Sarmiento, “A propósito dos roteiros de tesouros”, *Dispensos*, Coimbra, 1933, p. 315; idem, “Materiais para a arqueologia do Concelho de Guimarães”, *Dispensos*, Coimbra, 1933, p. 247.

#### 50 – Tabuadelo

S. Cipriano de Tabuadelo

Segundo Martins Sarmiento entre a povoação de Pinheiro e a Igreja de Tabuadelo existiriam “*uma pia de pedra*” que foi descoberta “*cheia de cinza e carvão*” e uma sepultura aberta na rocha. Nas imediações do “*Campo das Penhas*”, existiriam também “*misteriosas pedras esquadriadas, que em quantidade entram na formação de uma extensa parede, sem que fossem aparelhadas para tal obra, nem que se saiba de onde viessem*”. O autor não refere a tipologia nem do sarcófago, certamente reaproveitado em época posterior com outras funções, nem da sepultura rupestre.

\* F. Martins Sarmiento, “Materiais para a arqueologia do Concelho de Guimarães”, *Dispensos*, Coimbra, 1933, p. 216.

#### 51 – Travassós (S. Tomé)

Segundo o Abade de Tagilde em S. Martinho, lugar no sopé do monte Alvô, onde a tradição popular localiza uma antiga igreja, ainda se vêem “*restos de sepulturas abertas em pedra*”.

\* Abade de Tagilde, *Vimaranis Monumenta Historica*, Guimarães, 1929, p. 333 nota 1

### **Concelho da PÓVOA DE LANHOSO**

#### 52 – Garfe

Monte do Caixão

No alto do monte do Caixão abre-se uma sepultura antropomórfica própria para adulto.

\* Informação Armandino B. Cunha.

### **Concelho de VIEIRA DO MINHO**

#### 53 – Ruivães (S. Martinho)

Alto de S. Cristóvão

Segundo Rocha Peixoto, “sobre um câmore sobranceiro à estrada e no qual, segundo a tradição e os vestígios, existiria outrora uma capela, encontram-se duas sepulturas abertas na rocha natural”. Ambas estariam orientadas NE-SO. A primeira tinha 1,74m de comprimento, 0,44m de largura junto dos ombros e 0,20m junto aos pés, enquanto a segunda possuía 1,72m de comprimento, 0,41m de largura nos ombros e 0,34m junto aos pés. Carlos Teixeira, que posteriormente se ocupou das mesmas sepulturas refere-se a três monumentos funerários, mas poucos elementos fornece.

\* Rocha Peixoto, “Sepulturas abertas na rocha”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, p. 370; Carlos Teixeira, “Por Terras de Vieira. II As sepulturas abertas em rocha de Ruivães”, *Prisma*, vol. 4, 1, Porto, 1940, p. 66.

## DISTRITO DO PORTO

### Concelho de AMARANTE

54 – Carvalho de Rei

Carvalha de Belandro

Segundo A. Peinador Fernandes, junto da Carvalha de Belandro, a cerca de 550m para S 35° W do vértice do Castelo existem sete sepulturas rupestres. O Pe. João Ribeiro, de Ovil, confirmou-nos a existência desta necrópole, que se implanta nas imediações da Chã do Castelo.

\* A. Peinador Fernandes, *Carta Geológica 1/25.000 – Amarante. Nota Explicativa da folha nº 113 Amarante*, Lisboa, Junta de Energia Nuclear, 1959; A. Peinador Fernandes e Ludgero Pilar, “Contribuição para o conhecimento geológico da região de Amarante”, Lisboa, 1964 (separata de *Estudos Científicos oferecidos em Homenagem ao Professor Carrington da Costa*, Lisboa, 1964, pp. 543-560); Carlos Teixeira, A. Peinador Fernandes e A. Peres, *Carta Geológica na Escala 1/50.000. Notícia Explicativa da Folha 10 – Peso da Régua*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1967; Mário Jorge Barroca, “Notas sobre a ocupação medieval em Baião”, *Arqueologia*, vol. 10, Porto, 1985, p. 122.

55 – Lomba

Fontelas

No lugar de Fontelas, diz-nos José Fortes, havia “várias sepulturas cortadas na penedia... algumas com forma antropomórfica”.

\* José Fortes, “Necrópole Lusitano-Romana da Lomba”, *Portugalia*, 1ª Série, vol. II, Porto, 1907, pp. 252-262.

56 – Louredo

Alto do Louredo

Registou Martins Sarmento que no centro do pequeno castro que se implanta no Alto do Louredo, e onde supôs ter existido uma pequena capela, haveria várias sepulturas antropomórficas abertas no saibro.

\* F. Martins Sarmento, “Materiais para a arqueologia do Concelho de Guimarães”, *Dispersos*, Coimbra 1933, pp. 216-217.

57 – Lufrei (?)

Paredes

Refere A. Peinador Fernandes que no lugar de Paredes, a cerca de 1 km da Madalena (Amarante), e a 950 m para S 60° W da Igreja de Lufrei existem três sepulturas rupestres.

\* Bibliografia conforme nº 54.

58 – Salvador do Monte

Picoto

Segundo A. Peinador Fernandes, no Picoto, a cerca de 50 m do estradão que liga a Madalena a Salvador do Monte e ao Marco de Canaveses, e a 600 m para N 40° E do vértice geográfico da Pedra da Légua, existem duas sepulturas rupestres.

\* Bibliografia conforme nº 54.

#### 59 – Salvador do Monte

##### S. Salvador (Fig. 6)

No alto do monte de S. Salvador, popularmente conhecido como Outeiro da Igreja, implanta-se uma pequena necrópole de sepulturas rupestres composta por seis sepulcros visíveis. A coroa do monte, hoje assinalada por um marco geodésico, comportou outrora um pequeno templo de que restam alguns vestígios e de que o microtopónimo, e a designação popular, são testemunho evidente. Aí se deve ter implantado o primeiro templo paroquial da freguesia de Salvador do Monte. O próprio topónimo da paróquia revela a sua implantação de altitude. Em fins da Idade Média templo foi transferido para o sopé do monte, para junto do casario. Em redor do templo medieval, no alto de S. Salvador, polarizou-se uma necrópole rupestre de que sobrevivem visíveis seis sepulcros, estando quatro deles organizados em dois pares, obedecendo ao que Castillo designou por “núcleos familiares”. Todas as sepulturas destinavam-se a adultos, ostentando diferentes tipos de antropomorfismo, desde cabeceiras de arco peraltado a cabeceiras de contorno anguloso quase rectangular, outra mais trapezoidal e por fim arco ultrapassado. Todas apresentam desnível entre a zona de cabeceira e a destinada ao corpo. Pelo tipo de orientação que apresentam pode-se deduzir que os sepulcros foram alinhados pelo nascer do sol.

\* Mário Jorge Barroca, “As Sepulturas rupestres de Salvador do Monte (Amarante)”, *Entre-Muros*, nº 1, Amarante, 1990, pp. 31-36.

#### 60 – Vila Chão do Marão

##### Adro da Igreja paroquial

Segundo comunicação de Ana Leite da Cunha na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, no adro da Igreja de Vila Chão do Marão existiriam sepulturas abertas na rocha. Não foi divulgado o número total nem a sua tipologia.

\* Comunicação de Ana Leite da Cunha à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

### **Concelho de BAIÃO**

#### 61 – Frende

##### Alto do Castelo (Fig. 7 e 8)

Em Frende, no Alto do Castelo, nas imediações da capela de S. João, onde ocorreram importantes vestígios tardo-romanos e paleocristãos, e onde foi escavada parte de uma necrópole altimedieval, encontram-se abertas, nos afloramentos rochosos, cinco sepulturas. Todas elas são não-antropomórficas, adoptando quatro um contorno ovalado e uma um contorno sub-rectangular com os laterais maiores arqueados. Uma das sepulturas ovaladas seria destinada a criança, a julgar pelo seu tamanho. A orientação de quatro delas é NE-SW, mas uma sepultura ovalada apresenta uma orientação ortogonal a estas, apontando NW-SE.

\* Carlos Alberto F. de Almeida, “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, Porto, 1973, p. 20 e Est. I, nº 2 (Separata de *Revista da Faculdade de Letras*, Série de História, vol. III, Porto, 1973); idem, “Sondagens Arqueológicas em Frende (Baião)”, *Archaeologica Opuscula*, Porto, 1975, p. 38 e Fig. 1, p. 34; Mário Jorge Barroca, “Notas sobre a ocupação medieval em Baião”, *Arqueologia*, 10, Porto, 1985, p. 121.

#### 62 – Valadares

##### Igreja paroquial de Valadares

Segundo informação do Pe. João Ribeiro, de Ovil, na Igreja de Valadares, um dos mais recônditos templos do concelho de Baião, existiria uma sepultura escavada na rocha. Em visita ao local pudemos constatar que hoje nada sobrevive, pelo menos visível. O seu adro encontra-se empedrado e nas imediações não conseguimos encontrar qualquer estrutura rupestre. A Igreja de Valadares ostenta vestígios medievais na sua fachada e no topo da capela-mor, e possui, no seu interior, frescos medievais do séc. XIV-XV.

\* Mário Jorge Barroca, “Notas sobre a ocupação medieval em Baião”, *Arqueologia*, 10, Porto, 1985, p. -122.

### **Concelho de LOUSADA**

63 – Vilar do Torno e Alentém

Monte da Sr<sup>a</sup> da Aparecida

Segundo Joel Cleto, nas imediações da S<sup>a</sup> da Aparecida, onde se efectua uma das mais concorridas romarias do Entre Douro e Minho, existiria uma sepultura aberta na rocha.

\* Informação de Joel Cleto

### **Concelho de MARCO DE CANAVESES**

64 – Alpendurada e Matos

Nas imediações do Mosteiro de Alpendurada, José Augusto Vieira refere a existência, no caminho entre o mosteiro de Alpendurada e a Capela de S. Tiago, de “*uma sepultura que parece de algum cavalleiro templario, se não é porventura de epocha mais affastada. No lugar da cabeça nota-se uma espécie de cruz de malta...*” Cremos que o autor se refere à mesma sepultura que Martins Sarmiento aborda na correspondência que trocou com José Leite de Vasconcelos. Esta sepultura era aberta na rocha e, segundo se depreende da epístola de Sarmiento, possuía uma estela rectangular na cabeceira ostentando uma “Cruz de Malta”. As informações, no entanto, não eram muito explícitas pois Sarmiento interrogava-se sobre a maneira como a estela se encontrava relacionada com o sepulcro. Este parece-nos ser rectangular, não-antropomórfico. Trata-se de um dos mais curiosos exemplos de Entre Douro e Minho, e seria bem importante confirmar-se a associação de uma sepultura rupestre com uma estela rectangular. De qualquer forma resta sempre a hipótese de a sepultura ter recebido a pedra de cabeceira em época posterior. Não sabemos se o sepulcro ainda existe.

\* José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, vol. II, Lisboa, 1887, p. 504; José Leite de Vasconcelos, “Correspondência de F. Martins Sarmiento”, *O Archeólogo Português*, 1<sup>a</sup> Série, vol. VI, Lisboa, 1901, p. 191-192, carta n<sup>o</sup> 1.

65 – Folhada (?)

Lugar do Loureiro

Segundo A. Peinador Fernandes, no lugar de Loureiro, na margem esquerda do Ovelha, a cerca de 1,1 km para S 62<sup>o</sup> E do vértice da Pedra da Légua existirão cinco sepulturas abertas na rocha.

\* Bibliografia conforme n<sup>o</sup> 54.

66 – Folhada

Lugar da Igreja Velha

Nas *Memórias Paroquiais* de 1758 regista-se que “*em o sytio chamado Casal do Padre, que fica perto desta Igreja [de Folhada] e por sima do lugar do Barral(...) forão descobertas muitas covas abertas em o saubro e outras em fragas ao parecer sepulturas de gente...*”. Acrescenta a mesma fonte que no lugar existiria uma “cidade dos mouros”. Manuel de Vasconcelos reportou-se a existência de seis sepulturas rupestres no lugar de Igreja Velha, perto do castro da Moura, acrescentando que também existiriam sepulcros idênticos no adro da Igreja paroquial de S. João de Folhada. Vieira de Aguiar também registou que “*na tapada da Igreja Velha nota-se uma interessante necrópole, em que ainda hoje se contam seis campas, abertas na rocha. Restos de cerâmica são abundantíssimos. Não só pelo nome mas também por que ali perto se encontra uma Fonte e Corte do Abade, é inegável que, conforme asseverava a tradição, aqui teve a sua sede a primitiva Igreja de Folhada*”.

\* Pedro A. de Azevedo, “Extractos Archeológicos das “*Memórias Paroquiais*” de 1758”, extracto n<sup>o</sup> 225, *O Minho Pittoresco*, vol. II, Lisboa, 1887, p. 489; Manuel de Vasconcelos, “Apontamentos Archeológicos do Concelho de Marco de Canaveses”, *O Archeólogo Português* 1<sup>a</sup> Série, vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327; P. M. Vieira de Aguiar, *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*, Porto, 1947, p. 199.

67 – Freixo (St.<sup>a</sup> Maria)

Outeiro das Castanhas (Fig. 9)

No Outeiro das Castanhas, uma das zonas de cota mais elevada de Sta. Maria do Freixo, no coração

da aldeia, encontra-se aberta num afloramento uma sepultura antropomórfica que aproveita a diaclase para se implantar. A sua orientação foi determinada pela falha rochosa. Tem 1,95m de comprimento, e 0,45m de largura junto dos ombros, com 0,23m na zona dos pés. Encontra-se referida desde 1758.

\* Pedro A. de Azevedo, “Extractos Archeologicos das “Memórias Paroquiais” de 1758”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. IV, Lisboa, 1898, pp. 316-317; José Leite de Vasconcelos, “Correspondência de F. Martins Sarmiento”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. VI, Lisboa, 1901, p. 175, carta nº 3; José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, vol. II, Lisboa, 1887, p. 496; Manuel de Vasconcelos, “Apontamentos Arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. XIX, Lisboa, 1914, pp. 19-20; idem, ibidem, vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 326; P. M. Vieira de Aguiar, *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*, Porto, 1947, p. 213.

68 – Freixo (Sta. Maria)

Penedo da Rabêla de Cima

Segundo refere Manuel de Vasconcelos, no Penedo da Rabêla de Cima, em plena aldeia de St<sup>a</sup> Maria do Freixo, existiria uma sepultura rupestre antropomórfica, cuja cabeceira se encontrava orientada para Poente, obedecendo, portanto, as normas da Igreja. Media 2m de comprimento, e 0,46m de largura junto aos ombros. O seu estado de conservação já não era muito bom, pois o autor refere também que se encontrava “bastante apagada”.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XIX, Lisboa, 1914, p. 18; idem, ibidem, vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 326.

69 – Freixo (Sta. Maria)

Propriedade da Venda (Fig. 10)

Junto à Igreja paroquial de St.<sup>a</sup> Maria do Freixo, em cujo adro se vem vestígios de sepulturas populares da Baixa Idade Média, encontram-se sepulturas abertas na rocha. O terreno pertence ao “Quintal da Venda”, propriedade particular, e, segundo Manuel de Vasconcelos, existiriam cinco sepulturas rupestres no interior da corte de gado. Em visita ao local foi-nos confirmada a informação, mas as sepulturas não eram, nessa altura, visíveis. No exterior, aproveitando os afloramentos rochosos da zona (onde se observam talhes artificiais na pedra) encontram-se duas sepulturas também já referidas por Manuel de Vasconcelos. Trata-se de uma sepultura antropomórfica acabada, ao lado da qual queda uma outra, incompleta, também antropomórfica, mas onde apenas se desceu cerca de 10-15 cm. No mesmo artigo, Manuel de Vasconcelos indica que “no adro quando procediam aos enterramentos encontraram quatro caixões de pedra de forma do corpo humano”, que cremos serem sarcófagos. No entanto não são visíveis no local. As sepulturas rupestres da corte de gado seriam destinadas para adultos – 3 – e para crianças – 1 –, encontrando-se uma cortada pelos muros da construção.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XIX, Lisboa, 1914, pp. 23-25; idem, ibidem, vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 326.

70 – Sto. Isidoro

Entre Portela e Livração

Segundo refere Manuel de Vasconcelos, uma sepultura rupestre que se implantava entre a Portela e Livração foi destruída poucos anos antes de o autor divulgar o seu trabalho.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

71 – Soalhães

Lugar do Poço

Reportou-se Manuel de Vasconcelos a existência de duas sepulturas junto do lugar do Poço, um pouco acima deste, acrescentando que no mesmo local haveriam mais enterradas, tendo outra sido destruída poucos anos antes.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

72 – Soalhães

Mirás

Segundo Manuel de Vasconcelos existiriam duas sepulturas rupestres. Vieira de Aguiar precisa que são sepulcros antropomórficos, e a elas já se reportara José Augusto Vieira.

\* José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, vol. II, Lisboa, 1887, p. 492; Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327; P. M. Vieira de Aguiar, *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica do Marco de Canaveses*, Porto, 1947, pp. 294-295.

### 73 – Soalhães

#### Lavra

Segundo referência de Manuel de Vasconcelos, nos penedos de S. Francisco, na Lavra, encontrar-se-iam sepulturas abertas na rocha.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

### 74 – Soalhães

#### Monte de Pinhões

Referida por Manuel de Vasconcelos a existência de sepulturas rupestres no Monte de Pinhões e nas suas imediações.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

### 75 – Soalhães

#### (?)

Na estrada de Soalhães para Campelo (Baião) existiriam sepulturas rupestres.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

### 76 – Soalhães

#### Adro da Igreja Paroquial

Regista Manuel de Vasconcelos que “*asseverou-me há muitos anos pessoa idosa que no adro da Igreja de Soalhães havia uma porção destas sepulturas cavadas em um morro de granito que o último abade mandou desfazer para alargar e aformosear o adro*”.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

### 77 – Soalhães

#### Monte das Coriscadas

Segundo Manuel de Vasconcelos, no Monte das Coriscadas, onde num abrigo sobre rocha ocorreu abundante espólio pré-histórico, haveria uma sepultura escavada na rocha.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

### 78 – Sobretamega

#### Monte das Campas

No alto do Monte das Campas, perto das Caldas de Canaveses, encontram-se duas sepulturas abertas na rocha, antropomórficas.

\* José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, vol. II, Lisboa, 1887, p. 482; Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327; P. M. Vieira de Aguiar, *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*; Porto, 1947, pp. 306-307.

### 79 – Taboado

#### S. Mamede

No lugar de S. Mamede existe uma sepultura rupestre.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

### 80 – Taboado

#### Outeiro

Em Outeiro, perto de St<sup>a</sup> Maria, existe uma sepultura escavada na rocha.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

81 – Taboado

Poça de Marradouros

Duas sepulturas rupestres junto da “Poça de Marradouros”.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

82 – Taboado

Torre de Nevões

Segundo Manuel de Vasconcelos “*consta que há mais algumas [sepulturas rupestres] soterradas perto da Torre de Nevões, no sítio chamado As Campas*”.

\* Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 327.

83 – Tuías

Igreja Paroquial

A curta distância da Igreja paroquial de Tuías, a Noroeste, encontram-se duas sepulturas abertas na rocha.

\* José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, vol. II, Lisboa, 1887, p. 498; Manuel de Vasconcelos, op. cit., vol. XXI, Lisboa, 1916, p. 326.

84 – Várzea do Douro

Quinta do Passal

No “Machorro das Cavadas”, local que possui um topónimo bem elucidativo, encontra-se aberta no afloramento granítico uma sepultura sub-rectangular com um antropomorfismo muito incipiente, conseguido pela manutenção de um plano ligeiramente mais estreito para os laterais na zona da cabeceira. Posteriormente foi afectada por duas mutilações: uma que lhe abriu na metade inferior do lateral esquerdo um “banco”, outra que destruiu a zona inferior, destinado aos pés, bem como o início do lateral direito. Não apresenta qualquer rebordo ou encaixe para tampa.

\* Fernando Lanhas e D. Domingos de Pinho Brandão, “Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico – Parcela 135-2, *Revista de Etnografia*, vol. VIII, tomo 1, Porto, 1967, pp. 46-47.

**Concelho de MATOSINHOS**

85 – Perafita

Pampelido Velho e Montedouro (Fig. 11)

A Norte de Montedouro, antes de se chegar a Pampelido Velho, encontra-se um interessante núcleo de sepulturas rupestres, um dos mais litorais de todo o Entre Douro e Minho. Foram abertas em dois cabeços rochosos, perto um do outro, e comportam actualmente um total de cinco sepulturas. No alto do primeiro cabeço, no afloramento granítico que o coroa, abre-se uma sepultura isolada, não-antropomórfica, com contorno ovalado e um largo rebordo alteado. A zona envolvente denota trabalho humano na regularização da superfície. Posteriormente recebeu um canal de escoamento de águas, junto da zona de cabeceira. É Imóvel Classificado. No morro fronteiro a este implanta-se outro núcleo, com quatro sepulturas rupestres, todas igualmente não-antropomórficas. Uma delas encontra-se ainda em bom estado de conservação. Trata-se de uma sepultura sub-rectangular, com os lados menores não esquadriados, e que evidencia um ligeiro rebordo, patente sobretudo na zona dos pés. Outras duas sepulturas abrem-se um pouco para interior, e porque actualmente se encontram no itinerário de um caminho-de-pé-posto foram muito mutiladas. Procedeu-se ao desbaste dos seus laterais e se para uma delas ainda é patente o contorno total, para outra apenas se observa cerca de metade do sepulcro. Segundo informações obtidas no local uma quinta sepultura, em bom estado de conservação, jaz sob uma lixeira nas imediações das anteriores. Estes monumentos já foram referidos por alguns autores. Rocha Peixoto reportou-se à primeira sepultura, acrescentando que “*deveria ter desaparecido dentro de alguns dias pois andavam ao tempo [1890] a extrair pedra do lugar, já muito perto da sepultura aludida*”. Efectivamente nos afloramentos rochosos envolventes são bem visíveis os testemunhos do trabalho de extracção de pedra, mas a acção dessa pedreira, felizmente, não atingiu a sepultura. Joaquim Neves dos Santos refere-se a esta sepultura indicando as suas dimensões (1,80m de comprimento e 0,50 m de largura) e orientação (orientada para Norte), bem como a

uma outra que, voltada para Sueste, apresentaria dimensões mais modestas (1,60 m de comprimento e 0,50 m de largura). Trata-se da sepultura mutilada mas com contorno completo, a que nos referimos. Acrescenta que fazia parte de um conjunto de seis sepulturas já destruídas. Guilherme Felgueiras apenas faz eco das informações de Neves dos Santos, nada acrescentando ao estudo desta necrópole. Cremos ter sido a estas sepulturas que se referiu Martins Sarmento.

\* F. Martins Sarmento, “Antiqua”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXX, Guimarães, 1970, p. 43; Rocha Peixoto, “Sepulturas abertas na rocha”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, p. 372; Joaquim Neves dos Santos, *Guifões. Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, vol. I, Matosinhos, 1955, p. 158; Guilherme Felgueiras, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, 1958, pp. 12-13.

86 – Perafita  
Monte de Gaia

Segundo informações populares recolhidas em Pampelido Velho, no Monte de Gaia, em Perafita, existem sepulturas abertas na rocha. Desconhecemos o número total de sepulcros e suas tipologias.

87 – Sta. Cruz do Bispo  
Souto da Portela

Refere Rocha Peixoto a existência no Souto da Portela de uma sepultura aberta no granito com 1,80 m de comprimento e apenas 0,10 m de profundidade. Não sabemos se se trata de uma sepultura incompleta ou se, como aconteceu com as de Perafita, foram mutiladas em época recente. Este sepulcro seria sub-retangular, com ligeiro alargamento na zona dos ombros e estaria orientado para Nascente. Não longe quedava metade de outra sepultura de tipologia idêntica, orientada NE-SO. Rocha Peixoto não só considera a possibilidade de, neste local, terem existido mais sepulturas, como também se reporta à existência de sepulturas rupestres, algumas antropomórficas, na freguesia de Sta. Cruz do Bispo, sem que precise os locais. Joaquim Neves dos Santos, em 1955, apenas conseguiu visitar uma das sepulturas referidas.

\* Rocha Peixoto, “Sepulturas abertas em rocha”, *Obras*, vol. I, Póvoa do Varzim, 1967, p. 371; Joaquim Neves dos Santos, *Guifões. Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas*, vol. I, Matosinhos, 1955, p. 159; Guilherme Felgueiras, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, 1958, p. 12.

#### **Concelho de PAÇOS DE FERREIRA**

88 – Carvalhosa  
Aldozinde

Segundo informações de M. Vieira Dinis, em Aldozinde existiriam “nichos sepulcrais”. Não temos a certeza de serem sepulturas abertas na rocha.

\* Informação de M. Vieira Dinis ao Dr. Manuel Real, a quem agradecemos.

89 – Ferreira (S. Pedro)  
Próximo da Igreja

Segundo informação de M. Vieira Dinis, nas imediações da “Igreja de S. Pedro Fins de Ferreira” existiriam sepulturas escavadas na rocha. Ignoramos o número total de sepulcros e suas tipologias.

\* Informação de M. Vieira Dinis ao Dr. Manuel Real, a quem agradecemos.

#### **Concelho de PENAFIEL**

90 – Cabeça Santa  
Adro da Igreja paroquial (Fig. 12)

Num rochedo que aflora em pleno adro da Igreja de Cabeça Santa (outrora conhecida por S. Salvador da Gandra) encontram-se três sepulturas abertas na rocha. Trata-se de um núcleo pequeno mas bem interessante. Uma das sepulturas, individual, apresenta cabeceira trapezoidal e termina, junto aos pés, de forma arredondada. Destinava-se a um adulto. As outras duas sepulturas são geminadas. Uma apresenta-se muito mutilada na sua metade superior, não se vislumbrando a tipologia da cabeceira, mas a outra possui cabeceira com arco em ferradura, ou ultrapassado. A zona dos laterais que se estendia entre os ombros e os pés nunca chegou a ser talhada na sua totalidade, embora se vislumbrem os arranques nas duas

extremidades, bem rematados. Assim, as duas sepulturas comunicam entre si ao longo de quase toda a extensão do lateral. Apenas junto aos pés se preservou um pequeno testemunho do arranque da divisória, que não se prolonga por mais de uns 30 cm. As três sepulturas estão orientadas Poente-Nascente, embora com um pequeno desvio axial, por certo devido à altura do ano em que foram talhadas. Todas possuem rebordo para encaixe da tampa, facilitando a adaptação da cobertura ao afloramento rochoso. No entanto esse rebordo, geometricamente definido, não se apresenta contínuo. Monteiro de Aguiar referiu-se ainda à existência de uma sepultura rupestre no lugar de Bocal, de que só sobreviveria metade, e outra isolada no lugar de Barreiros, num “monte adjacente”. Para estas não conseguimos confirmação.

\* José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, vol. II, Lisboa, 1887, p. 554; Abílio Miranda, “Sepulturas medievais”, *Terras de Penafiel*, vol. I, Penafiel, 1937, p. 6; J. Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel*, Penafiel, 1943, p. 146; idem, *Penafiel Antiga – Subsídios para a monografia do concelho*, Penafiel, 1945; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Igreja de Cabeça Santa*, “Boletim da D.G.E.M.N.”, nº 64, Lisboa, 1951, fig. 1.

#### 91 – Cabeça Santa

##### Lugar de Bocal

Monteiro de Aguiar refere-se à existência de uma sepultura aberta na rocha no lugar de Bocal, Cabeça Santa, nas imediações de “uma igreja”. O moimento estaria orientado Nascente-Poente. Não conseguimos localizar a sepultura e o local.

\* J. Monteiro de Aguiar, op. cit., 1943, p. 146.

#### 92 – Duas Igrejas

##### Adro da Igreja paroquial

Abílio Miranda refere-se ao aparecimento de uma sepultura rupestre antropomórfica no adro da Igreja paroquial de Duas Igrejas. Na mesma altura teriam aparecido sepulturas populares feitas com elementos pétreos, num total de seis, uma das quais deu espólio.

\* Abílio Miranda, “Sepulturas abertas na rocha”, *Douro-Litoral*, 1ª. Série, vol. III, Porto, 1941, pp. 27-29; idem, “Cales”, *Terras de Penafiel*, vol. III, Penafiel, 1943; idem, “A Freguesia de Milhundos”; *O Penafidelense*, Penafiel, 4 de Setembro de 1956.

#### 93 – Eja

##### Ameixedo

Uma sepultura antropomórfica aberta na rocha, com rebordo largo e bastante perfeito. Aos pés vê-se uma abertura que pode ter estado desde cedo associada ao sepulcro mas que também pode ser o testemunho da sua adaptação posterior a outras funções (lagareta?). Referido por Abílio Miranda e J. Monteiro de Aguiar, foi, durante alguns anos dada como destruída. Recentemente foi reencontrada por António Joaquim Leal.

\* Abílio Miranda, “A Freguesia de Sta. Maria do Banho”, Penafiel, 1952; J. Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel*, Penafiel, 1943, p. 146.

#### 94 – Eja

##### St.ª Maria de Eja

Junto da igreja de Sta. Maria de Ela, “numa rocha em frente e ao nível do leito do caminho ainda se viam os vestígios de uma sepultura antropomorfa, mas a nova estrada destruiu-os em 1941”.

\*J. Monteiro de Aguiar, *Penafiel Antiga – Subsídios para uma Monografia do concelho*, Penafiel, 1945, p. 90.

#### 95 – Milhundos

##### Capela da Srª da Ajuda (Fig. 13)

Junto a uma eira, nas imediações da capela da Srª da Ajuda (Chãos de Cima), encontra-se uma sepultura antropomórfica aberta num afloramento rochoso. Apresenta um ligeiro alteamento entre a zona destinada ao corpo e a cabeceira. Posteriormente foi alvo de alguns maus-tratos, bem patentes no seu

lateral direito e na fragmentação da zona dos pés, que se apresenta truncada no lado esquerdo. A sua orientação foi ditada pela própria morfologia do afloramento.

\* Abílio Miranda, “Sepulturas Medievais”, *Terras de Penafiel*, vol. I, Penafiel, 1937, p. 6; idem, “A Freguesia de Milhundos”, *O Penafidense*, Penafiel, 4 de Setembro de 1956.

#### 96 – Paredes

##### Lugar de Barreiros

Monteiro de Aguiar reportou-se a uma sepultura aberta na rocha nas imediações de uma igreja, no lugar de Barreiros, freguesia de Paredes, a meio caminho entre a sede da freguesia e as vizinhas Termas de S. Vicente.

\* J. Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel*, Penafiel, 1943, p. 146.

#### 97 – Paredes

##### Lugar das Lajes

Segundo J. Monteiro de Aguiar, no lugar das Lajes, existiriam três sepulturas abertas na rocha. Não as conseguimos localizar.

\* J. Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel*, Penafiel, 1943, p. 146.

#### 98 – Penafiel

##### Capela de St.<sup>a</sup> Luzia (Fig. 14)

Em torno da capela de St.<sup>a</sup> Luzia, um templo atribuível à Baixa Idade Média, onde, segundo Abílio Miranda, estaria sediada a extinta paróquia de S. Martinho de Moazâres, encontra-se implantada uma necrópole composta por cinco sepulturas. Duas delas estão completas, e as restantes três encontram-se truncadas pelos muros do templo. Todas estão orientadas Nascente-Poente. Trata-se de sepulturas não-antropomórficas, uma sub-rectangular e quatro ovaladas. No local existiriam outras que foram encobertas pela cimentação do pátio da casa que se desenvolve nas traseiras do templo. Este resulta do aproveitamento da capela-mor da igreja românica, tendo-se elevado um alpendre na zona outrora ocupada pela nave.

\* Abílio Miranda, “Sepulturas Medievais”, *Terras de Penafiel* vol. I, Penafiel, 1937, p. 6; idem, “A Freguesia de S. Martinho de Moazâres”, *Terras de Penafiel*, vol. I, Penafiel, 1937;

#### 99 – Peroselo

##### Capela de St.<sup>a</sup> Catarina (Figs. 15 e 16)

Nos afloramentos rochosos vizinhos da capela de St.<sup>a</sup> Catarina encontram-se abertas quatro sepulturas, duas das quais já truncadas em quase metade da sua superfície. Uma das sepulturas apresenta cabeceira subquadrangular, outra é não-antropomórfica, com contorno sub-rectangular e cantos arredondados. Ambas se encontram partidas na zona inferior. As duas sepulturas completas obedecem a tipologias de cabeceiras diferentes: uma possui arco levemente ultrapassado, e tem um desvio axial, outra era sub-rectangular não-antropomórfica mas em época posterior (?) começou-se a descer uma cabeceira em arco ultrapassado. No entanto, os trabalhos não foram dados por completos, e apenas se desceram cerca de 10 cm. Não sabemos se efectivamente se trata de uma adaptação para nova tipologia, ou se ela testemunha uma sepultura inacabada. A ser assim os pedreiros deviam descer primeiro a cavidade destinada ao corpo e só depois a zona da cabeceira. Em Sta. Maria do Freixo e em Carrazedo do Alvão encontramos testemunhos que nos indicam que a sepultura começava a ser escavada na sua totalidade, e não por fases, pelo que nos inclinamos mais para aceitar que aqui se procurou adaptar um sepulcro anterior a uma nova tipologia. Registemos que as quatro sepulturas da Capela de St.<sup>a</sup> Catarina obedecem a tipologias diferentes. Estão orientadas NW-SE.

\* Abílio Miranda, “Sepulturas Medievais”, *Terras de Penafiel*, vol. I, Penafiel, 1937, p. 6; Idem, “Anel de Casados”, Porto, 1942, (Separata de *Douro-Litoral*, 1.<sup>a</sup> Série, vol. V, Porto, 1942), p. 5; J. Monteiro de Aguiar, *Penafiel Antiga – Subsídios para a monografia do concelho*, Penafiel, 1945; Fernando Lanhas e D. Domingos de Pinho Brandão, “Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico – Parcela 124-6”, *Revista de Etnografia*, vol. IV, tomo 2, Porto, 1965, pp. 300-301.

100 – Pinheiro (S. Vicente)

Igreja paroquial

No decorrer do ano de 1942, quando se procedeu à demolição da residência paroquial, a fim de se construir um edifício novo, foram postas a descoberto algumas sepulturas às quais se reportaram Abílio Miranda e Monteiro de Aguiar. As notícias veiculadas pelos dois autores não são, no entanto, concordantes. Abílio Miranda refere-nos que aquando da demolição apareceram “*umas sepulturas abertas na rocha, antropomórficas, tendo ainda nas respectivas cavidades ossaduras que lhes podiam corresponder*”. Somavam, no total, três exemplares, que teriam sido destruídos, e encontravam-se organizadas paralelamente, apresentando um “*delicado rebordo onde embutia uma tampa de lousa*”. No ano seguinte, Monteiro de Aguiar, ao abordar a mesma necrópole, diz-nos que já antes dos trabalhos de renovação da Residência Paroquial, e no interior da propriedade desta, tinha aparecido uma sepultura antropomórfica aberta na rocha, destinada a adulto. Durante as obras de 1942 “*apareceram mais sepulturas, a saber: uma em forma de pia, aberta no salão duro do pavimento do celeiro, e duas feitas de pedras soltas, por baixo da lareira*” acrescentando que uma delas ainda conservava ossos. Só em Fevereiro de 1943 teriam aparecido outras sepulturas: “*escavadas em rocha viva saliente do solo cerca de 50c, mais três sepulturas antropomorfas, de adulto, paralelas umas às outras, e uma quarta apenas esboçada e mais duas antropomorfas a 50c de profundidade, abertas também na rocha*”. O número total de sepulcros rupestres de S. Vicente do Pinheiro permanece incerto. Recentemente a Dra. Teresa Soeiro recolheu, entre a população local, a informação de que quando se procedia à ampliação do adro da Igreja (ou a obras na Residência Paroquial?) teriam aparecido sepulturas “antigas” ainda intactas, abertas na rocha e de contorno antropomórfico, tapadas com lousas e com o esqueleto *in situ*. Numa delas teria aparecido um “prato”.

\*Abílio Miranda, “Uma notável descoberta arqueológica”, *Terras de Penafiel* vol. II, Penafiel, s/D; J. Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel*, Penafiel, 1943, p. 145; informação oral recolhida pela Dra. Teresa Soeiro e amavelmente cedida.

101 – Sta. Marta

Portela de Sta. Marta ou Portela do Forno dos Mouros (Figs. 17 a 20)

A necrópole de Santa Marta, que se implanta não muito longe do célebre dólmen de Sta. Marta ou, popularmente, “Forno dos Mouros”, foi uma das primeiras necrópoles rupestres a ser noticiada em Portugal. Simão Rodrigues Ferreira divulgou-a em 1864, referindo-se então a existência de duas sepulturas, acrescentando que “*são cavadas na rocha, tem um circullo onde se collocava a cabeça do cadáver, alargando igualmente de ambos os lados para os hombros e estreitando para os pés*”. Leite de Vasconcelos reproduziu o apontamento de Rodrigues Ferreira, acrescentando que embora o autor as supusesse romanas, ele as considerava como coisa ainda para averiguar. Abílio Miranda também conheceu estes exemplares, dizendo que das sepulturas que existiam junto do dólmen só sobrevivia, na altura (1937), uma e que as restantes tinham sido destruídas. O mesmo autor reporta-se ainda à tradição popular que coloca naquela portela uma igreja desaparecida. Actualmente podem-se observar três sepulturas em estado de conservação regular, e uma quarta muito mutilada. A sepultura em melhor estado de conservação foi aberta no afloramento granítico perto de um muro que durante alguns anos chegou a encobri-la parcialmente. Hoje encontra-se desviado, deixando o sepulcro a céu aberto. Trata-se de um sepulcro antropomórfico, com cabeceira de arco perfeito levemente aberto, e não apresenta qualquer desnível entre a cabeceira e o corpo. Os seus ombros são arredondados, tal como os pés. Apresenta um rebordo sobretudo visível na zona da cabeceira. Dentro da tapada delimitada pelo muro atrás referido encontra-se um par de sepulturas rupestres. Uma delas é ovalada, e possui rebordo a acompanhar, pelo largo, o lateral direito. A outra, paralela mas um pouco avançada em relação à anterior, possui um antropomorfismo incipiente, apenas com o ombro esquerdo assinalado. A implantação destes dois sepulcros não pode deixar de recordar a teoria de Castillo sobre os “núcleos familiares”. Em frente ao primeiro sepulcro, e não muito distante dele, encontra-se o que resta da quarta sepultura de St<sup>a</sup> Marta. Apenas sobrevive a zona da cabeceira, com o arranque do lateral direito. Tratava-se de uma sepultura não-antropomórfica, possivelmente sub-rectangular, mas todo o resto do sepulcro foi destruído. Todas as três sepulturas completas de St.<sup>a</sup> Marta encontram-se orientadas NW-SE.

\* Simão Rodrigues Ferreira, “Apontamentos para a história topographica de Penafiel”, *O Século XIX*, Penafiel, 1864 (notícia reproduzida por José Leite de Vasconcelos, “Noticias arqueológicas de Penafiel”, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. I, Lisboa, 1895, p. 16) (Simão Rodrigues Ferreira, “Apontamentos para a História Topográfica de Penafiel (1)”, *Penafiel – Boletim Municipal de Cultura*, III Série, nº 6/7, Penafiel 1991-92, p. 224); Abílio Miranda, “Sepulturas Medievais”, *Terras de Penafiel*, vol. I, Penafiel, 1937, p.7.

### **Concelho do PORTO**

102 – Sé

Sé do Porto (Fig. 4)

Ao longo da década de 30 do século XX foram noticiadas várias sepulturas abertas na rocha no Morro de Pena Ventosa, sobranceiras ao portal principal da Sé Portucalense. Em 1933, quando a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procedia aos trabalhos de restauro da Sé, apareceram três sepulturas rupestres quando se desmontou a escada de acesso ao portal. Eram sepulturas ovaladas, não antropomórficas, e duas delas pareciam ter rebordo, pelo menos a julgar pela planta esquemática que Artur de Magalhães Basto publicou. Estavam orientadas W-E. Em 1939-1940, quando o município portuense procedeu ao arranjo urbanístico do Terreiro da Sé, demolindo uma zona habitacional com numerosos testemunhos medievais, foram encontradas mais sepulturas, desta vez antropomórficas. António Cruz deu-nos um pequeno estudo sobre o achado, onde regista que estas sepulturas se implantavam “*a curta distância de outras que há anos foram postas a descoberto, quando das obras de restauro realizadas na Sé*”. O achado deu-se quando se abriu uma vala para introduzir canalizações. Foi encontrado um número desconhecido de sepulcros, pelo menos três. Estes apresentam uma solução antropomórfica e, pelo que nos é dado a observar nas fotografias publicadas, uma sepultura tinha cabeceira com arco peraltado, enquanto outra parecia ostentar cabeceira de tipo quadrangular ou trapezoidal. Segundo A. Cruz, “*quando a irregularidade da rocha não permitia a abertura da sepultura completa, então esta era acabada com lajes postas a pique, dum dos lados, ou com a cabeceira aberta em pedra volante*”. Segundo o mesmo autor “*todas as lajes laterais que apareceram e que foram recolhidas são restos de lápidas lavradas, do tipo das estelas ou cabeceiras de sepultura*”. Em todas as sepulturas ainda se encontravam os esqueletos das últimas tumulações e apareceram moedas no interior de algumas delas, atribuídas por A. Cruz aos reinados de D. Dinis e D. Afonso V. Lamentavelmente não foi divulgada qualquer planta com a correcta implantação dos sepulcros, nem tão-pouco se registou a sua tipologia. A reportagem fotográfica divulgada não é suficientemente elucidativa. Registemos que o cemitério da Sé do Porto parece ter duas fases distintas: uma com sepulturas ovaladas, encontradas em 1933, outra com sepulturas de tipo antropomórfico, descoberta em 1939-1940. Esta segunda fase parece ter tido uma utilização bastante lata, já que não só as moedas apontam para uma sobrevivência destes sepulcros até ao século XV, como também a reutilização de pedras trabalhadas – estelas – o corrobora. O aparecimento de “*cabeceiras abertas em pedra volante*” lembra o exemplo beirão de Sta. Eulália de Repezes, igualmente tardio, divulgado por José Coelho. Aqui talhou-se, em pedra autónoma, a zona da cabeceira com arco ultrapassado (cf. José Coelho, *Notas Arqueológicas – Subsídios para o estudo etnológico a Beira*, vol. I, Viseu, Ed. do Autor, 1949, p. 35-42).

\* Artur de Magalhães Basto, *Sumário de Antiguidades...*, Porto, <sup>2</sup> 1963, pp. 103-133; António Cruz, “A cronologia das sepulturas cavadas na rocha”, *Actas do Congresso do Mundo Português*, vol. I, Lisboa, 1940, pp. 589-592; Mário Jorge Barroca, “As Escavações de Mendes Correia na cidade (1932) e as origens da cidade do Porto”, *Arqueologia*, 10, Porto, 1984, p. 29, nota 26.

### **Concelho de SANTO TIRSO**

103 – Burgães

Campa dos Mouros

Segundo Martins Sarmento trata-se de um “caixão em penedo”, onde teriam aparecido moedas. Pela correspondência trocada entre este arqueólogo e o Pe. Joaquim Pedrosa ficamos a saber que se tratava de moedas provavelmente romanas, mas a informação carece de confirmação, hoje impossível de se obter.

\* F. Martins Sarmento, “A propósito dos roteiros de tesouros”, *Dispersos*, Coimbra 1933, p. 315 e nota em p. 317; Augusto César Pires de Lima, “A Correspondência Martins Sarmento – Pe. Joaquim Pedrosa”, Guimarães, 1940, p. 28 (separata de *Revista de Guimarães*, vol. L, Guimarães, 1940).

**Concelho de VALONGO**

104 – Campo

Monte das Freiras

No alto do Monte das Freiras existia uma sepultura aberta no xisto, de contorno sub-rectangular, conhecida popularmente por “O Altar”. Foi destruída com dinamite não há muitos anos. No local há vestígios de construções, um “mosteiro”, e há cerca de 40 anos apareceu um Real de 10 Soldos de D. João I que foi vendido para a Casa Molder, de Lisboa.

**Concelho de VILA NOVA DE GAIA**

105 – Crestuma

Outeiro

Segundo Arlindo de Sousa, “*na base do Outeiro apareceram (...) sepulturas cavadas na rocha*”. Aquele autor precisa que “*de 1943 até agora, soubemos que no Monte do Outeiro, nas proximidades do lugar da Vessada, quando se procedia à tiragem de pedra para um muro da estrada Crestuma-Porto, apareceram diversas sepulturas, cavadas nas fragas, de vários tamanhos, isoladas ou em grupos, principalmente, de duas, havendo, dentro delas, fragmentos de cal, de tijolos e de telhas, estando algumas, cobertas com terra, e outras, com pedaços de lousa*”. Ao que parece, desta necrópole, que devia ser relativamente extensa, não resta qualquer vestígio.

\* Arlindo de Sousa, *Estudos de Arqueologia, Etnografia e História. Antiguidades do Município de Gaia*, Rio de Janeiro, 1957, pp. 16-17.



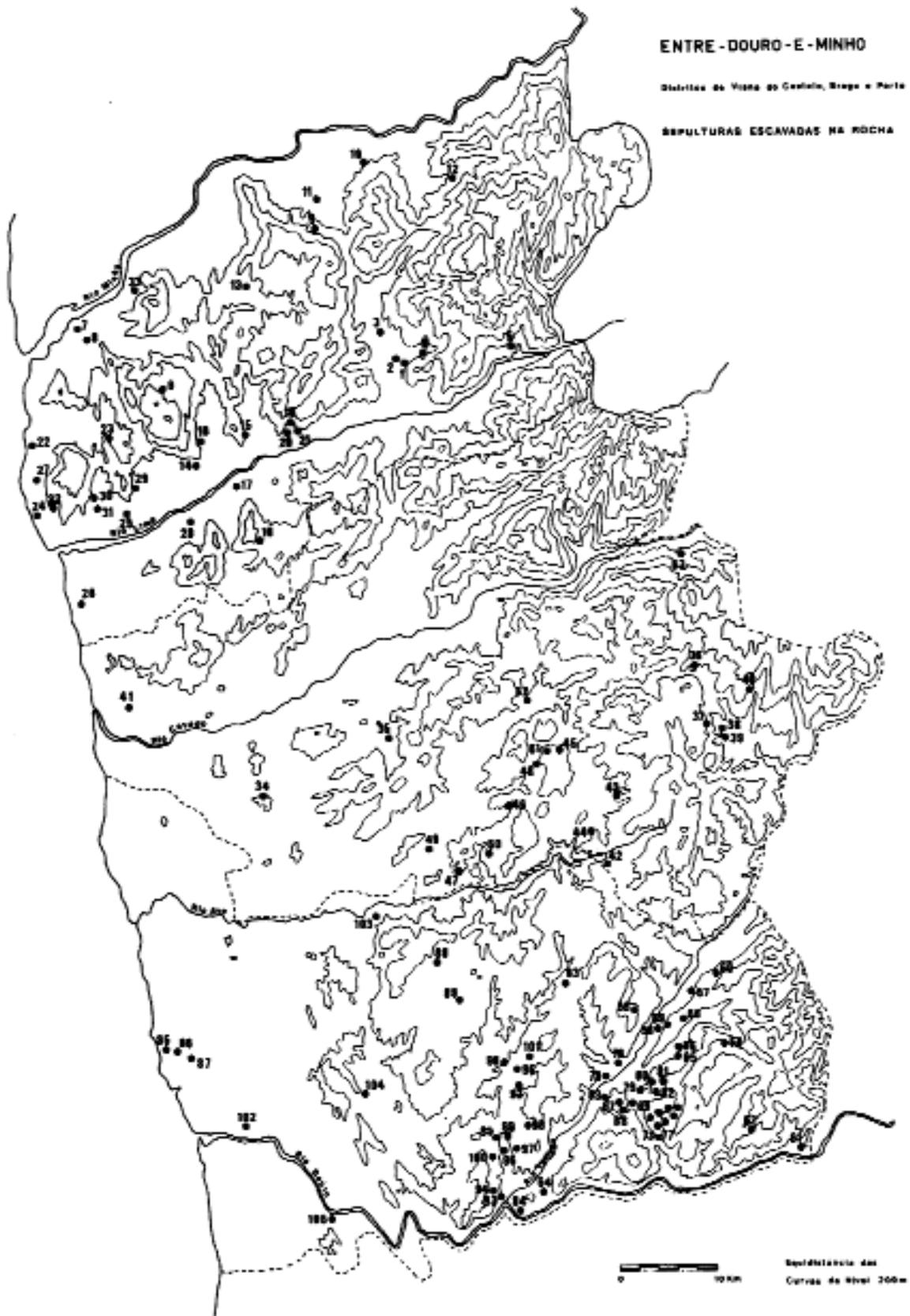
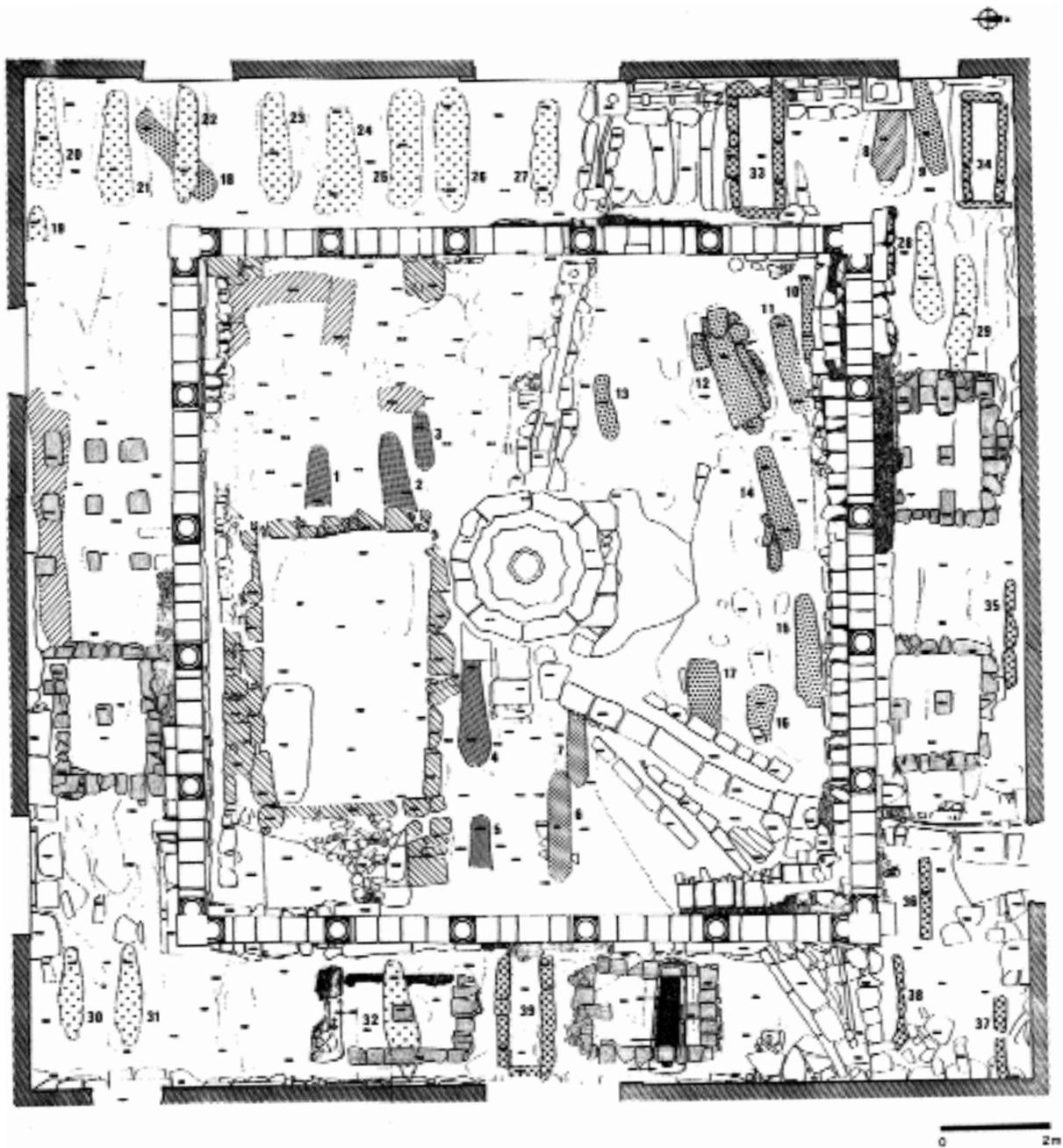


Figura 1



CLAUSTRO DO MOSTEIRO DA COSTA

- TEMPLO SUEVO-VISIGÓTICO
- TEMPLO ARTURIANO

NECRÓPOLE:

- |        |        |
|--------|--------|
| FASE 1 | FASE 4 |
| FASE 2 | FASE 5 |
| FASE 3 | FASE 6 |

Figura 2

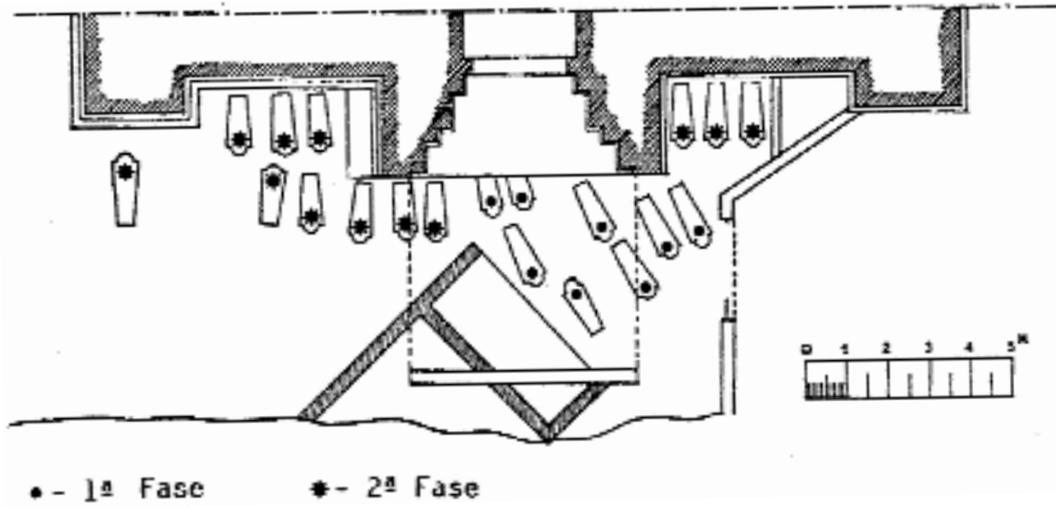


Figura 3

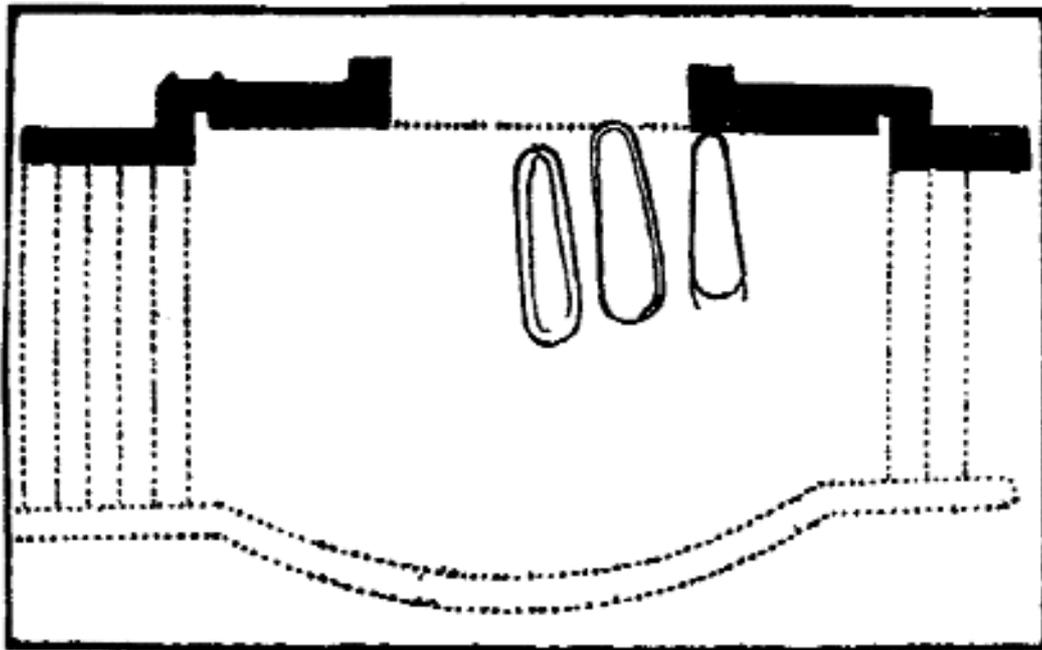


Figura 4



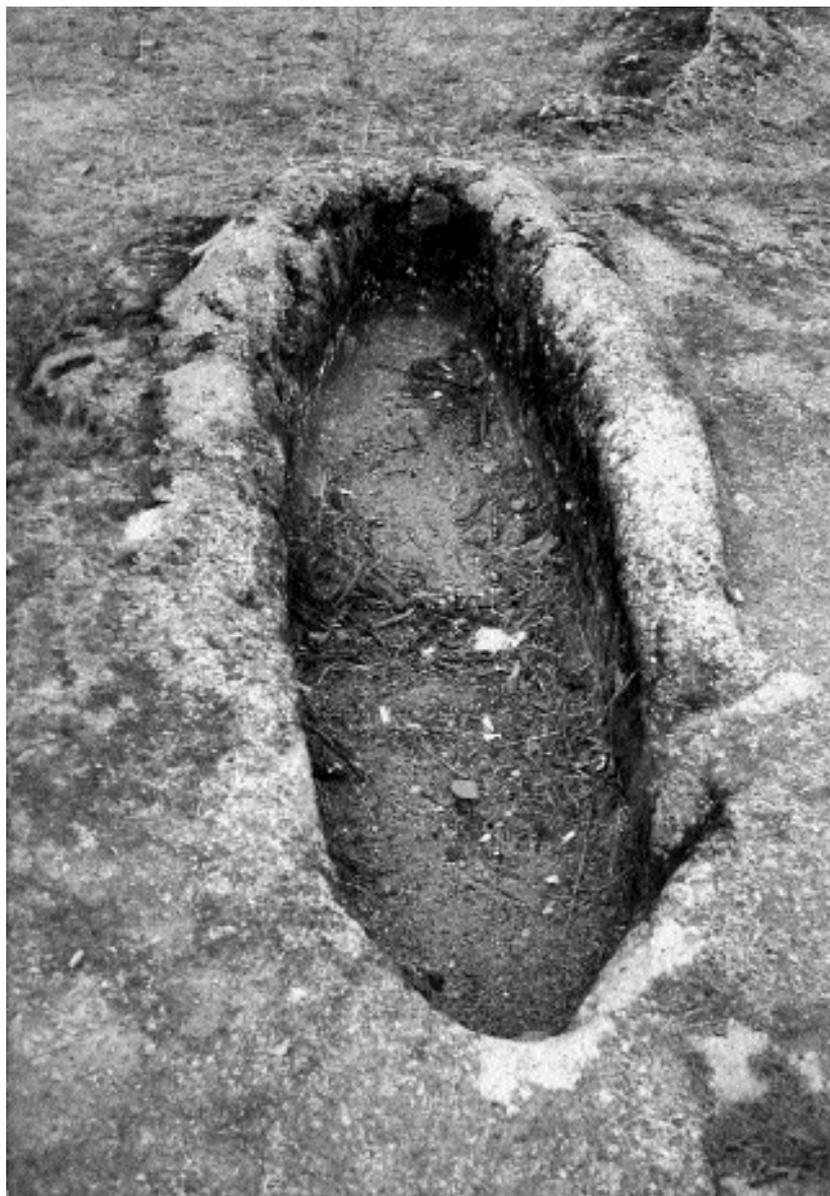
**Figura 5**



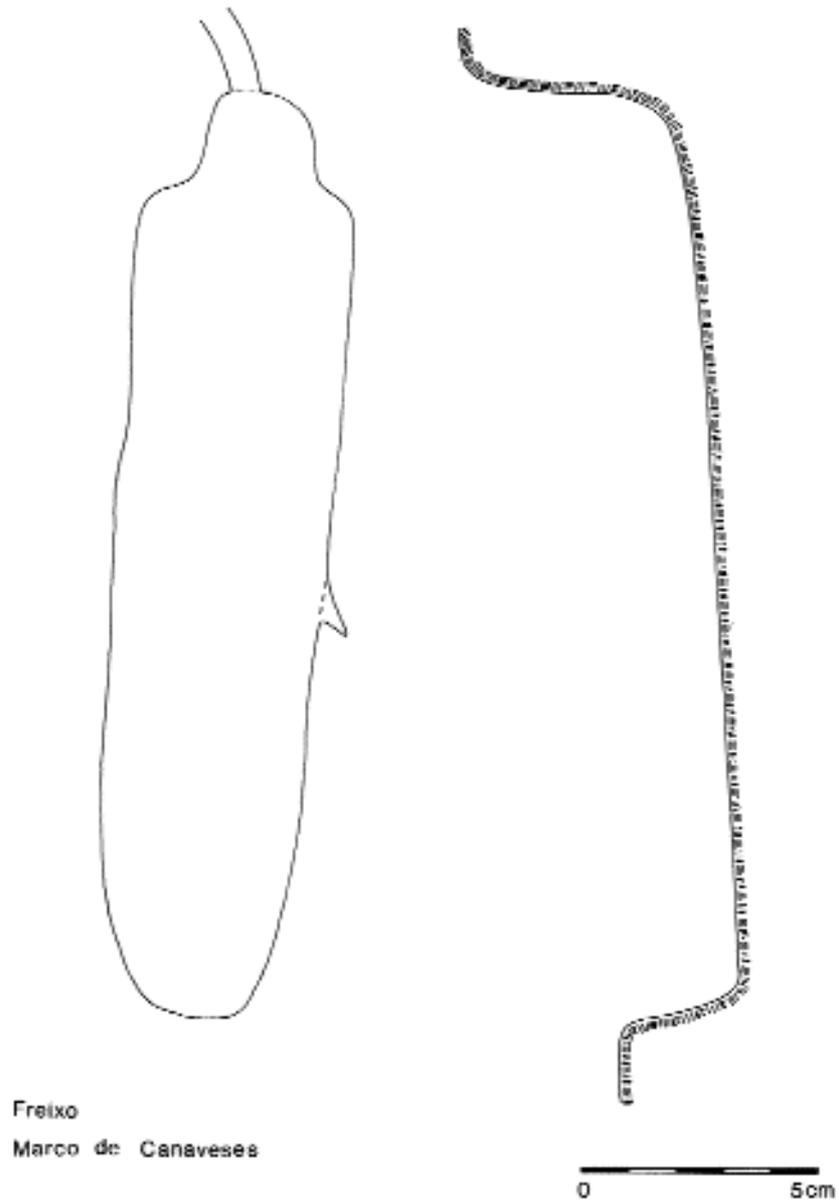
**Figura 6**



**Figura 7**



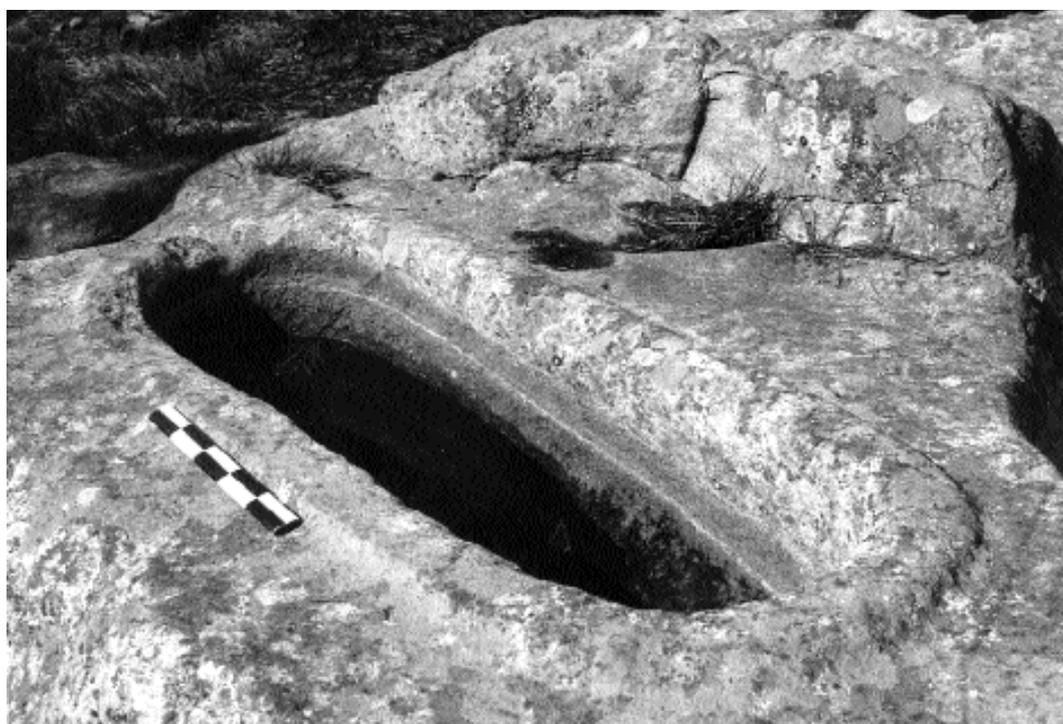
**Figura 8**



**Figura 9**



**Figura 10**



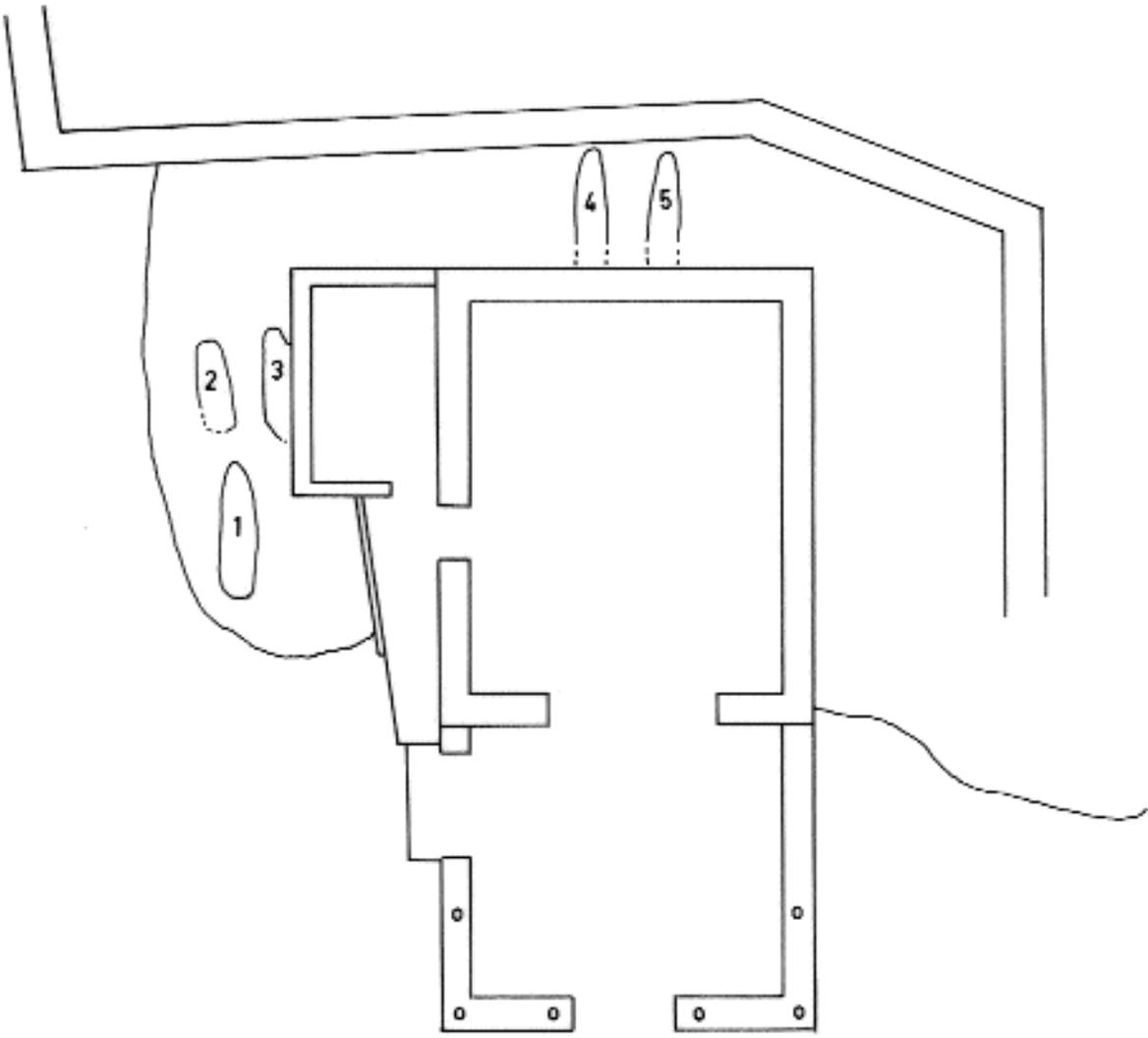
**Figura 11**



**Figura 12**



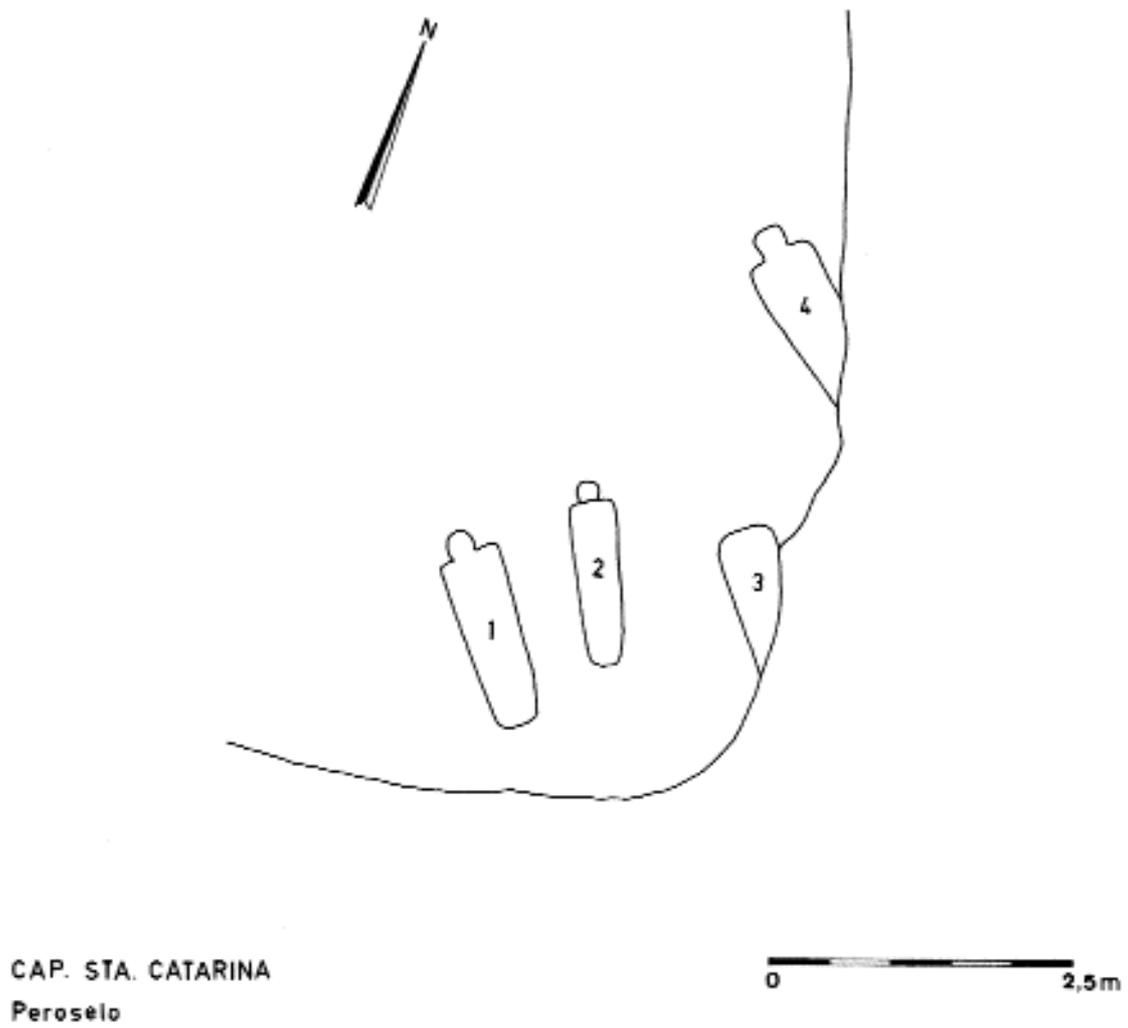
**Figura 13**



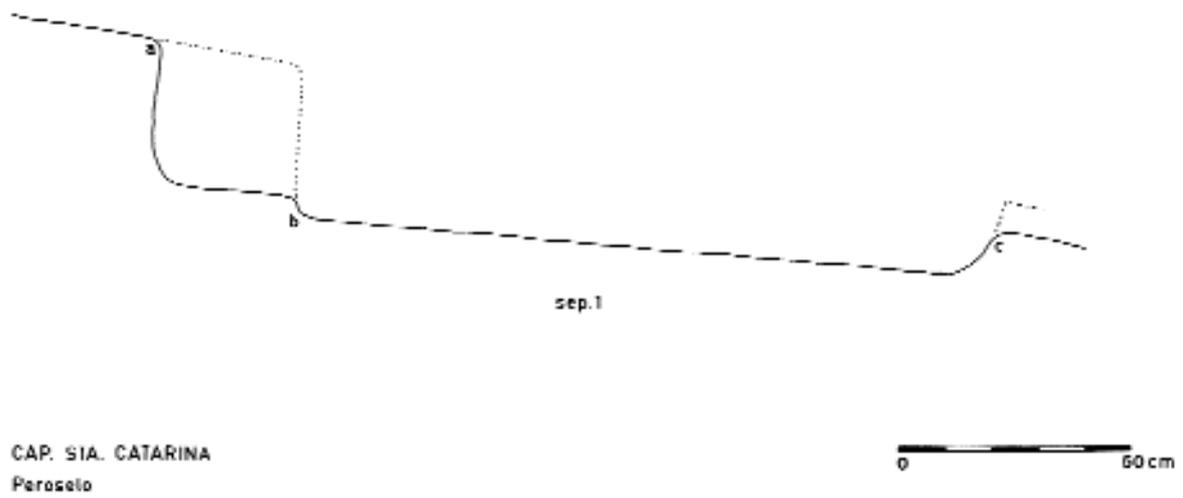
SANTA LUZIA  
Penafiel



Figura 14



**Figura 15**



**Figura 16**



**Figura 17**

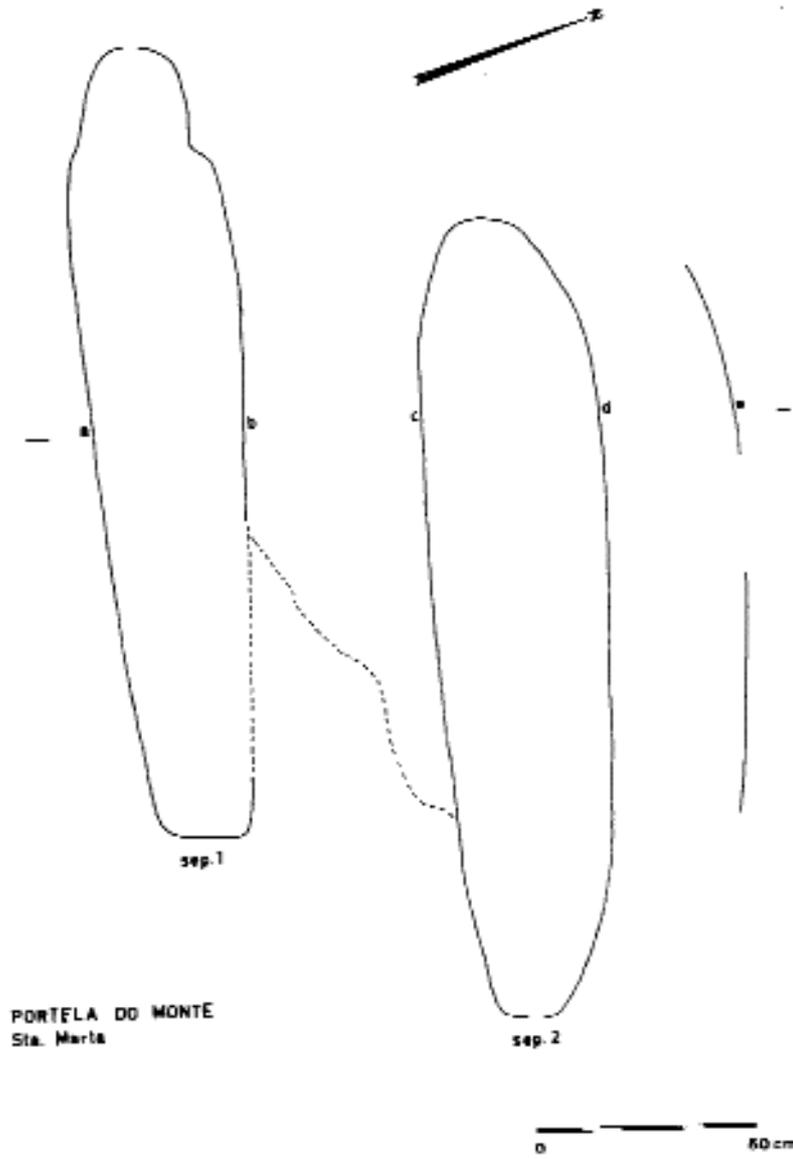


Figura 18

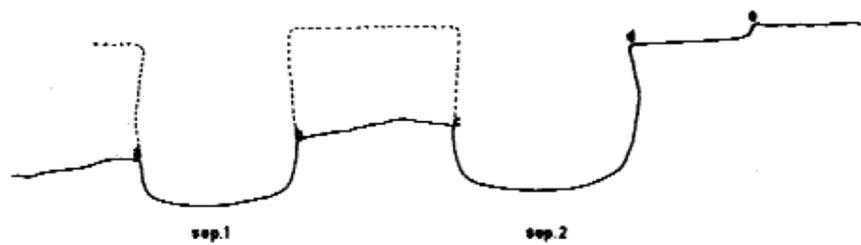


Figura 19

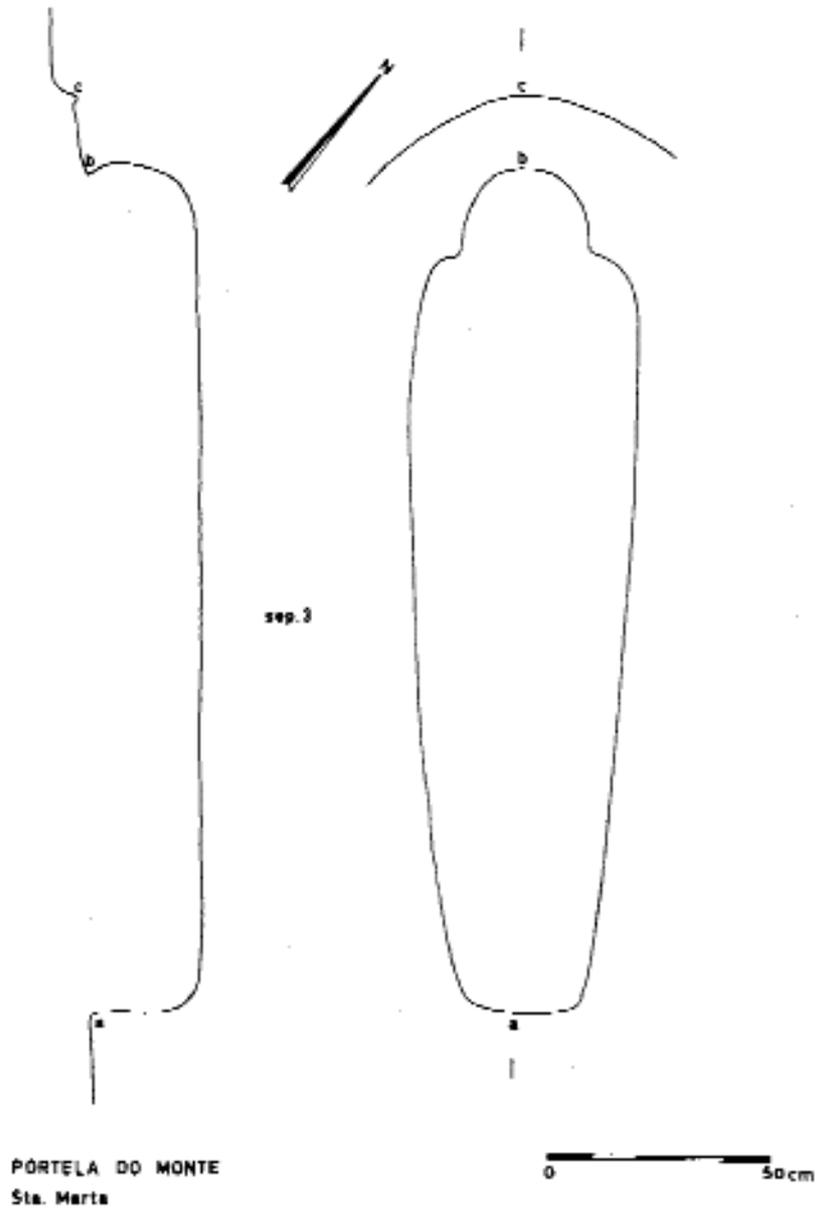


Figura 20

## A PROPÓSITO DE UM LAGAR DE CERA E DA ACTIVIDADE DOS CERIEIROS EM PENAFIEL

Teresa Soeiro<sup>1</sup>

### RESUMO:

Damos notícia de um vernáculo lagar de cera identificado em Cancelos (Sebolido-Penafiel) e da actividade exercida durante as épocas Moderna e Contemporânea pelo grupo profissional dos cerieiros, essenciais para a recolha das pequenas produções de cera junto dos lavradores, sua purificação e posterior venda nos circuitos comerciais locais e inter-regionais, em bruto ou já transformada em velas e ex-votos.

**Palavras-chave:** Lagar de cera, cerieiro, comércio da cera, vela, ex-voto, Sebolido, Penafiel

### ABSTRACT:

We report a vernacular beeswax press, which was identified at Cancelos (Sebolido, Penafiel), as well as the occupation of beeswax chandler during the Modern and Contemporary Eras. These professional chandlers held an essential role in collecting the combs from small farms, in purifying its wax and in subsequently marketing the beeswax both in bulk and processed into candles and ex-votos over the local and interregional trade channels.

**Key-words:** Beeswax press, beeswax chandler, beeswax trade, candle, ex-voto, Sebolido, Penafiel

Publicámos já, no volume 27-28 desta mesma revista, um trabalho essencialmente dedicado à apicultura no Município de Penafiel<sup>2</sup>, nas suas vertentes de criação de abelhas para obtenção do mel e de produção industrial dos meios técnicos utilizados na actividade. Queremos agora completar o ciclo com algumas referências à cera, temática menos documentada mas de grande relevância na sociedade pré-industrial.

Lembrámos então que as abelhas foram, nas sociedades antigas, consideradas paradigma da pureza – assexuadas, vegetarianas e adversas a qualquer podridão – pelo que a cera por elas produzida, que arde sem fumo nem odor (ou desprendendo um doce cheiro a mel) era, juntamente com o azeite puro, os únicos combustíveis para iluminação que a igreja admitia em espaço sagrado, fazendo o lume das velas parte do ritual<sup>3</sup>. Presente nas cerimónias que marcam o ciclo da vida individual – o baptismo, a primeira comunhão, a morte – e no ciclo anual da comunidade com os seus dias de lume novo como a Candelária e a Páscoa, não podia haver celebração litúrgica dentro do templo sem a sua luz, que também acompanhava o Santíssimo e o viático no exterior.

<sup>1</sup> UP/FLUP – CITCEM.

<sup>2</sup> SOEIRO, Teresa – Em busca do doce sabor. *Portugália*. Nova série, Porto, vol. 27-28 (2006-2007), p. 119-158.

A alternativa mais comum à cera seria o sebo, gordura animal que, mesmo depois de trabalhada, continuava a sujar as mãos e a produzir muito fumo e mau cheiro ao arder, pelo que se compreendem bem tanto as razões simbólicas como as práticas da duradoura interdição do uso destas velas nos templos. Nas habitações de alguma qualidade também não entravam esses combustíveis inferiores, que conspurcavam o ar.

Os muitos gastos em cera sobrecarregavam o orçamento das casas religiosas e paróquias, estando documentado o recebimento deste produto através dos foros e outras rendas, de que nos teria ficado o testemunho físico, segundo a tradição, no recipiente-medida que se preservava junto da matriz da freguesia de Couto de Dornelas (Boticas), a *dorna* de granito que, por ajuste entre os moradores e os arcebispos, se encheria de cera a ser remetida à Sé de Braga, como confirmam as Memórias Paroquiais de 1758, porque «*este couto não paga dizimos nem promissas de frutos alguns que colhe, mas em seu lugar paga quinze arrobas de cera amarella todos os anos a Mitra Primaz de Braga*».

A entrega de cera aquando da filiação nas associações de leigos ou o pagamento de coimas impostas nesta mesma matéria, os testamentos e outros legados pios também ajudariam a suprir as necessidades de consumo das instituições religiosas que, no entanto, teriam o seu melhor encaixe por ocasião das festas que davam origem ao pagamento de promessas, tantas vezes velas e círios com o tamanho ou peso do agraciado e figuras moldadas representando as pessoas (ou os seus órgãos) e os animais beneficiados. Muitas destas ofertas, bem como os restos já ardi-dos eram recolhidos para voltarem a ser fundidos e transformados em novas velas. Sempre que morria um irmão, tornava-se obrigação prioritária da(s) confraria(s) a que pertencesse providenciar os círios que ladeariam o cadáver, porque um defunto nunca ficava sem luz até ao funeral.

A recolha da cera e a sua transformação em velas poderia ser feita em casa, tratando-se de pequenas quantidades destinadas ao autoconsumo, mas habitualmente a incumbência de a purificar e manipular competia a grupos especializados, homens que percorriam o território para comprar as pequenas quantidades pelas portas ou se dirigiam a feiras para onde convergiam os lavradores das redondezas. Por vezes, o proprietário das abelhas preferia contratar o especialista para proceder também à recolha, vendendo-lhes os cortiços que aqueles destruíam, matando o enxame ou mudando-o para uma nova casa, ou apenas *estinhavam* e *crestavam*, cortando na época própria parte dos favos, que as abelhas ainda teriam tempo de repor antes do Inverno.

Já nas *Ordenações Manuelinas* se havia dedicado o título XCVII à defesa da apicultura, condenando a destruição de enxames para recolha da cera: «*Mandamos que se alguua pessoa comprar alguu colmea, ou colmeias pera somente se aproveitar da cera, e matar as abelhas, se for piam seja açoutado, e se for pessoa em que nom caiba açoutes será degradado dous annos pera Além; e assi o que for açoutado, como degradado, pagará em quatro dobro o que valiam as colmeas que assi comprar, de que as abelhas matar*»<sup>4</sup>.

## O OFICIO DE CERIEIRO

Mais atenção do que estes homens que deambulavam em busca da matéria-prima mereceram aqueles que a transformavam nas oficinas para obter os círios e velas, ou as *candeias* como se preferia dizer na Baixa Idade Média. Sousa Viterbo<sup>5</sup> reuniu documentação dos séculos XIV e XV

<sup>3</sup> LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 111 e segs; CUISENIER, Jean – *L'abeille, l'homme, le miel et la cire*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1981, p. 174 e segs.

<sup>4</sup> *Ordenações Manuelinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1984, p. 295.

<sup>5</sup> VITERBO, Sousa – As candeias na religião, nas tradições populares e na indústria. *Revista Lusitana*. Lisboa, vol. 16 (1913), p. 63-64 e 70-80.

em que têm intervenção *candeeiros*, profissionais que serviram e obtiveram mercês reais desde o tempo de D. Dinis.

Esta arte não deixaria de se tornar mais complexa nas centúrias seguintes, como também mostrou o mesmo autor<sup>6</sup> ao recordar, entre outras construções efémeras, o magnífico arco preparado pelos cerieiros para a recepção em Lisboa a Filipe III de Espanha, descrito e representado por Lavanha (Fig. 1). Foi levantado todo em cera branca, na Porta do Ferro, e seria: «*extraordinária invenção a ornarão toda com cera branca, na forma que se vee no desenho presente, revestindo todos os membros deste edificio de varias flores, e fructos com que todo elle parecia huma vaga, e deleitosa Primavera. A estatua que ficava no alto representava a Deosa Flora, era grande da mesma cera lavrada com grande perfeição, espalhava flores de hum cesto que tinha na mão... A volta do Arco, e do muro era huma parreira chea de uvas tanto ao natural contrafeitas, que puderão enganar aos homens, como enganarão aos passaros as que pintou Zeuzis*»<sup>7</sup>.

Longe da corte, a mais modesta *candeia do Espírito Santo* de Guimarães, que saía por voto desde o final de quatrocentos é, um século depois, um andor ornado com cera, que integrava para além do rolo com o comprimento igual ao perímetro das muralhas que fecharam a vila ao mal da peste, uma profusa decoração de «*fructos de sera e boninas e ramos*»<sup>8</sup>.

O livro de regimentos dos ofícios mecânicos de Lisboa, de 1572<sup>9</sup>, dedica aos cerieiros o capítulo LXXIII, começando por indicar as obras que deviam executar no exame de oficial: tochas, círios e brandões brancos, uma arcada de círios verdes torcidos e outra de amarelos e ainda um de grandes dimensões, reafirmando que só eles os poderiam fazer, sendo mesmo proibida a venda destes artigos a intermediários. A seguinte preocupação do legislador estava direccionada para a qualidade dos pavios, que nem deviam apresentar-se fracos nem demasiado grossos, mas adequados à funcionalidade atribuída à vela ou círio. Já a qualidade da cera ou sebo empregues seria garantida pela aposição da marca do fabricante, reforçada pela do concelho aplicada pelos juizes depois da verificação.

Se no anterior regimento nada se diz sobre a origem da cera que lavravam, já no *acrescentamento* com que em 1759 o completaram esta questão fica mais bem esclarecida, nos capítulos 4º e 10º, onde se condiciona a matéria-prima que chegasse à cidade, incluindo Alfândega e Casa da Índia, ao preço e repartição feita pelos juizes entre todos os cerieiros. O segundo artigo referido é bastante mais interessante para a compreensão dos circuitos regionais, uma vez que prevê a deslocação dos cerieiros da capital, por iniciativa individual, às feiras onde podiam comprar a cera para seu uso pelo valor que conseguissem negociar: «*E porque não he justo que se reparta pelo officio aquellas partidas de cera que cada hum dos mestres delle compra nas feiras do reino, ficará livre a qualquer delles semilhante compra, sem obrigaçam de as repartir, porem, será obrigado a dar parte aos compradores do officio da cera que comprarão nas feiras, para que conforme as compras que fizerem, se lhe darão depois mayor ou menor porsão nas partilhas que houver de cera que vem à cidade...*»<sup>10</sup>.

O *compromisso* dos cerieiros do Porto<sup>11</sup>, documento detalhado, data de 1717 e nele se diz não existir outro anterior. Porque Arrifana e o julgado de Penafiel integravam então o termo do

<sup>6</sup> VITERBO, Sousa – *Artes e artistas em Portugal. Contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1892, p. 277 e segs.

<sup>7</sup> LAVANHA, João Baptista – *Viagem da catholica real magestade del rey D. Filipe II. N. S. ao reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se fez*. Madrid: por Thomas lunti, 1622, p. 31-32.

<sup>8</sup> CARVALHO, A. L. – *Os mesteres de Guimarães*. Braga, vol. 5, 1944, p. 53-57. Sobre os cerieiros vimaranenses desta época ver: FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI. Revista de Guimarães*. Guimarães, vol.113/114 (2004), p. 91.

<sup>9</sup> CORREIA, Vergílio – *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 218-221.

<sup>10</sup> LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos officios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, vol. 1, 1943, p. 520-523.

<sup>11</sup> CRUZ, António – *Os mesteres do Porto. Subsídios para a história das antigas corporações dos officios mecânicos*. Porto, 1943, p. 103-138.

Porto, o que aqui se dispõe applicava-se ao actual Município de Penafiel. Mesmo depois de elevada a vila e cidade com jurisdição própria, Arrifana/Penafiel continuou a ter o Porto como referência para aqueles officios em que o número de mestres seria muito reduzido, esquivando-se a formular regimentos.

No Porto, durante o mês de Abril seriam convocados todos os cerieiros examinados e far-se-ia a eleição na qual se escolhiam, por maioria de votos, os dois juizes examinadores e ainda um terceiro para servir de escrivão durante o mandato conjunto, com a duração de três anos (item 1º). A visita das lojas tinha lugar a cada meio ano ou em intervalos mais curtos (item 17º e 18º).

A profissão iniciava-se pela base, com um aprendizado de oito anos, em que o jovem não podia mudar de mestre, nem este tomar outro aprendiz e muito menos aliciar os das demais lojas (item 20º a 23º). Seguia-se o tempo de official e, no momento oportuno, o requerimento do exame, que não estaria ao alcance de todos, pois o custo do processo elevava-se a seis mil e seiscentos reis se fosse da cidade e onze mil caso viesse do termo, como os penafidelenses (item 6º). Em 1744, somava-se à quantia anterior dois mil e quatrocentos ou três mil e duzentos reis respectivamente, para o officio constituir um fundo destinado a sustentar as demandas (item 27º a 30º).

A prova de exame do official realizava-se na casa de um dos juizes (item 3º) e consistia em fabricar tochas de cinco e quatro arrâteis, uma tocha torcida e outra quadrada, estas com quatro lumes, velas de diferentes pesos e rolo branco e amarelo (item 4º), tudo produções tradicionais, que não contemplavam nichos de mercado emergentes como o dos encerados para malas e veículos, também exclusivos dos cerieiros (item 16º). Podia-se reprovar e repetir, sempre com os dois juizes por júri, apenas substituídos no caso de uma relação de parentesco próxima ou de um seu aprendiz (item 9º a 11º). Uma vez aprovado, o official recebia a carta, que devia registar na Câmara (item 5º). Era indispensável para abrir loja própria (item 3º e 7º) não podendo, em qualquer circunstância, lavar cera fora do estabelecimento (item 8º).

Neste regimento também se voltam a levantar as questões já abordadas no da capital, particularmente a proibição de intermediários (item 15º), a salvaguarda da qualidade dos pavios (item 13º) e a da própria cera, para o que se estipulava o uso nas peças maiores de marca com as iniciais do cerieiro, identificadas em livro ao cuidado do escrivão (item 14º). Acresce a atenção dispensada às cautelas e preços para a cera entregue para *reformatar* por mosteiros, paróquias e confrarias, pois poderia conter muitos detritos que lhe aumentavam o peso e tornavam difícil a lavra (item 24º e 25º). Até ao início do século XIX outros assuntos vão sendo introduzidos, alguns já antigos mas não regulamentados, como a participação na procissão de Corpo de Deus ou o acompanhamento dos defuntos. A actualização de custos e preços será também recorrente.

Muitas outras localidades por todo o país teriam cerieiros durante a Época Moderna, como o deixam supor diversos documentos e a relevância dos bens produzidos para o quotidiano, mas não reconhecemos ainda no Norte de Portugal a tendência a uma certa especialização assumida por determinados lugares, como acontecerá posteriormente. Mesmo para a região transmontana, que virá a desempenhar esse papel, os dados recolhidos por Columbano Ribeiro de Castro<sup>12</sup>, em manuscrito datado de 1796, mostram alguma disseminação dos profissionais, com os maiores núcleos no termo de Chaves, onde laborariam dez cerieiros – quatro na vila, três em Adagoi<sup>13</sup>, um em Curros<sup>14</sup>, Nogueira<sup>15</sup> e Valpaços – e Mirandela, que conta seis cerieiros, três na vila e outros tantos em Contins<sup>16</sup>. Vila Flor tinha dois, na vila, assim como Bragança.

Curiosamente, Columbano Ribeiro de Castro não refere nenhum cerieiro em Torre de Moncorvo, o mesmo sucedendo na atenta e pormenorizada descrição feita no mesmo período por

<sup>12</sup> MENDES, José Maria Amado – *Três-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC, 1981, p. 228-229; 235; 278-279; 310; 330-331; 344-345 e 364-373.

<sup>13</sup> Há lugares com este topónimo em Santiago da Ribeira de Alhariz, município de Valpaços e Capeludos, município de Vila Pouca de Aguiar.

José António de Sá<sup>17</sup>, que tem um item dedicado a Felgueiras, a freguesia onde se encontra o mais afamado centro regional de comércio e fabrico de cera oitocentista<sup>18</sup>.

Pelo contrário, na década de cinquenta do século XIX estiveram constantemente inscritos nos recenseamentos eleitorais mais de uma dezena de cerieiros moradores em Felgueiras e apenas um ou outro de Carviçais, de Felgar ou da vila de Torre de Moncorvo, situação que se manterá, com ligeiro decréscimo, pelo menos até ao início dos anos quarenta do século XX<sup>19</sup>. O lagar de cera de Felgueiras, ainda com condições para funcionar, e a memória dos cerieiros desta freguesia, que percorreram longos caminhos para efectuar o seu negócio<sup>20</sup>, são património inestimável para o estudo da profissão e das rotas do comércio inter-regional em Portugal.

Na vizinha Galiza, o trato da cera era feito pelos *borreiros* ou *cerieiros* que, como os portugueses, procuravam a matéria-prima junto dos lavradores que mantinham colmeias. Podiam prestar o serviço de as *castrar*, e assim iam reunindo pequeníssimas produções para encaminhar até ao lagar onde a cera era processada antes de voltar a ser vendida às oficinas de fabrico de velas e ex-votos, comuns nos centros urbanos<sup>21</sup>. Os lagares de cera parecem, no entanto, ter sido pouco numerosos e/ou de reduzido impacto no edificado, já que estão omissos das sínteses sobre arquitectura popular consultadas<sup>22</sup>.

Porém, os *borreiros* da Terra de Montes<sup>23</sup>, e em particular os de Forcarei (Prov. Pontevedra) eram afamados por esta actividade, percorrendo toda a Galiza e mesmo território português na recolha de cera, que purificavam e trabalhavam. À zona montanhosa e fronteiriça dos Ancares chegavam os cerieiros de Astúrias e Leão, onde havia maior número de lagares e um comércio enraizado. As populações locais faziam as velas para seu consumo em casa, depois de espremido o mel, derretendo a cera em água fervente a fim de a libertar das principais impurezas, colhendo-a ainda líquida para a lançar em moldes onde previamente se colocara o pavio<sup>24</sup>.

O ocidente das Astúrias<sup>25</sup> foi uma área em que a criação de abelhas se fez com alguma intensidade, representando o mel um suplemento alimentar bastante consumido e a cera um valor de troca. Como na Galiza interior, também aqui se investiu na edificação de muros apiários – *alvariças* e *cortinhos* –, por vezes atingindo grande envergadura. A extracção realizava-se preferencialmente castrando a colmeia, ou seja evitando a morte sistemática das abelhas, o que facilitou o desenvolvimento da actividade apícola, que por sua vez suportou o comércio sazonal dos cerieiros.

<sup>14</sup> Boticas ou Valpaços

<sup>15</sup> Bobadela, Boticas (?).

<sup>16</sup> Lugar da freguesia de Carvalhais, Mirandela.

<sup>17</sup> Sá, José António de – Descrição económica da Torre de Moncorvo. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Banco de Portugal, vol. 3, 1991, p. 175-200 (Felgueiras, p. 194).

<sup>18</sup> Quase um século anterior, a *Corografia* de Carvalho da Costa, ao referir-se a Felgueiras também ignora a produção de cera ou a existência do lagar, embora tenha o cuidado de realçar os muitos moinhos de cereal onde vinha moer mesmo gente de fora e as minas de ferro nas quais se extraía e fundia minério, que resultava em matéria-prima de fraca qualidade: COSTA, António Carvalho da – *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes, vol. 1, 1706, p. 427.

<sup>19</sup> Levantamento realizado no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo por Liliana Reis, para trabalho escolar.

<sup>20</sup> Percorriam com os seus machos não só a região transmontana, até à raia do Entre-Douro-e-Minho, como o Norte da Beira, por vezes reenviando a cera para casa pelo caminho de ferro para poderem prosseguir.

<sup>21</sup> LORENZO FERNANDEZ, Xaquín – *Os ofícios*. Vigo: Editorial Galaxia, 1983, p. 220-221.

<sup>22</sup> Por exemplo: LLANO CABADO, Pedro de – *Arquitectura popular en Galicia*. Santiago de Compostela: COAG, 1981-83; BAS, Begoña – *As construcións populares: un tema de etnografía en Galicia*. A Coruña: Edicións do Castro, 1983; CAAMAÑO SUÁREZ, Manuel – *As construcións da arquitectura popular. Património etnográfico de Galicia*. Santiago de Compostela: Consello Galego de Colexios de Aparelladores e Arquitectos Técnicos, 2003.

<sup>23</sup> ASOREY, Jesus – Apicultura. *Gran Enciclopedia Gallega*. Santiago de Compostela: Silverio Cañada, tomo 31 1974, p. 21-22; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 227-260; ESPAÑA CAMPOS, Gumersindo – Os Cerieiros de Forcarei. In RAPOSEIRAS CORREA, José (coord.) – *A procura da nosa identidade: Terra de Montes*. Pontevedra: Diputación Provincial, 2007, p. 297-302.

<sup>24</sup> GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio – *Apicultura tradicional no concello de Navia de Suarna (Lugo)*. Lugo: Servicio de Publicaciones Diputación Provincial, 1989, p. 35-37; GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio – *Antropología y etnografía de las proximidades de la sierra de Ancares*. Lugo: Servicio de Publicaciones Diputación Provincial, vol. 2, 1991, p. 306-307; GONZÁLEZ REBOREDO, Xosé M.; GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio – *Sociedade e tecnoloxía tradicionais do val de Ancares*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1996, p.374-377.

<sup>25</sup> A informação referente a Astúrias foi recolhida principalmente na obra de LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedad tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994.

Estes provinham quer da Terra de Montes, na Galiza, quer do Vale de Ancares, no Bierzo (Leão), a maior comunidade. Recolhiam directamente a cera no colmeal ou compravam-na em rama ao lavrador, pequenas porções que iam reunindo e encaminhando para os lagares onde a depuravam para com pequena parte fazerem velas, revendidas aos anteriores junto com outros artigos do comércio inter-regional que traziam dos estabelecimentos da sua área de residência como o pimentão, a aguardente ou o peixe. O dinheiro ganho facilitava as compras de cera bruta, que seria sempre trabalhada no lagar para reduzir o peso da *borra* e formar os *pães* purificados que transportariam no regresso, destinados a urbes de maior dimensão como Astorga ou outras de Leão<sup>26</sup>.

O importante centro de cerieiros leoneses referido pode estar relacionado com o desenvolvimento da actividade nas zonas interiores de Trás-os-Montes onde chegariam com facilidade. O seu estilo de vida implicava longas viagens, feitas duas vezes no ano, quando os trabalhos do campo amainavam e a colmeia estava necessitada: no fim do Inverno para tirar a cera morta, escura, e facilitar a reactivação do cortiço (a nossa *estinha*); no fim do Verão para recolher a cera amarela, nova, a mais valorizada (a *cresta*). Realizavam a deslocação aos pares, entre familiares, acompanhados de machos para carregar. Ficavam pelas casas ou cortes dos clientes habituais, junto com os seus animais. Para tratar a cera recorriam aos lagares de proprietários e lavradores que lhes arrendavam a dinheiro ou à maquia, ficando ainda com o benefício do *estrume* que a cera deixava, matéria fértil para os campos.

Importa aqui salientar que o autor que vimos seguindo é de opinião que os grandes lagares de feixe para cera, em tudo idênticos ao que é objecto deste estudo, não teriam sido instalados nas Astúrias antes do dealbar do século XIX, estando omissos tanto no *Cadastro de Ensenada*, como nas *memórias* regionais dos ilustrados, situação igual à que nos é conhecida no Norte de Portugal<sup>27</sup>. Pelo contrário, em Forcarei (Pontevedra), o *Cadastro* parece já ter deparado com vários lagares numa só paróquia e mais de uma centena de cerieiros em outra contígua, ambas próximas do mosteiro cisterciense de Acibeiro<sup>28</sup>. Não podemos, porém, validar desde já este como um centro de inovação e estar certos de que a referência remete para os grandes *lagares* com prensa de feixe, porque existiam outras prensas e alfaias menores para proceder à limpeza da cera, como aliás continuaram a ser utilizadas quando destinadas a pequenas quantidades trabalhadas por não especialistas.

## OS CERIEIROS DE PENAFIEL

Em Arrifana de Sousa/Penafiel o ofício de cerieiro está documentado no século XVIII pelos registos paroquiais, sendo ora masculino<sup>29</sup> ora feminino<sup>30</sup>, mas sempre com um muito pequeno número de indivíduos. A autarquia reconheceria também a sua existência, uma vez que nas actas da sessão da Câmara de 31 de Dezembro de 1746 fica inscrita a eleição dos juizes do ofício de cerieiro<sup>31</sup>. Em 1772 coube a tarefa de impor a regularização e controlar o exercício da profissão a Custódio José Moreira, do lugar de Cimo de Vila, freguesia de Fonte Arcada, cerieiro examinado e confirmado pela Câmara dado estarem informados «*do seu bom procedimento, capacidade e*

<sup>26</sup> Práticas idênticas foram estudadas junto dos cerieiros de Guadalajara: CASTELLOTE HERRERO, Eulalia – Cera y cerería en Guadalajara. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid, vol. 43 (1988), p. 134 e segs.

<sup>27</sup> LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 131.

<sup>28</sup> RIVAS QUINTAS, Eligio – *Mel e cera. O aceite*. Ourense, 2009, p. 95.

<sup>29</sup> MARQUES, Maria Lucília de Sousa Pinheiro – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 a 1759*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos, 1974, p. 136

<sup>30</sup> DUARTE, Maria Celeste dos Santos Duarte de Oliveira – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 a 1784*. Porto, 1972, p. 264.

<sup>31</sup> AMPNF – A 5 Livro de registo dos actos da Câmara, 1746, Dezembro, 31.

*sciencia do seu officio, e que cumpriria bem com a obrigação de juiz e por não haver ainda nesta cidade juís do ditto officio para examinar os que de novo quizerem uzar e por loja lhe deferirão dos santos evangelhos e lhe encarregaram que bem e verdadeiramente servisse o ditto officio digo de juiz do officio de cerieiro obrigando os mais cerieiros desta cidade e seu termo para que se examinem e tirem suas cartas»<sup>32</sup>.*

Esta profissão, porém, não mereceu uma atenção específica ao serem redigidos, em 1742, os regimentos dos officios da vila, nem posteriormente aquando da elaboração das posturas sete e oitocentistas.

Talvez porque a cera fosse escassa e dispendiosa, um empreendedor vai, ainda no século XVIII, tentar instalar uma unidade de produção de velas de sebo, matéria prima em princípio mais abundante por se tratar da valorização de um subproduto do abate do gado para a alimentação. Não seria o único, já que encontramos o fabrico de velas de sebo referido em 1793/94 nas actas da Câmara, porque o Procurador do Povo reclamou contra a venda desta matéria-prima para fora do concelho por parte dos marchantes, que procuravam no Porto preços mais compensadores: «Nesta sendo presente o Procurador do Povo desta cidade requereo que em todas as lojas della se estavam vendendo bollos de sebo de pezo oito ao arratel prohibidos pella ley e pello mesmo preço mayor dos da taxa o que nacia dos marchantes desta cidade não quererem vender o sebo para as fabricas que ha nella de sebo como a de Caetano Funtão e outros só sim o vendião para a cidade do Porto e outras partes cujo transporte os fazia mais caro com prejuizo notavel do publico»<sup>33</sup>.

A Câmara aceitou o pedido e transformou-o em postura: «foi determinado que os Marchantes dos talhos desta cidade não vendão sebo algum para fora della e seo termo, pena de vinte mil reis applicados para as despezas deste Senado, enquanto os fabricantes das fabricas do sebo o quizerem pello seo justo preço e sómente o que sobejar não o querendo os mesmos fabricantes o poderão vender para fora desta cidade»<sup>34</sup>. Não teria obtido grandes resultados, visto um dos proprietários reclamantes, Caetano José Funtão, ter optado por solicitar uma provisão régia que confirmasse a proibição dos acórdãos, documento que veio a consulta ao Município em Junho de 1794<sup>35</sup>. Este homem era botiquineiro na cidade, e também o conhecemos por estar envolvido na disputa dos maninhos de Rio de Moinhos, processo em que tentou igualmente ultrapassar as autoridades e as resistências locais dirigindo-se directamente ao poder central.

No ano de 1810, passada a grande turbulência causada nesta região pela guerra peninsular, a venda de sebo para o Porto volta a ser assunto de controvérsia, renovando-se a proibição de os marchantes fazerem sair o produto sem antes terem abastecido todas as necessidades das fábricas da cidade, dividindo-o com igualdade entre elas. A carestia do azeite acrescentava mais uma motivação para o impedimento da extracção desta outra gordura<sup>36</sup>.

Acerca da dimensão e funcionamento destas *fábricas* nada fomos capazes de documentar. Talvez não fossem muito diferentes das oficinas tradicionais dos sebeiros do Porto referidas nos anos oitenta, distribuídas em redor do matadouro de onde provinham as seiscentas ou setecentas toneladas de sebo em rama que se limitavam a derreter – *rixar* – à maneira antiga, por acção directa do fogo<sup>37</sup>, ou empregando equipamento industrial a vapor, para obter o *pão* utilizado no

<sup>32</sup> AMPNF – A 13 Livro de registo dos actos da Câmara, 1772, Dezembro, 2.

<sup>33</sup> AMPNF – A 16 Livro de registo dos actos da Câmara, 1793, Setembro, 11.

<sup>34</sup> AMPNF – A 16 Livro de registo dos actos da Câmara, 1793, Outubro, 2.

<sup>35</sup> AMPNF – A 17 Livro de registo dos actos da Câmara, 1794, Junho, 28.

<sup>36</sup> AMPNF – A 18 Livro de registo dos actos da Câmara, 1810, Maio, 16 e Dezembro, 31.

<sup>37</sup> Na edição reformulada da obra de 1794 *Segredos necessarios para os officios, artes, e manufacturas* explicam-se vários métodos, tradicionais e de inventores estrangeiros, para depurar o sebo e obter estearina, sendo a de melhor qualidade uma combinação da gordura de bovino, caprino e ovino, cada uma com características próprias, que, na devida proporção, se deviam lançar num caldeiro para derreter em água, sem queimar, e depois coar num pano ou peneira de crina. Derretia-se a mistura uma segunda vez, mas agora na água dissolvia-se «por cada oito arrateis de sebo, meia onça de nitro puro, a mesma quantidade de sal ammoniaco e huma onça de pedra ahume queimada». Fervida até não libertar bolhas, arrefecia no recipiente, formando o *pão*, com as impurezas depositadas no fundo, em camada fácil de cortar. Para fabricar as velas, este sebo depurado era fundido e vazado nos moldes: S., J.A.A. – *Segredos necessarios para os officios, artes, e manufacturas, e para outros muitos objectos sobre a economia doméstica*. Lisboa: Na Typographia de José Baptista Morando, vol. 1, 1841, 208 – 221.

fabrico de velas, na saboaria e para a preparação de pomadas aromatizadas (para o cabelo) com grande procura no Brasil. As velas eram feitas «em mesas-tabeleiro perfuradas tendo pendentes os moldes de estanho onde está suspenso o pavio de algodão. Vasa-se o sebo derretido, e depois de frio extrahe-se a véla inteiramente conformada»<sup>38</sup>, um processo simples e rápido, pouco especializado, que recorria a equipamento acessível e reciclava um subproduto relativamente barato, bem diferente do processamento e da feitura das velas de cera.

De volta à cera, vemos que em 1823 o Corregedor da Comarca de Penafiel responde aos inquéritos da Junta do Comércio sobre a existência de fábricas queixando-se da falta em todo o território sob sua administração, com duas excepções em Penafiel, uma unidade de curtumes e outra de cerieiro.

A fábrica de cera ficava em Ribas, lugar da freguesia de Lagares, em plena serra do Mozi-nho. O proprietário António Rocha, o pai Manuel da Rocha e um servente trabalhavam anualmente, com os meios técnicos necessários, perto de oitenta arrobas de cera, sendo aqui também lavrada muita da matéria-prima trazida pelos produtores, que pagavam apenas a laboração, uma conhecida fórmula para reduzir os dispendiosos investimentos em instalações de transformação nas casas de lavoura sem privar os rurais do autoconsumo das suas produções. O proprietário da fábrica declara não trabalhar maiores quantidades por a região ser pobre em colmeias. Vendia tudo na área da comarca<sup>39</sup>.

Parece ser a esta mesma fábrica que se refere o *Inquérito Industrial* de 1881 quando trata da pequena indústria do distrito, dizendo que «apenas Santo Thyrsó e Penafiel refinam cera; apenas Penafiel fabrica velas. Ha n'este ultimo concelho duas officinas, sendo uma na séde e outra em Lagares. A produção rural é orçada em 600 kilogrammas e o fabrico das velas attinge o peso de 3:000. O deficit da materia prima vem do Porto. Dos 3:000 kilogramas de velas o vigesimo é amarello que vale a 540 reis, valendo a cera branca a 620»<sup>40</sup>.

Comparada com as oito unidades existentes na cidade do Porto que o *Inquérito* identifica<sup>41</sup>, a produção penafidelense não será inferior à de três delas, destacando-se apenas duas muito superiores pelo montante de cera consumido (18 e 20. 000 quilos) e capital investido (27 e 30 contos). A matéria-prima para a mais importante, a Companhia Cerifica Portuense, provinha de Angola (Benguela)<sup>42</sup>, tratando-se de cera amarela, como a que a partir do Porto também chegaria a Penafiel, ajudando a suprir a denunciada insuficiência da produção local, apenas 1/5 do consumo das duas oficinas.

Nos recenseamentos eleitorais do séc. XIX consultados, em que o leque de profissões é alargado, não se encontram cerieiros. Surpreendeu-nos sobretudo o facto de não haver nenhum cerieiro inscrito em 1879<sup>43</sup> no lugar de Ribas (Lagares), onde o *Inquérito Industrial* situa uma *fabrica de velas*, tanto mais que este recenseamento para as eleições autárquicas é bastante abrangente, incluindo os chefes de família, mesmo que não soubessem ler ou escrever. Assinalamos contudo que segundo este documento haveria então em Ribas dois *lavradores*, analfabetos, com o sobrenome Rocha, como o proprietário da fábrica em 1823, que foram recenseados pelos seus rendimentos, eventualmente auferidos em actividade complementar à lavoura: António Ferreira da Rocha, de 61 anos, com o montante de 1\$800, e José Joaquim da Rocha, 63 anos, com

<sup>38</sup> Relatório apresentado ao Excmo Snr Governador Civil do Districto do Porto pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1881, p. 322.

<sup>39</sup> AHMOP – Junta do Comércio 12 Mapas e contas dos ministros territoriais acerca das fabricas existentes, 1823, Janeiro, 13.

<sup>40</sup> Relatório apresentado ao Excmo Snr Governador Civil do Districto do Porto pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1881, p. 8-9 e 50.

<sup>41</sup> Relatório apresentado ao Excmo Snr Governador Civil do Districto do Porto pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1881, p. 319-320.

<sup>42</sup> Origem e algumas características físico-químicas das antigas ceras portuguesas em: LEPIERRE, Charles; CARVALHO, Abel de – *Les cires portugaises*. Lisbonne, 1934. Sobre o inquérito à produção apícola nacional na segunda metade de oitocentos, além dos citados no anterior artigo da *Portugalia* veja-se: RAMOS, Carlos R.; PITA, Luís – A apicultura em Portugal no século XIX. *Vípasca*. Aljustel, vol. 6 (1997), p. 73 e segs.

<sup>43</sup> AMPNF – A 1636 Caderno de eleitores e elegíveis, 1879.

6\$000. Também não parece mera coincidência que a unidade de lagar de cera e fabrico de velas existente em Recarei, freguesia vizinha de Lagares, seja também de um Rocha.

Já o fabrico de velas de sebo, que talvez continuasse a ter lugar na cidade mesmo não estando explicitado, sofreria por estes anos a concorrência da nova fábrica de saboaria instalada por Simão Rodrigues Ferreira na Costeira do Chelo. Produziu, em 1863<sup>44</sup>, oitenta toneladas de sabão branco e amarelo, no valor aproximado de catorze contos. Era dirigida pessoalmente pelo proprietário e empregava sete pessoas, consumindo, entre outros produtos, mais de trinta toneladas de sebo. Continuou em laboração até ao final da década de setenta, mas em 1881 estava já inactiva, tendo sido o cerrado da fábrica vendido por Simão Rodrigues Ferreira a José de Sousa Mendonça Magalhães<sup>45</sup>.

## A PURIFICAÇÃO DA CERA

A cera em rama, saída da *estinha* e da *cresta* do cortiço, deveria ser à partida separada por qualidades, já que a mais recente apresentava cor branco-amarelada e características físicas que a valorizavam, enquanto a mais antiga surgia amarelo-escura ou mesmo enegrecida, o que a depreciava.

Se fosse por pouco tempo, o lavrador poderia limitar-se a guardar a cera em rama, depois de espremido o mel, formando *bolas* que venderia ao cerieiro. Mas para garantir que não se estragaria, atacada por exemplo pela borboleta da *tinha* que deixa os ovos alimentando-se as larvas da cera, optava muitas vezes por realizar em casa uma operação básica de limpeza: derreter em água quente, recuperar a cera liquefeita à tona da água com uma vasilha, coar num pano e deixar solidificar numa outra vasilha com um fundo de água para não agarrar. Ferreira Lapa, no manual de tecnologia agrícola que escreve em 1871<sup>46</sup>, propõe uma versão mais elaborada da mesma operação, em que a cera retirada dos cortiços, ainda com muitos corpos estranhos, devia ser primeiro lançada em água que, fervendo, a fazia derreter. Uma vez dissolvidos os restos de mel e desprendidos os resíduos, a cera viria à superfície, onde era recolhida com uma vasilha para ser lançada em nova tina de água quente. Também aqui as impurezas se precipitariam, enquanto a cera, ao arrefecer, coalharia à superfície. Retirada com escudelas, passava à prensa que, para pequenas quantidades, podia ser a mesma com que se espremera o mel. Extraída a água, a cera voltava a ser aquecida, agora em banho-maria, para deixar impurezas mais finas e ficar pronta a ser vertida para as formas onde se moldam os *pães* de cera em bruto ou virgem, de tom amarelo. Este seria o ponto mais avançado do processamento que se fazia em casa. Daqui em diante a manipulação e branqueamento competia aos cerieiros.

\*

Quando eram os próprios cerieiros a levar a cabo a purificação da matéria-prima, faziam-no em instalação de maior dimensão, habitualmente designada por *lagar de cera*. Este pode ocupar edifício independente (p.e. Felgueiras) ou estar instalado nas lojas de uma casa de lavoura (caso de Cancelos), ser propriedade do povo ou pertencer a particular que o explora directamente ou arrenda, a dinheiro ou à maquia, uma percentagem fixa da cera trabalhada.

O exemplar mais conhecido entre nós é o lagar comunitário de Felgueiras, no município de Torre de Moncorvo, freguesia que, dissemos, no século XIX congregava significativo número de profissionais. A boa conservação do edificado e a forte tradição local no trabalho e comércio da cera reforçam o valor paradigmático do caso.

<sup>44</sup> *O Século XIX*. Penafiel, 22 e 25 de Junho de 1864.

<sup>45</sup> AMPNF – A 31 Livro de registo das actas da Câmara, 1881, Junho,9.

<sup>46</sup> LAPA, João Ignacio Ferreira – *Tecnologia rural ou artes químicas, agrícolas e florestaes*. Lisboa, 1871, p.63 e segs.

Como descreveu Santos Júnior<sup>47</sup> e podemos ainda hoje visitar, o lagar de Felgueiras está inserido na malha da aldeia, instalado em construção própria, pétreo e telhado, de chão térreo e tendo apenas a porta por abertura. Até meados do século XX mais de uma dezena de cerieiros nele trabalhava.

É elemento indispensável do lagar a fornalha com a caldeira metálica, como também vemos nos de azeite, mas aqui para aquecer a água e nela ferver a cera em rama esfarelada.

A grande prensa de feixe surge, como sublinharam vários autores, igual às dos lagares de vinho ou de azeite, talvez algo mais volumosa do que a dos primeiros dado o esforço que lhe será pedido. Apresenta a vara horizontal, um tronco de árvore pouco desbastado, perfurado horizontalmente junto da extremidade que penetra no vão da parede deixado para esse fim. Podem ladear esta abertura duas fortes argolas em pedra, com uma parte tosca embutida na alvenaria e outra lavrada saliente, perfurada para receber o eixo que articula a vara, o qual também pode simplesmente rodar em cavidades no miolo da parede. Perto da outra extremidade, mais robusta e designada cabeça, a vara é perfurada verticalmente para dar passagem ao parafuso. Neste ponto, a vara recebe segunda perfuração, quadrangular, que cruza com a anterior, onde vão ser colocadas as *conchas* ou *ósqueas*, fêmeas com o negativo da rosca do parafuso que darão o aperto. Para que a comprida vara não oscile lateralmente, entre o ponto de prensagem e o fuso está enquadrada por dois barrotes verticais fixados à armação da cobertura, os *juizes* ou *virgens*.

O parafuso é um belo trabalho de carpintaria, já que grande parte do seu comprimento se mostra transformado numa rosca helicoidal de compasso certo, que roda na fêmea das *conchas* para diminuir ou aumentar a distância entre a trave onde ficou presa e o peso em pedra que suporta. Esta ligação, em alguns exemplares, faz-se no quarto inferior, de secção quadrangular, perfurado verticalmente no cerne para receber o veio (secção circular) que o prende ao peso. A fixação é conseguida por outra pequena perfuração na horizontal onde passa uma chavelha que atravessa a madeira e o ferro do eixo, tornando fuso e peso solidários. No caso de Felgueiras, Santos Júnior fala-nos da existência no topo inferior de «*um espigão de ferro com rebarba que é abraçada por argola fortemente cravada no topo cimeiro do bloco de granito*»<sup>48</sup>. Uma terceira furação horizontal do fuso, acima da anterior, permite o atravessamento por um pau, amovível, usado para um ou dois homens exercerem a força de rotação.

Os pesos que conhecemos nestes lagares são blocos graníticos sensivelmente tronco-cónicos, com a face arqueada, mais ou menos bem lavrados e com considerável volume/peso. Prendem-se ao parafuso através de um veio, com cabeça na extremidade inferior, que tanto pode atravessá-los verticalmente como ficar retido por um encaixe em duplo chanfro ou de bucha travada por cunhas<sup>49</sup>.

Se os anteriores elementos são comuns às prensas de diferentes lagares, os que se seguem são específicos da cera. No chão está, meia enterrada, uma pia de pedra quadrangular, sobre ela assenta a *broca*, enorme cepo de madeira talhado em paralelepípedo, que na parte superior apresenta uma profunda concavidade cilíndrica, brocada com regularidade no maciço do lenho quase até o vazar, deixando apenas uma pequena espessura que serve de fundo, por sua vez com múltiplos furos, para deixar escorrer a cera e água até à pia<sup>50</sup>.

É nesta concavidade cilíndrica da *broca* que vai ser introduzido o *mandim*, composto por a *saia* ou cilindro de esparto ou bracejo (como um cesto sem fundo) em que se colocam sucessivamente as seiras, capachos ou empreitas, também de esparto ou bracejo, deitando sobre cada um deles uma certa quantidade de cera derretida na caldeira antes de lhe sobrepor o seguinte.

<sup>47</sup> SANTOS JÚNIOR, J. R. dos – Lagar comunitário de cera. Felgueiras – Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 24 (3) (1983), p. 489-509.

<sup>48</sup> SANTOS JÚNIOR, J. R. dos – Lagar comunitário de cera. Felgueiras – Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 24 (3) (1983), p. 495.

<sup>49</sup> PEREIRA, Benjamim – *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*. Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano, p. 54-55.

<sup>50</sup> No menos antigo lagar de cera de Pedome, Vila Nova de Famalicão, também com prensas de feixe, a broca foi substituída por um depósito de cimento de idêntico formato, o *ensaque*: informação de Jerónimo Juliano Carvalho Fernandes, em trabalho escolar.

Porque o material a espremer está contido no *mandim* cilíndrico, a vara teria dificuldade em o premir não fora a mediação de um cepo também cilíndrico e de diâmetro pouco menor, o *chapuz*, que pressionado pelo abaixamento da trave se irá introduzir no *mandim* como um êmbolo. No Norte de Portugal esta peça é independente, sobrepondo-se-lhe alguns malhais para preencher o espaço até à trave, enquanto no Norte de Espanha aparece presa à face inferior desta<sup>51</sup>. Quando independente, necessita de uma adaptação para que seja a própria trave, ao ser levantada, a desenterrá-la do *mandim*. Duas asas ou espetos laterais onde se prendem as argolas das extremidades de uma corda passada sobre a trave servem este fim.

Para utilizar o lagar comunitário, um cerieiro de Felgueiras devia fazer-se acompanhar da lenha para alimentar a caldeira, do seu próprio *mandim* e do recipiente com que deitar a cera liquefeita da caldeira para os capachos e a recolher depois de espremida, lançando-a nas pias de pedra ao lado da prensa. Noutros casos estas pias fixas são substituídas por formas de madeira ou folha móveis.

O trabalho começaria com o acender da fornalha para aquecer a água na caldeira, lançando-lhe a cera em bruto esfarelada, que sobrenada líquida, sendo mexida até derreter completamente para uniformizar a calda e largar muitas das impurezas. Neste estado é recolhida com um recipiente (três ou quatro vezes) e lançada sobre o capacho previamente inserido com o *mandim* dentro da *broca*. Os gestos repetem-se até estarem todos os capachos preenchidos, prontos para receber o *chapuz* que transmitirá a prensagem exercida pelo abaixamento da vara à medida que o parafuso for rodado, até que o ponto de apoio seja mais forte e então o peso comece a levantar do chão, suspenso do parafuso, posição em que a prensa assume a sua maior força.

A cera que caía na pia, quando atingia uma camada de espessura suficiente, devia ser retirada com uma vasilha para as formas, molhadas para que não aderisse, onde arrefecia lentamente formando o *pão*, que se destacava com facilidade depois de frio. No lagar do concelho de Tinéo (Astúrias), descrito por López Alvarez, à semelhança do de Forcarei (Pontevedra), a mistura de cera e água que na prensagem caía para a pia seguia por canaleta para outras duas menores, depositando-se a cera na primeira e a água na segunda, processo que lembra o funcionamento das tarefas dos lagares de azeite<sup>52</sup>.

Também como nestes, depois da prensagem, as seiras precisavam de ser batidas em chão de pedra para se libertarem dos resíduos, o *estrume*, que se amontoavam para fertilizar os campos. Quaisquer bocados de cera voltavam à caldeira.

Da mesma forma que sucedeu nos lagares de vinho, nos de cera as prensas de feixe foram igualmente, em alguns casos da região transmontana, substituídas por grandes prensas industriais de cincho, em ferro fundido.

\*

A apicultura mobilista, lentamente difundida a partir do final de oitocentos como vimos no trabalho anterior, coloca a tónica na produção do mel mais do que na da cera, que é poupada para que as abelhas possam rapidamente reconstituir o enxame e repor as reservas de alimento. Assim sendo, a desoperculação dos quadros faz-se com cuidado e o mel é recolhido no centrifugador, deixando os favos grandemente intactos, do que resulta uma quantidade de cera muito menor, mas nem por isso menos valiosa, já que cada vez que se coloca um quadro novo este tem de levar a placa de cera de base, e o enxame só aceita o produto natural. Ou seja, a cera passou a ser prioritariamente encaminhada para satisfazer as necessidades da própria apicultura mobilista, que a recolhe, purifica e molda em placas.

<sup>51</sup> LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 136; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 233.

<sup>52</sup> LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 136; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 235-236.

Para recuperar a cera extraída junto com o mel, Eduardo Sequeira<sup>53</sup> recomendava, para poucas quantidades, o emprego do *purificador solar*, uma caixa com a tampa superior em vidro, inclinada, e o fundo (65x50cm) coberto por um tabuleiro de folha com uma fina rede metálica por cima. Na parte dianteira a parede do tabuleiro não existe e a rede cede lugar a uma pequena tina-reservatório. Sobre a rede se depositava a cera em pequenos pedaços para, aquecida pelo Sol que incidia no vidro, derreter, passar ao tabuleiro deixando as impurezas e acabar por escorrer para o reservatório onde arrefece formando o pão (Fig. 2).

Perante quantidades médias, o manual do mobilismo sugeria a *Caldeira Bourgeois*, em que se derretia a cera a vapor, ou a marmita onde era fundida em banho-maria (Figs. 3 e 4), ambas da marca Gariel<sup>54</sup>. A *caldeira* era um recipiente cilíndrico aquecido a vapor que se enchia meio de água, na qual se deitava a cera em bocados. Quando liquefeita, vazava-se para formas cónicas passando por um coador. Na forma devia arrefecer lentamente, para que ao solidificar as impurezas mais finas ficassem no fundo e pudessem ser raspadas ao desenformar.

A fábrica de Manuel Tavares de Sousa<sup>55</sup>, em Rio Mau (Penafiel), fornecia caldeiras, *imitação da americana Hershiser*. Mas antes de ir para a caldeira, os favos deveriam ser aquecidos numa selha, espremidos à mão e deitados em formas de madeira revestidas por pano de serapilheira com pontas capazes para serem cosidas. A caldeira, de forma cúbica, tinha prensa e várias grades e redes no interior. Uma vez colocada a cera entre as grades desta caldeira de água fervente, em bolos envolvidos por serapilheira, derretia e a prensa deveria ser várias vezes apertada e aliviada para a fazer soltar de todo, ficando as impurezas aprisionadas no tecido. Vinha à superfície já limpa, coagulando, pronta para ser recolhida.

Para o caso de grandes volumes de cera a tratar, o manual de Eduardo Sequeira não tem alternativa «*utilizam-se prensas de enorme força, semelhantes às de exprimer o bagaço, para fazer fôrmas de cêra, compactas e livres de todo o mel*»<sup>56</sup>, os lagares de cera de que falámos antes.

\*

Nas oficinas regionais nem sempre se apurava a cera e procedia ao seu branqueamento, como se usava nas unidades de maior qualidade. No entanto, o método descrito por Ferreira Lapa, um dos mais eruditos agrónomos portugueses oitocentistas, é não só idêntico ao que se ilustrara na *Encyclopédie*<sup>57</sup> (Figs. 5 e 6) um século antes, como coincide com as indicações de Eduardo Sequeira<sup>58</sup> e a informação recolhida por Santos Júnior<sup>59</sup> em Felgueiras (Torre de Moncorvo), Sampedro Fernández em Paraños (O Covelo, Pontevedra)<sup>60</sup> ou Eligio Rivas em Ambía (Ourense)<sup>61</sup>, extensível a Guadalajara<sup>62</sup>, que remete para pleno século XX, salvaguardada a distinta valia do equipamento: «*com o fim de purificar e branquear a cera, derrete-se esta em caldeiras de cobre ou de ferro metidas em fornos. Depois de derretida mistura-se-lhe cremor tartaro ou alumen na dose de 250 grammas por quintal métrico de cera bruta. Deixa-se a cera líquida depois de bem batida, em descanso por algum tempo para assentar as impurezas; transvaza-se de caldeira para a tina em que acaba de depositar algumas impurezas, e d'esta tina ainda líquida faz-se cair em uma caixa provida de um fundo ou fieira crivada de buracos, que a deixam sair em*

<sup>53</sup> SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Typographia Social, 1895, p. 184.

<sup>54</sup> SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, vol. 2, 1921, p. 30-31.

<sup>55</sup> SOUSA, Manuel Tavares de – *Catálogo-guia dos utensílios apícolas*. Rio Mau – Entre-os-Rios, 1953.

<sup>56</sup> SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Typographia Social, 1895, p. 184.

<sup>57</sup> *Encyclopédie Diderot et d'Alembert: Artisanats au 18<sup>ème</sup> siècle: Blanchissage des cires*. Paris: Inter-Livres, 1994, pl. I e II.

<sup>58</sup> SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Typographia Social, 1895, p. 185.

<sup>59</sup> SANTOS JÚNIOR, J. R. dos – Lagar comunitário de cera. Felgueiras – Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 24 (3) (1983), p. 503-504.

<sup>60</sup> SAMPEDRO FERNANDEZ, Andrés – Os cereiros de Paraños. *Actas do III Congresso de Historia da Antropología e Antropología Aplicada*. Santiago de Compostela, vol. 1, 1997, p. 435-436.

<sup>61</sup> RIVAS QUINTAS, Eligio – *Mel e cera. O azeite*. Ourense, 2009, p. 98 e segs.

<sup>62</sup> CASTELLOTE HERRERO, Eulalia – Cera y cerería en Guadalajara. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid, vol. 43 (1988), p. 143-144.

*fios delgados [o raro de Felgueiras]. Estes, ainda bastante molles, rolando sobre um cylindro meio mergulhado na agua fria de uma tina [rebolo em Felgueiras], tomam a forma de fitas que vão correndo já solidificadas á superficie da agua até á extremidade opposta da tina [pia], aonde são colhidas e retiradas para fora»<sup>63</sup>.*

Assim depurada e estirada em fitas, seguia para os tendais, armações de madeira cobertas com lonas, ou mais simplesmente para as eiras de pedra de Felgueiras, que em Paraños e Ambía podiam ser cercadas ou altas a fim de que nenhum animal pisasse a cera estendida a corar ao Sol e ao relento. Regava-se algumas vezes para evitar a desidratação e que a temperatura excessiva a derretesse, sendo remexida de manhã cedo enquanto estava dura. Voltava a ser fundida e novamente exposta até atingir uma brancura uniforme. Completado o processo, juntava-se em *pães*, forma habitual de a comercializar.

O branqueamento químico começou a substituir a cora na viragem para o século XX. Na primeira edição do seu manual, de 1895, Eduardo Sequeira diz que «*este processo... ainda se conserva segredo de limitado numero de industriaes da especialidade*». Em 1921 descreve-o da seguinte forma: «*A cera, dividida em pequenos fragmentos, é agitada com uma pequena quantidade de acido sulfurico diluido em duas partes de agua e alguns fragmentos de azotato de soda. A quantidade de acido nitrico que se desenvolve, é sufficiente para destruir o principio córante*»<sup>64</sup>. Já o branqueamento com clorato de cal, embora mais rápido, deixava na cera resíduos indesejáveis, do que resultaria a libertação de ácido clorídrico quando as velas ardessem. Aliás, qualquer dos procedimentos era pouco apreciado, porque com eles se obtinha, na opinião do autor, uma cera ressequida e quebradiça.

De qualquer forma, no final do século XIX o tempo das velas de cera de abelha havia passado, como se reconhece no *Diccionario Universal da Vida Practica*. Já não se empregavam se não nas igrejas, apesar da boa luz que proporcionavam, tendo sido substituídas pelas de estearina, também luminosas e muito mais baratas, sem o cheiro pestilento das simples de sebo e dispensando, como aquelas, o uso do espevitador visto consumirem o pavio<sup>65</sup>.

## **O LAGAR DE CERA DE CANCELLOS (SEBOLIDO)**

Em Outubro de 1996, o Museu Municipal de Penafiel foi alertado pelas autoridades locais para o facto de estar para breve a remodelação de uma habitação no lugar de Cancelos, freguesia de Sebolido (Fig. 7), onde existiam duas estruturas de produção tradicionais que poderia haver interesse em salvaguardar<sup>66</sup>, a exemplo de outros trabalhos anteriormente realizados nesta mesma área.

A deslocação mostrou-se frutuosa. No fundo do lugar, sobre o caminho da praia (hoje rua da Praia), junto ao Douro, deparámos com um edifício tradicional de habitação, com lojas e sobrado, este com acesso exterior por escada maciça terminada em patim, que abriga uma das portas das lojas (41º 03' 13'' N; 8º 20' 08'' W). A construção é em xisto, a pedra local, de blocos pequenos e aparelho incerto mas bem aprumado, rebocado e caiado apenas na fachada principal, que apresenta uma faixa inferior de pintura escura. Telhado cerâmico com beiral de lousa, poucas janelas e voltadas ao rio (Fig. 8). Aberta a porta da loja, entramos num espaço amplo e muito escuro, cheio de areia e materiais para a obra que se iria começar, mas em que se mantinham no seu sítio duas prensas de feixe, tecnicamente idênticas mas de dimensões extremas.

<sup>63</sup> LAPA, João Ignácio Ferreira – *Technologie rural ou artes chimiques, agricoles e florestaes*. Lisboa: Typographia da Academia Real Das Sciencias, vol. 3, 1871p. 64-65.

<sup>64</sup> SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, vol. 2, 1921, p. 33.

<sup>65</sup> BASTO, Teixeira – *Diccionario universal da vida practica na cidade e no campo*. Porto: Magalhães & Moniz Editores, vol. 2, 1889, p. 143.

<sup>66</sup> Vieram a ser desmontadas com supervisão e oferecidas ao Museu pela família de Abel Gonçalves.

Uma delas, muito pequena, pertencia a um lagar de vinho (MMPNF/1998/1855) erguido com placas de lousa sobre um soco, uma a fazer o fundo e outra por cada um dos tampos, com encaixes cortados para se fixarem na montagem. A solidez desta original peça era reforçada por ripas de madeira montadas como que em grade, prendendo as lousas. As juntas estavam internamente vedadas com um mistura de saibro e cal; a lagareta, lateral, era nova. O feixe da prensa não chegava aos três metros de comprimento, com espessura de cerca de trinta centímetros, sendo o parafuso e peso granítico proporcionalmente dimensionados. O topo entrava na parede, em vão predefinido, ladeado por argolas de pedra parcialmente embebidas, furadas para receber o eixo que articulava a trave (Fig. 9).

A segunda prensa (MMPNF/1998/1860) foi a que motivou este trabalho. Sobressaía pelas suas grandes dimensões, atravessando o espaço quase de parede a parede, o que nos levou a pensar que teria sido colocada aquando da construção do edifício (Fig. 10)<sup>67</sup>.

O feixe (4,70 x 0,57m) parece-nos feito de um tronco de sobreiro, escassamente facetado e isto no tramo próximo da raiz, o mais volumoso, que aqui corresponde à extremidade da *cabeça*, onde se aplica o fuso. A outra penetrava num vão da parede ladeado por potentes argolas de granito nela embebidas. Um eixo em ferro, de secção circular, atravessava a furação das argolas graníticas e do feixe, articulando-os. Estava travado junto a cada ponta por uma chavelha de ferro inserida num rasgo (Fig. 11).

Um avantajado bloco de granito (0,97x 0,78 no topo e 0,96m na base), rudemente aparelhado em forma tronco-cónica, constitui o peso. Foi vazado (5cm diam.) ao centro, na vertical, para a passagem do veio que o liga ao fuso. Estamos face a um sistema de veio com sapata na ponta inferior, embutida em rebaixe, que atravessava toda a pedra, prolongando-se cerca de 25cm para fixação no fuso. Na face superior do peso vemos novo círculo rebaixado em volta do eixo (23,5cm), a preencher com as anilhas ou argolas que permitiam a rotação do conjunto veio/fuso estando o peso imóvel (Fig. 12).

O fuso é proporcional (1,90 x 0,16m), tem secção quadrada no seu quarto inferior, sendo o demais comprimento (1,40m) coberto por um talhe em rosca, com um compasso de cerca de sete centímetros. A parte quadrangular, inferior, foi parcialmente escavada no cerne para receber a ponta do veio de ferro com que se liga ao peso. Esta união é travada por uma chavelha que entra horizontalmente nos rasgos abertos quer no fuso quer no veio. Há ainda uma outra furação horizontal, acima e desencontrada com a anterior, onde era introduzido o pau que os homens empurravam para fazer rodar o fuso.

A ponta superior do fuso atravessa o feixe, ao qual é ajustado pelo aperto das *conchas*, num sistema de macho/fêmea. Estas *conchas* são peças de madeira paralelepípedicas, escavadas numa das faces em rosca fêmea, que se introduzem em rasgos horizontais abertos em lados opostos da trave. Quando apertadas ajustam-se ao fuso que nelas roda obrigando o feixe a baixar ou subir. Apenas quando o ponto de apoio, o material que se está a prensar, apresenta maior resistência, o feixe deixa de poder baixar e o fuso começa a levantar consigo o peso de pedra, multiplicando a força exercida na prensagem.

Podendo considerar-se este tipo de prensa comum no município e região, porque aplicada a muitos lagares de vinho e azeite, já o fim a que se destinava neste caso nos era pouco familiar, não fora o caso exemplar de Felgueiras (Torre de Moncorvo) de que falámos antes. Sob o feixe, relativamente próxima da parede, encontrámos uma pia de granito quadrangular (0,76x1,04x0,42m), parcialmente enterrada, e sobre ela um bloco de madeira talhado (1,29x0,52x0,40m) com uma escavação cilíndrica (0,48diam.x0,31m) numa das faces, que identificámos como uma *broca* de prensa de cera (Fig. 11). Esta *broca* deixaria passar a cera para a pia por meio de um orifício (7cm diam.) vazado no centro do fundo. Lateralmente apresenta uma segunda abertura, muito irregular,

<sup>67</sup> Esboçamos nesta Fig. 10 a montagem funcional das peças que ainda encontrámos no local, acrescentando-lhe o *mandim* existente no Museu.

que aparenta mais resultar da ruptura devida a um ponto de fragilidade da madeira do que de uma furação intencional. Está revestida interiormente por chapa de ferro com um furo visível.

Inquiridos os elementos da casa presentes e outros vizinhos, ninguém soube indicar que utilização era dada a esta prensa, nem para que servia aquele bloco de madeira trabalhado. Mesmo depois de alguma sugestão, desconheciam por completo qualquer actividade aqui realizada. O tópicos produção de cera apenas os conduzia às fábricas de aprestos para a apicultura onde a iam vender, sediadas na parte alta da freguesia e em Rio Mau, lugar que dela se destacou apenas na década de oitenta do século XX.

Foi, portanto, por comparação com alguns exemplares conhecidos que identificámos este lagar de cera, instalado nas margens do Douro, que teria deixado de funcionar há bastantes décadas, a ponto de se ter perdido a memória. O edifício em que estava, porém, dificilmente nos remete para trás do século XIX. Canceiros foi neste período um areio onde acostavam rabelos, terra de alguns arrais e marinheiros, dispendo também de uma barca de passagem que aqui perto cruzava o Douro para Midões (Castelo de Paiva).

A localização sobre o rio facilitaria o acesso fluvial, quer para receber matéria-prima de áreas mais afastadas deste corredor duriense, com diversas manchas propícias para a apicultura, quer para escoar a cera purificada, enviando-a para o Porto. Muito mais difícil seria chegar ao lagar por terra, a partir de outras freguesias, uma vez que estava incrustado no sopé da serra da Boneca, barreira para Norte, e a estrada marginal do Douro tardou em ser construída. Percebemos, perante esta situação, que em caso de necessidade se tornava mais cómoda para as populações de quase todo o concelho a deslocação ao lagar de Recarei.

A designação das peças específicas do lagar de cera é a da bibliografia e não pôde ser certificada localmente por desconhecimento, ao contrário dos elementos da prensa de feixe, que muitos sabem ainda montar e manipular.

Faltam neste lagar as madeiras de apoio da *broca*, o chapuz e, sobretudo, a fornalha com a caldeira onde se derreteria a cera na água fervente, que poderia ser idêntica à de alguns alambiques e dos lagares de azeite, em cobre e por isso muito valorizada a ponto de ser retirada. Não vimos também as pias onde se formavam os *pães* de cera, que sendo de pedra, pequenas e fáceis de remover poderiam ter recebido uma nova aplicação. No caso de formas feitas em madeira ou folha, mais fácil seria a reutilização.

Evidentemente que estando desaparecidos estes elementos estruturais, muito menos esperávamos encontrar as peças mais perecíveis, como o *mandim* e suas seirinhas, mas neste ponto a artesanaria do município reservava-nos uma outra frente de investigação. É que existiam no Museu estas peças, novas, fabricadas numa freguesia do extremo Norte do concelho (MMPNF/1993/1277).

Nas primeiras edições da Agrival, Feira Agrícola do Vale do Sousa, o expositor António Augusto Duarte, de Castelões de Recezinhos, apresentara, na secção de artesanato, seiras para lagar de azeite e *mandins* e seiras próprios para o lagar de cera, tudo feito em esparto<sup>68</sup>. Em 1983, finda a feira, alguns exemplares recolheram ao Museu, integrando as colecções (Fig. 13).

O *mandim* de que falamos resulta de um trabalho doméstico executado pela mesma família de seireiros ao longo de três gerações, até à década de oitenta. Usavam esparto encomendado a fornecedores de Loulé (depois importado de Marrocos por José Rodrigues & Filho), que o remetiam pelo transporte ferroviário. A saia é um cilindro com textura de entrançado cruzado (0,77x0,43m diam.). Apresenta quatro asas salientes, cada uma delas na sequência de uma trança continua cosida no interior e exterior da parede, que cruza na pega, resultando esta

<sup>68</sup> *Agrival, 4ª Feira Agrícola do Vale do Sousa: catálogo geral*. Penafiel, 1983; *Agrival, 7ª Feira Agrícola do Vale do Sousa: catálogo geral*. Penafiel, 1986, p. 26. Confirmamos a informação junto do filho e do neto do último seireiro de Castelões, que nos disseram que além dos *mandins* e seiras, a que depois de algum esforço chamaram capachos e seirinhas, produziam seiras para os lagares de azeite, tapetes e empalhavam garrafões, obras que, por vezes, carregavam para as ir entregar a casa do comprador. Fotografia de Manuel Ribeiro/MMPNF.

reforçada (Fig. 14). Estas asas seriam importantes para puxar o *mandim* carregado de cera para fora da *broca*. Segundo a indicação dada num dos lagares, ele podia ser mesmo erguido, como o *chapuz*, com a ajuda de uma corda passada sobre a trave, aproveitando o movimento desta. As seirinhas são discos trabalhados a partir do centro, levemente côncavos, com 0,42m de diâmetro.

Apesar de não sabermos se este fabricante foi contemporâneo do funcionamento e conhecido pelo cerieiro do lagar de Cancelos, o *mandim* ajusta-se perfeitamente à *broca* daquele, como se ajustava à de outros que fornecia, porque existe uma certa uniformidade entre todas as instalações. Só assim se compreende que centros como Loulé e, mais próximo, Beselga (Penedono)<sup>69</sup> se tenham especializado no fabrico de seiras para os lagares de azeite e mandins para os de cera, que distribuía para o Norte e Centro do país.

\*

Confirmámos pois, no terreno, a existência de um lagar de cera em Cancelos (Sebolido – Penafiel), a que apesar de várias tentativas ainda não fomos capazes de fazer corresponder documentação escrita, nem atribuir uma datação a não ser com uma larga margem que abrange o século XIX e as primeiras décadas do seguinte. Em contraponto, deslocámo-nos várias vezes a Ribas (Lagares – Penafiel) em busca de memórias e materiais da fábrica de que nos falam os inquéritos industriais do século XIX, e nada conseguimos. O mesmo se dirá dos cerieiros da cidade, que trabalhavam sebo e cera (Fig. 15).

Até ao momento, o único lagar de cera que sabemos ter estado activo nesta região na segunda metade do século XX, servindo a população de várias freguesias penafidelenses, é o de Recarei (Paredes), e são muitos os que se lembram das longas caminhadas carregando a cera recolhida nas colmeias da casa para lá a ir vender. Próximo funcionava uma fábrica de velas, ainda a laborar, onde nos informaram (em 2006) que o lagar já tinha sido desmontado há alguns anos<sup>70</sup>. Pela parca descrição obtida junto dos cerieiros, alargada por utilizadores que recordam o lagar em actividade, seria semelhante ao de Felgueiras e a outros conhecidos.

A esta actividade produtiva se refere José do Barreiro, na sua monografia do concelho de Paredes, onde gasta menos de uma linha para dizer que em Recarei existia *como industria local a de velas de cera*, além de duas fábricas de manteiga<sup>71</sup>. Trata-se da *Fábrica de Velas Rocha*, de José Bernardino da Rocha Nogueira, na actual Casa do Cerieiro<sup>72</sup>, junto da igreja paroquial.

## O FABRICO DE VELAS E EX-VOTOS

Malgrado não nos ter sido facultada a visita às instalações de produção, na *Fábrica de Velas Rocha* estavam disponíveis para venda tanto velas como ex-votos de cera, e foi-nos explicado verbalmente o processo de fabrico, o mesmo que consta da bibliografia<sup>73</sup>. Sumariámo-lo aqui porque seria, possivelmente, o mesmo que as antigas unidades da cidade de Penafiel e de Ribas

<sup>69</sup> CORREIA, Alberto – *Ceiras e capachos de Beselga*. Viseu: Junta Distrital de Viseu, 1974. Embora neste trabalho não se refiram os *mandins* da cera, era desta localidade que provinham os utilizados em Felgueiras (Torre de Moncorvo).

<sup>70</sup> Em Cogula, município de Trancoso, tradicional terra de cerieiros, com lagar, o fabrico de velas continua a ser realizado, industrialmente, sob a designação empresarial *Beira Velas*.

<sup>71</sup> BARREIRO, José do – *Monografia de Paredes*. Porto, 1922, p. 515.

<sup>72</sup> Rua João Paulo II, 47 4585-899 RECAREI.

<sup>73</sup> SANTOS JÚNIOR, J. R. dos – Lagar comunitário de cera. Felgueiras – Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 24 (3) (1983), p. 504-507; CARVALHO, A. L. – *Os mesteres de Guimarães*. Braga, vol. 5, 1944, p. 48-49; PEREIRA, Catarina – Contributo para o estudo da indústria da cera em Guimarães: A Casa da Cera da Porta da Vila. *Veduta*. Guimarães, vol. 2 (2008), 9-15; LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 138 e segs; DÍAZ MADERUELO, Rafael e outros – El oficio artesano de cerería en Segovia. *Etnografía Española*. Madrid, vol. 5 (1985), p. 273-351; ARMENDÁRIZ MARTIJA, Javier – La cerería en Puente la Reina (Navarra), 1870-1950. *Cuadernos de Etnología y Etnografía de Navarra*. Ano 30, nº 7 (1998), p. 63-88; CUISENIER, Jean – *L'abeille, l'homme, le miel et la cire*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1981, p. 164 e segs; SEYMOUR, John – *Métiers oubliés*. Paris: Éditions du Chêne, 1994, p. 184-185.

(Lagares) teriam assumido. Já o vemos ilustrado na *Encyclopédie* de Diderot et d'Alambert<sup>74</sup> (Fig. 16), da segunda metade de setecentos.

As velas fazem-se a partir de bocados partidos do *pão* de cera já purificada, amarela ou branqueada pela cora, quase sempre combinada com outras substâncias – antigamente o sebo, depois a estearina e a parafina – derretida num recipiente metálico autónomo, o *tacho* de Felgueiras, que possa suportar uma fonte de calor colocada por baixo, para que a cera permaneça líquida.

O elemento de maior visibilidade da oficina é uma roda de arco madeira ou metal, também chamada *romana*, que se coloca na horizontal sustida por um eixo vertical rotativo. Normalmente este eixo tem furação a diversa altura para a fixar de acordo com a dimensão da obra, velas pequenas ou de grande comprimento. Se ficar muito alta, o cerieiro precisa de uma banquetta para lhe chegar e despejar a cera.

A roda tem em todo o perímetro ganchos ou pregos dobrados onde se penduram os pavios de fio têxtil embebidos em cera para ficarem tesos e não se desmancharem, mais ou menos grossos conforme o produto a fazer. Porque um pavio desajustado estragava a obra, os regimentos do ofício trataram frequentemente deste aspecto, acautelando a qualidade.

Armada a roda com os pavios, o recipiente da cera derretida é colocado por baixo do seu aro, para que o cerieiro encha a colher e a despeje lentamente no alto do pavio, rodando-o sobre si com a outra mão a fim de conseguir uma distribuição uniforme enquanto esta escorre por ele abaixo, solidificando. Se pingar cairá no *tacho*, sem desperdício. A operação repete-se para cada pavio, que fica frente ao cerieiro pela lenta rotação que imprime à roda, e depois novamente a partir do primeiro, para que cada vela se vá formando pela solidificação de camadas sobrepostas. Porque a cera, devido ao arrefecimento, se deposita em maior quantidade na metade inferior, dando à vela uma forma cônica, torna-se necessário virá-la, prendendo-a pela ponta do pavio que ficou saliente no fundo. Agora mais cera, despejada com arte, fá-la-á cilíndrica, até atingir a grossura desejada.

Desprendida da roda, a vela arrefecia sobre mantas ou panais se necessário, e passava à mesa, de tampo muito plano e duro, humedecido, para aí ser ultimada, retirando-se os excessos com uma faca aquecida. Alisava-se a superfície rolando-a sobre a mesa e era brunida com uma tábua macia. Podia ainda receber decoração pelo acréscimo de cera à barbotina, depois trabalhada com pinças ou facas, ou pela impressão de linhas e padrões, etc. A aposição da marca do cerieiro, obrigatória segundo os regimentos, também teria lugar com a cera por enrijecer totalmente. Faltava acondicioná-las segundo qualidade, peso e comprimento.

Em vários centros cerieiros de Espanha o procedimento corrente para obter velas era mais expedito, pelo menos para as cronologias recentes<sup>75</sup>. Consistia na sucessiva imersão vertical em recipiente contendo cera liquefeita de um conjunto de pavios presos a uma vara ou tábua com ganchos e unidos aos pares na outra extremidade, por forma a obter uma cala onde era colocado uma barra/peso que os mantivesse tensos. A acumulação de camadas, de cada vez que os pavios eram mergulhados e logo levantados, ia formando as velas que, para ficarem uniformes, se passavam no buraco de uma fieira com o calibre desejado. É curioso ver que, em alguns casos, estas tábuas com os pavios estavam pendentes de uma grande roda (por vezes poligonal) parecida com a antes mencionada, que se fazia girar sobre o recipiente da cera, baixando e mergulhando um conjunto de cada vez, novamente subido com a ajuda de um sistema de roldana e contrapeso<sup>76</sup>.

<sup>74</sup> *Encyclopédie Diderot et d'Alambert: Artisanats au 18<sup>ème</sup> siècle: Cirier*. Paris: Inter-Livres, 1994, pl. I.

<sup>75</sup> CASTELLOTE HERRERO, Eulalia – Cera y cerería en Guadalajara. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid, vol. 43 (1988), p. 146 e segs.; FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé António – *Os saberes tradicionais dos galegos*. Vigo: Editorial Galaxia, 2001, p. 107.

<sup>76</sup> Este trabalho está bem documentado: PRADOS TORREIRA, Lourdes; OLMO ENCINO, Lauro – Las cererías. *Narria. Estudios de artes y costumbres populares*. Madrid, vol. 13 (1979-3), p. 28-29; DÍAZ MADERUELO, Rafael e outros – El oficio artesano de cerería en Segovia. *Etnografía Española*. Madrid, 5 (1985), p. 298 e segs.; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 238-239; ESPÍÑA CAMPOS, Gumersindo – Os Cerieiros de Forcarei. In RAPOSEIRAS CORREA, José (coord.) – *A procura da nosa identidade: Terra de Montes*. Pontevedra: Diputación Provincial, 2007, p. 299-300.

Também se obtinham velas por moldagem – sobretudo as de sebo e depois as de parafina porque a cera de abelha é difícil de trabalhar desta forma – em moldes bivalves de madeira ou conjuntos de molde de canudo em folha, de onde se retiravam mediante um leve aquecimento destes (Fig. 18)<sup>77</sup>.

A preparação da vela de rolo, de que falam os *regimentos* do Antigo Regime e que era peça central do andor da Candeia do Espírito Santo de Guimarães referido no início do texto, está ilustrada na primeira figura do ofício de cerieiro da *Encyclopédie* (Figs. 16 e 17)<sup>78</sup>. Com esta vela de rolo, presa a uma cana, se acendiam as velas dos altares. Manteve também uma forte tradição na área dos Pirinéus onde, com a designação castelhana de *cerilla*, *ezkobildu* em basco, se destinada aos defuntos, sendo apresentada sob várias formas, principalmente enrolada numa tábua decorada para formar a *argizaiola*, que ardia sobre a sepultura, no interior da igreja<sup>79</sup>.

Para a realizar seria necessário dispor de vários metros de pavio que se enrolavam num tambor colocado horizontalmente numa armação. Frente a este dispunha-se outro igual onde a vela se iria enrolar. Entre eles ficava uma mesa com o recipiente da cera e a respectiva braseira por baixo para a manter líquida. O pavio que saía do primeiro tambor mergulhava na cera da bacia encaminhado por um gancho ou carrinho e saía dela pelo outro lado, passando por um dos buracos da feira de chapa presa à mesa, que lhe regularizava a espessura, para seguidamente ser enrolado no segundo tambor. Como dissemos das velas feitas na roda, também este rolo devia ganhar a espessura lentamente, por camadas sobrepostas de cera, pelo que a passagem de um tambor a outro era várias vezes repetida, logo que a camada anterior estivesse seca, apenas com a diferença que de cada vez se fazia por um buraco mais largo da feira.

Nas Astúrias foram estudados outros procedimentos para fazer velas, nomeadamente para autoconsumo, cabendo o trabalho à mulher. Num caso esta aquecia a cera até a tornar moldável, amassava-a nas mão para de seguida a tender numa mesa em camada muito fina, que seria enrolada com a ajuda de uma tábua até à grossura necessária. O pavio era introduzido rasgando-a de alto a baixo com uma faca aquecida, corte colmatado com novo aquecimento e alisamento. Em alternativa, o pavio podia ser colocado logo que se começava a enrolar a cera sobre a mesa<sup>80</sup>.

\*

Ao lado das velas, por vezes com a altura ou o peso do devoto, os ex-votos de cera constituem um comum testemunho de pagamento da promessa ou de uma graça pedida, entregando-se à divindade benfazeja a imagem do ser beneficiado, ou da parte dele afectada.

Para fabricar estes ex-votos tinha a fábrica de Recarei (como em Felgueiras, Paraños, Forcarei ou Negreira – A Coruña<sup>81</sup>) vários moldes bivalves com figura humana de corpo inteiro ou truncada, outros representando partes do corpo e órgãos internos (Fig. 20), e ainda os de animais (Fig. 21)<sup>82</sup>. Ao iniciar o trabalho precisavam de ser limpos de qualquer resíduo das anteriores utilizações e molhados para que a cera não aderisse. Encaixadas as duas peças do molde, a cavidade formada era enchida com cera líquida. Esta devia preencher todo o espaço se o objectivo

<sup>77</sup> *Encyclopédie Diderot et d'Alembert: Artisanats au 18<sup>ème</sup> siècle: Chandelier*. Paris: Inter-Livres, 1994, pl. I.

<sup>78</sup> *Encyclopédie Diderot et d'Alembert: Artisanats au 18<sup>ème</sup> siècle: Cirier*. Paris: Inter-Livres, 1994, pl. I.

<sup>79</sup> PENA SANTIAGO, Luis-Pedro – La ofrenda de la cera en el Pirineo. *Caesaraugusta*. Zaragoza nº 23-24 (1964), p. 105-112 e nº 25-26 (1965), p. 95-100; AMOROS, Javier – *Argizaiola*. Donostia: San Telmo Museoa, 1994.

<sup>80</sup> LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 136.

<sup>81</sup> SAMPEDRO FERNANDEZ, Andrés – Os cereiros de Paraños. *Actas do III Congreso de Historia da Antropoloxía e Antropoloxía Aplicada*. Santiago de Compostela, vol. 1, 1997, p. 440-442; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 241-246.

<sup>82</sup> Foram adquiridos nesta fábrica para a colecção do Museu Municipal de Penafiel os seguintes ex-votos de cera: figura humana masculina de vulto (MMPNF/2006/3435); cabeças humanas de diferente idade e género (MMPNF/2006/3432, MMPNF/2006/3440, MMPNF/2006/3431); partes do corpo humano – garganta (MMPNF/2006/3429), peito e ventre feminino (MMPNF/2006/3441), baixo ventre (MMPNF/2006/34345), dorso (MMPNF/2006/3442), mãos esquerda (MMPNF/2006/3446) e direita (MMPNF/2006/3437), braço com mão direita (MMPNF/2006/3447), perna esquerda (MMPNF/2006/3436), pé direito (MMPNF/2006/3448), joelho (MMPNF/2006/3430); órgãos – rim (MMPNF/2006/3433), bexiga (MMPNF/2006/3434). Figuras de animais: bovino (MMPNF/2006/3438), equino (MMPNF/2006/3439). Fotografia de Francisco Albuquerque.

fosse uma peça maciça, de contrário, para obter uma oca, o molde teria ou de ser girado nas mãos para centrifugar uma fina camada de cera contra as paredes e logo despejar a restante, ou sucessivamente enchido e rapidamente esvaziado de forma a que a cera consolidasse junto da parede em finas camadas sobrepostas. Em Forcarei, os molde de madeira eram, depois de cada banho, mergulhados numa tina de água, o mesmo se fazendo com as figuras prontas, para arrefecerem mais rapidamente, endurecendo e consolidando a forma<sup>83</sup>. Terminada a carga, limpava-se o excesso junto da boca e depois de arrefecida, a peça era retirado do molde, acabada desbastando as rebarbas da fundição e, por vezes, parcialmente pintada para ganhar mais expressão.

Se fossem peças ocas e fechadas, como figuras de vulto de pessoas e animais, os componentes do molde eram cobertos de cera separadamente e logo encaixados para que as duas metades unissem enquanto o material estava quente.

Os moldes mais antigos seriam de madeira, que necessitam de um talhe feito por mão destra, ou de metal. Foram substituídos por moldes de gesso, muito mais fáceis de obter a partir de peças preexistentes de cera maciça, ou mesmo de gesso.

O ritual da igreja, o culto doméstico e o culto dos mortos ainda hoje consomem grande quantidade de velas e outras formas de candeias para combustão, a maioria já não com cera mas de substâncias sintéticas. Continuam também a ser frequentes as ofertas de círios, velas ou ex-votos por ocasião das festas de romaria ou na deslocação aos santuários onde se vai cumprir promessa e agradecer um benefício (Fig. 19). Mesmo nas igrejas paroquiais ou pequenas capelas não faltam estas peças de cera, se não de grandes dimensões e em quantidade, pelo menos as mais modestas, correspondentes a pedidos ou aflições comezinhas. Mas, lentamente, vemos este fogo consagrado ser substituído por luzes eléctricas, que se acendem, temporizadas, ao cair da esmola, cómodas para o crente e sem o perigo, fumo e sujidade das antigas velas. A cera, essa continua a ser muito procurada, não só para a apicultura como para aplicações medicinais, cosméticas e em várias outras indústrias.

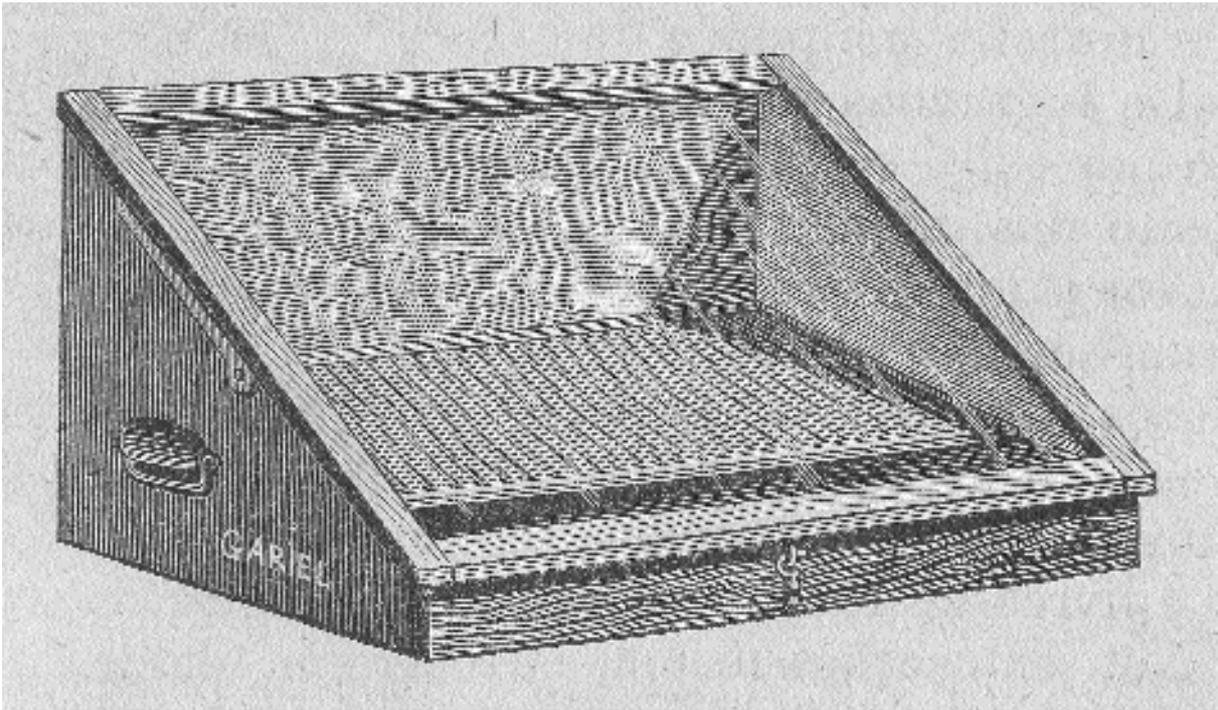
---

<sup>83</sup> FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 239.

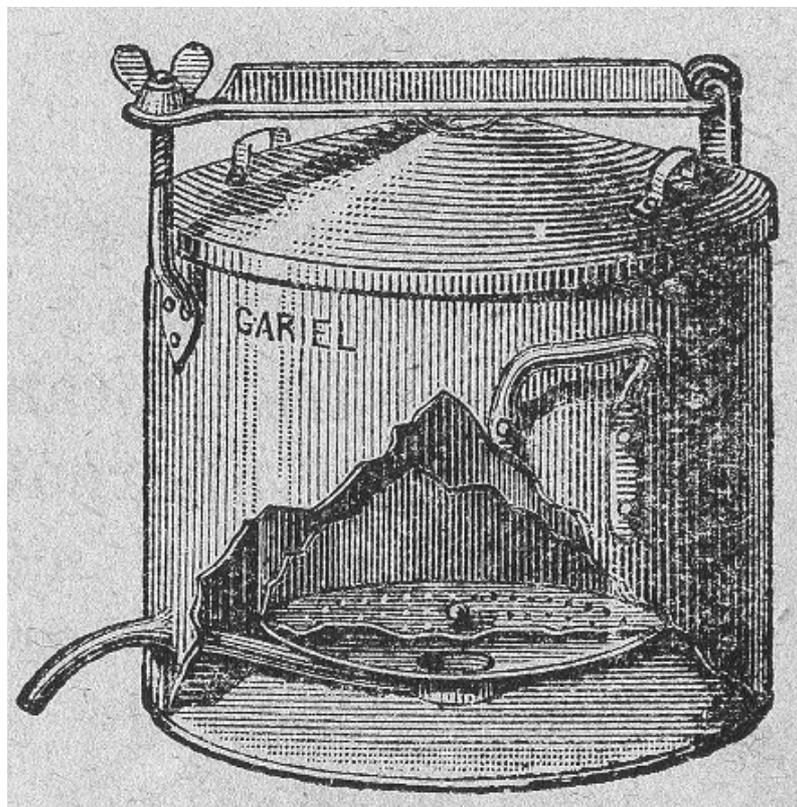




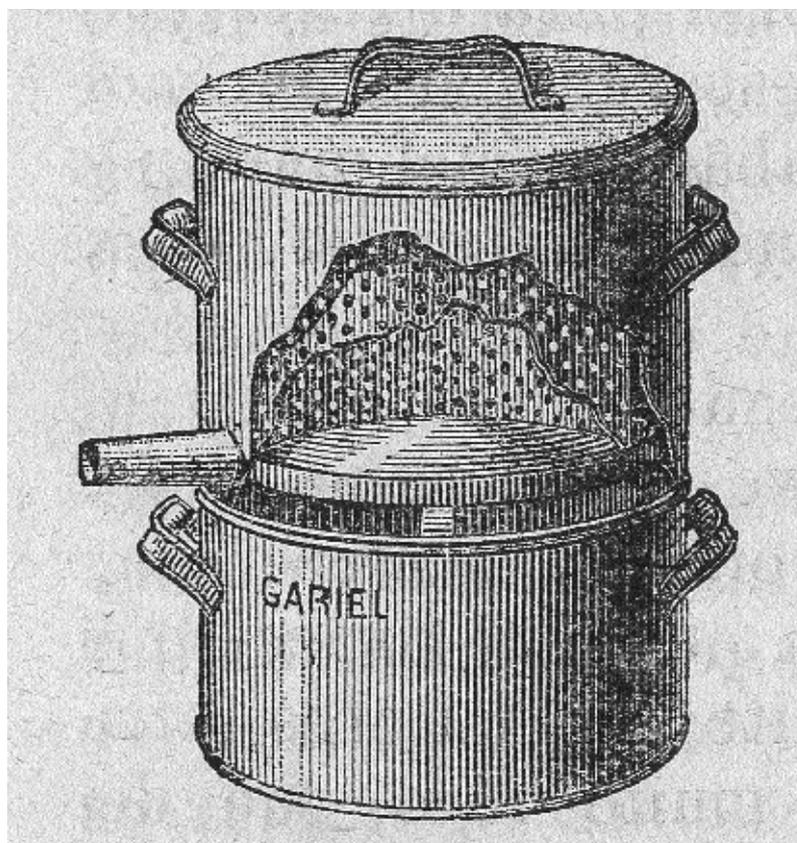
**Figura 1**



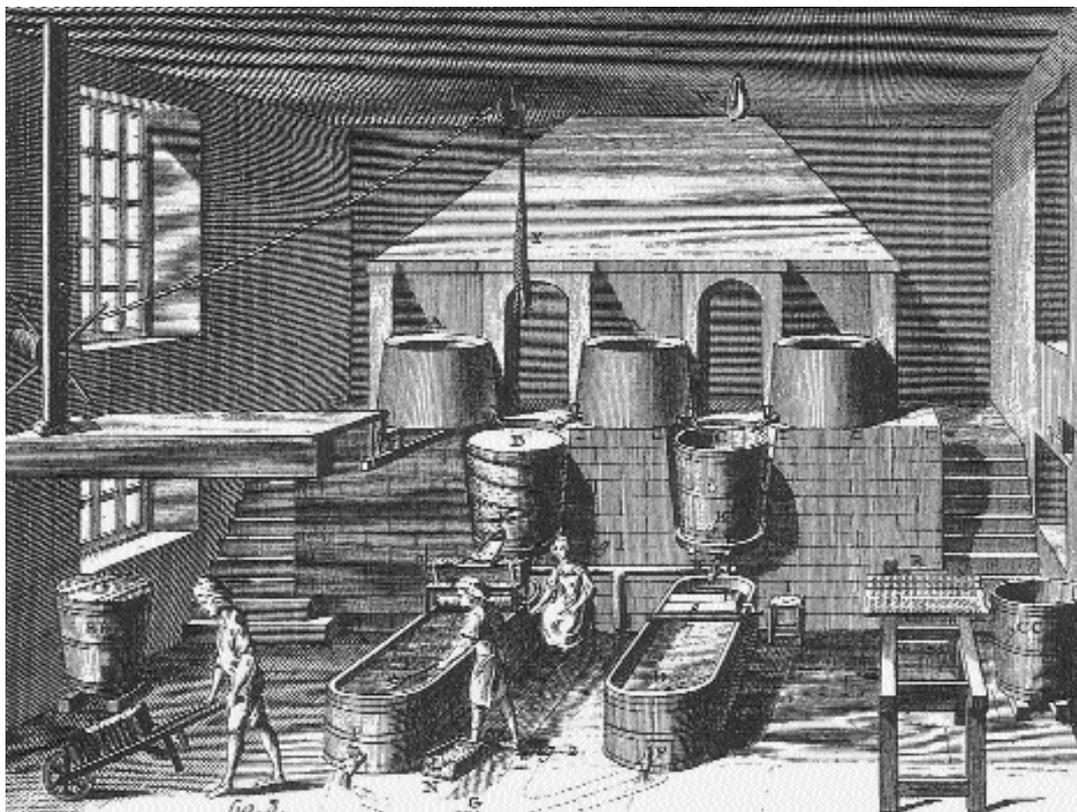
**Figura 2**



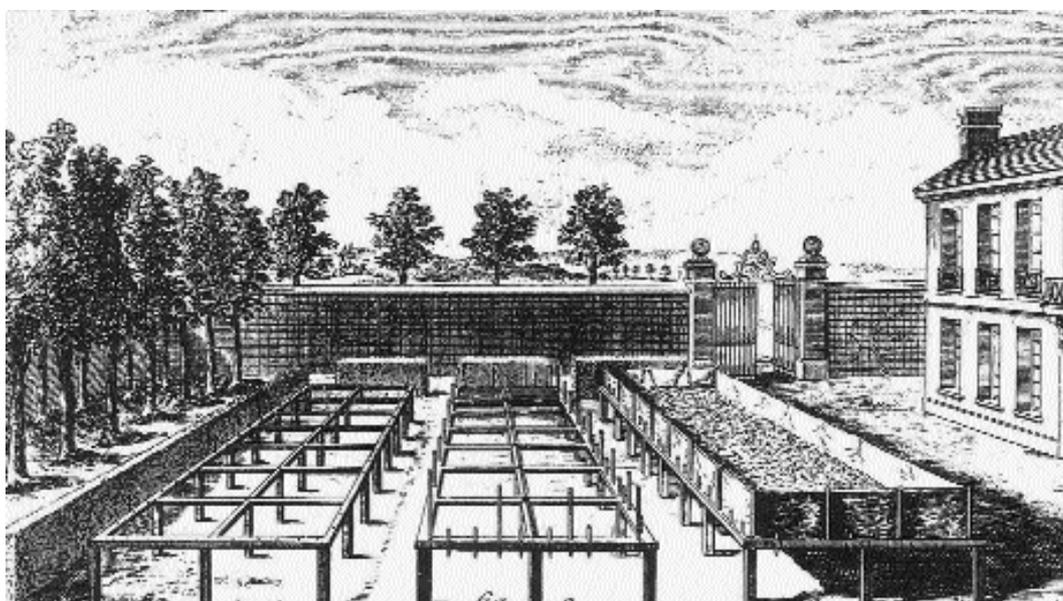
**Figura 3**



**Figura 4**



**Figura 5**



**Figura 6**

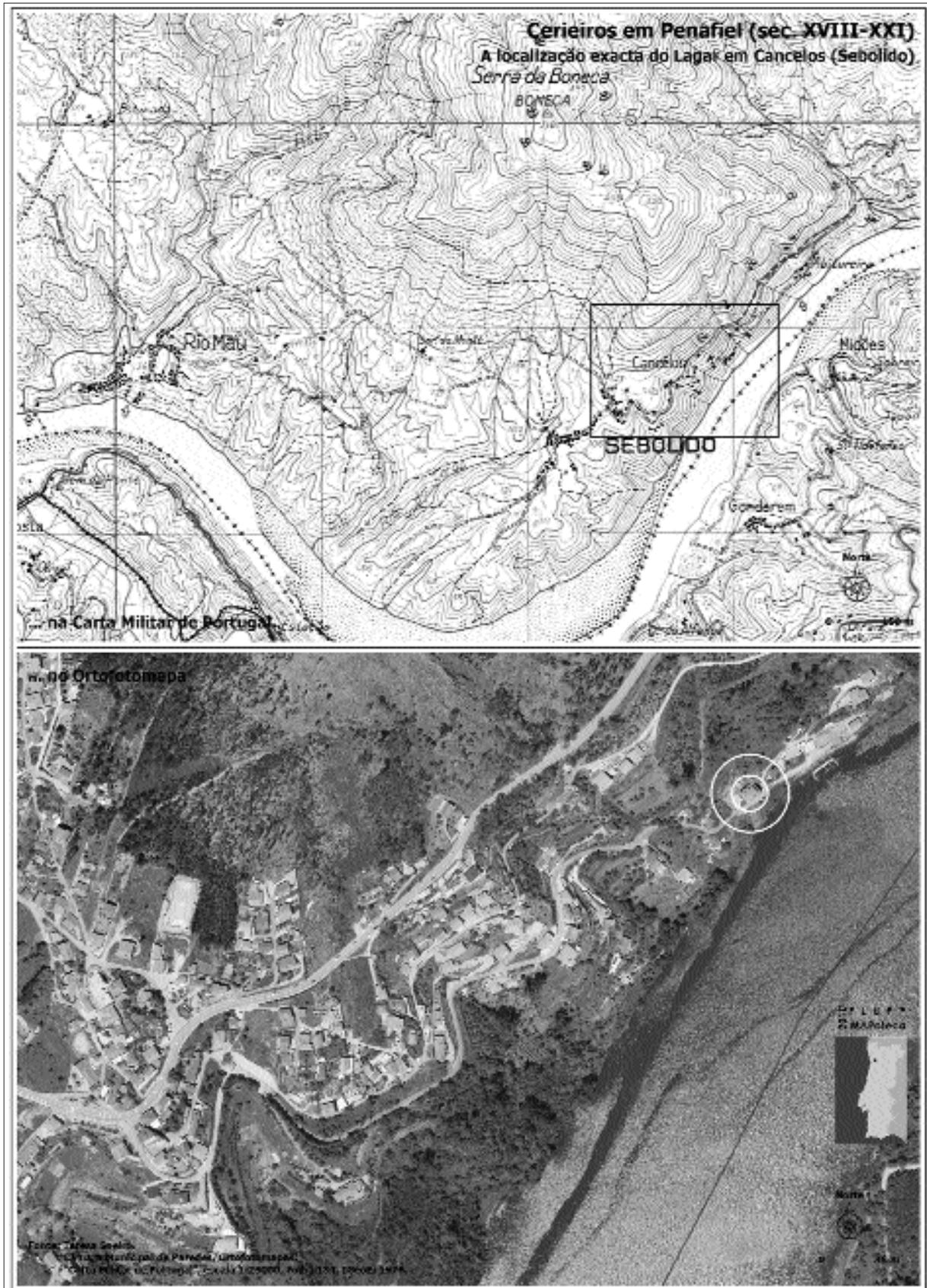


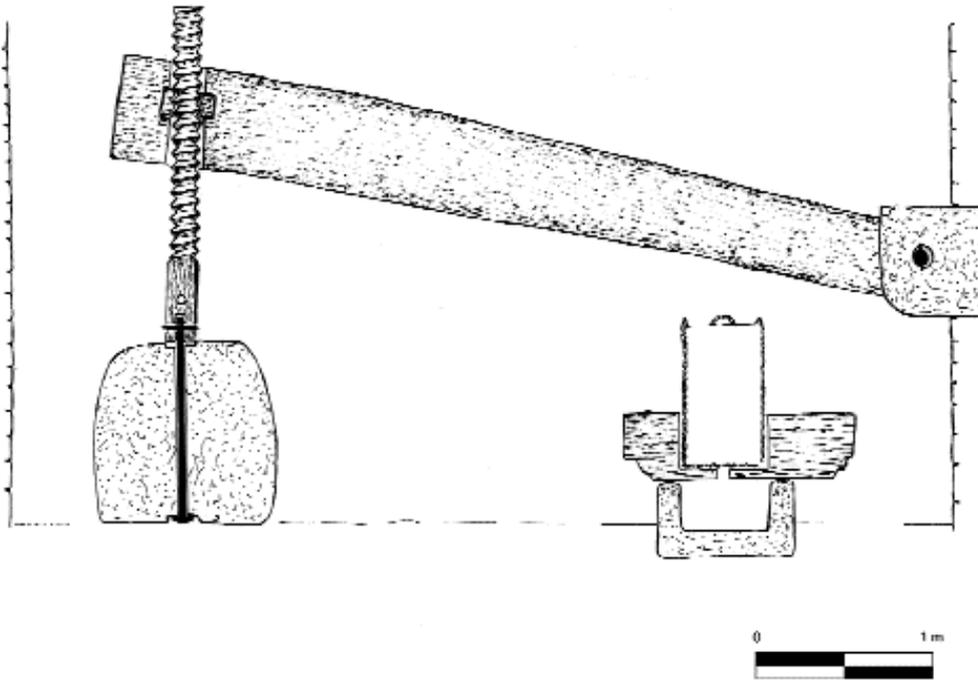
Figura 7



**Figura 8**



**Figura 9**



**Figura 10**



**Figura 11**



**Figura 12**



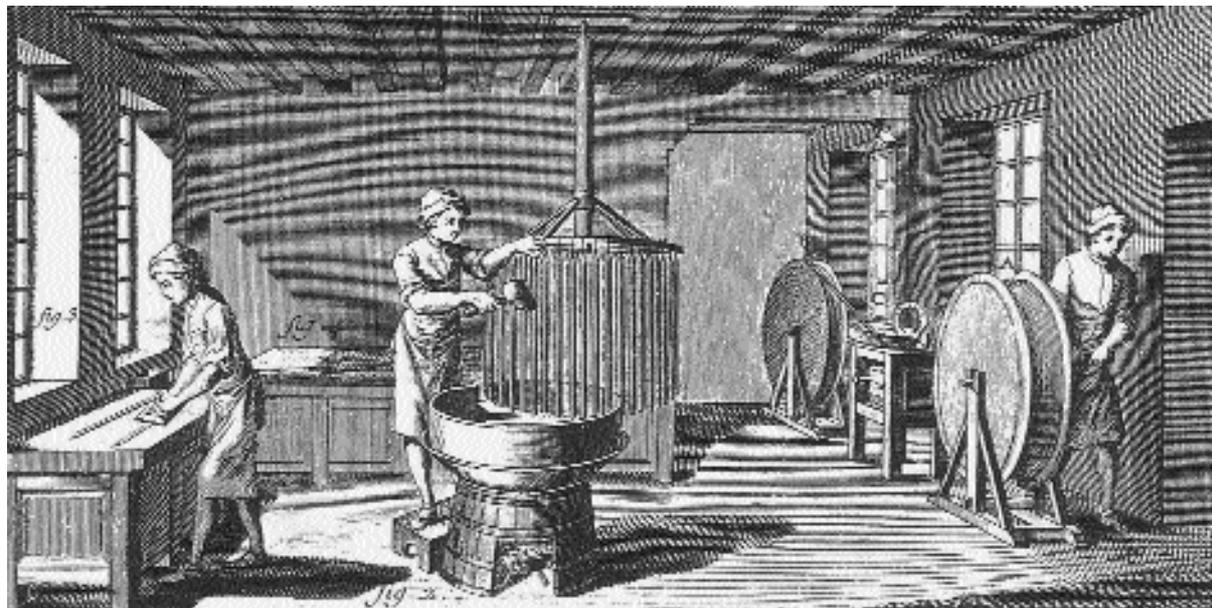
**Figura 13**



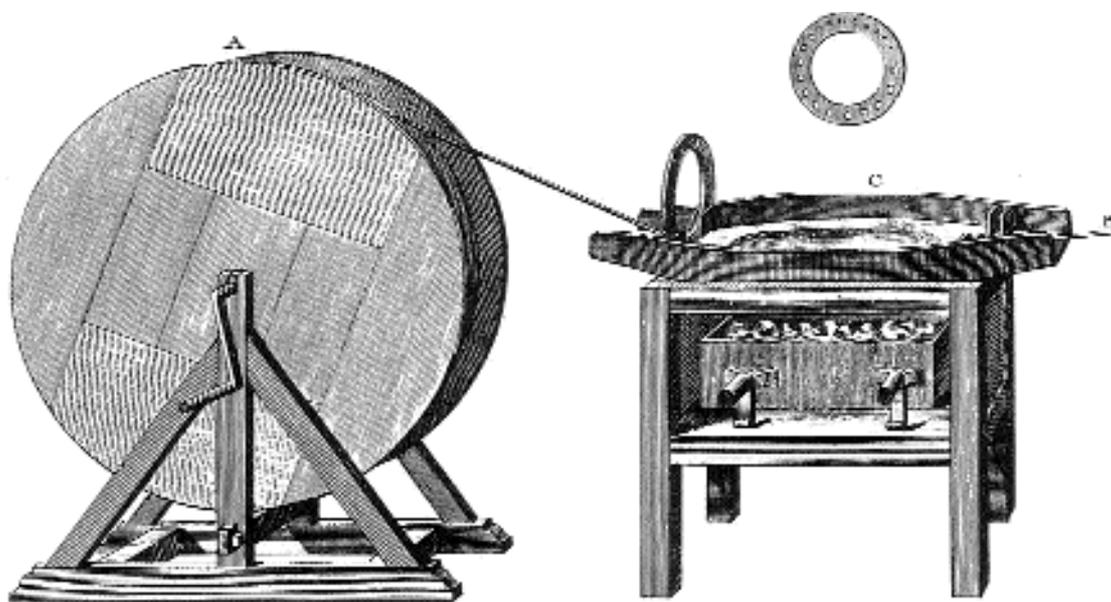
**Figura 14**



Figura 15



**Figura 16**



**Figura 17**



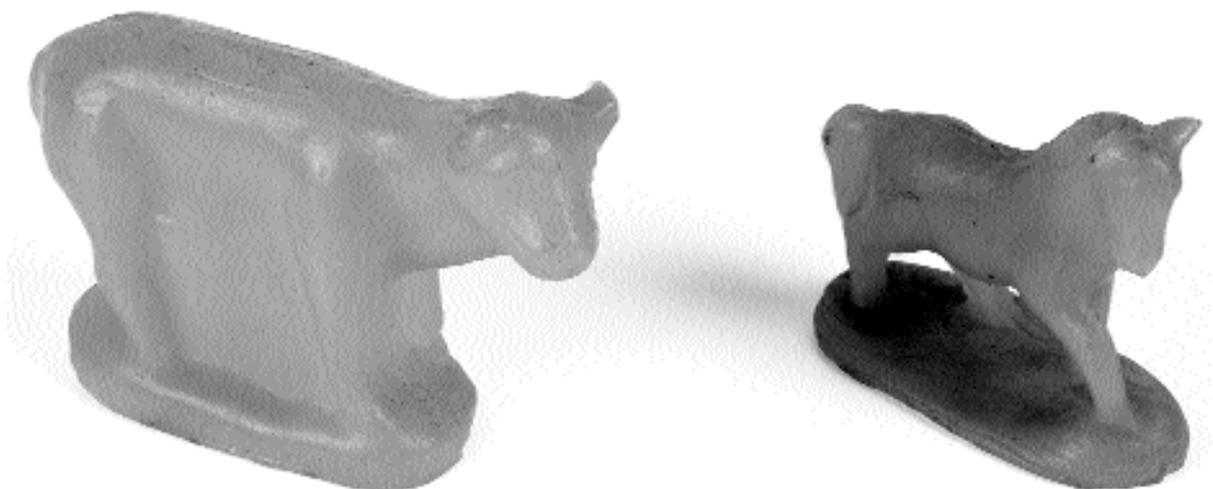
**Figura 18**



**Figura 19**



**Figura 20**



**Figura 21**



# ÍNDICE

<b>O DÓLMEN 2 DE CHÃO REDONDO (SEVER DO VOUGA, AVEIRO): UM MONUMENTO COM ICONOGRAFIAS. RESULTADOS DOS TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO E RESTAURO</b>	
Filipe Santos, Luís Coutinho, João Perpétuo e André Santos . . . . .	5
<b>AS MURALHAS ROMANAS DO PORTO: UM BALANÇO ARQUEOLÓGICO</b>	
António Manuel Silva . . . . .	43
<b>MATERIAIS DE ADORNO VISIGÓTICOS DE PATALOU – NISA</b>	
Andreia Arezes . . . . .	65
<b>POVOAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO BAIXO DOURO NA ÉPOCA DA MONARQUIA ASTURIANA</b>	
António Manuel Carvalho Lima . . . . .	83
<b>SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA DE ENTRE-DOURO-E-MINHO</b>	
Mário Jorge Barroca . . . . .	115
<b>A PROPÓSITO DE UM LAGAR DE CERA E DA ACTIVIDADE DOS CERIEIROS EM PENAFIEL</b>	
Teresa Soeiro . . . . .	183





